



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

TIAGO BARRETO LIMA

**O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL
NO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2025

TIAGO BARRETO LIMA

**O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL
NO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção e Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rocha dos Santos.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L732t Lima, Tiago Barreto
O trabalho no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano / Tiago Barreto Lima ; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2025.
232 f.: il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Geografia. 2. Trabalhadores da construção - Sergipe. 3. Minas e recursos minerais - Sergipe. 4. Construção civil. 5. Capital (Economia). 6. Trabalho – Análise. I. Santos, Ana Rocha dos, orient. II. Título.

CDU 911.3:331:622(813.7)

TIAGO BARRETO LIMA

**O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL
NO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO**

Aprovada em: ___/___/_____.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia à seguinte Banca Examinadora.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ana Rocha dos Santos (DGEI/PPGEO/UFS)
Orientadora e Presidente

Prof.^a Dr.^a Josefa de Lisboa Santos (DGE/PPGEO/UFS)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes (DGE/PPGEO/UESB)
Examinador Externo

Aos meus pais, Maria e Jason, sujeitos de luta, esperança e ternura,
dedico com amor.

AGRADECIMENTOS

Sob o império do capital, no qual prevalece a defesa de princípios como individualismo e apatismo, reconhecer-se como ser social é ratificar a coletividade como meio de vida. Dito isso, fazem-se necessários os agradecimentos como expressão de presença, resistência e luta.

Agradeço, em primeiro lugar, a todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores que se dispuseram a participar da construção deste trabalho. Agradeço pela confiança em compartilhar comigo perdas, alegrias, dores, lutas, sonhos e realizações. A todas/os vocês o meu muito obrigado!

Agradeço aos meus pais, Maria e Jason, sujeitos do campo que expressam luta, coragem, cuidado e amor. Lembro-me claramente dos esforços realizados por vocês para que eu pudesse ter acesso à escola, aos materiais escolares e a um futuro tão distante e impensável para a nossa condição material. “Respeite os seus professores, meu filho! Pois quem estuda não se arrepende”, dizia minha mãe todas as manhãs antes da minha saída para a escola. A você, minha mãe, dedico o poema “Ensino”, de Adélia Prado:

Minha mãe achava o estudo a coisa mais fina do mundo. Não é.
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão, ela falou comigo:
“Coitado, até essa hora no serviço pesado”.
Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.
Não me falou em amor. Essa palavra de luxo.

Agradeço às minhas irmãs e aos meus irmãos, Gilvania, Gilvan, Anailson, Maria José, Jocácia e Lucas, pois sem vocês eu não teria chegado até aqui. Obrigado pela rede de apoio que foi criada para me socorrer nos momentos de tensões e correrias. À Maria, agradeço pelos convites constantes para realizar as minhas refeições em sua casa, sempre regadas a boas e divertidas conversas. A Jocácia e Lucas, agradeço por atenderem a todos os meus pedidos de carona. A Gilvania, Anailson e Gilvan, agradeço pelo incentivo e pelas palavras de confiança e conforto presentes nos nossos encontros. Agradeço a todos pelos momentos divertidos e descontraídos, pois funcionaram para espairar meus pensamentos, meus medos e minhas angústias, energizando meu corpo e minha mente. Eu os amo incondicionalmente.

Agradeço às minhas sobrinhas e aos meus sobrinhos, Antônio Marcos, Márcia, Alan Fernando, Anni Camila, Paulo Augusto e Enzo Gabriel, vocês são luz e sentido de esperança em minha vida. A Márcia e Antônio Marcos, sobrinhos que não me tratam como tio, mas sim

como amigo por causa da idade em comum, minha eterna gratidão por torcerem e vibrarem com cada conquista realizada por mim; saibam que todas as palavras de apoio proferidas por vocês foram por mim inculcadas e transformadas em força. A Anni Camila, Alan Fernando e Paulo Augusto, esses pequenos-grandes sujeitos, minha admiração, meu respeito e meu amor por vocês são incondicionais e genuínos. Ao pequeno Enzo Gabriel, que, completados 4 anos de vida, não quer ser mais chamado de criança, agradeço pela doçura, delicadeza e espontaneidade. A todos eu desejo um mundo mais justo social, econômica, política, ambiental e culturalmente para que possam desfrutar plenamente da maravilha de ser gente.

Aos meus cunhados, Regina, Mariana, Antônio e Ângelo Augusto, agradeço pelas palavras de apoio, carinho e inspiração durante todo o período do mestrado. Agradeço, em especial, a Ângelo Augusto pelo apoio na realização dos trabalhos de campo, ensinando-me, muitas das vezes, a chegar até o meu próprio sujeito de pesquisa. Seu conhecimento sobre o município de Itabaiana é vasto, parabéns.

À Layla Sofia, minha linda afilhada, agradeço pelo amor demonstrado em todos os nossos encontros, ainda que raros, em forma de abraços, beijos e palavras meigas e gentis. A você, minha pequena, o meu muito obrigado e o meu desejo sincero de que realize todos os seus sonhos.

À Ana Rocha, minha orientadora e que hoje tomo a liberdade de chamar de amiga, agradeço pela paciência, sabedoria, lucidez e inteligência durante todo o processo de orientação. Sou grato pelo cuidado em corrigir minhas falhas teóricas e metodológicas, pelos pedidos recorrentes para que eu não negasse as contradições e pelo olhar atencioso e humano para com a minha pessoa e com a escrita na dimensão subjetiva da coisa, sempre de forma educada e construtiva. Agradeço por dissipar minhas crises, como nos fala Marilena Chauí, com orientações norteadoras e certeiras. Dedico-lhe um trecho da música “Al Otro Lado del Río”, de Jorge Drexler:

[...] Creo que he visto una luz
Al otro lado del río
El día le irá pudiendo
Poco a poco, al frío
Creo que he visto una luz
Al otro lado del río
Sobre todo, creo que
No todo está perdido [...].

À Mara Íris, amiga, prima por obra do sobrenome “Barreto Lima”, confidente e pessoa amada. Eu a conheço desde o ano de 2010, estudiosa, dedicada e, sobretudo, gentil e humana.

Nossa amizade se iniciou em dezembro de 2016, e a partir de então o respeito, o carinho e a admiração só cresceram. Obrigado pelos conselhos durante a minha escolha de curso de graduação, a minha participação no PIBIC e a tentativa de seleção tanto do mestrado quanto do doutorado. Você, minha amiga, é sinônimo de coragem, dedicação e coletividade. A você dedico: “Gostaria de te desejar tantas coisas. Mas nada seria suficiente. Então, desejo apenas que você tenha muitos desejos. Desejos grandes. E que eles possam te mover a cada minuto, ao rumo da felicidade” (Carlos Drummond de Andrade).

A Ranielly, Francielle, Luana, Ângelo Vinícius, João Pedro, Arlene, Johnathan Cardoso, Geovânio, Anijaede, Thiago Duarte e Eliene. O meu coração se enche de alegria em saber que há pessoas tão boas, justas e humanas às quais posso chamar de amigas e amigos nesta vida. Todos vocês, indiscutivelmente, foram essenciais para que hoje eu pudesse chegar até aqui, o dia da minha defesa de dissertação.

A Jordana, Maria Eduarda, Luiz Carlos, Maxuel, Bruno Ribeiro, Manoel Ciro, Romeu, Edilekson, Fábio, Mailson, Mariana, Joana, Carla Vitória, Matheus, Inácio e Anthony, agradeço por todos os conselhos, ajudas e motivações durante nossos encontros, ainda que, em alguns casos, raros. Saibam que nutro um profundo respeito e muita admiração por todos vocês e por isso expresso meu muito obrigado.

A todos aqueles que, como professores tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, transformaram a minha vida no modo de pensar e agir, assim como as dimensões subjetiva e objetiva, agradeço imensamente. No bojo da Educação Básica, as professoras Maria José, Nelma Gois, Terezinha Araújo, Marilene Gois, Neilde Santana, Luna Clayane e Mônica Santos. No tocante à Educação Superior, Ana Rocha, Vanessa Dias, Josefa Lisboa, Diana Mendonça, Alberlene Ribeiro, Oscar Sobarzo, Hunaldo Lima e Daniel Almeida. Diante disso, em tempos em que os profissionais da Educação são rechaçados e o pensamento crítico-reflexivo é tachado de “mi-mi-mi” e “vitimismo”, ficam aqui o meu respeito, a minha admiração e a minha estima de melhores condições de trabalho para a nossa categoria: a docência.

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-regionais, Política e Educação (GRUPE), coordenado pela professora Dr.^a Ana Rocha dos Santos, agradeço pelos momentos de debates, reflexões e construções teóricas/metodológicas realizados durante as nossas reuniões. Em especial, aos amigos Lucas Ribeiro, Ythana, Camila, Josevaldo, Camily, Alejandro e Johnatan.

Agradeço à professora Dr.^a Josefa de Lisboa Santos (DGE/PPGEO/UFS) e ao professor Dr. Sócrates Oliveira Menezes (PPGEO/UESB) pelo tempo dedicado à leitura, à

reflexão e às colocações norteadoras realizadas naquele momento do exame de qualificação e, neste momento, pelo aceite em formarem a banca examinadora da defesa de dissertação. A vocês o meu muito obrigado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), agradeço pelas contribuições ímpares e engrandecedoras realizadas durante as aulas. Agradeço, em especial, a Ana Rocha, Alexandrina Conceição, Josefa Lisboa, Christiane Campos, Maria Augusta e Josefa Eliane. Ao secretário do PPGEO, Jobson, deixo o meu profundo agradecimento por ser sempre solícito.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa para a realização da presente pesquisa.

Construção

*Amou daquela vez como se fosse a última
Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua com seu passo tímido*

*Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima*

*Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um
príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado*

*E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego*

[...]

*Por esse pão pra comer, por esse chão pra
dormir
A certidão pra nascer, a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague*

*Pela cachaça de graça que a gente tem que
engolir
Pela fumaça desgraça que a gente tem que tossir
Pelos andaimes pingentes que a gente tem que
cair
Deus lhe pague*

*Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir
E pelas moscas bicheiras a nos beijar e cobrir
E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir
Deus lhe pague*

(Chico Buarque, 1971)

RESUMO

O trabalho, na presente dissertação, é compreendido como categoria fundante do ser social, isto é, dos homens em coletivo e analisado num dado espaço-tempo: o tempo do capital como relação social. O ser social se realiza e se constitui no/pelo trabalho, haja vista ser o trabalho o intercâmbio orgânico entre homem e natureza. Em outras palavras, os homens têm suas necessidades satisfeitas ao transformarem a natureza pelo trabalho. Por sua vez, o capitalismo é marcado como o primeiro modo de produção que se coloca em escala mundial, haja vista a necessidade intrínseca de acumulação de capital, a qual se faz por meio da expansão e materialização das relações capitalistas de produção para todo o espaço geográfico, com desdobramentos para o trabalho. Assim, o trabalho está voltado para a produção de mercadorias (valor de troca) e não mais direcionado para atender às necessidades humanas (valor de uso), havendo uma inversão de valores e a (des)realização de homens e mulheres no trabalho. Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o trabalho no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano, sobretudo nos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito. Explica-se que o extrativismo mineral, considerado na pesquisa, refere-se à classe 08.10-0, que, segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), compreende a extração de pedra, areia e argila. A necessidade de analisar o trabalho nessa atividade parte da realidade que se desenhou no país nos últimos anos, tendo em vista o chamado *boom* da construção civil, assentado, primordialmente, na existência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Com o aumento do número de empregados nas unidades de extração de pedra, areia e argila sob as necessidades da construção civil, coube o papel de analisar o trabalho nessas áreas. A pesquisa foi realizada à luz do Materialismo Histórico e Dialético, compreendendo o objeto em suas multideterminações. A metodologia teve abordagem quali-quantitativa. Para os procedimentos metodológicos, adotou-se o levantamento bibliográfico primário a partir da análise de dados junto aos órgãos e institutos oficiais, bem como Ministérios do Governo Federal, e secundário por meio de leitura de livros, artigos, dissertações e teses concernentes ao objeto de estudo; contou ainda com a realização de trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e anotações de campo e a elaboração de mapas, gráficos e tabelas como meio de sistematizar as informações obtidas. Os resultados da pesquisa expõem que o trabalho no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano é marcado por condições precárias e relações clientelistas e paternalistas, que demonstram o quanto os trabalhadores da atividade de extração mineral estão submetidos à exploração de seu trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Capital. Estado. Mineração. Construção Civil.

ABSTRACT

In this dissertation, work is understood as the founding category of social being, that is, of men as a collective, and analyzed in a given space-time: the time of capital as a social relation. Social being is realized and constituted in/by work, given that work is the organic exchange between man and nature. In other words, men have their needs satisfied by transforming nature through work. In turn, capitalism is marked as the first mode of production to be established on a global scale, given the intrinsic need to accumulate capital, which is done through the expansion and materialization of capitalist relations of production throughout the geographical space, with consequences for work. Thus, work is geared towards the production of merchandise (exchange value) and no longer towards meeting human needs (use value), with an inversion of values and the (un)fulfillment of men and women at work. In view of the above, the general aim of this research was to analyze work in mineral extraction for civil construction in Agreste Central Sergipano, especially in the municipalities of Itabaiana, Areia Branca and Campo do Brito. It should be explained that mineral extraction, considered in the research, refers to class 08.10-0 which, according to the National Classification of Economic Activities (CNAE), includes the extraction of stone, sand and clay. The need to analyze work in this activity is based on the reality that has emerged in the country in recent years, with the so-called construction boom based primarily on the existence of the Growth Acceleration Program (PAC) in 2007 and the My House My Life Program (PMCMV) in 2009. With the increase in the number of people employed in stone, sand and clay extraction units to meet the needs of the construction industry, we had the task of analyzing work in these areas. The research was carried out in the light of Historical and Dialectical Materialism, understanding the object in its multideterminations. The methodology took a qualitative-quantitative approach. For the methodological procedures, a primary bibliographic survey was adopted, based on an analysis of data from official bodies and institutes, as well as Federal Government Ministries, and a secondary survey through the reading of books, articles, dissertations and theses concerning the object of study; fieldwork was carried out with semi-structured interviews, photographic records and field notes; and maps, graphs, tables and charts were drawn up as a means of systematizing the information obtained. The results of the research show that work in mineral extraction for the construction industry in Agreste Central Sergipano is marked by precarious conditions and clientelistic and paternalistic relationships, which demonstrate the extent to which mineral extraction workers are subjected to exploitation of their labor.

Keywords: Labor. Capital. State. Mining. Civil Construction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Paris/França, <i>Guernica</i> de Pablo Picasso, 1937 (óleo sobre tela).....	94
Figura 2 - Brasil: Despesas Federais com Pessoal e Dívida Pública entre 2000 e 2021, 2021.....	108
Figura 3 - Brasil: Orçamento Federal Executado (R\$ 4,36 trilhões), 2023.....	109
Figura 4 - Brasil: “Estado de Mal-Estar Social”: o caminho da apropriação de dinheiro público pelos bancos e os juros abusivos pagos pela sociedade, 2021.....	110
Figura 5 - Itabaiana/SE: Fachada da Empresa Ethos Incorporadora, 2024.....	147
Figura 6 - Itabaiana/SE: Fachada da Incorporadora e Construtora Santa Mônica, 2024.....	147
Figura 7 - Itabaiana/SE: Cartilha de propostas políticas distribuída pela Coligação Prefeito de Verdade, 2024.....	149
Figura 8 - Pov. São José, Itabaiana/SE: Pedreira Dinâmica LTDA, 2024.....	159
Figura 9 - Pov. São José, Itabaiana/SE: “Casas de trabalho”, Pedreira Dinâmica LTDA, 2024.....	160
Figura 10 - Pov. São José, Itabaiana/SE: Ponto eletrônico na Pedreira Dinâmica LTDA, 2024.....	161
Figura 11 - Pov. São José, Itabaiana/SE: Placa da CIPAMIN, Pedreira Dinâmica LTDA, 2024.....	162
Figura 12 - Pov. Jorge, Campo do Brito/SE: Entrada principal da Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	166
Figura 13 - Campo do Brito/SE: Máquina que realiza o processo de perfuração da rocha para receber o explosivo líquido, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	169
Figura 14 - Campo do Brito/SE: Remoção pela escavadeira das rochas extraídas, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	170
Figura 15 - Campo do Brito/SE: Momento de quebra das rochas maiores pela escavadeira hidráulica, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	170
Figura 16 - Campo do Brito/SE: Máquina enchedeira realiza o carregamento do transporte de carga do material extraído, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	171
Figura 17 - Campo do Brito/SE: Acúmulo de material logo após passar pelo britador primário Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	171
Figura 18 - Campo do Brito/SE: Material de qualidade mais inferior comercializado por um preço menor, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	172

Figura 19 - Campo do Brito/SE: Trabalhador na britagem primária, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	172
Figura 20 - Campo do Brito/SE: Material pronto para ser comercializado, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	173
Figura 21 - Campo do Brito/SE: Transporte de carga se aproxima da área de carregamento, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	174
Figura 22 - Campo do Brito/SE: Névoa de poeira formada na realização da britagem, Pedreira Souza e Oliveira, 2024.....	175
Figura 23 - Pov. Caroba, Areia Branca/SE: Propriedade do Sr. Carlos Hagenbeck Filho, 2024.....	180
Figura 24 - Pov. Caroba, Areia Branca/SE: Banheiro e pia quebrados e imundos, 2024.....	182
Figura 25 - Pov. Caroba, Areia Branca/SE: Recinto utilizado pelos trabalhadores para realizarem suas refeições e seu descanso, 2024.....	183
Figura 26 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana: Trabalhadores da extração de areia, 2024.....	184
Figura 27 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Licença Ambiental, 2024.....	185
Figura 28 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Propriedade em que funciona extração de pedra de forma ilegal, 2024.....	186
Figura 29 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Trabalhadores na extração ilegal de pedras, 2024.....	190
Figura 30 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Instrumentos de trabalho utilizados na atividade de extração de pedra, 2024.....	191
Figura 31 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Trabalhadores sem Equipamentos de Proteção Individual, 2024.....	192
Figura 32 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Imagem dada como exemplo pelo entrevistado 21 para ilustrar como o desabamento de pedras no momento de extração pode atingir membros superiores e inferiores, 2024.....	193
Figura 33 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Trabalhador sem usar os EPIs soltos sobre a carga de pedras, 2024.....	194
Figura 34 - Centro, Itabaiana/SE: Fachada da Secretaria do Meio Ambiente do município de Itabaiana, 2024.....	195
Figura 35 - Itabaiana/SE: Licença ambiental emitida pela Secretaria do Meio Ambiente próximo ao PARNASI, 2023.....	197
Figura 36 - Centro, Itabaiana/SE: Automóvel utilizado pela Secretaria do Meio Ambiente para fiscalizar as ordens ambientais emitidas pelo órgão, 2024.....	198

Figura 37 - Campo do Brito/SE: Caminhoneiro autônomo sem EPI realiza o aplanamento da carga, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024.....	201
Figura 38 - Pov. Francisco Gomes, Areia Branca/SE: Caminhoneiro autônomo observa o transporte ser carregado para realizar o aplanamento da carga, 2024.....	202
Figura 39 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Caminhoneiro sem equipamento de proteção individual fica próximo à enchadeira, 2024.....	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sergipe: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021.....	67
Gráfico 2 - Itabaiana/SE: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021.....	68
Gráfico 3 - Areia Branca/SE: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021.....	68
Gráfico 4 - Campo do Brito/SE: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021.....	69
Gráfico 5 - Brasil: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2007-2022.....	71
Gráfico 6 - Sergipe: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2007-2022.....	73
Gráfico 7 - Itabaiana/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2007-2022.....	74
Gráfico 8 - Areia Branca/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2015-2022.....	75
Gráfico 9 - Campo do Brito/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2016-2022.....	76
Gráfico 10 - Sergipe: Salário Médio Mensal em Reais, 2006-2021.....	79
Gráfico 11 - Agreste Central Sergipano: Unidades Contratadas do PMCMV, 2009-2017.....	132
Gráfico 12 - Brasil: Variação Relativa do Pessoal Ocupado nas Empresas de Construção Civil, 2001-2021.....	133
Gráfico 13 - Sergipe: Variação Relativa do Pessoal Ocupado nas Empresas de Construção Civil, 2007-2021.....	135
Gráfico 14 - Itabaiana/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado no Setor da Construção Civil, 2007-2021.....	137
Gráfico 15 - Campo do Brito/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado no Setor da Construção Civil, 2007-2021.....	138
Gráfico 16 - Sergipe: Participação da Indústria da Construção no VAB, 2010-2020.....	152

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana/SE: Localização da Área de Pesquisa, 2023.....	25
Mapa 2 - Itabaiana e Campo do Brito/SE: Pedreiras visitadas, 2024.....	70
Mapa 3 - Regiões brasileiras: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2021.....	77
Mapa 4 - Estados brasileiros: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2021.....	78
Mapa 5 - Regiões brasileiras: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Construção Civil, 2021.....	141
Mapa 6 - Estados brasileiros: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Construção Civil, 2021.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Unidades Contratadas e Entregues do PMCMV, 2009-2020.....	131
Tabela 2 - Sergipe: Relatório de Produção Habitacional Programa Minha Casa, Minha Vida, 2009-2017.....	132
Tabela 3 - Brasil: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2012.....	144
Tabela 4 - Sergipe: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021.....	145
Tabela 5 - Itabaiana/SE: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021.....	146
Tabela 6 - Areia Branca/SE: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021.....	150
Tabela 7 - Campo do Brito/SE: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
BC	Banco Central
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
CIPA	Comissão Interna de Acidentes
CIPAMIN	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEFM	Grupo Especial de Fiscalização Móvel
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais, demais orientações sexuais e identidades de gênero
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEI	Microempreendedores Individuais
MPC	Modo de Produção Capitalista
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial

PARNASI	Parque Nacional Serra de Itabaiana
PCVA	Programa Casa Verde e Amarela
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PODEMOS	Partido Podemos
PP	Partido Progressistas
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RJ	Rio de Janeiro
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SE	Sergipe
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SINDIMINA	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa, Extração e Beneficiamento de Minérios dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPERPLAN	Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos
TN	Tesouro Nacional
UFS	Universidade Federal de Sergipe
União Brasil	Partido União Brasil
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
SEÇÃO I: O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL	32
1.1 A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL.....	32
1.2 A CONSTRUÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O TRABALHO COMO MERCADORIA.....	46
1.3 O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL...65	
1.4 PAC, PMCMV: A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....	80
SEÇÃO II: CAPITALISMO, CRISES, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E (DES)REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO	92
2.1 A CRISE COMO INTRÍNSECA AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	92
2.2 A CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL: EXPRESSÃO DA ARTICULAÇÃO (DES)VELADA ENTRE A ESFERA PÚBLICA E PRIVADA EM NOME DO CAPITAL.....	107
2.3 CONSTRUÇÃO CIVIL EM NÚMEROS: ANÁLISE SOBRE BRASIL, SERGIPE E OS MUNICÍPIOS INVESTIGADOS A PARTIR DO PAC E DO PMCMV.....	131
SEÇÃO III: NAS ENTRELINHAS DO CÁLICE: O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL NO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO	154
3.1 O TRABALHO NAS PEDREIRAS DINÂMICA LTDA, SÃO JOSÉ E SOUZA E OLIVEIRA LTDA.....	159
3.2 O TRABALHO NAS ÁREAS LEGAIS DE RETIRADA DE AREIA.....	176
3.3 O TRABALHO NAS ÁREAS ILEGAIS DE RETIRADA DE AREIA E EXTRAÇÃO DE PEDRA.....	185
3.4 O TRABALHO REALIZADO PELOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGA NO EXTRATIVISMO MINERAL.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	213
APÊNDICE A - Roteiro de questões para entrevista: trabalhadores nas áreas de extrativismo mineral para a construção civil (extração de pedra, areia e argila)	220
APÊNDICE B - Roteiro de questões para entrevista: transportadores autônomos/caminhoneiros	223

APÊNDICE C - Roteiro de questões para entrevista: empresários da construção civil (Construtoras e Incorporadoras).....	226
APÊNDICE D - Roteiro de questões para entrevista: responsável legal pela exploração mineral (extração de pedra, areia e argila).....	228
APÊNDICE E - Roteiro de questões para entrevista: presidente do SINDIMINA.....	231

INTRODUÇÃO

O proletariado continua sendo o produtor de todo o conteúdo material da riqueza social (meios de produção e meios de subsistência), e todas as outras classes sociais, diretamente (como no caso da burguesia) ou indiretamente (como os assalariados não proletários), continuam a viver da riqueza produzida pelo proletariado (Lessa, 2015, p. 114).

O ser social, como forma de atender às suas necessidades, modifica a natureza por meio do trabalho, em um processo incessante de criação do novo, produzindo objetos e acumulando conhecimentos ao longo do tempo histórico. No movimento de transformação da natureza ou de hominização da natureza – quando o homem incorpora cultura à natureza –, o homem também se transforma, dado que é no processo de trabalho social que o homem se faz homem. O trabalho aparece como categoria fundante porque é ele que forma o ser social (Tonet, 2016), ou seja, é no trabalho que o ser humano se realiza enquanto sujeito político, social, produtor e transformador da realidade. Ainda para Tonet,

Como se pode ver, o trabalho, isto é, a transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à satisfação das necessidades humanas, é o elemento responsável pela transformação do ser natural em ser social. O trabalho, portanto, cria o ser social. O trabalho é a categoria fundante do mundo social (2016, p. 38).

O momento do trabalho é o momento de realização do homem, tendo em vista a exacerbação do seu cabedal físico-psíquico na produção de respostas às suas carências. Para produzir os objetos, homens e mulheres se debruçam sobre a natureza, conhecendo-a e transformando-a, ao passo que também são estruturalmente transformados. Assim, ainda que o homem se torne distante da natureza à medida que as forças produtivas são desenvolvidas, a relação entre sociedade e natureza se mantém viva.

Assim sendo, no modo de produção capitalista, em que a acumulação de capital é a ordem de funcionamento, trabalho e natureza se tornam mercadorias valiosas e insubstituíveis para a manutenção do sistema. Para Moreira (2004), o trabalho juntamente com a natureza são as duas formas de gerar riquezas; enquanto o primeiro diz respeito à dimensão social do valor de uso, a segunda se refere à dimensão natural. Trabalho e natureza, enquanto coisas/objetos/mercadorias e, por isso, assentados no valor de troca, tornam-se corpos estranhos aos sujeitos históricos, que, alienados pelas estruturas do modo econômico, não se reconhecem no trabalho realizado na natureza. A natureza, como mantenedora da vida, é

saqueada, explorada, desmatada e queimada em benefício da realização do lucro, e o trabalho é tornado desafortunado, penoso, árduo e sem vida.

Segundo Alves,

[...] o capital como relação social tornou-se agente da racionalização do mundo, aparecendo como um processo social contraditório cujo cerne essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do processo de precarização como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro lado, pela instauração da precariedade social como “condição humana” (2007, p. 112).

O trabalho constitui o ser social, isto é, funda a terceira esfera do ser, o ser social. Contudo, sob as estruturas do capital, impera o trabalho como mercadoria, compreensão na qual o sujeito histórico torna-se refém do trabalho assalariado, ou seja, um trabalho estranhado para os seus realizadores. Com a ascensão do trabalho assalariado, fundamental para o movimento de acumulação do capital, tem-se, segundo Alves (2007), a precariedade e a precarização do trabalho. Dessa maneira, a precariedade é uma condição do trabalho no capitalismo. Expressa, portanto, o trabalho como mercadoria.

Ainda de acordo com Alves,

[...] o conceito de *precarização* diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da *precariedade*. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho (2007, p. 114, grifos do autor).

Logo,

A precarização do trabalho é um elemento estrutural da mundialização do capital em sua etapa de crise estrutural. Este processo social de desefetivação da força de trabalho, em suas múltiplas determinações, em sua forma objetiva e subjetiva, é intrínseco à dinâmica estrutural do sistema mundial do capital (Alves, 2007, p. 142).

Por conseguinte, a precariedade e a precarização do trabalho existem apenas na sociedade burguesa, haja vista sua base fundamental: o trabalho assalariado/alienado/estranhado. Com isso, entende-se que “[...] precariedade e precarização surgem com o ‘trabalho livre’, isto é, com o trabalho assalariado” (Alves, 2007, p. 115). Os capitalistas, para se manterem como classe dominante, criam e recriam nuances para a

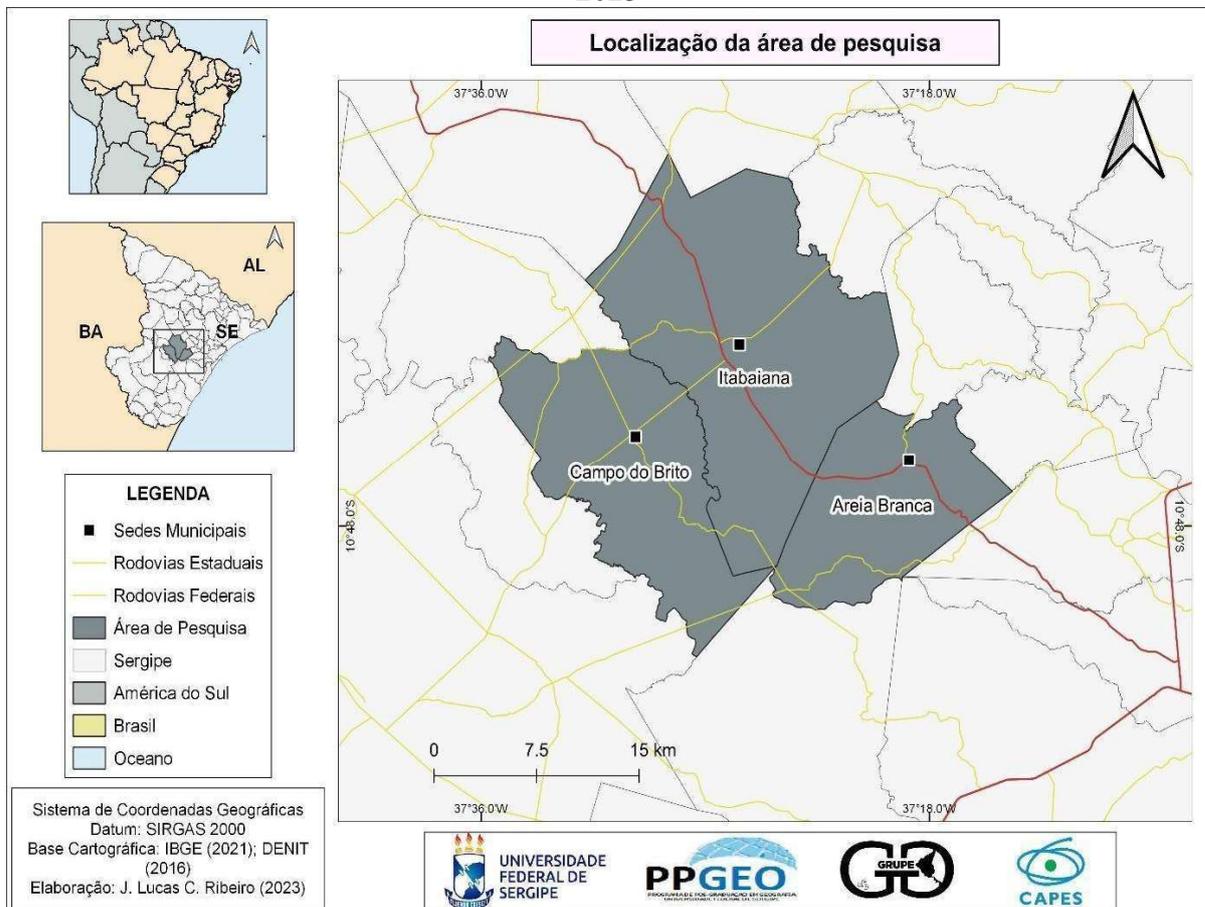
realização do capital, ainda que o avanço deste se traduza na degradação paulatina e acentuada do trabalho e da natureza.

Cabe dizer que não pode haver obstáculos para o circuito de realização do capital e, quando há, é preciso removê-los para dissipar a crise que ligeiramente é formada. Contraditoriamente, as crises são intrínsecas ao capitalismo e até necessárias para seus avanços e quiçá seus saltos qualitativos.

Diante do exposto, o presente estudo busca analisar o trabalho no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano, sobretudo nos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito (Mapa 1).

A atividade mineralógica à qual o estudo se refere é a extração de areia, pedra britada, cascalhos, argila e conglomerados, ou seja, materiais destinados majoritariamente à construção civil e que, segundo o Boletim do Setor Mineral (2021), se fixam entre os dez elementos mais requeridos para pesquisa.

Mapa 1 - Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana/SE: Localização da Área de Pesquisa, 2023



Fonte: IBGE (2021).

Elaboração: RIBEIRO, José Lucas Costa (2023).

O Agreste Central Sergipano é composto por 14 municípios, sendo eles: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Dos municípios listados, são alvo da pesquisa Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito, tendo em vista suas respectivas participações na atividade mineralógica para a construção civil na região, por meio da exploração de pedras, areia, argila e conglomerados.

Segundo dados do Observatório de Sergipe (2022), Areia Branca tinha uma população estimada de 18.825 habitantes, gerando 751 empregos formais. O município de Campo do Brito possuía uma população estimada de 18.325 habitantes, com o número de 997 empregos formais. Já Itabaiana apresentava 96.839 habitantes, com 13.897 trabalhadores em empregos formais.

Compreende-se a necessidade de analisar as relações e condições de trabalho na atividade extrativista mineral destinada à construção civil no Agreste Central Sergipano, sobretudo nos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito por duas questões centrais. A primeira questão: diante da crescente demanda por materiais mineralógicos utilizados pela construção civil no país, muito alicerçada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); a segunda questão: a expansão do ramo da construção civil nas últimas décadas em Sergipe, principalmente com a produção de novos loteamentos e condomínios que se espriam pelos municípios do interior sergipano, sobretudo no município de Itabaiana, com um número expressivo de condomínios habitados por figuras políticas e econômicas do próprio município, bem como de municípios circunvizinhos.

A construção civil é um setor de atividade econômica de importância estratégica, especialmente quando se considera o montante de empregos diretos e indiretos que é capaz de gerar. Passa pelo setor a construção de escolas, moradias, hospitais, postos de distribuição de alimentos e medicamentos, saneamento básico, entre outros em que se tem o desenvolvimento econômico e social.

Sobre o PMCMV, seguramente promoveu espaços habitacionais para brasileiros e brasileiras, não da mesma forma e tampouco para todos, como também funcionou como mecanismo para dissipar os efeitos da crise econômica ao fomentar o crescimento e a retomada do emprego; mas também inseriu nesse processo os agentes imobiliários e o alargamento do uso do capital financeiro pelos envolvidos no Programa, desde o consumidor dos materiais minerais, as construtoras e empreiteiras, até o beneficiário da casa.

Isso posto, estudar o trabalho na extração mineral no Agreste Central Sergipano a partir dos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito permite revelar as contradições às quais os trabalhadores se encontram subjugados. Nessa questão, as desigualdades presentes na realidade concreta não são falhas do capitalismo, mas sim sintomas da sua reprodução.

O que se nota é que os investimentos na expansão da construção civil no Brasil não ocorrem sem contradições, as quais procuramos perseguir nesta dissertação. Desse modo, partiu-se do pressuposto de que o trabalho no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano se caracteriza pela precarização e precariedade do trabalho. Assim, inserimos as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- 1) Quais os rebatimentos espaciais do trabalho no extrativismo mineral voltado para a construção civil no Agreste Central Sergipano?
- 2) Quais as ações do Estado que fomentam a exploração mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano?
- 3) Qual a destinação dos minerais explorados em Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito?
- 4) Em quais condições o trabalho se realiza a atividade de exploração mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano?

A pesquisa apresenta como objetivo geral analisar o trabalho na atividade extrativista mineral destinada à construção civil no Agreste Central Sergipano, sobretudo nos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito. Para tanto, elencamos como objetivos específicos: i) explicar a relação entre o *boom* da construção civil no Brasil e o aumento da atividade extrativista mineral; ii) avaliar as relações e condições de trabalho e renda na atividade de extração mineral para a construção civil na área de estudo, e iii) averiguar o papel do Estado quanto à expansão da exploração mineral para a construção civil e à (des)regulamentação do trabalho.

Buscamos, com a realização do estudo, trazer à tona o trabalho no extrativismo mineral destinado à construção civil, que passou por um crescimento exponencial com os programas PAC e PMCMV, mas não descolado das contradições intrínsecas à ordem social do capital. Faz-se necessário enfatizar também que o *boom* da construção civil, nesta pesquisa, é entendido como processo perfeitamente criado pelo poder estatal para apaziguar

os efeitos da crise estrutural do capital e, conseqüentemente, seu rebatimento para com a acumulação de capital, assim assegurando os lucros do empresariado do setor.

Esta pesquisa adotou o Materialismo Histórico e Dialético como método com o propósito de evidenciar as contradições engendradas a partir do trabalho (Kosik, 1976) no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano. Desse modo, o método, enquanto visão de mundo e, por conseguinte, leitura da realidade, desponta como forma de ler e interpretar as questões sociais em sua totalidade. Para Tonet (2018), a totalidade deve ser enxergada como diferentes partes conjugadas numa totalidade, mas a ponto de cada parte, em si, já ser uma totalidade.

A realidade concreta que se materializa no Agreste Central Sergipano é em si uma totalidade, mas também uma parte quando articulada com outras realidades (partes), assim a totalidade é permeada de movimento e (re)transformações. Para analisar o trabalho no extrativismo mineral para a construção civil, parte-se do Materialismo Histórico e Dialético, que vê a realidade em movimento, bem como em constante mudança.

Para Medeiros e Bonente,

Como o objeto é histórico e, portanto, dotado de uma plasticidade formal, o próprio método e as teorias por ele implicadas não poderiam ser percebidos como congelados, fixos, ubíquos, mas, antes, como um reflexo das próprias transformações sofridas pelo objeto (2021, p. 71).

A presente pesquisa adotou a abordagem quali-quantitativa. Assim, trabalhou com dados qualitativos e dados quantitativos, tendo como objetivo relacionar teoria e prática, ou seja, as múltiplas determinações da realidade concreta. Sobre a abordagem qualitativa, de acordo com Minayo, tem-se que

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não poder ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2002, p. 21-22).

Como procedimentos metodológicos, utilizou-se o levantamento bibliográfico para ter acesso às fontes primárias e secundárias. No tocante às fontes primárias, foram analisados dados junto aos órgãos oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Agência Nacional de Mineração (ANM), Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE), Ministério das Cidades, bancos públicos, a exemplo da Caixa Econômica Federal, e institutos como o Observatório de Sergipe. Sobre as fontes secundárias, foram estudados livros, artigos científicos, dissertações e teses. Acerca do levantamento bibliográfico, tanto primário quanto secundário, o objetivo foi juntar informações e dados sobre conceitos e categorias basilares do estudo. As categorias centrais da pesquisa foram trabalho, capital, Estado, espaço e crises.

Realizados o levantamento bibliográfico e o estado da arte, partimos para a execução de trabalhos de campo com vistas a estabelecer contato com os participantes da pesquisa, sendo eles trabalhadores do extrativismo mineral para a construção civil, empresários da construção civil, responsáveis legais pela exploração mineral (pessoas que ganharam o direito de explorar via DNPM), transportadores autônomos de carga, representantes municipais da Secretaria do Meio Ambiente e representantes do sindicato dos trabalhadores da atividade analisada.

Os trabalhos de campo contaram com uma entrevista semiestruturada, registros fotográficos, fonográficos, anotações de campo e mapeamento dos empreendimentos consumidores dos produtos minerais extraídos de pedreiras e areais na área de estudo e sua relação com a produção do espaço regional. Destarte, destaca-se que a entrevista semiestruturada consiste num instrumento de pesquisa que é preparado com antecedência e engloba questões pertinentes à temática em estudo, considerando os princípios éticos na recepção das informações dos participantes. Contudo, no decorrer da entrevista, novas questões surgiram e foram incrementadas para evidenciar suas múltiplas realidades, de modo que não haja quaisquer prejuízos para o participante e para a realização da pesquisa.

A respeito do recrutamento dos participantes, a parte mais sensível da pesquisa, esclarecemos que foi utilizada a técnica *snowball* (bola de neve), caracterizada como uma amostra não probabilística. A técnica *snowball* é utilizada para se ter acesso aos participantes que não são tão evidenciados e conhecidos, mostrando-se particulares e reservados, por vezes difíceis de serem acessados (Pires, 2012). Dessa forma, como ponto de partida, escolhemos trabalhadores do extrativismo mineral para a construção civil no município de Itabaiana, o que reverberou em novos contatos com participantes dos municípios de Areia Branca e Campo do Brito, sempre preservando a identidade dos entrevistados.

O texto desta dissertação conta com três seções, em que a centralidade figura no trabalho e nos trabalhadores num dado modo de produção, o capitalismo. O trabalho é o

criador e realizador do ser social e contempla, em sua natureza, as necessidades humanas nas dimensões objetiva e subjetiva. Contudo, no capitalismo, o ser social não consegue enxergar o trabalho como seu criador, mas sim como seu destruidor; sua sentença de castigo, vergonha e sofrimento.

A depreciação do trabalho (e da natureza) ocorre paulatina e constantemente sob as relações capitalistas, em que o Estado e o capital subjagam a classe trabalhadora em benefício da geração e acumulação de riquezas. Para Harvey (2005, p. 82), “[...] o Estado capitalista não pôde ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho”.

A Seção I, “O Trabalho como Categoria Fundante do Ser Social”, explana sobre o trabalho enquanto categoria fundante dos sujeitos sociais e criador do mundo dos homens. Assim sendo, a seção aborda temas como a constituição do modo de produção capitalista e o trabalho como mercadoria, o trabalho no extrativismo mineral para a construção civil tanto na escala nacional quanto na escala regional e os papéis de programas como PAC, PMCMV e PCVA na projeção de postos de trabalho e na produção capitalista do espaço. O objetivo foi mostrar a dimensão genuína do trabalho como criador do ser social e seu espectro de (des)realização sob a lógica do capital, isto é, como trabalho assalariado/estranhado, no qual prevalecem homens e mulheres em condições e relações degradantes e precárias de trabalho.

A Seção II, “Capitalismo, Crises, Acumulação Flexível e (Des)regulamentação do Trabalho”, abarca uma leitura sobre a relação intrínseca entre Crise e Capitalismo, o papel do Estado na desregulamentação do trabalho e na projeção da construção civil e seu engodo envolvendo a esfera pública e a esfera privada nas últimas décadas no país através de programas federais como PAC e PMCMV. Buscou-se, com essa seção, destacar o caráter desigual, contraditório e combinado que forma “o sistema do capital”, sob o qual o Estado é um ente imprescindível na promoção de ações para criar formas de acumulação de riquezas, bem como apaziguamento dos efeitos das crises, por exemplo pelo movimento de desregulamentação do trabalho, sucateamento de direitos trabalhistas e precarização de serviços públicos como educação, segurança, saúde e lazer.

Segundo Harvey, o Estado burguês

[...] desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista (2005, p. 83).

A Seção III, “Nas Entrelinhas do Cálice: o Trabalho no Extrativismo Mineral para a Construção Civil no Agreste Central Sergipano”, trata das relações e condições de trabalho às quais os trabalhadores se encontram sujeitos. A seção foi separada em cinco (5) subseções nas quais são analisados o trabalho nas pedreiras, o trabalho nos areais (áreas de extração de areia), o trabalho nas áreas ilegais e o trabalho realizado pelos transportadores autônomos de carga, bem como a condição de saúde dos trabalhadores na realização do labor. Tal seção expõe as precárias, degradantes e desafortunadas relações e condições de trabalho, prevalecendo a (des)realização de homens e mulheres na atividade laboral.

Na sequência, por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, seguidas pelas referências e pelos apêndices, encerrando o estudo.

SEÇÃO I: O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL

1.1 A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (Marx, 2013, p. 327).

Na célebre passagem escrita por Karl Marx, em sua obra *O Capital* (Livro I), há a distinção entre a atividade desenvolvida pelo animal homem e pelos demais animais. De forma fundamentada, tem-se a afirmação de que o trabalho é única e exclusivamente pertencente ao animal homem, isto é, nenhum outro animal fora os homens realiza trabalho, pois, diferentemente dos seres biológicos, somente a espécie humana é portadora de consciência. O trabalho realizado pelo ser social não é mais uma decisão biológica, mas sim uma decisão social, tem-se uma consciência consciente. Assim, “[...] no novo ser social que emerge, a consciência humana deixa de ser epifenômeno biológico e se constitui num momento ativo e essencial da vida cotidiana” (Antunes, 2009, p. 143).

Desse modo, o objeto antes mesmo de ser real, ou seja, de ser trabalho objetivado, já existe na consciência do homem, já foi previamente idealizado, assim os homens são capazes de criar em suas mentes os entes que serão objetivados na natureza e que se tornarão reais. Portanto, “[...] pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) *antes* que seja construído na prática” (Lessa, 2015, p. 22).

Sobre o trabalho ser uma atividade unicamente pertencente ao homem, fala-nos Marx o seguinte:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal], o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto (2010, p. 85).

O ser social e todas as suas dimensões, como Filosofia, Artes, Ciências, Linguagem, Teoria, Cultura, são produtos do trabalho. O salto ontológico, ou seja, a passagem do ser biológico para o ser social, foi possível mediante o trabalho e o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, elevando o animal homem a um patamar de desenvolvimento único. Portanto, “[...] o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social” (Antunes, 2009, p. 136). Só se pode falar em trabalho, enquanto intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, com a origem do ser social, isto é, com a terceira esfera ontológica.

Até um dado tempo, existiam apenas as esferas inorgânica e orgânica constituindo a natureza. Com o salto ontológico, assiste-se à culminância da dimensão do ser social. Assim, as esferas ontológicas podem ser separadas em três grandes dimensões: inorgânica, orgânica ou biológica e ser social. A primeira se resume pela ausência de vida, a segunda pela presença de vida e criação sempre do mesmo e a terceira pela presença de vida e criação do novo.

Dessa maneira, ainda que seja a esfera do ser social a mais dotada de complexificação e que cada uma seja uma totalidade em si mesma, ressalta-se que elas se encontram intrinsecamente articuladas. Com isso, o ser social só pode existir mediante a existência das esferas inorgânica e orgânica, isto é, sem natureza não há ser social.

De acordo com Lessa,

Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissolivelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si (2015, p. 16).

Com isso, expõe-se que a existência do ser social foi possível em decorrência de processualidades evolutivas que, em determinado momento, desembocaram no chamado salto ontológico. Ele representou mais que um corte, sendo, em si, uma ruptura com o que existia até então; é um ato de grandeza imensurável, um ato que marca o nascimento do ser social, mas não cessa em si mesmo, ou seja, o ser social não pode ser reduzido apenas ao trabalho.

Para o autor Lessa,

Em outras palavras, o salto corresponde ao momento negativo de ruptura, negação, da esfera ontológica anterior; é este momento negativo que compõe a essência do salto. Todavia, a explicitação categorial do novo ser não se esgota no salto. Requer um longo e contraditório processo de construção das novas categorias, da nova legalidade e das novas relações que caracterizam a

esfera nascente. Esse longo processo, cuja positividade (afirmação do novo ser) contrasta com a negatividade do salto, é o processo de desenvolvimento do novo ser (Lessa, 2015, p. 19).

Isso posto, diferentemente do ser inorgânico, que não consegue se reproduzir, e do ser orgânico/biológico, que passa a ter a capacidade de reprodução, ainda que seja uma reprodução sempre do mesmo, no caso do ser social, em que há uma ruptura com o ser orgânico/biológico, sua existência remonta à criação, constantemente, de entes novos. Porém, como já esclarecido, apesar da autonomia entre as três esferas ontológicas, há, intrinsecamente, um elo que não pode ser superado entre elas.

Nesse sentido, o ser social tem sua origem no trabalho. É no trabalho e pelo trabalho que existe a passagem do ser orgânico para o ser social, bem como a constituição de homens e mulheres em constante relação e movimento, constituindo, ao longo do tempo, modos de convivência e estabelecendo formas de sociabilidade. Portanto, ainda que outros animais (abelhas, aranhas, formigas, macacos) desenvolvam atividades, são apenas atos naturais que estão articulados com a sua dimensão genética, não há a criação do novo, apenas repetições entre uma necessidade e formas de satisfazê-la, um ato já traçado.

O ser social, por sua vez, rompe com as leis naturais e passa, ao longo da história, a criar entes novos, modificando a natureza face aos seus interesses; em outras palavras, é na natureza que se encontra o trabalho objetivado. Com efeito, “[...] à diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma relação entre o seu sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica)” (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 44).

O aparecimento do animal homem remonta a um processo longo e complexo envolvendo milhares de anos. Dados científicos, ainda que não consensuais, indicam que a espécie hominídea surgiu na Terra por volta de 4 milhões de anos atrás, sendo a espécie *Homo sapiens* ainda mais recente, isto é, apareceu há cerca de 100 mil anos, ou, mais recentemente ainda, há 40 mil anos. Assim,

[...] sabe-se, apenas, que o surgimento da *vida*, ligado a complexos processos físico-químicos, foi produto de um longo caminho evolutivo, ao cabo do qual, sobre a base da matéria inorgânica, emergiu um **novo tipo de ser**, dotado de capacidade de se reproduzir: o *ser vivo, orgânico* (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 47, grifos dos autores).

Nesse íterim, embasados teoricamente em Antunes (2004), analisamos as processualidades que deram origem ao homem, isto é, o que levou a diferenciar o homem dos

demais primatas existentes. Esclarece-se, com isso, que o homem não descende do macaco; ainda que exista um ancestral comum entre homem e macaco, os homens compõem, verdadeiramente, uma das espécies da ordem dos primatas. Ainda sobre a construção do homem, destaca-se nesse processo o papel da mão, da laringe, do cérebro e dos órgãos dos sentidos.

A posição ereta adotada pelos macacos antropomorfos devido às necessidades do ambiente em que viviam pode ser considerada o início de um longo percurso que resultou na mudança evolutiva que desembocou na origem do homem. Um ato peculiar realizado pelos macacos antropomorfos mudava a história e consumava o princípio da formação de uma nova espécie.

A mão do homem selvagem já se distinguia da dos macacos, haja vista que, por meio de suas mãos, eram elaborados atos que nenhum outro macaco poderia realizar, pondo-os em prática. Com efeito, “[...] a mão não é apenas órgão do trabalho; é também produto dele” (Antunes, 2004, p. 13), isto é, a mão que produz é produzida paralelamente pelo trabalho.

A mão, por exemplo, do animal homem é expressão de *práxis*, de transformação, é responsável por criações inimagináveis; já a mão do animal natural estará, para sempre, orientada a desenvolver mais do mesmo, apenas repor o que biologicamente já foi estabelecido. Assim, “[...] o número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco” (Antunes, 2004, p. 13). As mãos tiveram papel importante no processo de ruptura entre os macacos e os homens, pois, como órgão e produto do trabalho, se aperfeiçoavam a cada nova habilidade e conhecimento adquirido.

Com a laringe, mediante a humanização do animal homem, por meio do trabalho, pôde haver agrupamentos humanos, formando os primeiros resquícios de sociedade. Reunidos em grupos e/ou bandos, deram origem e aperfeiçoaram, pelo trabalho, a linguagem e a comunicação, surgindo assim a laringe no corpo humano.

Sobre isso, discorre Antunes:

Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram a necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta, mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro (2004, p. 15).

A constituição da laringe significou, certamente, um avanço importante para o que acabaria representando o salto ontológico. Com as primeiras formas de comunicação estabelecidas, a vida humana dava um salto de qualidade e elevava os selvagens a novos patamares de desenvolvimento e organização.

O desenvolvimento do cérebro e dos órgãos dos sentidos representou para os homens um avanço sem precedentes na história, bem como uma distinção inconfundível com os demais animais. O homem passava a ser cada vez mais dotado de consciência e ter suas atividades bem orientadas, deixava de agir de forma puramente natural e passava a se transvestir de humanidade. Os homens adquiriam novos rituais, costumes e práticas. Nesse contexto,

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza da consciência, a capacidade de abstração e discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento (Antunes, 2004, p. 17).

A mão, a laringe, o cérebro e os órgãos dos sentidos [e o corpo humano] constituem o corpo humano, que é energia, isto é, composto por elementos químicos, tais como: oxigênio, carbono, hidrogênio, cálcio e fósforo. A manutenção e a reprodução da vida humana demandam bens de caráter social e fisiológico. Sobre isso, o desenvolvimento do cérebro e dos órgãos dos sentidos, bem como todo cabedal físico-psíquico daí derivado, ganha um novo capítulo com a mudança de alimentação dos macacos – que mais próximos estão do ser humano.

Desse modo, as manadas de macaco, que mais perto dos humanos se encontram na árvore genealógica, tiveram de, mediante a escassez de meios de subsistência, agregar diferentes alimentos e com isso formas de conseguir esses alimentos, produzindo os caminhos necessários para sofrer alterações químicas em seu corpo, pois, conforme Antunes (2004, p. 18), “[...] em uma palavra, a alimentação, cada vez mais variada, oferecia ao organismo novas e novas substâncias, com o que foram criadas as condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos”.

Para ter acesso aos meios de subsistência, os homens criaram os instrumentos de trabalho, isto é, trabalho objetivado. Assim dito, quando se elaborou o primeiro instrumento, houve a presença do trabalho. A história mostra que os primeiros instrumentos estão voltados diretamente para a subsistência do homem, isto é, direcionados à caça e à pesca, para a manutenção do homem. Esse fato, para Antunes (2004), significa que os homens estão

deixando de possuir uma alimentação exclusivamente vegetal e passando para uma alimentação mista, incluindo, então, carnes. A alimentação carnívora significou um ganho sem precedentes para o desenvolvimento do homem, ou melhor, para o cérebro humano.

Cabe mencionar, para Antunes, que

[...] onde mais se manifestou a influência da dieta de carne foi no cérebro, que recebeu assim em quantidade muito maior que antes as substâncias necessárias à sua alimentação e desenvolvimento, com o que se foi tornando maior e mais rápido o seu aperfeiçoamento de geração em geração (2004, p. 19).

Se, por um lado, a introdução da alimentação mista na vida do homem proporcionou ainda mais o desenvolvimento do seu cérebro, por outro houve a descoberta do fogo (o que proporcionou o cozimento dos alimentos), bem como a domesticação dos animais. Com as recentes descobertas, estavam dadas as condições necessárias para que a humanidade pudesse formar sociedades e colonizar os distintos espaços. O homem não era mais dominado pela natureza, mas sim dominador das forças naturais, ou seja, o homem deixava de ter sua existência determinada prioritariamente pela natureza e passava a criar suas próprias leis: as leis sociais. Assim, “[...] ao contrário do animal, que se adequa à natureza, o ser humano adequa a natureza a si mesmo” (Tonet, 2016, p. 36).

Segundo Antunes,

Graças a cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades (2004, p. 20).

Tem-se, portanto, a esfera ontológica do ser social. Criado pelo trabalho, o ser social é único e universal. O ser social possui consciência e a desenvolve mediante o processo de objetivação. O ser social, no ato de trabalho, cria constantemente entes novos para satisfazer as suas necessidades e carências. Entes que antes mesmo de serem objetivados existiam na consciência do ser e, quando materializados no mundo natural, diferiam ontologicamente do seu criador. Eis a grandiosidade do trabalho, isto é, do ser social. Em suma, o homem se torna humano por intermédio do trabalho, e este, fonte de toda riqueza social, preenche o homem de humanidade.

Nesse sentido, o devir humano se constitui na necessidade constante que os homens têm de transformar a natureza para permanecerem existindo, isto é, os homens, ao modificarem a natureza em prol das suas necessidades, mantêm-se vivos. Ainda, é bom que se diga, que o animal homem, enquanto ser social, se torne cada vez menos dependente da natureza e das suas leis naturais, isso não elimina o fato de que a existência do ser social necessita, estreitamente, da existência da natureza.

Sendo assim, o mundo dos homens não se reduz à matéria natural, mas sem a matéria natural não existe sociedade, não existe mundo dos homens. “Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica” (Lessa; Tonet, 2011, p. 17). A objetivação, em síntese, só pode ocorrer numa relação entre natureza social e natureza natural, tornando a matéria natural impregnada de objetos sociais, perfazendo, por meio do trabalho, a própria imagem dos homens.

Conforme nos mostra Antunes,

Por meio do trabalho ocorre uma dupla transformação, uma vez que o ser social que trabalha atua sobre a natureza; desenvolve as potências nela existentes, ao mesmo tempo que ele mesmo se autotransforma. É por meio dessa complexa processualidade que o trabalho humano-social se converte em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana (2018, p. 128).

No caso da natureza, suas propriedades foram modificadas, pois a natureza nunca deixa de ser natureza; no caso do homem, novos conhecimentos, habilidades, experiências e comportamentos foram aprendidos. Dessa maneira, o arcabouço teórico-prático alcançado pelo homem o leva sempre a ter novas necessidades e projetar novos entes.

Para Oliveira,

Assim, todo ato laborativo coincide com a humanização da natureza – na medida em que o homem faz com que a própria natureza trabalhe de acordo com os seus interesses e necessidades – e com a naturalização do homem – pois ele deve desenvolver suas potencialidades enquanto ser vivo animal (olhos, braços, pernas, força) para criar tudo a partir do trabalho (2007, p. 28).

O trabalho objetivado é sempre uma unidade sintética entre a prévia-ideação e a natureza. Assim, o objeto criado pelo trabalho guarda em si tanto a natureza natural quanto a natureza social, sofrendo interferência de ambas as dimensões. Para além do exposto, ainda

que o objeto criado seja produto do trabalho, materializado, não se reduz mais somente ao trabalho, uma vez que passa a fazer parte da história dos homens.

Criador e criatura são entes ontologicamente distintos, isto é, o objeto criado mantém uma história diferente de quando ainda era apenas uma ideia. O ente criado, para existir, foi criado primeiramente na consciência (prévia-ideação) e depois objetivado na realidade. Como parte da realidade, inevitavelmente, o objeto influencia e é influenciado.

Assim, o trabalho passa a fazer parte da totalidade, em outras palavras, interfere, pouco importa se de forma ínfima ou colossal, na sociabilidade¹, elevando o cabedal de conhecimentos, habilidades e comportamentos por parte do sujeito histórico.

O desenvolvimento do homem ocorre mediante sua exteriorização, isto é, o momento da objetivação pelo qual se consubstancia, melhor dizendo, torna-se real, efetiva, substancial a distinção entre um objeto socialmente criado e a consciência que operou a prévia-ideação que está na gênese desse mesmo objeto. A exterioridade é a síntese do embate entre a subjetividade e a objetividade.

De acordo com Lessa,

A exteriorização é esse momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade. Por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente (2015, p. 24).

O trabalho objetivado enriquece o mundo dos homens, tendo em vista que o ser idealizado e materializado impregna o homem de novas habilidades, conhecimentos e aptidões, mas o homem só existe enquanto sociedade. Assim, o objeto criado passa a fazer parte de uma história que o antecede. Para que o objeto seja objetivado, isto é, para que de fato ele seja real e passe a compor a história dos homens, é preciso que o homem conheça, domine e transforme a natureza. O ato de conhecer as propriedades da natureza para imprimir nela o objeto desejado eleva o homem e a sociedade a um novo patamar de relação para com a natureza, bem como para com sua humanidade.

Em concordância com Tonet,

¹ O processo anteriormente exposto permite a separação entre homem e natureza em um grau e numa intensidade nunca antes imagináveis (ainda que não possa haver, de forma alguma, uma ruptura total entre homem e natureza, haja vista que a existência do ser social só é possível porque a natureza existe). As leis naturais se tornam secundárias se imaginarmos que o mundo social é constituído cada vez mais por leis sociais. Há a presença, gradativamente mais, de instrumentos entre o homem e a natureza.

Como se pode ver, o trabalho, isto é, a transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à satisfação das necessidades humanas, é o elemento responsável pela transformação do ser natural em ser social. O trabalho, portanto, cria o ser social. O trabalho é a categoria fundante do mundo social (Tonet, 2016, p. 38).

O ser social, enquanto produtor do mundo dos homens e da própria história, é composto de duas unidades: individualidade e generalidade. O animal homem é indivíduo, mas se torna genérico em decorrência da sua humanização mediante a criação de novos entes, isto é, de trabalho efetivado. Como já expressei, a existência do ser social está iminentemente articulada com a vida em sociedade, com a troca de conhecimentos, aprendizados, costumes, normas, culturas etc., criando e recriando a realidade social de acordo com as suas necessidades. Em grupos primeiramente e depois em sociedade, as objetivações realizadas enriquecem o indivíduo como também, e principalmente, a sociedade, melhor dizendo, o gênero humano. Assim posto, “[...] indivíduo e gênero se constituem, em sua integralidade, por intermédio de sua determinação recíproca” (Tonet, 2018, p. 91).

Desse modo, indivíduo e gênero não se anulam, mas sim representam uma unidade, representam o ser social. O ser social nunca pode ser somente gênero, tendo em vista que o homem ainda é natural, isto é, natureza, como também não pode ser apenas indivíduo, pois o animal homem, constituído pelo trabalho, é essencialmente social. Em resumo, o homem se torna tanto mais ser social (gênero) quanto mais ser natural (indivíduo) toda vez que realiza objetivações na natureza, em outras palavras, quando se exterioriza, dado que “[...] ao agir sobre a natureza, o homem não apenas muda a realidade externa, mas, ao mesmo tempo transforma a sua própria natureza, sua interioridade” (Tonet, 2016, p. 37).

O trabalho humano engloba duas dimensões inseparáveis: a subjetiva e a objetiva. A dimensão subjetiva diz respeito à consciência, ou seja, a capacidade que o homem tem de antecipar o produto do seu trabalho no plano das ideias. No caso da dimensão objetiva, refere-se à natureza natural, ou seja, a transformação da natureza para criar o objeto idealizado. Tem-se a teleologia (dimensão subjetiva) e a causalidade (dimensão objetiva), e o objeto que foi previamente idealizado só se tornará real, ou seja, trabalho objetivado, quando for imprimido na natureza.

Dessa forma, quando o trabalho é objetivado, torna-se real e se assiste à objetivação do ser social tanto em seu polo individual quanto em seu polo genérico, visto que “[...] **o trabalho é, sempre, atividade coletiva**: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos” (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 46, grifo dos autores).

No ato de objetivação, o ser social, comumente, obtém novos conhecimentos e habilidades (o novo). Ao término da objetivação, tanto a objetividade externa quanto a subjetividade do ser social passaram por transformações, pois, depois da objetivação, o ser social não é mais o mesmo, tampouco a natureza, quanto mais o homem se objetiva mais social se torna: “[...] o produto do trabalho é, portanto, uma síntese peculiar, que só pode ocorrer no mundo dos homens, entre a prévia-ideação e os nexos causais realmente existentes. Vimos que a objetivação é o momento concreto de realização desta síntese” (Lessa, 2015, p. 28).

Esclarece Tonet o seguinte:

O processo de objetivação, isto é, de criação de objetos, implica, ao mesmo tempo, um **processo de subjetivação**, ou seja, a criação de um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, afetos e comportamentos que configuram o mundo subjetivo. O mundo objetivo, real, é, por assim dizer, duplicado, só que sob forma subjetiva, teórica (2016, p. 46, grifos nossos).

A história é fundada pelo trabalho na medida em que só existe história quando passa a existir ser social. Adiante, historicamente, os homens sintetizam, documentam e transmitem, por meio da linguagem, por exemplo, de geração em geração, seus avanços, descobertas e realizações, assim proporcionando uma relação sempre vigente entre ancestrais e vindouros. Os conhecimentos, habilidades e comportamentos possibilitam, ao ser social, um domínio sobre a matéria natural que só é possível quando os sujeitos passam a ter aprendido sobre os atributos da natureza.

Para ilustrar a situação, pode ser citada a história da física e química polonesa Marie Curie² na condição de indivíduo comprometido com a Ciência. Curie descobriu a existência de dois novos elementos, o rádio e o polônio. Para que Curie pudesse realizar tal descoberta (presente), ela fez uso de condições já existentes (passado) e pôde, a partir das suas descobertas, contribuir para o tratamento de diversas doenças por meio da radioatividade (futuro), sempre em uma relação entre indivíduo e sociedade.

A evolução do ser social é constante, ininterrupta (não confundir com linearidade), e há aprimoramento da linguagem, da ética, da moral e das habilidades. Os homens, na vida em sociedade, tornam-se cada vez mais seres sociais, isto é, produzem uma natureza ainda mais social à proporção que há trabalho. O ser social é cada vez mais tomado de complexificação e

² Pelos feitos realizados, Marie Curie ganhou dois prêmios Nobel em distintas áreas científicas. A temática é tratada em inúmeros artigos e, inclusive, no filme *Radiocative*.

diferenciação. As objetivações se tornam ainda mais elaboradas, permeadas de traços complexos, que expressam o desenvolvimento dos homens em sociedade.

Para Lessa,

O trabalho, pela sua própria essência, remete o homem para além do próprio trabalho – de tal modo que, com o passar do tempo, o trabalho apenas pode se efetivar quando atende a necessidades sociais que não mais pertencem diretamente à troca orgânica entre o homem e a natureza. O trabalho, portanto, apenas pode se realizar no interior de um conjunto global de relações sociais muito mais amplas que ele próprio: apenas no interior da reprodução socioglobal pode o trabalho se efetivar enquanto tal (2015, p. 38).

De acordo com Tonet,

Assim, o trabalho sempre permanecerá como única dimensão fundante. [...]. No entanto, como o trabalho contém em si a possibilidade de ir para além de si mesmo, por intermédio da generalização, o ser social se complexifica, dando origem a novos problemas, novas necessidades, cuja resolução e cujo atendimento são indispensáveis para a reprodução do ser social (2018, p. 95-96).

Por conseguinte, a posição teleológica primária, em outras palavras, o intercâmbio orgânico entre homem e natureza com a finalidade de atender às carências humanas, é tomada pela posição teleológica secundária, isto é, orientada para o controle, o domínio e a apropriação de uma classe sobre a outra. O surgimento das posições teleológicas secundárias foi possível mediante o desenvolvimento do ser social e suas outras dimensões: Artes, Filosofia, Ciências, Religião etc., ou seja, dimensões fundadas pelo trabalho, mas que não se resumem, em sua totalidade, apenas à categoria trabalho.

Em concordância com Lessa, tem-se que

A diferença qualitativa entre as posições teleológicas voltadas à transformação da natureza e aquelas que buscam provocar determinados atos em outros indivíduos está no fato de que as primeiras denotam uma cadeia causal, enquanto as secundárias colocam em movimento uma nova posição teleológica (2015, p. 43).

Destarte, com o grau de desenvolvimento do ser social, bem como a separação e o distanciamento entre o homem e a natureza, sendo empregados no processo de trabalho instrumentos construídos pelos homens ao longo da história, as posições teleológicas primárias, consubstanciadas pela efetivação do homem, dão lugar a posições teleológicas

secundárias, imersas em estranhamento, alienação e (des)efetivação do homem, postos por Mészáros (2011) como mediações de primeira e segunda ordem, respectivamente. No primeiro caso, a orientação não é persuadida de alienação, mas sim de satisfação. No segundo caso, a orientação é persuadida de alienação e interesses privados. Conforme menciona Heck (2013, p. 33), “[...] em síntese as formas de mediação primárias, na qual o trabalho é produtor de valores de uso, foram subordinadas às mediações de segunda ordem e representam a estrutura social que encontramos na sociedade do capital”.

À vista disso, enquanto as posições teleológicas primárias têm como embasamento os valores de uso, as posições teleológicas secundárias possuem como fundamento o valor de troca e seu caráter privatista. O valor de uso é produto do trabalho concreto, despido de alienação e estranhamento, incorporando humanidade ao ser humano; o valor de troca, por sua vez, é produto do trabalho abstrato, este permeado de alienação, estranhamento e desumanidade, voltado inteiramente para a valorização do capital. Posto isso, prevalece, na sociabilidade capitalista, o valor de troca, ou seja, o valor de uso é subjugado ao valor.

O trabalho, que antes era realizado para sanar as carências humanas, isto é, para satisfazer as necessidades dos homens, com a posição teleológica secundária, é direcionado para a produção de mercadorias com vistas a proporcionar a acumulação de riquezas por uma determinada classe social, a dominante, pois, como argumentam Lessa e Tonet (2011, p. 93), “[...] o que passa, agora, a dirigir o trabalhador no processo produtivo não são mais as necessidades humanas do trabalhador – ou mesmo de qualquer pessoa humana –, mas as necessidades para acumulação da propriedade privada da classe proprietária”.

Portanto, as posições teleológicas primárias se referem ao ato direto do trabalho, isto é, a transformação da natureza para satisfazer a produção e reprodução dos homens. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, possível pelo trabalho, são construídas posições teleológicas secundárias que se referem a outras dimensões do ser social, mas que de forma alguma rompem com as primeiras.

Em outras palavras, as Ciências, as Artes, a Teoria, a Filosofia, a Religião, a Política e a Ética são dimensões ainda mais complexas do ser social, mas não descoladas do trabalho; o trabalho é, portanto, categoria originária. À vista disso, “[...] pelo próprio trabalho o ato humano deixa de ser uma mera realização das necessidades físicas e se torna também a origem de toda a humanização do ser social” (Oliveira, 2007, p. 31).

Com isso, nota-se que

Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, **a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno**, como consciência animal que, no limite, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente **e configura-se como uma atividade autogovernada** (Antunes, 2009, p. 138, grifos nossos).

Todavia, o trabalho objetivado, isto é, as objetivações, pode também, quando utilizado por um grupo para subjugar o outro, representar retrocesso e empecilho para a plena liberdade, igualdade e vida do ser social, como é o caso da ideologia. Na posição teleológica primária, não poderia haver ideologia, pois o trabalho era uma atividade direta entre homem e natureza, um ato de realização e sentido, bem como o ser social ainda realizava o trabalho em prol de dirimir as carências existentes.

Com a posição teleológica secundária e a complexificação da vida humana, o trabalho passa a atender a necessidades alheias às carências humanas, tendo como base a acumulação de riquezas. Desse modo, a ideologia, criada e cumprindo sua função social, inculca nos homens traços de alienação e estranhamento, reduzindo os homens dominados aos interesses dos homens dominantes.

Na concepção de Lessa,

A partir do surgimento da luta de classes, a ideologia deve não apenas justificar, tornar razoável e operativa a práxis cotidiana, mas também fazê-lo de modo a atender aos interesses de classe. O ser das classes e os conflitos entre elas passam a permear a ideologia; e, ao mesmo tempo, a luta de classes tem na ideologia um de seus momentos mais importantes, já que ela é decidida, em última instância, no momento em que uma sociedade se nega a objetivar determinados valores e ideações em favor de outros valores e finalidades (2015, p. 44).

Os atos teleológicos, orientados sob ordens que são alheias às verdadeiras e reais necessidades dos homens, tornam-se movimento de (des)realização do homem e promoção de desumanidade. As prévias ideações não estão mais postas para atender e satisfazer o gênero humano, mas sim para enriquecer determinado grupo da sociedade. Assim, a desrealização da humanidade e a realização da desumanidade na sociedade de classes ocorrem porque a produção está embasada nos valores de troca e não de uso, ou seja, o objetivo não é promover a emancipação plena dos homens, mas sim angariar mais riqueza/propriedade privada.

Dessa forma, “[...] como o que ele produz não é o que ele necessita, não pode se desenvolver plenamente como pessoa humana, já que suas necessidades jamais podem comparecer em sua atividade produtiva” (Lessa; Tonet, 2011, p. 93).

Segundo Oliveira,

O trabalho sob a forma abstrata (assalariada) escamoteia o verdadeiro sentido da dimensão concreta do trabalho na sua condição originária, assim a fetichização da mercadoria que é produzida mascara as relações sociais entre pessoas e encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, coisificando-as (2007, p. 59).

O trabalho, que é sinônimo de realização e sentido para a vida do homem, quando feito de forma consciente, orientada e concreta, configura-se, enquanto trabalho estranhado, em tormento, infortúnio, abstração e vazio de sentido para aqueles que o realizam. Se é no e pelo trabalho que o ser social poderá alcançar sua mais alta humanidade, isto é, a plena emancipação, isso não se dará enquanto o trabalho for uma peça abstrata que enche o homem de vergonha, desprazer, dor e perturbações físicas e mentais.

Em contraponto, é no e pelo trabalho concreto, dotado de significado, sentido e realização, que os homens poderão construir uma sociabilidade que tenha como trabalho o trabalho associado. Sendo assim, a liberdade plena “[...] é a forma mais elevada possível de autodeterminação do ser humano, porque fundada na forma mais elevada possível do trabalho, o trabalho associado” (Tonet, 2016, p. 111).

De acordo com Antunes,

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização *é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo*. Na busca de uma vida cheia de sentido, a *arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade*, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna *autodeterminado, autônomo e livre*, e por isso *dotado de sentido*, será também (e decisivamente) por meio da *arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade* que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (2009, p. 143, grifos do autor).

Portanto, na contemporaneidade, em que predomina o trabalho alienado, estranhado e obrigatório, é preciso suplantar a ideologia, além de compreendê-la como produto do trabalho humano, refutando a ideia de que a realidade social é produto de forças naturais e/ou extramundanas e conscientizando de que o mundo social, a história e todas as dimensões do ser social têm como origem o trabalho.

Nessa acepção, o trabalho é a categoria gênese do ser social, mas o ser social não se restringe apenas ao trabalho, dado o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e a

possibilidade de criação, que possibilitam aos homens e às mulheres uma vida para além do ato de trabalhar. Posto isso, os sujeitos sociais históricos podem se dedicar a outras camadas criadas pelo trabalho. “Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente: a categoria de **práxis**” (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 55, grifo nosso).

Dito isso, para que haja a revolução, isto é, a superação da sociedade contemporânea por outra, é necessário o Comunismo. Os homens precisam arrebear os fundamentos e as correntes que estruturam o capitalismo: o trabalho alienado, a propriedade privada e o Estado. Assim, reafirmar que a realidade social é produto, indiscutivelmente, da unidade inquebrantável entre o exterior e o interior, ou seja, entre ideação e objetivação, é reafirmar também o elemento mediador: a *práxis*.

A práxis, em suma, representa o poder de transformação real que os sujeitos históricos têm, revelando-nos a capacidade de produzir o novo. Assim sendo, a práxis não é hermética, mas sim puro caráter de dinamismo e possibilidade de mudança. A práxis não se fecha em si mesma, ao contrário, aglutina lutas e anseios coletivos.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O TRABALHO COMO MERCADORIA

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria, através da instauração do trabalho livre, que dá-nos a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-valia (o D’). Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produzir mais-valia (Alves, 2007, p. 18).

O trabalho no capitalismo assume o caráter de mercadoria, tem-se o trabalho assalariado. Os sujeitos históricos são subjugados à força do capital, às suas necessidades intermináveis, incabíveis e insaciáveis, em um processo marcadamente destrutivo para os homens e a natureza. O trabalho, por sua vez, é uma mercadoria especial e única, pois cria outras mercadorias, lhes dotando de valor. Assim, à proporção que os homens criam mercadorias, enriquecendo o mundo das coisas, empobrecem o seu próprio mundo, ou seja, o mundo dos homens. O primeiro é ato de insatisfação e vazio de sentido para o homem (é a própria construção da desumanidade do animal homem), o segundo é expressão de satisfação e cheio de sentido (é a própria construção da humanidade do animal homem).

Embasado teoricamente em Marx, Antunes (2018, p. 109) escreve que “[...] com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*)”. No trabalho obrigatório, ou seja, na forma de trabalho assalariado, o homem não se sente livre, mas sim preso/retido/prisioneiro no seu próprio mundo, de modo que a efetivação do capital significa a desefetivação do homem.

Para Marx,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumentar em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (2010, p. 80, grifos do autor).

O modo capitalista de produção se baseia, essencialmente, na exploração do trabalho, isto é, para alcançar o seu objetivo, a valorização do capital, homens e mulheres se tornam meras mercadorias. Se antes a produção estava direcionada para sanar as necessidades humanas que se colocavam em relevo, no capitalismo a produção busca uma única coisa: garantir mais dinheiro, enriquecendo a classe dominante. Desse modo, “[...] o capitalista *compra* para *vender*, isto é, o que ele visa com a produção de mercadorias é obter *mais dinheiro*” (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 108, grifos dos autores).

O trabalho enquanto atividade útil e de efetivação do homem, isto é, alinhado à ordem do valor de uso, é, com o capitalismo, subjugado pelo capital, tornando-se mercadoria. Como mercadoria, o trabalho é útil para o capital, tendo em vista ser a única mercadoria capaz de criar valor, ainda que padeça em um processo de desumanidade e desefetivação do homem; tem-se, portanto, um trabalho abstrato. Com o capitalismo, as relações sociais são opacas, obscurecidas, obstaculizadas. Há, portanto, um falseamento das relações entre proletariado e burguesia.

De acordo com Antunes,

Em vez do trabalho como *atividade vital*, tem-se uma forma de objetivação do trabalho em que as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem a forma de relação entre os produtos do trabalho, dando origem ao fenômeno social do fetichismo, [...] em que a dimensão *abstrata* do trabalho se torna prevalente em relação a sua dimensão *concreta* (2018, p. 129, grifos do autor).

O modo de produção capitalista e a sua necessidade insana e incorrigível de acumular riquezas desdobram-se nas mediações de segunda ordem; em outras palavras, o processo de produção tem como princípio, meio e fim a valorização do capital, subjugando as mediações de primeira ordem. Desse modo, as mediações de primeira ordem correspondem a um dado período histórico, sendo, assim, construção histórica, não tendo nada de natural. Por fim, diferentemente das mediações primárias, as mediações secundárias são carregadas de alienação, opacidade e desrealização dos homens.

Quando o trabalho é transformado em mercadoria, para além do valor de uso, ele carrega consigo, agora, o signo do valor de troca, isto é, o trabalho sob o prisma do capital apresenta duplo caráter. Com feito, o trabalho, que deveria, por natureza, ser sentido de realização do homem, ou melhor, promotor da sua humanidade, se torna, por meio do valor de troca, espaço de desrealização e desumanidade do homem.

Conforme Antunes,

Com o capital erige-se uma estrutura de mando vertical, que instaurou uma divisão hierárquica do trabalho capaz de viabilizar o novo sistema de metabolismo social voltado para a necessidade da contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca (2009, p. 23).

O objetivo maior do capitalismo é a valorização do valor de troca, ou seja, é a acumulação incessante de capital. Assim, as mediações de segunda ordem se constituem pela separação entre criador e criatura, em que o processo é hierarquizado; discrepância entre o que é produzido e o que de fato é necessidade vital para a produção e reprodução dos humanos, e, por último, as relações capitalistas se universalizam e generalizam, isto é, transcendem as fronteiras nacionais. Os três princípios citados não podem ser tratados como falhas, mas sim como bases da produção assentada no valor de troca.

Sobre isso, Antunes esclarece que

Nos três casos, trata-se de estruturas vitais e insubstituíveis do capital e não de contingências historicamente limitadas, que o capital possa transcender, ou seja, o que as pessoas possam ver e ler como falhas passíveis de correção, na verdade representam pura e genuinamente as engrenagens do sistema social do capital (2009, p. 26).

Nesse sentido, o modo de produção é essencialmente desigual e contraditório, tendo em vista que a produção material é apropriada pela classe social burguesa em face da miserabilidade, da pobreza e do estigma da violência da classe social proletária. Enquanto

forma de organização do gênero humano, o capitalismo é a expressão do desenvolvimento social do homem, da vida em sociedade e da produção da riqueza social, enfim é a própria civilização do animal homem. Contudo, para se manter enquanto classe dominante, a burguesia, a partir dos instrumentos de poder (escola, mídia, religião, Estado, polícia etc.), distorce a realidade concreta, tendo como resultado sujeitos alienados e estranhados com o seu próprio trabalho e a sua existência, ou seja, se tem a barbárie social.

Dito isso, a riqueza social, isto é, os bens criados pelo trabalho humano, que por sua vez se traduz no intercâmbio permanente mantido entre o homem e a natureza, aparece, na sociedade contemporânea, como coisa alheia e estranha aos seus verdadeiros produtores: os trabalhadores. Separados dos meios de produção e tratados como mercadoria, trabalhadores não se sentem libertos na atividade laborativa, mas sim presos e reféns das máquinas e dos patrões capitalistas; é, em si, um trabalho penoso e degradante. Um trabalho obrigatório para se manter em plena condição de produção e reprodução.

Dessa forma, o trabalho, que é fundante do ser social, do mundo dos homens, da história, sob o prisma do sistema do capital, torna-se mercadoria, isto é, “[...] o capital tem a necessidade de comandar (ou, o que é mesmo, subordinar, subsumir ou sujeitar) o processo de trabalho com o objetivo de extrair o máximo de excedente da atividade do trabalhador” (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 124).

De acordo com Marx,

[...] o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer as necessidades dele (2010, p. 82-83, grifos do autor).

Diante do exposto, analisam-se as processualidades que culminaram no modo de produção capitalista, no trabalho como mercadoria e nos sujeitos históricos como apêndices. Em outras palavras, afirma-se que, diferentemente das correntes de pensamento que alimentam a ideologia de que o capitalismo é o único modo de produção capaz de promover a liberdade, a igualdade e a justiça plenas para os sujeitos, além de garantir as condições de produção e reprodução deles, enfatiza-se, neste trabalho, que o capitalismo, assim como as

formas de sociabilidade existentes anteriormente, expressa uma construção social, isto é, é produto dos homens e não de entes extramundanos.

O sistema do capital³, segundo Mészáros (2021), é bem mais amplo e antigo que o próprio capitalismo, em outras palavras, o capital antecede o capitalismo. Fazem parte do sistema do capital o Estado, a propriedade privada e o próprio capital, sendo que a consolidação de uma nova ordem social, fundada sob os princípios de igualdade e democracia substancial, bem como desenvolvimento pleno dos sujeitos históricos, exige o esfacelamento não apenas do capitalismo, mas sim de todo o sistema do capital. Assim, fala-nos Mészáros (2021, p. 159, grifo do autor) que “[...] é esse sistema que precisa ser totalmente *erradicado* por meio de um processo fundamental de reestruturação e substituído por uma ordem metabólica socialista radicalmente diferente”.

O capitalismo é criação dos homens, em outras palavras, é produto do trabalho e da vida em sociedade, nada de natural tem em sua existência, sendo, puramente, histórico-social. O capitalismo germina ainda sob as bases do feudalismo, alimentando-se, gradativamente, das forças produtivas do trabalho postas nesse dado espaço-tempo. Para que houvesse, de fato, a consolidação da produção capitalista e a dominação por completo do processo de trabalho pelo capital, foram necessários mais de 200 anos; nutrindo-se de riquezas sociais e naturais, rompendo fronteiras e instaurando-se em escala mundial, o capitalismo entra na sua fase monopolista.

Diferentemente dos modos de produção anteriores, isto é, comunidade primitiva, escravismo, sociedades hidráulicas e feudalismo, o capitalismo, para funcionar, precisou atingir todos os quadrantes do globo terrestre, criando desigualdades geográficas. Assim, “[...] na entrada do século XXI, o MPC [Modo de Produção Capitalista] é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um *sistema planetário*” (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 108, grifo dos autores). Desse jeito, só pode existir capitalismo em escala mundial, haja vista ser o capital uma relação social que precisa transformar tudo e todos em mercadoria, ainda que a reação dessa ação seja os limites de sua existência. Logo, “[...] o capital não pode sobreviver sem acumulação constante, e seus requisitos o levam incansavelmente a expandir seu alcance geográfico também para além das fronteiras nacionais” (Wood, 2014, p. 30).

³ O sistema do capital (Mészáros, 2021) foi criado e, por conseguinte, pode e deve ser superado para que, de fato, haja a libertação dos homens e das mulheres que se encontram presos à engrenagem do capital, engrenagens destrutivas e mortíferas. Engrenagens que depreciam, degradam, desfiguram e desalentam o homem.

A transição do feudalismo para o capitalismo levou mais de dois séculos para ser consolidada, enfrentando obstáculos e conflitos sangrentos, bem como sendo permeada de contradições. Assim sendo, como o objetivo da burguesia é sempre o lucro, tornava-se urgente mercantilizar as relações sociais e punir, com a lei, os que ainda mantivessem práticas condenadas pela nova ordem social. Por exemplo, se antes a cata da lenha morta era um hábito corriqueiro, passou a ser considerada ilegal, conforme nos mostra Grespan:

[...] florestas que desde a Idade Média eram comunais passaram a ser incluídas nas novas propriedades privadas demarcadas no começo do século XIX; e a livre coleta de lenha, antes considerada um direito feudal dos camponeses, era agora qualificada de “furto” e punida pela lei burguesa (2021, p. 18-19).

Dava-se início à suplantação do modo de produção feudal pela construção, espacialização e consolidação do capitalismo como sociabilidade mundialmente vigente. A acumulação primitiva do capital, ou seja, o processo de separação entre trabalhadores e meios de produção, e a perda, paulatinamente, do processo de trabalho, bem como o saque, o roubo e a rapina realizados pelos europeus em terras estrangeiras, possibilitaram, com o tempo, o desenvolvimento pleno do capitalismo.

O período das Grandes Navegações, marcado pela invasão e pelo domínio europeu em terras estrangeiras, garantiu os meios necessários para que as riquezas naturais fossem apropriadas pelos invasores e usadas para a efetivação do capitalismo. Portanto, pode-se afirmar que o capitalismo foi gestado na Europa, mas os alimentos do seu crescimento e bom nascimento partiram da América e da Ásia.

À vista disso, a acumulação primitiva, ou acumulação original, estrutura-se desestruturando as relações da ordem social feudal. Para tanto, primeiramente na Europa e depois em todos os outros continentes, passa a existir a implementação de políticas, normas e leis que obrigam os sujeitos a se submeterem às relações capitalistas de produção. Defende-se, sob o jugo das relações mercantis, o trabalho livre e desenraizado, isto é, pronto para ser transferido para onde for melhor para o capital. Logo, encontram-se uma classe despossuída de terras e do controle sobre os meios de produção e outra monopolizando a terra e os meios de produção, surgindo, assim, o proletariado e a burguesia, respectivamente.

Com a acumulação original, isto é, separados e despossuídos dos meios de produção, os trabalhadores são obrigados a vender a única mercadoria de que dispõem, ou seja, sua força de trabalho, para terem acesso aos bens biológicos e histórico-sociais de sobrevivência. Os atos de venda, por parte da classe trabalhadora, e de compra, por parte dos capitalistas, da

força de trabalho são mostrados como legítimos, democráticos e justos, pois não existe, de fato, uma coerção direta para que isso aconteça, porém o processo esconde o quão submissos estão os trabalhadores aos capitalistas.

Segundo Alves,

Em nossos dias, a *ideologia do trabalho livre* tende a ser mais plenamente efetiva por conta da *era dos direitos*. Entretanto, mais do que antes, ela tende a ocultar a condição sócio-ontológica de trabalho estranhado que perpassa a natureza do trabalho assalariado (2007, p. 39, grifos do autor)

Ainda assim, o valor recebido pelo contrato de venda e compra da força de trabalho dissimula a relação Capital-Trabalho, transparecendo e sendo considerado um acerto justo e legal. A força de trabalho não é como as demais mercadorias, haja vista ser a única capaz de criar valor, isto é, é por meio da força de trabalho que o capitalista alcança o seu objetivo maior: o lucro. A força de trabalho, para existir, ainda que minimamente, necessita que suas condições de existência sejam atendidas tanto no campo biológico – alimentar, morar, dormir, vestir, beber – quanto no campo histórico-social: saúde, educação, segurança, lazer. Dessa maneira, o modo de produção capitalista proporciona a produção e reprodução dos sujeitos históricos num nível em que os interesses dos grupos econômicos sejam realizados, isto é, a produção não é pensada para atender às necessidades humanas, mas sim do capital.

Para Paulo Netto e Braz,

No caso do trabalhador assalariado, o excedente lhe é extraído sem o recurso à violência extra-econômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada (para além da ideologia patrocinada pelo capitalista, segundo a qual “o salário é pagamento do trabalho”) pelo fato de a jornada de trabalho ser contínua e de ele trabalhar com meios de propriedade do capitalista (2012, p. 120).

Se a mais-valia provém do trabalho excedente, isto é, do trabalho desenvolvido a mais pelo trabalhador, o desejo insano do capitalista é aumentar ainda mais o tempo de trabalho excedente, fazendo com que seus lucros sejam ainda maiores. O processo pode ser feito de duas formas: seja pela produção de mais-valia absoluta, seja pela produção de mais-valia relativa⁴. A mais-valia absoluta se refere ao aumento da jornada de trabalho sem que o salário

⁴ Com a mais-valia relativa, o trabalhador produz mais e recebe menos sem que aja, necessariamente, o aumento da jornada de trabalho. Tal forma de apropriação do trabalho excedente se torna possível mediante o desenvolvimento tecnológico e o uso dessa tecnologia no processo de produção, ampliando o nível de produção das mercadorias, bem como o barateamento das mercadorias utilizadas pelos trabalhadores como meio de

pago sofra modificações, enquanto a mais-valia relativa tem como base a desvalorização do valor da mercadoria trabalho.

Conforme mostra Lessa,

A redução do valor da força de trabalho pode se dar pelo aumento da capacidade produtiva do trabalhador (uma tecnologia mais avançada etc.) ou, então, pela queda no valor das mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho. Em ambos os casos (quer pelo aumento da capacidade produtiva do trabalho, quer pela redução do seu valor devido à queda do valor das mercadorias que entram em sua reprodução), uma maior parcela da riqueza produzida será apropriada pelo burguês, a mais-valia relativa (2014, p. 17).

Historicamente, ainda que não possamos generalizar, tendo em vista que o capitalismo sobrevive a partir da união de velhas e novas práticas de exploração, a jornada de trabalho diminuiu mediante a atuação da classe trabalhadora, política e sindical, as duas últimas quando dirigidas para um campo progressista revolucionário. Para Paulo Netto e Braz (2012), a produção de mais-valia absoluta enfrenta dois entraves graves: o primeiro é no campo fisiológico, isto é, o capitalista não pode explorar o trabalhador a seu bel-prazer, pois é preciso mantê-lo, ainda que minimamente, vivo; o segundo diz respeito ao campo político, haja vista que há resistência e luta por parte dos trabalhadores que não se acomodam na luta antagônica entre classe burguesa e classe trabalhadora. Em ambas as dimensões, se nota a atuação do Estado para criar e manter viva a força de trabalho, bem como apaziguar o conflito histórico entre Capital e Trabalho.

Destarte, o processo de trabalho é composto por tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, sendo a produção de mais-valia o objetivo do capitalista. Assim, tem-se, no trabalho necessário, a criação de valor e, no trabalho excedente, a valorização. Portanto, no capitalismo, o trabalho é comandado pelo capital. No tocante ao tempo de trabalho necessário, o trabalhador já fez jus ao seu salário, isto é, já pagou o valor que foi gasto pelo capitalista para o contratar. No que se refere ao tempo de trabalho excedente, o trabalhador está a gerar mais do que lhe foi pago, ou seja, cria-se um excedente, um trabalho não pago e garantidor do lucro do capitalista. Contudo, enfatiza-se que todo o processo é permeado de alienação e, portanto, transparece como legalmente justo, ocultando-se o caráter perverso e desumano da acumulação de capital.

reprodução, fazendo com que os capitalistas diminuam os salários porque os gastos com a reprodução dos trabalhadores também foram reduzidos. Como exemplo, pode ser citado o caso de transporte público gratuito ou mais barato, também fornecimento de energia e saneamento básico gratuito ou barato; ambas as situações, em escala generalizada, podem levar ao barateamento do custo de vida (fisiológico) dos sujeitos.

Diante disso, a processualidade que acarretou o comando real do trabalho ao capital atravessa longos anos e séculos, sendo analisada por Alves (2007) como modernidade do capital. A modernidade expressaria o conjunto das criações dos homens em sociedade, possuindo nuances distintas nos diferentes momentos históricos do capitalismo.

Ainda de acordo com Alves,

Por *modernidade* entendemos um conjunto de *experiências de vida*, experiência do espaço e do tempo, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, que é hoje em dia compartilhado por homens e mulheres em toda parte do mundo. Assim, desde o século XVI, constitui-se no Ocidente a modernidade do capital, que assume diversas formas histórico-temporais, por conta do desenvolvimento do modo de produção (2007, p. 26).

Entende-se que o valor é criado no momento do tempo de trabalho necessário e a mais-valia no momento do tempo de trabalho excedente. Em suma, valor e mais-valia existem apenas e somente quando há a produção de mercadoria. Desse modo, não é na distribuição, na circulação e/ou tampouco no consumo que o valor é gerado; como o valor é criado, puramente, pelo trabalho, sua origem é na produção (ainda que uma parte da mais-valia seja realizada somente quando a mercadoria é vendida).

Os capitalistas buscam incansavelmente, desde o princípio, acumular mais e mais valor. Dessa forma, tendo em vista que mais-valia é trabalho não pago e só pode ser gerada no ato de trabalho excedente, o capital historicamente subjuga o trabalho com o objetivo de se manter vigente, isto é, acumulando riquezas.

As formas adotadas pelos capitalistas para garantir taxas de lucro excepcionais e inibir a decadência do sistema capitalista passam pelo trabalho, ou seja, pelas criações do trabalho humano. Com o trabalho assalariado e alienado, a classe dominante pode controlar e dominar a classe dominada, bem como se apropriar da riqueza social produzida. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que atingem níveis sem precedentes na história, ao contrário de promover a liberdade e a emancipação dos sujeitos históricos, sedimenta caminhos lamacentos, tortuosos e labirínticos para os homens, pois seu domínio se encontra sob o jugo da elite, utilizando-as para se perpetuar no poder e no controle da produção social.

Conforme dizem Paulo Netto e Braz,

Quando o processo de trabalho está subordinado realmente ao capital, quando o trabalhador perde o controle desse processo, o capital encontra as melhores condições para incrementar a produção do excedente – vale dizer,

a subsunção real do trabalho ao capital propicia a este último potencializar a extração de mais-valia (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 126).

O processo de trabalho, no modo de produção capitalista, é impregnado de contradições. Os homens não se realizam no processo de trabalho, mas sim se (des)realizam, uma vez que a produção é referendada pelo valor de troca e não mais pelo valor de uso. Os trabalhadores perdem o sentido de criadores dos objetos, pois os entes criados lhes são estranhos e alheios. Os trabalhadores, diferentemente de outrora, não têm conhecimento acerca do processo do trabalho completo, ou seja, apenas conhecem a parte que lhes é designada.

Desse modo, se a acumulação originária marca o início da separação entre trabalhadores e meios de produção, é com a segunda modernidade que há a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital. As mudanças no processo de trabalho marcam o mundo do trabalho de forma drástica e radical, em que existe a substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Para Marx,

O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a exteriorização (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. [...] assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (2010, p. 83, grifo do autor)

Já para Grespan,

Privado da propriedade dos meios de produção, o indivíduo não se reconhece mais plenamente no produto de seu trabalho e tem acesso a ele apenas mais tarde, ao comprá-lo no mercado. Ou seja, em vez de se apropriar de imediato do produto resultante do ato de trabalho, o trabalhador precisa comprar no mercado aquilo que, muitas vezes, ele mesmo produziu para seu empregador. [...]. O produtor não se reconhece no produto, não se reconhece como produtor, e afirma-se socialmente como comprador e consumidor. [...] o trabalhador não tem consciência de que o produto existe graças às suas mãos (2021, p. 25-26).

Na modernidade do capital, ascende exponencialmente o trabalho como mercadoria, em outras palavras, o trabalho assalariado é realizado com vistas a promover a autovalorização do capital. O capitalismo é a sociabilidade mais social que o homem conheceu, isto é, as leis sociais alcançaram níveis imensuráveis de domínio e controle sobre

as leis naturais. Dessa forma, é com o capitalismo que se pode falar em trabalho na sua dimensão ampla e geral, sem distinção.

O trabalho como condição e possibilidade de emancipação plena dos sujeitos, no capitalismo, é transformado em mercadoria, direcionado para a criação de valor de troca e a valorização do capital. A partir desse momento, o trabalho apresenta um caráter duplo, constituindo-se de valor de uso (trabalho concreto) e valor de troca (trabalho abstrato), em que o valor de troca comanda a produção capitalista.

Segundo Alves,

Na ótica do “sujeito” da produção de mercadorias, o *capital*, o trabalho humano aparece apenas como *trabalho abstrato*, fonte da mais-valia. O que lhe interessa é que a atividade do trabalho produza mais-valia, não importando o tipo de *trabalho concreto* (2007, p. 83).

A primeira modernidade do capital, no século XVI, remonta a “assim chamada acumulação primitiva”, isto é, o processo violento e sangrento da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção. A “assim chamada acumulação primitiva” é posta por Marx (2010) como um processo contínuo e necessário para manter o funcionamento do modo de produção capitalista. Assim posto, a primeira modernidade durou até meados do século XVIII, mas a acumulação primitiva não cessou e não pode cessar sob a égide do capital.

Antes da acumulação primitiva, o homem se reconhecia no processo de trabalho, haja vista que o homem controlava o seu trabalho, os meios de trabalho e a natureza natural, sendo que, ao fim do processo, o ser humano compreendia o objeto criado como fruto do seu trabalho, ainda que fosse um processo permeado de diferenças, mas não de desigualdades. O processo de trabalho remontava a trabalho concreto. Com o apogeu do capitalismo, o processo de trabalho é capitalista, ou seja, volta-se para a produção de mercadorias; assim, tem-se o trabalho na sua dimensão abstrata.

Nesse primeiro momento da modernidade, os trabalhadores ainda possuíam controle sobre o processo produtivo, detendo os conhecimentos, saberes e habilidades para o ato laborativo que os donos dos meios de produção não detinham. Com isso, no trabalho cooperativo, em que os sujeitos históricos se encontravam reunidos para desenvolver suas atividades em cooperação, tinha-se apenas uma subordinação formal do trabalho ao capital. Pode-se afirmar que o trabalho vivo (homem) dominava e controlava o trabalho morto (máquinas e equipamentos) e não vice-versa.

Desse modo, para Paulo Netto e Braz,

Os trabalhadores executavam as suas operações sob formas de cooperação e as técnicas produtivas eram inteiramente controladas pelos trabalhadores [...]. O fato de os trabalhadores deterem o conhecimento reduzia em muito o poder do capitalista, que deles dependia em larga medida. Pode-se afirmar que, no trabalho cooperativo, o controle do capitalista sobre o processo de trabalho era apenas formal [...] (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 124-125).

Na segunda modernidade do capital, a partir da segunda metade do século XVIII, a manufatura substituiu o trabalho cooperativo, impregnando o processo de trabalho com ainda mais desigualdade, sofisticação e divisão. Se, de um lado, uma parcela ínfima se torna mais especializada e qualificada para exercer determinadas atividades; de outro, a maior parte dos trabalhadores fica à mercê desse conhecimento sofisticado e ainda mais desprovido de saberes do passado, haja vista que passa a perder conhecimento da totalidade da atividade, pois se torna refém da divisão do trabalho. Com isso, “[...] o período manufatureiro desobstrui a via para que o processo de trabalho seja realmente comandado pelo capital” (Paulo Netto; Braz, 2012, p. 125).

O processo de trabalho, na segunda modernidade, é caracterizado pela subsunção formal, num movimento de perda maior do controle do trabalho por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras. Ou seja, a classe dominante nega o conhecimento do processo produtivo aos trabalhadores, e estes, por sua vez, perdem a dimensão tanto do trabalho quanto dos entes que são produto do trabalho. Assim, “[...] seja como for, a perda da propriedade dos meios de produção pelo trabalhador estabelece as bases de um processo generalizado de perda de controle sobre as demais condições sociais” (Grespan, 2021, p. 24). Com efeito, na sociedade capitalista, há uma fragmentação/alienação impedindo que os trabalhadores se reconheçam no processo de trabalho.

Com o advento da Segunda Revolução Industrial, entre os séculos XIX e XX, iniciou-se a fase da passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. Tem-se, nesse conjunto espaço-temporal, a incorporação das máquinas. Assim, nos apresentam Paulo Netto e Braz (2012, p. 126) que “[...] o capital subordina por inteiro (formal e realmente) o trabalho pelo controle do processo de trabalho: o trabalhador passa a ser um apêndice das máquinas, a sua desqualificação se acentua e igualmente se aprofunda a divisão do trabalho”.

Outro marco da segunda modernidade é a construção das duas classes antagônicas próprias do modo de produção contemporâneo: burguesia e proletariado. A constituição da burguesia e do proletariado percorreu séculos até ser, verdadeiramente, efetivada. De fato, em todos os modos de produção existentes na história, havia divisões, de maior ou menor grau,

mas não classes antagônicas, sendo, no Comunismo Primitivo, caçadores, pescadores, agricultores e líderes; no Escravismo, Imperador e escravo; no Feudalismo, senhores feudais e servos. A constituição das classes antagônicas expressava a queda do Estado Absolutista e a ascensão do Estado Moderno; a queda do poder religioso como majoritário e a ascensão do poder científico como majoritário; a queda das trocas não mercantis e a ascensão do mercado; a queda dos mundos do trabalho (plural) e a ascensão do mundo do trabalho (singular).

Em conformidade com Alves,

Na *segunda modernidade do capital* é que se constitui, em si e para si, as *classes sociais fundamentais* do modo de produção capitalista propriamente dito, burguesia e proletariado, e com elas, o *Estado nacional* em torno da qual se consolida o *território* propriamente dito da Nação e da Cidade (2007, p. 25, grifos do autor).

O processo de subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital toma as últimas décadas do século XIX e as sete primeiras décadas do século XX, culminando em trabalhadores profundamente subjugados aos interesses do capital. A classe dominada perde o controle sobre o processo de trabalho, ainda que se mantenha em constantes lutas, resistências e greves. Sendo assim, o trabalho objetivado é notado como criador e o trabalho vivo como criatura, tendo em vista que o capital busca, incessantemente, negar os sujeitos históricos como os únicos criadores da realidade social. Logo, com a grande indústria, máquinas e sistemas de máquinas, produto do trabalho humano e sob o jugo de uma única classe, a subsunção real do trabalho ao capital se consolida.

Assim, fala-nos Alves que

O trabalho contido nos meios de produção como trabalho objetivado, isto é, *trabalho morto*, oprime o *trabalho vivo* apenas na medida em que é determinado pela relação social de produção capitalista. A máquina é *alheia* ao trabalho vivo não porque é exterior (ou separado) dele, no sentido material, pois o corpo da técnica, em si, não ocasiona alienação e auto-alienação dos agentes sociais, mas sim, sua forma social estranhada, forma social do capital, ou seja, tecnologia (2007, p. 51, grifos do autor).

Porém, é primordial atentar-se ao fato de que não são as máquinas e os sistemas de máquinas e, tampouco, as indústrias os responsáveis pela degradação dos trabalhadores, mas sim a forma como a produção é realizada, isto é, orientada para satisfazer as necessidades do capital. Assim, não é a máquina a responsável pela exploração dos trabalhadores, mas sim os proprietários dos meios de produção, isto é, a classe dominante.

O trabalho morto não deprecia o trabalho vivo, são os detentores do trabalho morto (os donos dos meios de produção) que realizam tal ação, alienando o processo de trabalho. Portanto, o capital é uma relação social, não é algo ou alguém, é um sistema vivo que para existir precisa (des)efetivar o trabalho como categoria concreta.

Dessa maneira, “[...] o capital não pode sobreviver sem acumulação constante, e seus requisitos o levam incansavelmente a expandir seu alcance geográfico também para além das fronteiras nacionais” (Wood, 2014, p. 30). Só pode existir capitalismo em escala mundial, o que ocorre, hegemonicamente, na segunda modernidade do capital.

De acordo com Alves,

[...] a máquina a ser utilizada no comunismo é uma máquina diversa daquela que é utilizada no modo capitalista. As máquinas que conhecemos são produto de uma tecnologia (e também de uma ciência) que foi toda pensada sobre a base do pressuposto do trabalho humano estranhado. A emancipação envolve, deste modo, alterar o próprio processo de conhecimento e de realização técnica (2007, p. 53-54).

Em uma sociabilidade que tenha como base fundante o trabalho associado, o desenvolvimento das forças produtivas poderá liberar os homens cada vez mais do ambiente de trabalho e deixá-los livres para aproveitar o tempo excedente com outras dimensões do ser social, tais como pintura, desenho, dança, cinema, filosofia, política, ciência. Os homens não serão apêndices das máquinas, mas sim seus verdadeiros controladores. A produção estará voltada para a produção dos mais variados bens que possam, de forma abundante, garantir a produção e reprodução dos sujeitos históricos. Eis a base do comunismo.

A terceira modernidade do capital, desprovida de qualquer mudança significativa que pudesse impedir o fim do sistema do capital, repercutiu como um golpe forte e fatal para o capital, pois estavam dados os limites de sua existência. Assim, a terceira modernidade marca o encerramento do “ciclo histórico do sistema do capital”, uma vez que a realização do capital ocorre cada vez mais de forma custosa e perigosa.

A iminência de uma Terceira Guerra Mundial, a finitude dos bens comuns e o padrão irracional de produção estabelecidos pelo sistema do capital impõem a urgência de se pensar em uma nova ordem social fundada sob o aniquilamento total do “sistema do capital”.

Para focar em apenas um dos itens listados, citam-se as guerras mundiais, instrumentos utilizados pelos capitalistas para evitar o colapso do sistema do capital em momentos críticos, mas que não são mais seguras no quadro atual, pois poderiam representar o próprio fim da humanidade visto o poderio bélico, militar e tecnológico que dispõem as

principais potências mundiais. Desse modo, a busca pela plena realização e acumulação de capital é cada vez mais penosa e estruturalmente desgastante, expressando, de fato, o fim iminente do sistema do capital (Mészáros, 2021).

Assim, desprovida de qualquer modernidade que pudesse (re)encaminhar o capitalismo para uma esfera de harmonia e equilíbrio entre capital e trabalho, a terceira modernidade apenas reforçou que a face original do capitalismo é a barbárie social, é a promoção da desigualdade entre os homens. Com fábricas e indústrias cada vez mais ocupadas por trabalho morto em detrimento do trabalho vivo e a riqueza social sob o formato de propriedade privada, os trabalhadores ficaram à mercê do Estado e suas políticas compensatórias, da ideia de empreendedorismo e/ou à espera de serem captados outra vez pelo capital. A precarização atingiu os distintos setores do mundo do trabalho e provocou o aumento de números de trabalhadores e desempregados e daqueles que desistiram de trabalhar, ou melhor, que foram descartados de vez pelo capital.

Segundo Alves,

A terceira modernidade do capital seria a modernidade tardia, a modernidade sem modernismo, ou a modernidade pós-modernista. É a modernidade do espírito do toyotismo que explicita uma nova implicação sociometabólica da produção social: a maquinofatura em contraste com a manufatura e a grande indústria. A terceira modernidade é a modernidade do capitalismo manipulatório e da crise estrutural do capital. É a modernidade da predominância do capital financeiro sobre as demais frações do capital. A terceira modernidade seria a modernidade do precário mundo do trabalho e da barbárie social (Blog da Boitempo, publicado em 26 set. 2011).

Nesse sentido, a terceira modernidade marca a crise estrutural do capital e seus efeitos para a sociedade mundial. Com a mundialização do capital, os capitalistas puderam precarizar muito mais a mercadoria força de trabalho não porque se tornou obsoleta, mas sim porque a riqueza produzida no circuito da produção poderia ser levada para a esfera da financeirização e deixar o capitalista mais rico.

Com efeito, na terceira modernidade, organizações sindicais, políticas e sociais que defendiam a classe trabalhadora foram atacadas e desestruturadas. Nesse momento, tem-se um trabalho desorientado, desnordeado e desvirtuado da sua função social, isto é, da promoção dos sujeitos históricos como homens livres e criadores da realidade concreta.

No presente trabalho, o capital é entendido como relação social, isto é, um sistema vivo e dinâmico, enquanto uma relação real apresenta como composição o capital variável (trabalho) e o capital constante (trabalho objetivado). Desse jeito, o trabalho vivo, no modo de

produção capitalista, é tratado como capital variável no processo de produção, haja vista que sofre alterações de acordo com as condições de trabalho às quais estará submetido.

Em resumo, pode-se falar que a força de trabalho é uma mercadoria viva, o oposto dos meios de produção que já são trabalho objetivado. Por conseguinte, os ambientes de trabalho são compostos tanto de capital variável quanto de capital constante, sendo que as empresas que incorporam inovações tecnológicas a suas bases produtivas tendem a ter menos capital variável e mais capital constante em relação àquelas que fazem pouco ou nenhum uso das tecnologias.

De acordo com Paulo Netto e Braz,

Essa relação varia conforme os diversos ramos industriais, assinalando o maior ou menor grau de mecanização/automatização das empresas, e varia também historicamente, segundo a crescente aplicação dos avanços científico-tecnológico à produção. Diz-se que é **alta** a composição orgânica do capital quando é *maior* a proporção do capital constante e **baixa** quando é maior a do capital variável (2012, p. 115, grifos dos autores).

À vista disso, a burguesia trabalha para aumentar a produção e diminuir os gastos com o capital variável, ainda que não possa se despir dele totalmente, uma vez que a mais-valia é criada única e exclusivamente da mercadoria força de trabalho, isto é, nenhuma outra mercadoria, fora o trabalho, consegue produzir mais-valia, pois mais-valia é trabalho excedente, e trabalho excedente pertence somente aos sujeitos históricos, não a máquinas e/ou sistemas de máquinas.

Assim, o valor da força de trabalho do trabalhador é estabelecido mediante a soma dos valores necessários para atender à sua manutenção e reprodução tanto no sentido biológico quanto no sentido sociocultural, ou seja, ainda que os capitalistas tentem igualar o valor pago pelo tempo de trabalho necessário e com isso reduzir despesas, não se trata de um ato simplório, tendo em vista que existem nuances biológicas e histórico-sociais que distinguem os trabalhadores.

Dessa maneira, se trabalho é gasto das forças físicas e psíquicas do homem na produção de um ente novo, existe uma diferença entre trabalho simples e trabalho complexo. O trabalho simples se refere ao trabalhador considerado singelo, médio, comum, enquanto o trabalho complexo nada mais é que um maior acúmulo de trabalho simples (Paulo Netto; Braz, 2012).

Nesse sentido, analisam-se a condição de precariedade e o processo de precarização do trabalho. Logo, a determinação histórico-ontológica, a determinação socioinstitucional e a

determinação histórico-genética formam a precarização e a precariedade, representando a tríplice determinação em que se assentam a precariedade e a precarização do trabalho (Alves, 2007).

Em outras palavras, os atos precariedade e precarização do trabalho resguardam em si e para si diferenciações, por isso não podem ser homogeneizados. Por exemplo, trabalhadores de países da América Latina, como no caso do Brasil, são precarizados muito mais do que trabalhadores de países da Europa, como no caso da Inglaterra. Isso se deve não a fatores geográficos e/ou a um viés determinista, mas como expressão da organização sindical, política e social, como expressão do lugar ocupado na divisão social e territorial do trabalho, como expressão da consolidação da forma política democracia, ainda que em bases burguesas, etc.

Nas palavras de Mészáros (2021), existe uma “taxa diferencial de exploração da força de trabalho global” com a consolidação da economia mundial. A consolidação da economia mundial, com o fim da Segunda Guerra Mundial, marca os Estados Unidos da América (EUA) como potência econômica, política e militar capitaneando novas e velhas práticas de dominação ao redor do mundo. O capitalismo humanizado prometido por Roosevelt enquanto presidente do país não logrou êxito, e o que se assistiu mais uma vez foi a face nefasta do “sistema do capital”.

Desse modo, a taxa diferencial de exploração expressaria o nível de organização da classe trabalhadora de região para região, de país para país, sendo que, em países de capitalismo avançado, as condições de trabalho poderiam ser melhores que aquelas em países de capitalismo periférico.

Assim, diz Mészáros:

De acordo com essas condições, a economia mundial se caracterizou pela prevalência da sumamente desigual *taxa diferencial de exploração* da força de trabalho global, sendo que, na economia capitalista muito mais avançada dos Estados Unidos, o trabalho ocupou nesse aspecto uma posição consideravelmente melhor (2021, p. 157).

Nessa perspectiva, o capitalismo se assenta primordialmente no trabalho obrigatório, alienado e estranhado para se configurar como modo de produção monopolista, existindo em todos os quadrantes do planeta Terra. Enquanto mercadoria, o trabalho é dotado de precariedade, isto é, não tem por objetivo preencher de sentido a vida do animal homem, mas sim manter o capital subjugando o trabalho.

Por consequência, a precarização do trabalho é um processo, isto é, caracteriza-se por ser dinâmico e em constante transformação. Por exemplo, na primeira modernidade do capital, a precarização difere daquela existente na segunda modernidade e difere, também, daquela da terceira modernidade. Pode-se pensar da seguinte forma: a precarização expressa, como processo, o nível de domínio sobre o qual se encontra o trabalho ao capital; assim, ao passo que o capital fica mais forte e o trabalho é solapado, agredido e degradado, se tem o curso da precarização.

Contudo, percebe-se que a relação Capital-Trabalho é conflituosa, isto é, permeada de resistência, luta e antagonismo. Por isso, a precarização precisa ser vista como aquilo que emerge do embate entre Capital e Trabalho, em outras palavras, da luta entre capitalistas e trabalhadores. Cita-se, como exemplo, a reforma trabalhista pela Lei nº 13.467 de 2017, realizada pelo governo brasileiro (Michel Temer), ou seja, a lei foi promulgada e atingiu milhares de trabalhadores e trabalhadoras, mas não foi aprovada sem enfrentar paralisações e greves de diversos setores da sociedade.

Segundo Alves,

A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados ao decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho (2007, p. 114-115, grifos do autor).

Desse modo, o resultado da precarização do trabalho é a perda de direitos trabalhistas conquistados historicamente à base de muita luta e oposição ao capital, da fragmentação da classe trabalhadora, bem como da promoção da barbárie social, diga-se de passagem, não mais como algo pontual, mas sim generalizado e especializado tanto nas economias centrais quanto nas periféricas.

Outro dado importante se refere, com a terceira modernidade, ao enxugamento do Estado, isto é, nota-se cada vez mais um Estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para a classe dominante, sem precisar, como foi feito no passado, esconder e deturpar o conflito entre Capital-Trabalho.

Assim posto, ideologicamente proposto e socializado pelos grupos econômicos e políticos hegemonicamente dominantes, o Estado neoliberal é visto como modelo para que as distintas nações alcancem o clímax do desenvolvimento, que, no capitalismo, significa desenvolvimento econômico.

Para Alves,

O Estado neoliberal é uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir com efetividade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório. Ao tornar-se Estado máximo para o Capital, torna-se Estado mínimo para os interesses da civilização do trabalho. Mesmo que assuma o papel de regulador social, ele não consegue romper seus laços orgânicos com o grande capital, tornando-se incapaz de arbitrar interesses oligopólicos do capital concentrado (Alves, 2007, p. 149-150).

Explicita-se a urgência de se pensar, organizar e lutar por uma outra sociedade que tenha como objetivo basilar a realização de todos os sujeitos históricos, quer dizer, do gênero humano, sem quaisquer distinções de qualquer natureza. O trabalho verdadeiramente emancipado e livre é o caminho para tamanha consagração do ser social enquanto único criador do mundo social e, por conseguinte, dono de toda a riqueza socialmente produzida.

Os sujeitos históricos, comprovadamente, não se realizam no trabalho assalariado; ocorrem, na verdade, sua fragmentação e perdas físicas (dedo, mão, perna, orelha, olho, em acidentes de trabalho) e psíquicas (adoecimento mental, como a Síndrome de *Burnout*, e até suicídio, como ato de acabar com o sofrimento oriundo da atividade laboral).

Nesse sentido, somente o trabalho concreto, ou seja, na sua dimensão genuína de criação de coisas úteis e realização dos seus criadores, desprovida de alienação e fetichização, é capaz de garantir a plena emancipação do ser humano enquanto espécie e gênero.

Desse modo, conforme dito por Thomaz Jr.,

Em síntese, ontologicamente *prisioneiro* da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões é, pois, a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada para o ser social que trabalha (2002, p. 11).

Portanto, enquanto mercadoria, o trabalho expressa, para os trabalhadores, retrocesso, fardo e sacrifício, como se fosse uma pena a cumprir para que ao fim do dia tenham direito à liberdade. A liberdade de ter uma moradia, a liberdade de ter alimentos, a liberdade de ter vestimentas e ornamentações, enfim a liberdade de se produzir e reproduzir socialmente – que no capitalismo ocorre mediante compra e venda das mercadorias produzidas.

É pelo trabalho que o homem pode alcançar seu desenvolvimento pleno, isto é, tornar-se dotado de humanidade em plenitude. Para tanto, o trabalho obrigatório deve ser suplantado, bem como consolidar o trabalho associado como base da sociedade, possível numa realidade

em que os sujeitos se encontrem livres de alienação, estranhamento e (des)efetivação, ou seja, na sociabilidade comunista.

1.3 O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

O que este barro esconde e mostra é o trânsito do ser no tempo e a sua passagem pelos espaços, os sinais dos dedos, as raspaduras das unhas, as cinzas e os tições das fogueiras apagadas, os ossos próprios e alheios, os caminhos que eternamente se bifurcam e se vão distanciando e perdendo uns dos outros (Saramago, 2000, p. 52).

Na obra *A caverna*, do dramaturgo português José Saramago, o público é apresentado a uma história envolvente, comovente e quiçá dramática. Com expertise, o autor descreve minuciosamente cada personagem da história, sua aparência, suas vestimentas, ornamentações e crenças. Cipriano Algor, o protagonista da história, é oleiro desde que se entende por gente, reconhece-se no trabalho feito, no barro e na argila que ganham utilidade social a partir do trabalho realizado pelas suas mãos. Há vida na atividade executada por Cipriano, preenchendo sua existência de sentido, pois o criador sabe que o objeto criado é produto do seu dispêndio físico e psíquico, isto é, o processo de trabalho não está impregnado de alienação e estranhamento.

Contudo, o Centro, para onde é escoada a produção de Cipriano, resolve mudar o material do qual os produtos são compostos, isto é, o barro e a argila entram em desuso, sendo o plástico o novo material a ser utilizado. Logo, percebe-se que o personagem entra em crise com a nova realidade que se desenha na vida de todos, fruto das novas necessidades do Centro. À vista disso, deixar de trabalhar com o barro e a argila, para Cipriano, é o mesmo que o matar em vida, tendo em vista que a produção da cerâmica era sua própria constituição enquanto homem.

Dessa forma, se, na produção dos utensílios oriundos da cerâmica, Cipriano se sentia efetivado, ou seja, era o valor de uso o fermento da produção, no caso da produção com o uso de plástico, o que existe é a (des)efetivação do homem, pois a produção está assentada no valor de troca. No primeiro caso, a produção atende ao interesse geral, seja direta ou indiretamente; no segundo, a produção atende a interesses privados.

Fala-nos Marx que

A produção produz o homem não somente como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem na determinação da mercadoria; ela o

produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser *desumanizado* (*entmenshtes Wesen*) tanto *espiritual* quanto corporalmente – imortalidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas (Marx, 2010, p. 92-93, grifos do autor).

O Centro, na história de Saramago, pode ser pensado como o próprio modo de produção capitalista. Sendo o primeiro modo de produção a se colocar em escala mundo, haja vista a sua necessidade de esfacelar todas e quaisquer formas e modos de relações não capitalistas, o sistema do capital subjuga trabalhadores em prol da realização da mais-valia.

Assim, no incessante movimento de valorização do capital, o trabalho é apropriado feroz e destrutivamente, com vistas a retroalimentar o sistema e o poderio dos detentores dos meios de produção.

Nesse toar, o trabalho na extração mineral destinada para a construção civil se revela como uma caverna em que os sujeitos não se reconhecem como produtores das suas histórias e do mundo social, estando voltados para a escuridão do capital; o que existe é penúria e desrealização.

Perante o exposto, cumpre analisar o trabalho no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano, com foco nos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito, expondo o número de trabalhadores nas últimas duas décadas, as unidades locais de extração, bem como a renda dos trabalhadores. Esclarece-se que o estudo tem como foco, na atividade extrativista mineral, somente o trabalho na extração de pedra, areia e argila, isto é, aquele voltado para a construção civil.

De acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), a atividade de extração de pedra, areia e argila se encontra contida na classe 08.10-0. A classe em questão compreende

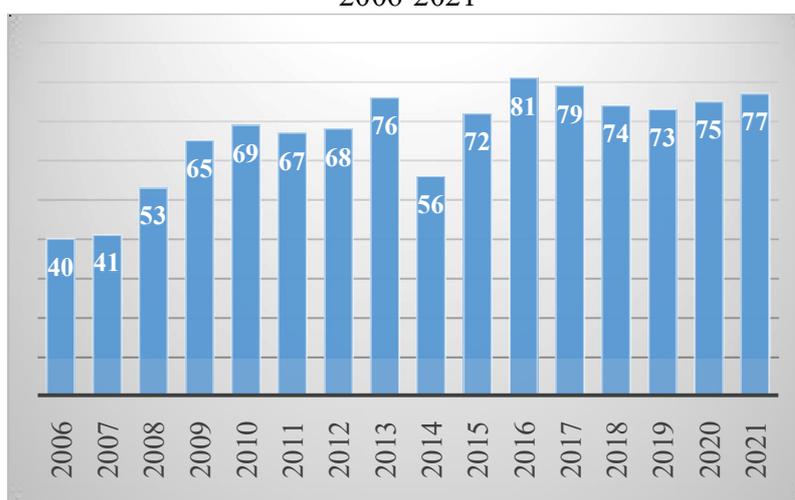
A extração de pedra e outros materiais em bruto para construção (pedras para construção, mármore, granito, areia, etc.). A extração de gesso, caulim e argilas para a indústria de cerâmica e de produtos refratários e para uso como meios filtrantes. A extração de calcário e dolomita. A trituração e fragmentação de pedras para serem utilizadas como fundentes e como matéria-prima para a produção de cal e cimento ou como material para a construção. O britamento de pedras associado à extração. Os beneficiamentos associados ou em continuação à extração (CNAE, 2024).

Sobre o número de unidades locais onde é realizada a extração de pedra, areia e argila, o estado de Sergipe, na série analisada, nunca registrou menos de 40 unidades, sendo o máximo 81 em 2016, de acordo com o Gráfico 1.

Em 2006, foram contabilizadas 40 unidades, 41 em 2007, 53 em 2008, 65 em 2009 e 69 em 2010. Os números em crescente expressam os efeitos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), pois, enquanto meios de propiciar a acumulação de capital, alavancaram o setor da construção civil no país, bem como a extração de minerais.

Em 2011, foram registradas 67, 68 em 2012, 76 em 2013 e 56 em 2014. Com o lançamento da terceira versão do PMCMV, no ano de 2014, como forma de reaquecer a economia e os caminhos de valorização do capital, nota-se que em 2015 houve um aumento no número de unidades para 72, passando para 81 em 2016. Em 2017, foram contabilizadas 79, 74 em 2018, 73 em 2019, 75 em 2020 e 77 em 2021.

Gráfico 1 - Sergipe: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021

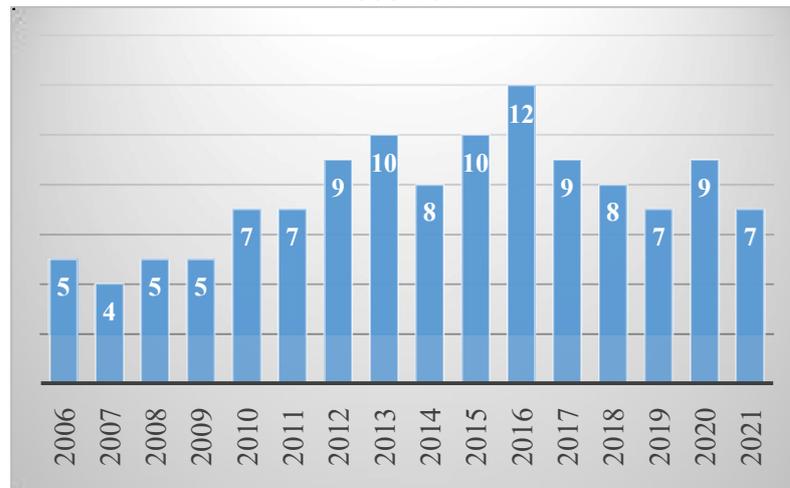


Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Nesse sentido, o município de Itabaiana, em Sergipe, registrou entre 2006 e 2021 a existência de unidades de extração de pedra, areia e argila, como aponta o Gráfico 2. De 2006 a 2009, os números ficaram sempre entre 4 e 5 unidades. No ano de 2010, foram contabilizadas 7 unidades no município, o mesmo número de 2011. Já em 2012 subiu para 9 e em 2013 para 10. Em 2014, foram contabilizadas 8 unidades, seguidas de 10 em 2015 e 12 em 2016, quando foi registrado o maior número da série. Entre os anos de 2017, 2018 e 2019, os números expressam uma queda, sendo registradas 9, 8 e 7 unidades, respectivamente. Em 2020, registraram-se 9 unidades e 7 em 2021.

Gráfico 2 - Itabaiana/SE: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021

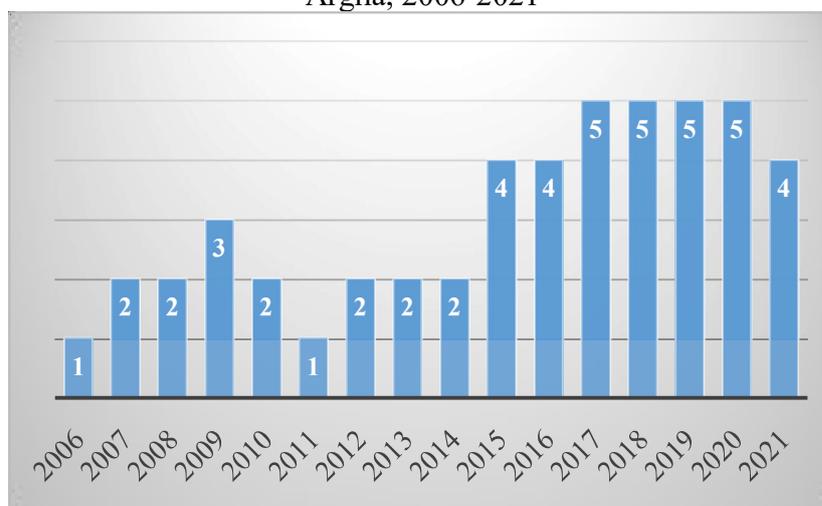


Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

No tocante à cidade de Areia Branca, em Sergipe, tem-se no Gráfico 3 uma representação do número de unidades locais entre 2006 a 2021. O município registrou, entre 2006 e 2014, de 1 a 3 unidades locais de extração de pedra, areia e argila, materiais utilizados no setor da construção civil.

Em 2015, foram contabilizadas 4 unidades, o mesmo número de 2016. Tanto 2017 quanto 2018, 2019 e 2020 registraram 5 unidades locais. No ano de 2021, foi notificada apenas a existência de 4 unidades.

Gráfico 3 - Areia Branca/SE: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

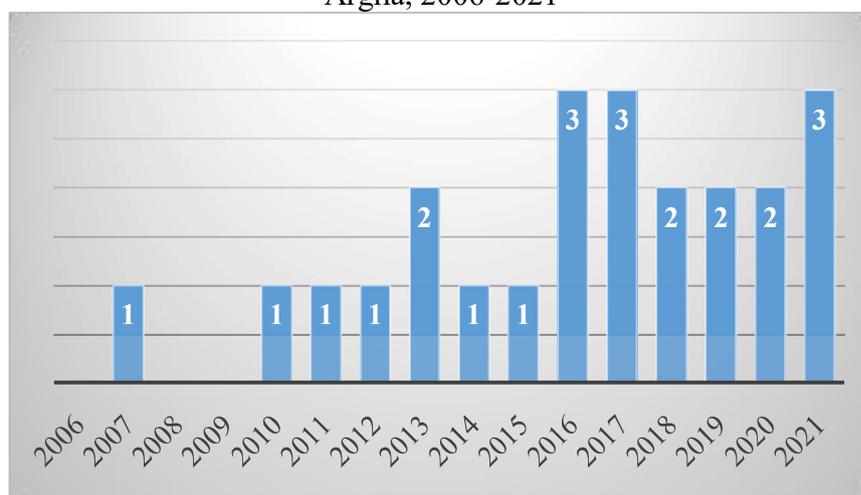
O município de Campo do Brito, em Sergipe, foi o único dos três em que houve ano sem nenhum registro de unidades que atuaram na extração de pedra, areia e argila, como mostra o Gráfico 4.

Assim, entre 2006 e 2009, o único ano em que houve registro foi 2007, quando foi registrada uma unidade. De 2010 até 2015, os números variaram entre 1 e 2. Já em 2016 e 2017 foi assinalada a existência de 3 unidades em cada ano.

Em 2018, 2019 e 2020, existiam 2 unidades. Já no ano de 2021, foram registradas 3 unidades locais.

O gráfico a seguir ilustra os dados.

Gráfico 4 - Campo do Brito/SE: Número de Unidades Locais de Extração de Pedra, Areia e Argila, 2006-2021



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

No tocante à existência de pedreiras em Sergipe, segundo informações do *site* Diretório Brasil (2023), podem ser citadas as seguintes: Pedreira Dinâmica LTDA (Aracaju), Pedreira Anhanguera S/A Empresa de Mineração (Itabaiana), Pedreira Dinâmica LTDA (Itabaiana), Pedreira Santa Cruz LTDA (Laranjeiras), Pedreira São Jerônimo (Ribeirópolis), Indústria Mineradora João Ferreira LTDA (Ribeirópolis), Pedreira São José (Itabaiana), Pedreira Mineração Pedra Azul (Lagarto), Pedreira Souza e Oliveira LTDA (Campo do Brito), Pedreira JJP Mineração LTDA (Tomar do Geru), Mineração São Jorge (Muribeca) e Pedreira MM LTDA (Itaporanga d’Ajuda).

Diferentemente do oleiro Cipriano Algor, as unidades locais, retratadas no presente trabalho, são de cunho restrito e particular, isto é, não pertencem aos trabalhadores, mas sim a grupos políticos e econômicos locais dominantes, seja de tamanho pequeno ou médio. Depois

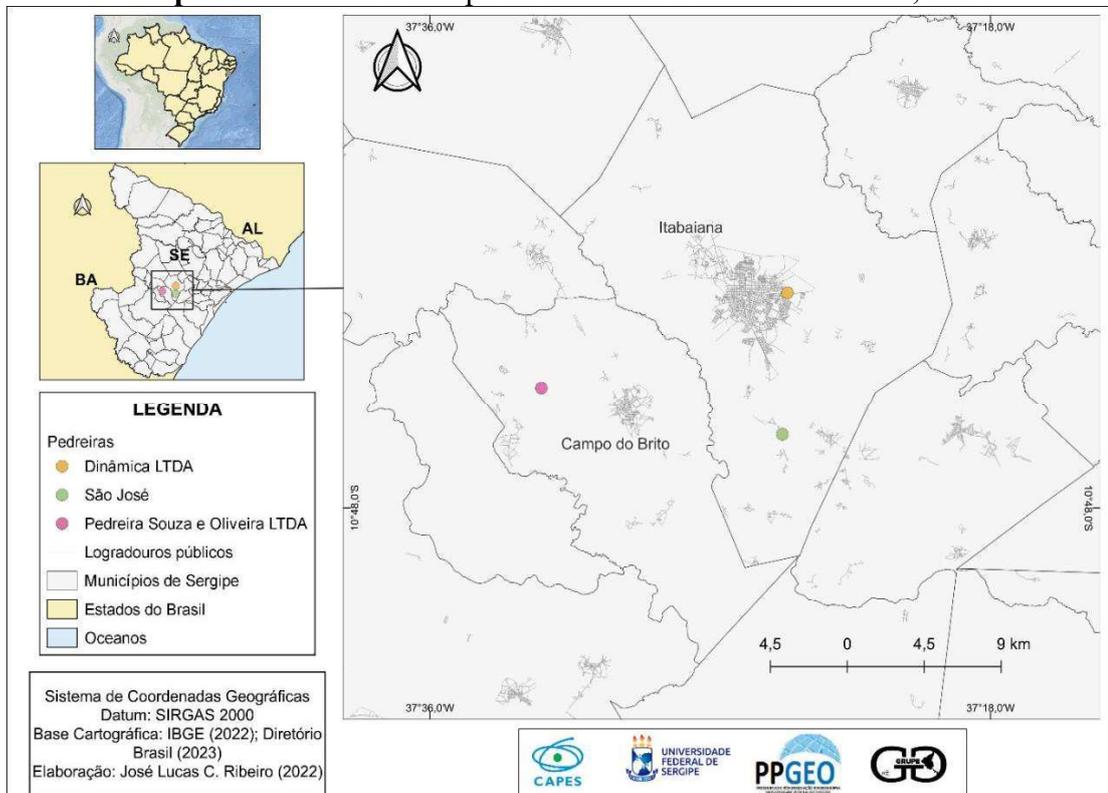
do trabalho realizado, as mercadorias produzidas são direcionadas para outros representantes do capital, completando-se, assim, a realização da mais-valia.

A única mercadoria pertencente ao trabalhador é sua força de trabalho, que, sob o jugo do capital, se torna destituída de sentido e realização. Tomado por estranhamento e (des)efetivação do homem, o processo de trabalho é controlado e definido pelo patrão, restando aos funcionários apenas seguirem as ordens estabelecidas.

Se Cipriano sentia prazer ao recolher o barro em suas terras e depois, realizadas as etapas necessárias, criar o objeto que tinha valor de uso para a sociedade, reconhecendo-se e se efetivando no trabalho realizado, muito diferente é a situação de nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras. Denúncias realizadas pelos órgãos competentes, como o Ministério Público do Trabalho, demonstram que o trabalho análogo à escravidão ainda compõe, como não poderia deixar de ser, as engrenagens do sistema capitalista.

A título de esclarecimento, as pedreiras visitadas foram: Pedreira Dinâmica LTDA (Itabaiana), Pedreira São José (Itabaiana) e Pedreira Souza e Oliveira LTDA (Campo do Brito) (Mapa 2):

Mapa 2 - Itabaiana e Campo do Brito/SE: Pedreiras visitadas, 2024

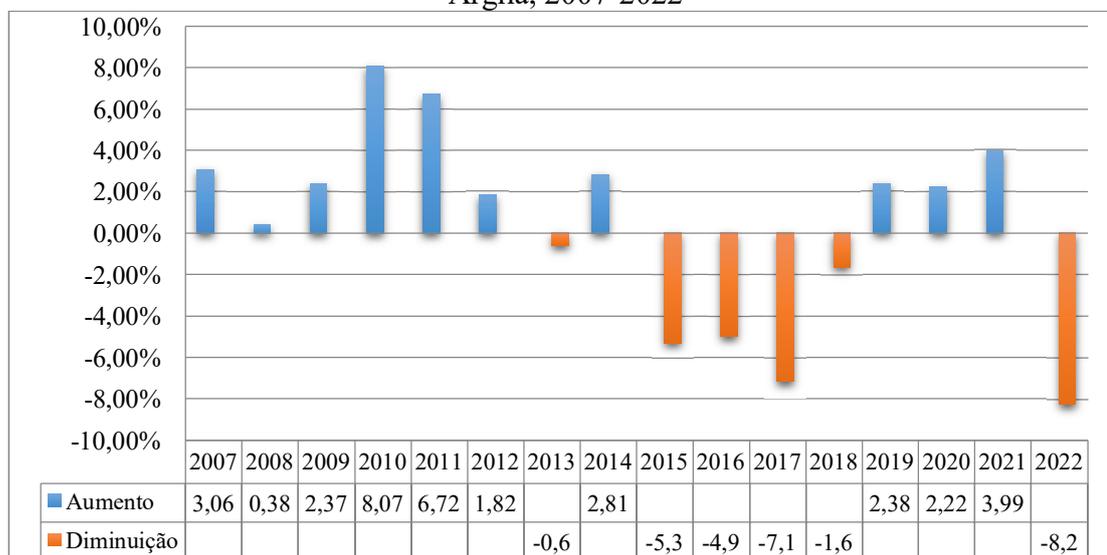


No ano de 2021, foram resgatados, no município de Canindé de São Francisco, em Sergipe, dois trabalhadores que trabalhavam em pedreiras em condições degradantes e criminosas de trabalho⁵. Já em 2023, no estado do Piauí, 24 trabalhadores foram resgatados da atividade de extração de pedra que seria utilizada pela construção civil, pois eles se encontravam em condições precárias de trabalho⁶. Para finalizar, deve ser citado o caso de 2024, quando foi descoberto que trabalhadores de pedreiras no estado do Rio Grande do Sul recebiam pedras de crack como forma de pagamento⁷.

O Gráfico 5 trata sobre a variação relativa do pessoal ocupado na extração de pedra, areia e argila no Brasil. Nota-se que o setor da mineração tem empregado nas últimas duas décadas um número considerável de trabalhadores e trabalhadoras, muito em função das demandas do setor da construção civil por meio do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa Minha Vida, o primeiro de 2007 e o segundo de 2009.

Diante disso, no ano de 2007, a variação relativa foi de 3,06%, seguida de 0,38% em 2008, 2,37% em 2009, 8,07% em 2010, 6,72% em 2011 e 1,82% em 2012, o que marcou os anos dourados do setor nas duas primeiras décadas do século XXI, quando houve crescimento durante cinco (5) anos seguidos.

Gráfico 5 - Brasil: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2007-2022



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

⁵ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/06/01/trabalhadores-submetidos-a-condicoes-analogas-a-escravidao-sao-resgatados-em-pedreira-de-sergipe.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

⁶ Matéria disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/17/escravidao-24-trabalhadores-sao-resgatados-produzindo-pedras-para-obras-publicas-no-piaui>. Acesso em: 2 maio 2024.

⁷ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/16/trabalhadores-de-pedreira-clandestina-no-rs-recebiam-pedras-de-crack-como-pagamento-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

A crescente em questão revela os desdobramentos do PAC e do PMCMV, demonstrando que, de fato, puxaram a atividade mineralógica e elevaram o número de empregados no país, como também a estabilidade econômica e política.

A época foi marcada pelos novos lançamentos do PMCMV-2 de 2011 e do PMCMV-3 de 2014 e pela continuidade do PAC, ambas políticas capitaneadas pelo Estado neodesenvolvimentista que imperou no país de 2003 até 2016.

Contudo, também marcou a época o início da crise política em 2013, com as “jornadas de junho”, quando a variação relativa foi de -0,60% (Gráfico 5), e a eclosão da crise econômica em 2015, com forte queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e do número de empregos. A crise tanto econômica quanto política culminou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

As ações anteriormente apresentadas traduziram-se numa instabilidade econômica e política que saiu caro para o país, que perdeu voto de confiança na comunidade econômica internacional, enxergando o Brasil como um lugar hostil para investir, em outras palavras, não sendo vantajoso para os capitalistas empregarem o capital numa bolha efervescente de lutas, conflitos e resistências.

No ano de 2014, foi registrado 2,81% de variação relativa, último ano em que a variação foi positiva antes de ter início a crise econômica de 2015. Nos anos que se seguiram, o setor passou a perder pessoal ocupado, sendo que já em 2015 a variação foi de -5,30%, em 2016 de -4,98%, em 2017 de -7,16% e em 2018 de -1,62%.

O período abarca o governo de Michel Temer, no qual não houve novos investimentos tanto no PAC quanto no PMCMV, mas contenção de gastos nas áreas de desenvolvimento social e cultural, pois, sob a alegação de cumprir o teto de gastos, o governo federal, em comunhão com a nova fase do neoliberalismo no país, esvaziou orçamentos e verbas.

Em 2019, a variação relativa voltou a ser positiva, pois foi de 2,38%, acompanhada de 2,22% em 2020 e 3,99% em 2021. Assim, pode-se dizer que em plena pandemia houve crescimento no número de empregados pelo setor. No ano de 2022, a variação retornou para a sua dimensão negativa, quando ficou em -8,27%, ou seja, uma queda significativa.

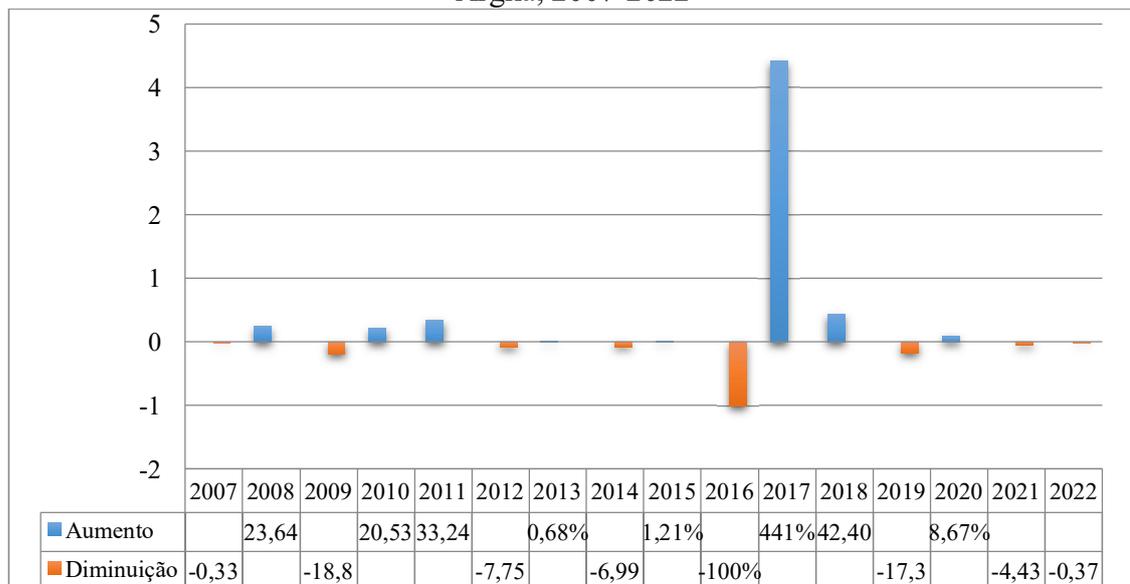
O Gráfico 6 trata sobre a variação relativa do pessoal ocupado na extração de pedra, areia e argila no estado de Sergipe. No ano de 2007, a variação foi de -0,33%, acompanhada de número positivo em 2008, quando marcou 23,64%.

Já em 2009, ano do lançamento do PMCMV e desdobramento do PAC (2007), foi registrado -18,85% de variação relativa, realidade diferente da de 2010 e 2012, quando foram registradas variações de 20,53% e 33,24%, respectivamente.

No ano de 2012, a variação ficou em -7,75%; em 2013, ficou em positivos 0,68%. No ano de 2014, foi lançada a terceira versão do PMCMV, mesmo assim a variação foi negativa, de -6,99%, apresentando um leve crescimento em 2015, quando marcou 1,21% de variação relativa. No ano de 2016, a variação foi de -100%. Destaca-se que os anos de 2010 até 2013 foram marcados pelo emplacamento de uma política econômica estável e de uma continuidade da política de habitação no país.

O gráfico a seguir ilustra as informações no estado de Sergipe (Gráfico 6):

Gráfico 6 - Sergipe: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2007-2022



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).

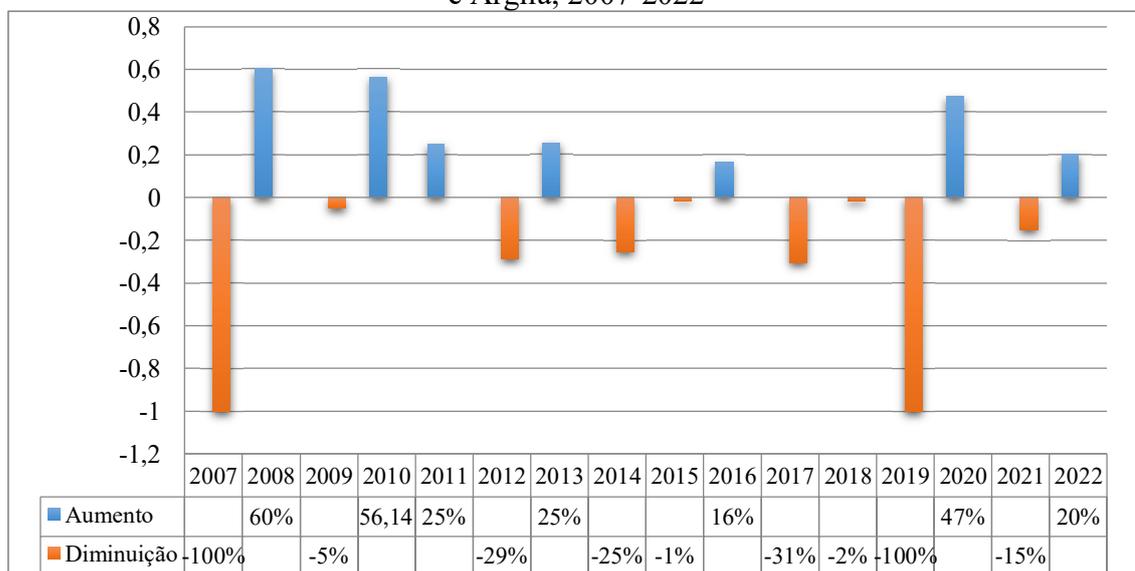
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Porém, os anos de 2014, 2015 e 2016 marcaram um período de transtorno econômico e político no Brasil, com quedas no PIB e o crescente número de brasileiros e brasileiras que perderam seus empregos na crise econômica de 2015. A pressão para que a Presidenta Dilma Rousseff renunciasse aumentou, terminando com o seu *impeachment*. A classe hegemonicamente dominante do país precisava aprovar e colocar em prática as reformas necessárias para que houvesse a continuidade da acumulação de capital. Para isso, retira, por meio de um Golpe de Estado, a presidenta democraticamente eleita e direciona para o poder seu representante: Michel Temer.

Em 2017, a variação foi de 441%, porém é preciso considerar que no ano anterior o percentual marcado foi de -100%, por isso o número significativamente alto em 2017. Em 2018, o número registrado foi de 42,40%, marcou um percentual de -100%. No ano de 2019, a variação relativa foi de -17,35%, seguida de 8,67% em 2020, de -4,43% em 2021 e de -0,37% em 2022.

A partir do Gráfico 7, é possível analisar o pessoal ocupado na extração de pedra, areia e argila no município de Itabaiana, Sergipe:

Gráfico 7 - Itabaiana/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2007-2022



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto Lima (2024).

Nos anos analisados, é possível compreender o contexto de instabilidade e a diminuição dos trabalhadores ocupados no setor em determinados anos de crise política no país. No ano de 2007, a variação registrada foi de -100%, pois não havia mais de dois informantes por unidades locais de extração.

Em 2008, a variação foi de 60%, seguida de -5% em 2009 e de 56,14% em 2010. No ano de 2011, foi marcada variação de 24,71%, acompanhada de -28,82% em 2012, de 25,31% em 2013, de -25,25% em 2014 e de -1,35% em 2015.

No tocante ao ano de 2016, percebe-se uma breve recuperação em que a variação relativa foi positiva, de 16,43%, uma perspectiva que não se seguiu nos anos seguintes, na medida em que 2017 ficou com -30,58%, 2018 com -1,69% e 2019 com -100%, uma vez que não havia mais de dois informantes. Em 2020, a variação foi de 47%, em 2021 de -14,89% e

em 2022 de 20%. A instabilidade dos empregos criados pode ser percebida a partir dos dados informados.

Sobre o pessoal ocupado na extração de areia, pedra e argila no município de Areia Branca, Sergipe, o Gráfico 8 mostra as principais nuances ocorridas entre 2015 e 2022. Esclarece-se que, de acordo com informações do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), de 2006 a 2014 as unidades locais investigadas não tinham mais de dois informantes, por isso foram desconsideradas. No caso de 2010 e 2011, não havia nenhum informante.

A realidade muda a partir de 2015, quando foram contabilizados 13 funcionários. Já em 2016 as unidades não possuíam mais de três informantes, não sendo considerados na pesquisa.

Em 2017, há o registro de 10 trabalhadores, seguido de 21 em 2018 e 22 em 2019. Em 2020, foram contabilizados 21 funcionários, acompanhado de 12 em 2021 e 22 em 2022, conforme mostram os dados do Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8 - Areia Branca/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2015-2022



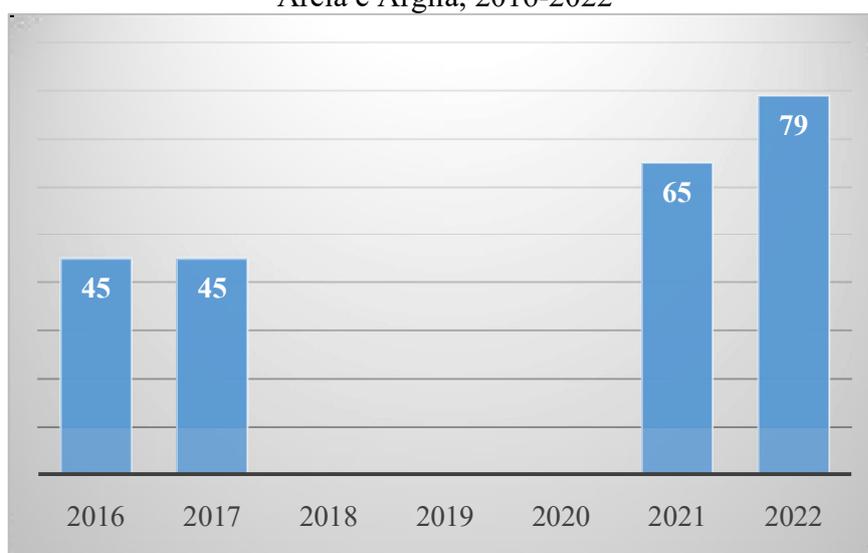
Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

No tocante ao município de Campo do Brito, Sergipe, no Gráfico 9 são apresentados os avanços e recuos no que se refere ao número de pessoal ocupado na extração de pedra, areia e argila. Assim, para fins de esclarecimento, de 2006 a 2009 não foram encontrados informantes. De 2010 até 2015, nenhuma das unidades visitadas tinha mais do que dois

informantes, sendo descaracterizadas. Os registros mais notáveis ocorreram a partir de 2016, com 45 pessoas empregadas, seguido também de 45 em 2017.

Entre 2018 e 2020 novamente nenhuma das unidades locais visitadas possuía mais de dois informantes. Já no ano de 2021 foram contabilizados 65 empregados e em 2022 o número foi de 79 funcionários.

Gráfico 9 - Campo do Brito/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2016-2022



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Num país de dimensões continentais, as particularidades regionais, isto é, as formações geográficas e históricas, são inúmeras.

Assim sendo, segundo o SIDRA, entre o período de 2006 até 2020, no que se refere à variável salário médio mensal do pessoal ocupado na extração de pedra, areia e argila, as regiões Norte e Nordeste são as que têm as piores remunerações, com exceção dos anos de 2006 e 2007, quando o Norte aparecia à frente do Sul e do Centro-Oeste⁸.

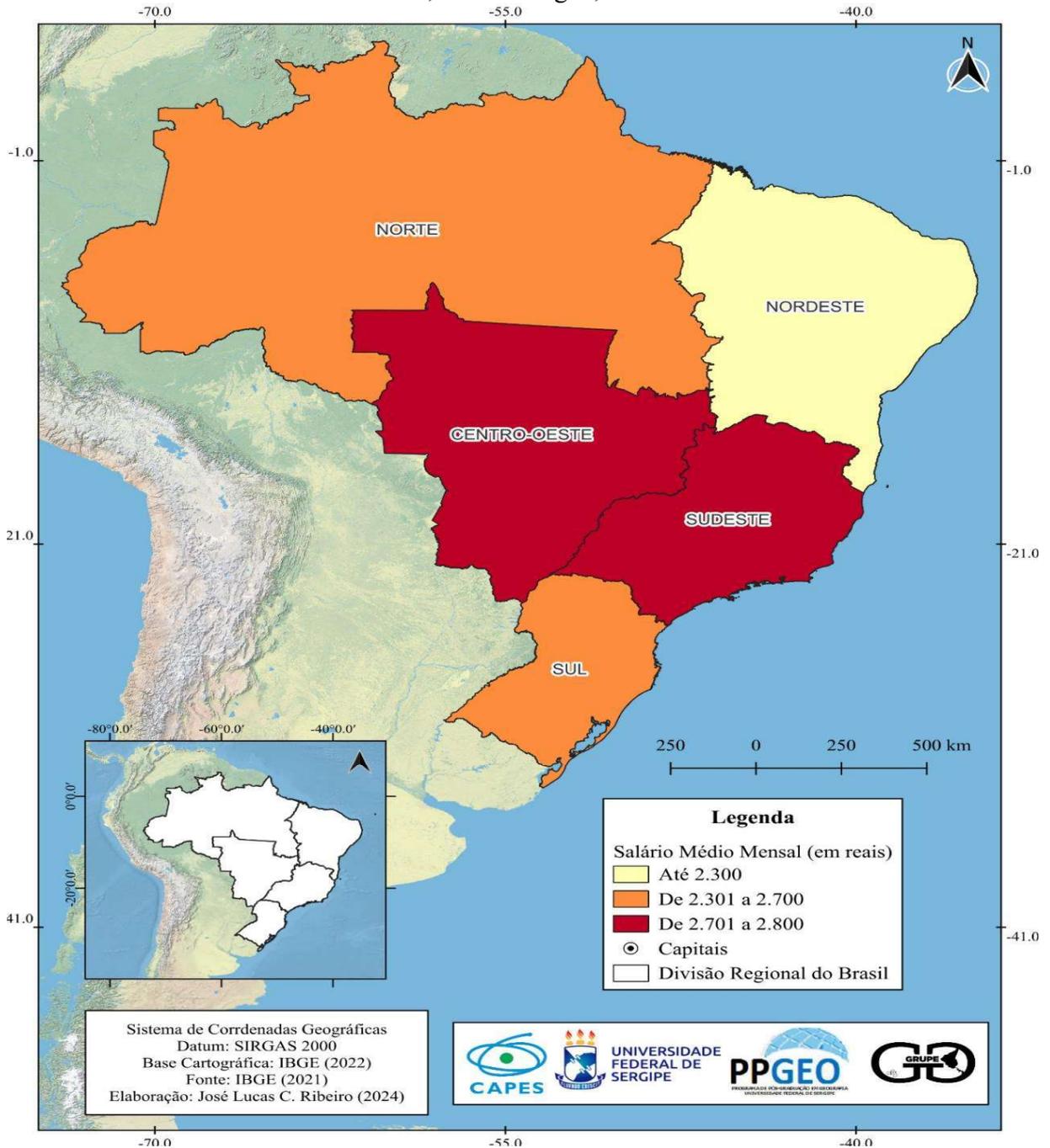
A respeito do ano de 2021 (Mapa 3), as regiões Centro-Oeste e Sudeste lideravam com salário médio mensal entre R\$ 2.701,00 a R\$ 2.800,00, e logo em seguida vinham o Sul e o Norte, com valores entre R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00. Na última posição, ficou a região Nordeste, com o valor de até R\$ 2.300,00.

⁸ Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/992#resultado>. Acesso em: 5 maio 2024.

Sobre o salário médio mensal em nível de unidade federativa (Mapa 4), analisa-se que o valor de até R\$ 2.000,00 era uma realidade presente em 9 (nove) estados, todos do Norte e do Nordeste⁹.

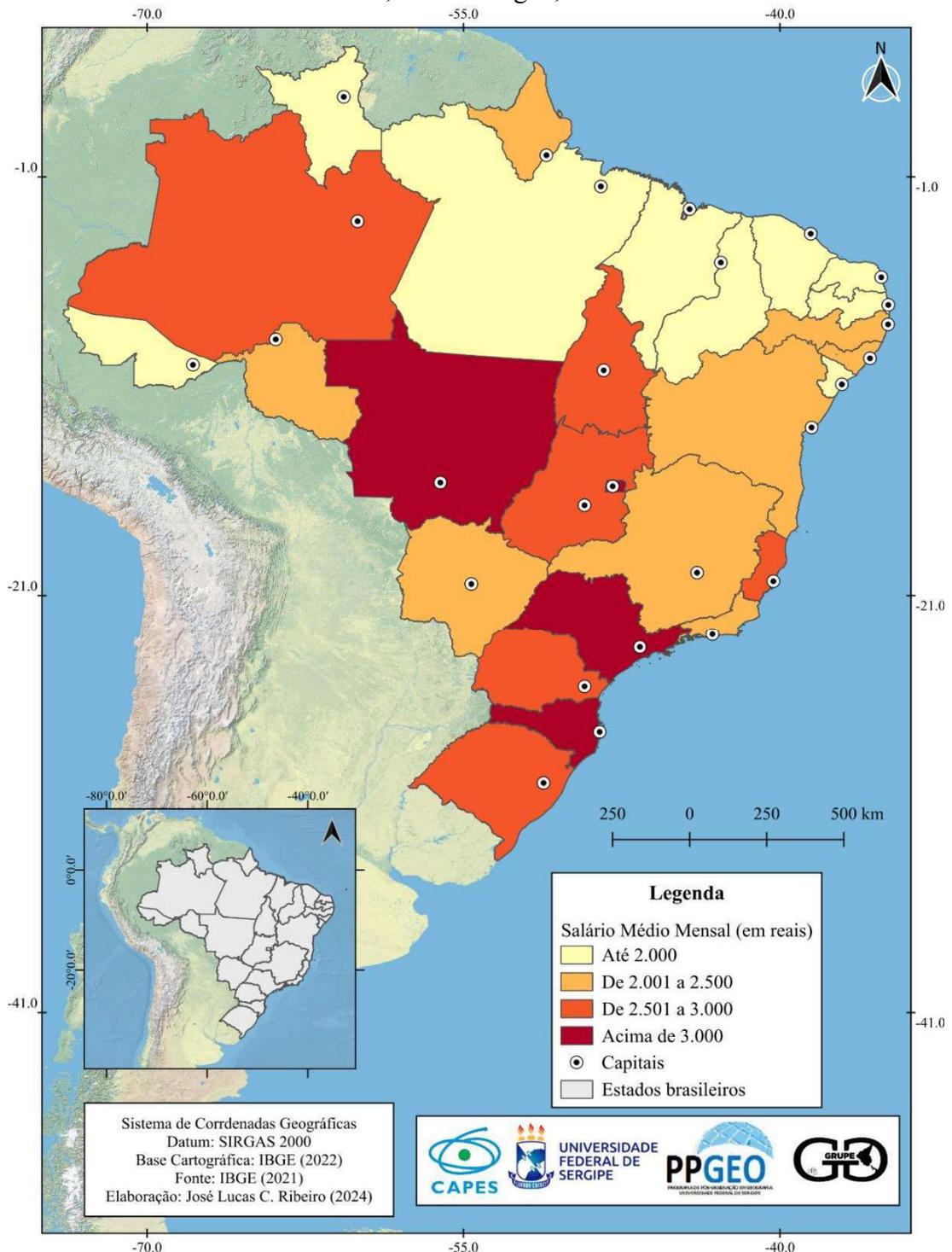
Os mapas a seguir ilustram as informações:

Mapa 3 - Regiões brasileiras: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2021



⁹ Sendo: Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, no Nordeste; Pará, Roraima e Acre, na região Norte.

Mapa 4 - Estados brasileiros: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2021



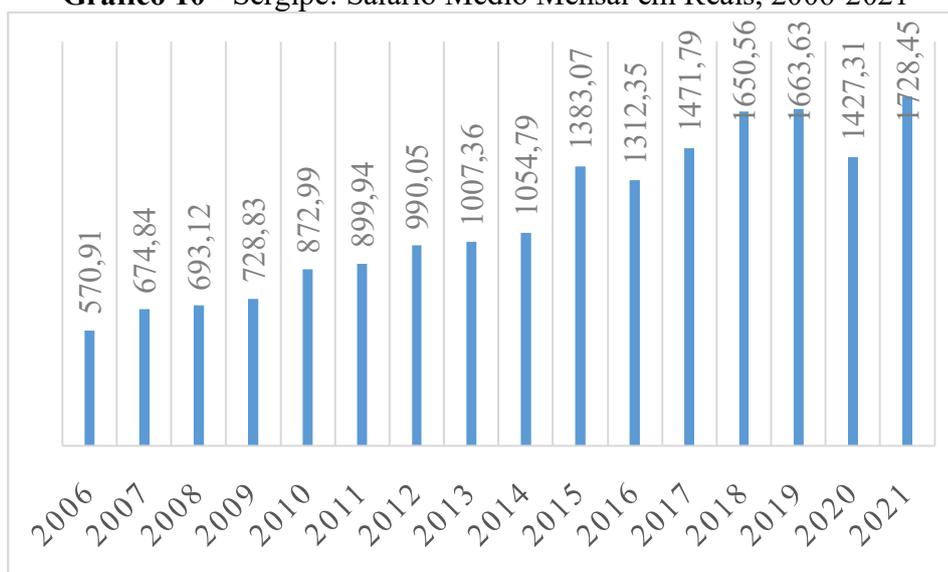
Entre o valor de R\$ 2.001,00 a 2.500,00 tínhamos 8 (oito) estados, em que 3 (três) são da região Nordeste, ou seja, Bahia, Alagoas e Pernambuco, 2 (dois) da região Norte, isto é, Roraima e Amapá, mais 2 (dois) da região Sudeste, sendo eles Minas Gerais e Rio de Janeiro, e o estado do Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste.

Entre R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00 contabilizavam-se 6 (seis) estados, 2 (dois) da região Sul, Paraná e Rio Grande do Sul; 2 (dois) da região Norte, Amazonas e Tocantins; 1 (um) da região Centro-Oeste, Goiás, e 1 (um) da região Sudeste, Espírito Santo.

Por fim, com um salário médio mensal acima de R\$ 3.000,00 se encontram os estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, bem como o Distrito Federal.

No que se refere à realidade salarial dos trabalhadores em questão, no estado de Sergipe, os dados oficiais mais próximos da realidade tratam sobre o salário médio mensal em reais (Gráfico 10). Logo, faz-se indispensável ter cautela, visto que os dados expressam a média salarial; não é que todos os trabalhadores recebem o mesmo valor. Por exemplo, o salário do operador de máquina, por vezes habilitado e com cursos específicos para assumir a função, é mais alto do que o do carregador de materiais etc.

Gráfico 10 - Sergipe: Salário Médio Mensal em Reais, 2006-2021



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Posto isso, em 2006 o salário médio mensal era de R\$ 570,91, em 2007 aumentou para R\$ 674,84 e em 2008 para R\$ 693,12, já no ano de 2009 o valor ficou em R\$728,83 e em R\$ 872,99 no ano de 2010. Nesse primeiro momento, nota-se que, de 2008 para 2009, o valor aumentado ficou muito aquém dos anos que compõem a série 2006-2010, pois houve um aumento de apenas R\$ 35,71.

No ano de 2011, o valor médio pago foi de R\$ 899,94, seguido de R\$ 990,05 em 2012 e de R\$ 1.007,36 em 2013. Em 2014, foi de R\$ 1.054,79 e, em 2015, R\$ 1.383,07. Desse modo, se, de 2009 para 2010 ocorreu um aumento de mais de R\$ 100,00, os anos que se

seguiram registraram aumentos pífios, com exceção de 2014 para 2015, quando houve um crescimento de mais de R\$ 300,00, explicado pelo fato de que em 2014 foi lançada mais uma versão do Programa Minha Casa Minha Vida. De 2015 para 2016, aconteceu algo inédito na série histórica: houve um recuo no salário médio mensal, que saiu de R\$ 1.383,07 em 2015 para R\$ 1.312,35 em 2016. Nesse mesmo período, marcavam o país os desdobramentos da crise política de 2013 e da econômica de 2015.

Entre os anos de 2017 e 2021, notou-se que o salário médio mensal variou tanto para mais quanto para menos. Assim, em 2017, R\$ 1.471,79 foi o valor pago, acompanhado de R\$ 1.650,56 em 2018 e de R\$ 1.663,63 em 2019. Já em 2020, novamente, aconteceu recuo no salário médio mensal, sendo pago o valor de R\$ 1.427,31. Contudo, expressa-se que o ano de 2020 foi marcado pela proliferação do vírus da Covid-19 em escala mundial, tendo rebatimentos sociais e econômicos bastantes extensos. Por fim, em 2021 o valor pago ficou em R\$1.728,45.

1.4 PAC, PMCMV: A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

[...] o espaço (geográfico) não pode representar outra coisa senão a materialidade concreta da tensão entre a capacidade produtiva crescente em massa de matéria (meios de produção, valores de uso) e em substância humana viva (trabalho) para a manutenção do sistema cumulativo (de mercadorias, de valores de troca) pautado na extração da mais-valia (trabalho morto, trabalho abstrato) (Menezes, 2023, p. 274).

A produção do espaço sob a ordem do capital é permeada de contradições, conflitos e resistências. Desse modo, a produção é essencialmente capitalista, quer dizer, atende, em primeiro plano, às ordens do valor de troca e da acumulação de capital, gerando, em sua maioria, disputas com os interesses reais da massa populacional. Logo, quando se fala em espaço, como exposto por Menezes (2023), concorda-se com a ideia de tensão, isto é, efervescência, entre as necessidades reais dos sujeitos históricos e as necessidades frívolas do capital.

Nesse sentido, o espaço é expressão do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e das ofensivas de grupos econômicos, como a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, com foco em aumentar a mais-valia, ou seja, o seu lucro, ao final do processo. A lucratividade do capitalista reside na degradação e desefetivação do trabalho e no aumento da mais-valia gerada, isto é, na contemporaneidade, buscam-se cada vez mais espaços de

trabalho cheios de trabalho morto e vazios de trabalho vivo, um processo que se insere em diferentes níveis nos diferentes países e continentes.

O espaço geográfico é produto do trabalho humano, bem como, sob o signo da propriedade privada, cumpre uma função estabelecida pela ordem dominante. O espaço não é neutro e tampouco se produz sozinho e sem interesses de classe; é produzido dialeticamente e escancara as contradições da sociabilidade capitalista.

O espaço, sob a lógica do capital, é produzido e (re)produzido seguindo os ditames de autovalorização do capital, ainda que, é necessário enfatizar, a produção nunca é harmônica, é, em si, uma produção contraditória e permeada de conflitos, expressando o antagonismo das classes sociais. Sendo assim, “[...] o espaço é produzido, portanto, não existe por si só. Mas, por outro lado, o espaço não pode aparecer apenas como resultado, passível, porque ele incorpora uma totalidade que ‘reage’ ao processo de produção” (Menezes, 2019, p. 81). Isto é, o espaço produzido influencia e é influenciado pela totalidade já objetivada. Assim, existe uma processualidade no tocante à produção social, não é um ato a-histórico, inumano e tampouco desprovido de interesses.

Destarte, se as crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista, é no espaço que são sentidos os seus efeitos materiais, ou seja, o espaço expressa os ganhos e as perdas do sistema do capital. Cada vez mais ele é tomado para dirimir ou pelo menos atenuar os desdobramentos das crises do capital. Se, por um lado, o capitalismo para existir precisa suplantiar todas as formas não capitalistas de existência, por outro cada vez mais fica difícil encontrar mercados e consumidores para aliviar o excedente de capital e força de trabalho. Logo, na contemporaneidade, a classe dominante busca incessantemente aliviar os efeitos deletérios da crise de 1973, a crise estrutural.

Com o estouro da crise do capital na década de 1970, colocada primeiramente por Mészáros (2011) como crise estrutural do capital, findou-se a ascendência do modo de produção capitalista, isto é, tornou-se irreversível a sua autodestruição. As crises são inerentes ao modo de produção, pode-se até dizer que o capitalismo lucra com as crises, mas os seus efeitos são dilacerantes para a vigência da sociabilidade contemporânea; no caso da crise estrutural, são mais que dilacerantes, são, em si, deletérios. Sendo assim, “[...] crise estrutural significa que o capitalismo não tem mais condições de apresentar um novo ciclo global de expansão, não pode entrar mais em uma nova fase expansiva [...]” (Botelho, 2013, p. 5).

A produção do espaço, na perspectiva do “sistema do capital”, ocorre também para facilitar o domínio, o controle e a apropriação tanto dos espaços produzidos quanto dos sujeitos históricos que a esses espaços são articulados. Segundo Menezes (2019, p. 48), a

análise acerca da produção do espaço só ganha protagonismo no seio da Geografia por volta da década de 1970, tendo em vista as problemáticas que emergiram nesse dado espaço-tempo como “[...] desenrolar das crises, da mundialização efetiva do capital e dos eventos marcantes no final do século XX [...]”.

Certamente, dentre os efeitos colocados pelo autor como marcantes, devem ser citados a queda do Estado do Bem-estar Social na Europa, a derrocada do Estado desenvolvimentista na América Latina e no continente asiático, o *New Deal* nos Estados Unidos da América em prol da ascensão do Estado neoliberal, em outras palavras, do Estado enxuto para a classe trabalhadora.

Desse modo, o desenvolvimento do capitalismo está, necessariamente, articulado com o espaço, ou seja, não há crescimento sem apropriação do espaço, isto é, sem apropriação de novos mercados e novos consumidores, garantindo a acumulação capitalista.

De acordo com Botelho,

A partir da discussão sobre *valor, trabalho abstrato e esquemas de reprodução*, entre outros temas, Sweezy apresentava os princípios que regem a *acumulação de capital*. O *desenvolvimento capitalista* ocorre a partir do momento em que a produção em expansão cria um mercado consumidor e, realizando-se neste a mais-valia gerada naquela (na produção), há a reprodução ampliada de capital. Não sem fricções e com uma série de problemas que se amplificam em termos lógicos e temporais, o *desenvolvimento capitalista* significa basicamente (1) expansão crescente da produção, (2) ampliação do mercado e, como resultado da articulação entre esses dois pressupostos, (3) acumulação de capital (2013, p. 1, grifos do autor).

Posto isso, o desenvolvimento é próprio do capitalismo. Assim, na sociabilidade capitalista, o desenvolvimento almejado se refere ao econômico. As reformas, os reajustes e as demais ações colocadas em prática pelo Estado visam a proporcionar o desenvolvimento, mas um desenvolvimento capitalista, em que o seu ônus é pobreza e miséria em larga escala. Consequentemente, o desenvolvimento econômico para ser alcançado demanda, necessariamente, expansão dos mercados, assim a expansão destes ocorre no espaço, isto é, tem uma dimensão espacial.

Utilizando-se de Botelho (2013), analisa-se o desenvolvimento capitalista até a eclosão da crise de 1973, sendo destacados os meios pelos quais os grupos dominantes alcançam lucros século após século. Sendo assim, a expansão dos mercados ocorre sobre duas dimensões: a expansão externa dos mercados e a expansão interna dos mercados. No primeiro caso, os mercados se ampliam em decorrência da espacialização do capitalismo, o que é uma

propriedade do sistema. No segundo caso, a amplificação dos mercados ocorre a partir da produção de entes novos, enriquecendo o mundo das coisas.

Reafirma-se o caráter iminentemente expansionista do capital como meio de sobrevivência. Mediante o seu avanço, os espaços e os trabalhadores se tornam coisas a serviço do capital. Com novos mercados consumidores, novas mercadorias são criadas, escoadas e consumidas. Logo, o que existe é uma produção de mercados e dos modos de vida: vestimenta, alimentação, educação, cultura.

Nesse ínterim, Botelho diz que

O capitalismo não busca mercados externos, *o capitalismo produz esses mercados*. A fronteira capitalista é a fronteira onde se produz um espaço típico para o capital, isto é, onde se inicia o processo de expropriação dos meios de produção, investimento, produção de mercadorias e criação de mercado consumidor. O imperialismo é a tentativa de escoar o capital excedente europeu no final do século XIX, seja através de empréstimos para os novos países da América Latina, seja através da corrida pelas colônias africanas, seja através da imposição de normas de consumo e produtos aos impérios asiáticos (2013, p. 3, grifo do autor).

No tocante à expansão interna dos mercados ou sua reestruturação, há duas dimensões, ou seja, engloba tanto os mercados de bens de consumo quanto os mercados de meios de produção. Para conseguir mais lucratividade, a classe dominante trabalha para que produção e consumo se mantenham atrativos e assim sejam fáceis de realização. Ainda que a produção não esteja para as necessidades reais dos sujeitos históricos, ela precisa ter mercado consumidor, não pode, para se ter uma mais-valia totalmente realizada, ficar presa sem condições de consumo. Dessa forma, a reestruturação demandará, sempre, uma reorganização do espaço para atender às novas necessidades de produção e de consumo.

No momento de “crise estrutural” em que se encontra o “sistema do capital”, dissipar capital e trabalho excedente se torna um problema complexo para os grupos hegemonicamente dominantes, tendo em vista que a mundialização do capital integralizou, ainda que de diferentes formas, todas as regiões do mundo, das mais rentáveis às menos rentáveis. Vive-se em uma era em que os mercados são escassos e os consumidores são pouco a pouco sujeitos desempregados e sem perspectiva de vida.

À vista disso, o capital se encontra nos seus limites de existência, pois as taxas de lucro, oriundas do trabalho excedente, tornam-se difíceis de serem realizadas num espaço sem novos mercados e consumidores. Em suma, o desenvolvimento pleno do capitalismo é condição para sua própria destruição.

Conforme Botelho,

[...] o capitalismo atingiu um grau de maturidade que o leva a uma estagnação insuperável e, portanto, o próprio desenvolvimento econômico não é mais possível. Para usar um termo que resume bem essa condição atingida pelo capitalismo superdesenvolvido, enfrentamos uma *crise estrutural* (2013, p. 4, grifo do autor).

Nesse sentido, com base na Teoria do Ajuste Espacial, do filósofo alemão Friedrich Hegel, entra em debate a tese do “Ordenamento espaço-temporal”, do geógrafo britânico David Harvey, segundo a qual, para dirimir os efeitos do excedente de capital e de força de trabalho, era preciso realizar um deslocamento temporal e espacial. Nas palavras de Menezes (2019, p. 73), “[...] a tese de Harvey é que o capitalismo se utiliza do ajuste espacial, exportando essas contradições para novos espaços onde a aplicação de capital e trabalho possa se reencontrar e se desenvolver de forma lucrativa”.

Sobre isso, esclarece-se que a Teoria do Ajuste Espacial não é sinônimo de cura para o caráter destrutivo e aniquilador do capital; é, na verdade, um remédio amargo e muito custoso, tendo em vista que o deslocamento espacial e temporal tende a proporcionar, com o tempo, a universalização das forças produtivas do trabalho, propiciando, assim, um ambiente mais instável e desequilibrado para a concorrência capitalista. Se, por um lado, é traço intrínseco do capitalismo a universalização, por outro a universalização leva ao colapso do capitalismo, eis os limites de existência da ordem vigente. Assim, “[...] sob tais circunstâncias, não há ‘ajuste espacial’ a longo prazo para as contradições internas do capitalismo” (Harvey, 2005, p. 120).

Nesse toar, a tese do “Ordenamento espaço-temporal” se refere ao deslocamento espacial e temporal do capital e trabalho excedente. Assim sendo, frente ao desenvolvimento das forças produtivas e da crise do trabalho abstrato, o capitalismo tem como um dos seus mais graves e urgentes problemas dissipar o capital e a força de trabalho excedente, com vistas a manter intacta a realização da mais-valia. Para tanto, a classe dominante busca no deslocamento espaço-temporal uma solução, ainda que temporária, para o problema.

Para Harvey (2005), a prática já foi utilizada tanto no momento do Imperialismo quanto do Colonialismo. Contudo, no presente momento, muito diferente do passado, o mundo já é regido pelas relações capitalistas de produção, e os territórios e/ou os povos que ainda sofrem com a ofensiva do capital – terras indígenas, por exemplo – não são capazes de resolver os problemas graves no “sistema do capital”. Todavia, no auge do seu esgotamento, o capital pode ser deslocado, emprestado, como medida para tardar o seu fim.

Ademais, como medida de alívio para os efeitos da “crise estrutural”, o capital excedente pode ser transferido para outras regiões e assim promover um novo momento de equilíbrio nas contas capitalistas, mas não de forma infinita. Para que o deslocamento/empréstimo ocorra, determinados trâmites jurídicos precisam ser atendidos, em outras palavras, os capitalistas precisam ter certeza de que não irão perder seu capital com a ação, criando e recriando, dessa forma, as engrenagens de dominação entre capital e trabalho.

Segundo Harvey,

O capital excedente pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões. As altas taxas de lucro prometidas proporcionam um incentivo “natural” para tal fluxo e, se atingidas, aumentam a taxa média de lucro no sistema como um todo. Temporariamente, as crises ficam resolvidas (2005, p. 115).

Contudo, a ação encontrada funciona como uma incompatibilidade sanguínea, isto é, com o excedente deslocado para outra região, país e/ou continente, a tendência natural é que a novidade se torne superada e que o país filial comece a fazer concorrência com o país de origem, podendo, em alguns casos, até superá-lo. Nesse caso, o país de origem tentará, a todo custo, extirpar o invasor, ou seja, o país filial. Desse modo, o ajuste espacial não pode ser usado pela classe dominante como um remédio interminável, haja vista que sua validade é iminente.

Para Menezes (2019, p. 74), “[...] o desenvolvimento das forças produtivas para onde se destinam os investimentos tendem a promover esses espaços na concorrência intercapitalista, inclusive contra o espaço de origem desses investimentos”.

De fato, com o deslocamento espacial e temporal, os capitalistas encontram, ainda que momentaneamente, momentos de realização da mais-valia, mas nada que mude o caráter destrutivo do capital. Portanto, o deslocamento espacial e temporal apenas altera a intensidade dos efeitos da crise, como se fosse amortecedor de uma queda iminente e fatal. Logo, sua solução é temporária.

Nas palavras de Harvey (2005, p. 134), “[...] nenhum dos dois estratagemas [no entanto] oferece solução permanente para as contradições internas do capitalismo, mas se valer de um ou outro (ou de ambos) altera fundamentalmente a maneira pela qual se manifesta a crise”.

Ainda para o autor, se o deslocamento do capital excedente assume feições mais fáceis de serem dirimidas entre a transferência origem-filial, o mesmo não pode ser dito sobre o deslocamento da força de trabalho excedente. Dessa maneira, ao contrário do capital, isto é,

trabalho morto, a força de trabalho é trabalho vivo, dinâmico e heterogêneo, não pode ser integralizada ao bel-prazer do capital, enfrentando fortes resistências pelo percurso tanto de natureza endógena quanto exógena. Por exemplo, a construção de portos, como o de Mariel, em Cuba, e o de Rocha, no Uruguai, tende a ser processos mais acalentados do que a transferência de trabalhadores. Para ilustrar, enquanto o Canadá busca por novos migrantes, diga-se de passagem, que sejam altamente qualificados, o Reino Unido aprova lei de deportação e cria campos de concentração de imigrantes ilegais em Ruanda¹⁰.

De acordo com Harvey,

A força de trabalho não é qualitativamente homogênea, e excedentes de certo tipo não podem, normalmente, ser instantaneamente absorvidos em outras partes. Inevitavelmente, a transformação das estruturas empregatícias e ocupacionais é lenta, podendo impedir a continuidade de qualquer forma espiralada de desenvolvimento (2005, p. 135).

Diante do exposto, a produção sem precedentes de capital e força de trabalho excedente atinge a capacidade de realização do capital, uma vez que o consumo fica totalmente comprometido em relação à capacidade produtiva. Assim, ainda que uma parte da mais-valia seja apropriada na esfera da produção, o seu todo só pode ser realizado quando o produto é consumido. Se, por um lado, o avanço tecnológico permitiu desempregar milhares de trabalhadores e situar muito mais em condições degradantes de trabalho, por outro o circuito de realização do capital se tornou desafiador, pois sem capital e sem vender sua força de trabalho o consumo não pode ser realizado, a mais-valia não se completa.

Outrossim, entende que “[...] de modo incessante, a probabilidade de crise fermenta dentro dessa tensão entre a necessidade de produzir excedentes de capital e de força de trabalho e a necessidade de absorvê-los” (Harvey, 2005, p. 132).

Em suma, não há na atualidade uma crise do trabalho, pois o trabalho é a categoria fundante do ser social e da própria história, o que existe é uma crise do trabalho abstrato, isto é, do trabalho enquanto mercadoria e realização do valor de troca. Assim, a crise do trabalho abstrato expõe os limites de existência do capital.

Se a mais-valia é trabalho excedente apropriado pelos capitalistas e há, na contemporaneidade, mediante o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, o aumento da exploração e do desemprego em massa de homens e mulheres pelas máquinas,

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/23/parlamento-britanico-aprova-lei-de-deportacao-de-imigrantes-ilegais-para-ruanda-voos-comecam-em-breve-diz-primeiro-ministro.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2024.

máquinas portadoras de inteligência artificial, fica claro que a classe dominante se vê em meio a um dilema intrínseco ao próprio modo de produção: não há criação de mais-valia sem força de trabalho, reverberando na crise estrutural do capital.

Logo, “[...] o que aparece como uma absoluta negação [do trabalho] seria, contraditoriamente, a mais forte evidência de que os processos da extração do valor estão estruturalmente emperrados e atingiram seus limites” (Menezes, 2019, p. 96).

A crise que se coloca em relevo com números alarmantes de desempregados, numa onda sem precedentes de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, de forma alguma refuta o trabalho como categoria central. A crise, com efeito, é uma crise do trabalho assalariado, do trabalho obrigatório, do trabalho alienado e não, como pensa e escreve uma casta de pensadores, do trabalho concreto, isto é, do trabalho útil, vital e realizador. Falar em fim do trabalho é, necessariamente, declarar o fim do “sistema do capital”, haja vista ser a primeira ordem social que se funda e se sustenta a partir do e pelo trabalho.

Confundir crise do trabalho com crise do trabalho abstrato pode ser, sob um olhar otimista, uma confusão teórico-metodológica. O trabalho no capitalismo tem um caráter duplo, isto é, ao mesmo tempo que é trabalho (concreto), é também trabalho abstrato, ainda que a produção tenha como base o segundo em detrimento do primeiro. Assim, o trabalho concreto não desaparece no sistema do capital, mas sim é reafirmado. A crise é, de fato, crise do trabalho abstrato/assalariado/alienado, do trabalho que valoriza e almeja o lucro, a propriedade privada e, conseqüentemente, a (des)realização de trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo Antunes,

[...] uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e ao fazê-lo (auto)transforma o seu próprio criador (2009, s/p).

Desse modo, escancara-se que o crescimento, ou o chamado *boom*, da construção civil e, conseqüentemente, o aumento da atividade extrativista, mais precisamente da extração de pedra, areia e argila, não são produto da estabilidade da economia e do capital no país, mas sim produto da crise do capital.

O *boom* não ocorreu naturalmente e/ou foi criado por uma força sobrenatural, ele é resultado da atuação do Estado-nação para apaziguar, ainda que momentaneamente, a decadência plena do capitalismo. Conforme Harvey (2005, p. 82), “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a

relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo”.

Sendo assim, com o objetivo de criar espaços em que a mais-valia possa ser realizada e os capitalistas possam se tranquilizar por um certo tempo, o Estado, por meio de programas, fomenta as bases necessárias para que isso ocorra. Dessa maneira, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) são ações promovidas pelo Estado para dar condições de realização do capital.

Por meio do Estado, pôde haver a promoção de projetos como o PAC e o PMCMV, que promoveram certo alívio aos capitalistas, haja vista que houve aumento no número de empregados tanto no setor da mineração quanto no setor da construção civil, bem como lucro para os empresários do setor, mas nada que impedisse os desdobramentos da crise do capital no país. Para Botelho,

[...] a onda de transformações espaciais, bolhas imobiliárias e reestruturações urbanas – que o Brasil agora também se envolve –, nada mais são do que administração da crise, são simulações realizadas através de crédito ou endividamento estatal, que, ao invés de abrir um novo ciclo de expansão, acabam por colocar ainda mais barreiras para a expansão capitalista. Mais uma vez ficam evidentes os limites do desenvolvimento econômico (2013, p. 5).

Tanto o PAC quanto o PMCMV se colocam como grandes projetos direcionados para acumular ainda mais, com o apoio indispensável do Estado-nação. Desse modo, a máquina pública, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social estiveram à disposição do setor privado e das suas necessidades de mercado. No tocante ao PAC, verbas foram direcionadas para a promoção de saneamento básico e a urbanização no país, enquanto o PMCMV funcionou como uma medida para construir moradias para os brasileiros que recebiam até 10 salários mínimos.

Além do citado, o PAC e o PMCMV agiram como dissipadores dos efeitos da crise estadunidense de 2008 em solo brasileiro, isto é, como programas de nível nacional, e puderam manter ou criar novos postos de trabalho e aquecer a economia brasileira em um momento de grande tensão mundialmente, ainda que não por muito tempo, como nos revela o apogeu do ano 2011. Assim, “[...] ressalta-se o avanço do financiamento para a habitação, que subiu de 25,7 bilhões, em 2004, para 80 bilhões, em 2009” (Rolnik, 2019, p. 264).

Destarte, enquanto criações da classe dominante para viabilizar o capital em plena crise, o Programa Federal Minha Casa Minha Vida foi arquitetado sob os moldes capitalistas de produção para suavizar os efeitos colaterais da crise imobiliária de 2008.

Nesse contexto, os mentores e realizadores das obras foram os que compõem o empresariado da construção civil e os produtores imobiliários, que pouco ou nada tinham como preocupação o bem-estar das futuras famílias dessas moradias, mas sim os lucros que poderiam ser obtidos mediante a construção das habitações. Uma produção diversificada e de acordo com as características de cada localidade (ocorrência de chuvas, tipo de solo e vegetação etc.) envolveria menos ganhos para os capitalistas, o que no capitalismo é inviável. Assim, a produção é de mercado, ou seja, tem como principal objetivo a acumulação de capital.

Para Cardoso e Aragão,

A lógica da política de produção de moradia se desloca do âmbito da demanda para o da oferta no momento em que a prática de identificação de necessidades habitacionais, caracterização do público e desenvolvimento de respostas adequadas à realidade local em sua conexão com o cenário territorial deixa de ter relevância para dar espaço à produção em massa (2011, p. 90).

Assim, os programas federais já citados não emergem do desenvolvimento econômico, mas são criados para evitar o colapso da economia capitalista que não tem mais para onde se expandir. O espaço, portanto, é produzido sob o signo do capital. O PAC, de 2007, e o PMCMV, de 2009, funcionam como instrumentos para administrar os efeitos destrutivos da crise imobiliária de 2008, garantindo, minimamente, postos de trabalho de baixo nível e a realização do circuito do capital.

A produção capitalista do espaço se refere, assim, ao poderio do capital frente ao trabalho, sendo que o último se encontra subordinado ao primeiro. Nas condições atuais, a produção do espaço, que é produto do trabalho humano, inverte-se contra o seu próprio criador, aparecendo como uma coisa alheia. Isso se dá porque a produção está voltada para as necessidades dos grupos dominantes, de cunho privatista e excludente, e não como deve ser, ou seja, direcionada para o interesse coletivo e expressão de realização e sentido.

Segundo Menezes,

Isso significa entender que os espaços construídos, as cidades, os campos produtivos e improdutivos, os centros, as periferias; os espaços em disputas, os territórios; os espaços organizados pelo Estado, pela tradição, pela

cultura, as regiões; os espaços conservados pela indústria turística, ou como reserva de valor nas florestas tropicais, a “natureza”; os espaços produzidos pela industrialização, as cidades urbanas ou não; os objetos, as técnicas, etc. todas as formas de conceber o espaço na sociedade moderna não podem ser entendidos, senão como resultado do trabalho humano tomado em sua condição social (Menezes, 2020, p. 161).

Logo, ainda que os capitalistas criem ideologicamente o sentido de que o espaço não é produto do trabalho humano, isso não se configura como verdade, pois o trabalho é a gênese de todo valor criado, por isso a construção do espaço se encontra articulada com o trabalho. O espaço geográfico não existe sem trabalho e, conseqüentemente, sem natureza, isto é, sua existência só se torna material mediante o trabalho.

Para Cardoso e Aragão,

Nesse sentido, a proposta de uma nova política habitacional, no início de 2009, surge como mecanismo de indução ao crescimento econômico, visto que a construção de moradias, além de gerar efeitos multiplicadores da economia, também gera um volume expressivo de empregos de baixa qualificação. Contribuindo assim para manter a renda e a capacidade de consumo da população (2011, p. 89).

O trabalho realizado no extrativismo mineral para a construção civil é impregnado de estranhamento e alienação. Assim, os trabalhadores são utilizados como força viva para manterem vigentes os grupos economicamente dominantes, ainda que tal ato lhes custem doenças, perdas de membros e/ou até mesmo a sua própria vida. É um trabalho despossuído de qualquer valor e sentido para o homem que o realiza; é, na verdade, sinônimo de vergonha, constrangimento e infortúnio.

Numa relação de subsunção real ao capital, os homens se sentem aprisionados no seu próprio mundo, pois dificilmente o homem se reconhecerá no produto final, na medida em que a coisa produzida tem outro dono – que é o capitalista. “O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, **como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem**” (Marx, 2010, p. 86, grifo nosso).

Além do exposto, concorda-se com a afirmativa de que a produção capitalista do espaço se tornou, pós-década de 1970, ainda mais destrutiva e incontrolável, tendo em vista os meandros encontrados pelos capitalistas para que haja a realização da mais-valia. Com a crise do petróleo de 1973, o capital se encontrou no seu limite de crescimento, ou seja, não há mais possibilidade de evitar o seu fim, a sua suplantação.

Para tanto, como meio de evitar ao máximo sua desestruturação, ainda que se utilize do capital financeiro para perdurar, o capital estrutura a produção sob moldes que possam agilizar o processo produtivo. Assim, é preciso diminuir o tempo útil das mercadorias para que sua reposição seja uma demanda breve. Troca-se qualidade por quantidade, desde que exista lucratividade.

Para Menezes,

Obviamente, não é possível, em termos conceituais, abstratos, falar em “destruição do espaço”, mas, concretamente, o que se observa é que a produção do espaço se efetiva, diante da crise estrutural, como produção destrutiva. Não por coincidência, a crise estrutural do capital e a centralização da questão espacial dão-se no mesmo contexto. Isso porque a produção do espaço necessária à reprodução do capital não pode se dar sem as mais avançadas formas de extração de mais-valia relativa na qual, presumivelmente, a produção dos espaços incide diretamente (2019, p. 79).

Com uma produção voltada para o valor de troca a todo custo, homem e natureza são mercantilizados e destroçados para retroalimentar o sistema do capital. Dessa maneira, cada vez mais as mercadorias precisam ser descartadas, pois, diferentemente de antes, quando havia mercados consumidores a serem produzidos, na atualidade o capital precisa destruir para construir. Com efeito, a taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas, isto é, a diminuição do tempo útil da mercadoria produzida, é uma prática recorrente no capital mundializado.

Segundo Antunes,

Essa tendência à redução do valor de uso das mercadorias, assim como à agilização necessária de seu ciclo reprodutivo e de seu valor de troca, vem se acentuando desde os anos 70, quando o sistema global do capital teve de buscar alternativas à crise que reduzia o seu processo de crescimento (2009, p. 29).

“A expansão e a maior disponibilidade de subsídios públicos ao crédito para a produção habitacional, associados ao crescimento da economia, têm provocado um dos maiores ciclos de crescimento do setor imobiliário nas cidades” (Rolnik, 2019, p. 265). Desse modo, inegavelmente, as ações adotadas para manter vigente o capital e sua insanidade causaram efeitos positivos e animadores para a classe dominante.

SEÇÃO II: CAPITALISMO, CRISES, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E (DES)REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

2.1 A CRISE COMO INTRÍNSECA AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição. Ironicamente, porém, a tendência objetiva inerente ao desenvolvimento do capital em todas as esferas traz consigo resultados diametralmente opostos ao interesse do capital, já que a propensão é da acumulação local de capital à sua concentração na forma de um sistema mundial em contínua expansão; da divisão parcial e local do trabalho à vasta divisão internacional do trabalho; do consumo limitado ao consumo de massa artificialmente estimulado e manipulado a serviço de um ciclo de reprodução cada vez mais acelerado da sociedade de mercado; e do “tempo livre” restrito a poucos privilegiados à produção em massa de uma bomba social, na forma de “lazer”, em escala universal (Mészáros, 2011, p. 55).

O modo de produção capitalista é essencialmente desigual e combinado, e nele a desigualdade é produto das relações sociais do capital capitaneadas pela classe dominante. Dito isso, as crises são intrínsecas à ordem social vigente, ainda que a classe dominante busque negar essa verdade a todo custo, pois, se a expansão do capitalismo leva à concentração e à acumulação de capital, a concentração e a acumulação de capital provocam, por sua vez, indubitavelmente, os limites do capital. Nesse sentido, a “[...] história da moderna economia mundial revelará uma sucessão de instabilidades, um processo que alterna prosperidade e crise” (Dantas, 2012, p. 47), não como uma linearidade, mas sim como a própria efetividade da acumulação.

Como consequência, a economia mundial, estabelecida mediante a Revolução Industrial do século XVIII, consolida-se de forma estratégica para o capital nas mais distintas regiões do planeta, homogeneizando as relações capitalistas em prol da suplantação de formas não capitalistas de produção. Estabelece-se, assim, hierarquia de comando, controle e apropriação entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que detêm apenas a força de trabalho como mercadoria.

O capitalismo é essencialmente expansionista, quer dizer, precisa expandir para viger. A presença do capitalismo em todo o globo terrestre se deu graças ao desenvolvimento tecnológico. Desse modo, ainda no século XIX, quando se assistia à integração cada vez

maior entre as regiões e o fluxo crescente de mercadorias e capitais, o capitalismo tornou-se monopolista, fato culminado com o período imperialista.

Nas palavras de Menezes,

Os tentáculos dessa monstruosidade não poderiam existir sem as possibilidades de dominação global, conforme são construídas rotas marítimas, redes ferroviárias, hidroviárias e aéreas, sistemas de comunicação e outras redes de trocas de mercadorias e informação, enfim, o mundo “globalizado” como conhecemos (2023, p. 370).

Perante o caráter expansionista do modo de produção capitalista, esclarece-se que, portanto, as crises do capitalismo não ficam mais restritas a um único país e/ou uma região, mas sim conectadas pela economia mundial. Os efeitos dilacerantes das crises fluem pela corrente sanguínea e deságuam nas mais distintas nações, ainda que com intensidade diferente. Assim, “[...] está dada a largada para a gestação de crises econômicas que transcenderão o espaço nacional para eclodir sob a forma de crise global” (Dantas, 2012, p. 23). Logo, a crise no capitalismo se expressa, em última instância, como crise mundial.

Segundo Grespan (2021), por longas décadas, intelectuais, principalmente da Economia, não davam importância à crise, pois, para eles, elas seriam apenas momentâneas e passíveis de serem solucionadas pelo sistema capitalista. Ou seja, pouco se entendia que as crises, contraditoriamente, significavam ao mesmo tempo remédio e veneno, uma vez que, se, por um lado, de fato, o capitalismo necessita das crises para promover suas reestruturações, isto é, descartar força de trabalho e capital e assim acumular mais riquezas, por outro tal ação destroça e inibe, a longo tempo, a viabilidade do circuito do capital, pois não há geração de valor sem força de trabalho, eis a contradição do sistema.

O capitalismo, contraditoriamente, apresenta-se como expressão de civilidade e barbaridade, moderno e atraso, progresso e retrocesso, humanidade e desumanidade, tendo em vista que, se, por um lado, revela que os verdadeiros produtores da história são os homens, por outro, mediante o processo de alienação e estranhamento das mais distintas esferas do ser social, inibe o pleno desenvolvimento dos sujeitos sociais diante do objetivo insaciável de acumular riquezas.

Até o século XIX o crescimento orgânico do capital se dava sem tantas intempéries quanto na atualidade, muito em função dos espaços que existiam para serem invadidos e saqueados, como ocorreu na América, na África e na Ásia. Contudo, com a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção monopolista, o equilíbrio foi refutado e o desequilíbrio foi implantado. Sendo assim, “[...] está inaugurada a era das grandes crises

globais, da instabilidade crônica, das grandes guerras e a possibilidade, ao mesmo tempo, de revoluções sociais” (Dantas, 2012, p. 24).

Destarte, o capitalismo adentra a sua fase descendente, sob a qual o progresso ocorre mediante uma destruição sem precedentes na história humana. As guerras, por exemplo, tornaram-se ainda mais necessárias e vantajosas para a classe dominante, visto que podem destruir capital e força de trabalho excedente para aliviar a crise do sistema. Logo, a humanidade assiste a bilhões de dólares sendo anualmente destinados para os campos bélico e militar, além das ameaças constantes de uma guerra que possa terminar com a extinção da espécie humana.

Com efeito, “[...] na fase *produtivamente descendente*, o sistema do capital se tornou inseparável da necessidade cada vez mais intensificada de extensão militarista/monopolista e distensão do seu quadro de referência estrutural” (Mészáros, 2021, p. 150).

Nesse sentido, a tela *Guernica*, pintada a óleo em 1937 (Figura 1), do pintor espanhol Pablo Picasso, expressa, poeticamente, o desastre e a barbárie das guerras criadas e alimentadas pelo sistema do capital. Com a obra *Guernica*, Picasso buscou retratar o horror da guerra civil espanhola, ocorrida no período de 1936 a 1939, denunciando a ascensão de formas fascistas de governo.

Figura 1 - Paris/França, *Guernica* de Pablo Picasso, 1937 (óleo sobre tela)



Fonte: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia (2024).

Pode-se citar que uma das necessidades vitais do capitalismo é o processo de coisificação, isto é, busca consolidar as relações capitalistas de produção o máximo possível, suplantando qualquer outra concorrência que porventura possa existir. Desse modo, defendiam-se a economia mundial e o seu livre desdobramento em escala mundial, com pouca ou nenhuma interferência de instrumentos da burguesia, como no caso do Estado-nação.

Assim, do início do século XVIII até a primeira década do século XIX, eram poucas ou nenhuma as barreiras impostas à expansão do capital.

Todavia, com a lógica destrutiva do capital, que para se manter vigente suga toda a energia física e psíquica das suas presas, ou seja, homens, mulheres e crianças, seu tempo de vida, sem o estabelecimento ainda que mínimo de civilidade e moderação no processo de valorização do capital, seria curto e breve. Dito isso, após a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, são criados, em geral pelo Estado, mecanismos de dissipação ou pelo menos de apaziguamento dos efeitos deletérios do processo de acumulação de capital.

Para Dantas,

As crises [...] forçam o sistema a buscar – através do Estado – formas de coordenações ou regulação, mas sua racionalidade não pode deixar de ser a da acumulação do capital a partir dos capitais individuais engendrando um processo de conjunto que funciona segundo leis tendenciais e regras que se postam para além das vontades individuais das pessoas, sejam elas os trabalhadores (enquanto se submetam à patronal) ou os próprios capitães de indústria e seus gerentes ou acionistas principais pelo mundo afora (2012, p. 26).

No tocante à acumulação de capital, os grupos dominantes, como é base do “sistema do capital”, digladiam entre si em um contexto complexo em que imperam a mundialização e a dificuldade de produzir novos espaços e mercados, bem como substituir ainda mais o trabalho vivo pelo trabalho morto sem antecipar ainda mais o fim do capitalismo para conseguirem atingir a realização do circuito do capital. Logo, pode-se falar que, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ainda que após a Segunda Guerra Mundial (1937-1945) tenha se vivido os anos dourados, o capitalismo vive em crise, tendo momentos de mais tensões que outros.

Em face disso, o capitalismo não pode superar definitivamente as crises, tendo em vista que elas são produto do desenvolvimento dele, ou seja, fazem parte do sistema do capital, o que significa dizer que “[...] as crises têm seu fundamento nas oposições da esfera da produção capitalista, diretamente vinculadas à relação constitutiva e negativa entre capital e trabalho assalariado. Por isso as crises não podem deixar de ocorrer” (Grespan, 2021, 76). Vejamos: a prosperidade, sob a lógica capitalista, expressa realização da mais-valia, oriunda, por sua vez, da (des)efetivação do trabalhador na atividade laboral, seja por meio da instalação e promoção da mais-valia absoluta, seja por meio da mais-valia relativa; o objetivo é o lucro. Todavia, o momento de euforia logo é cessado mediante a dificuldade de realização da mais-valia, pois a (des)efetivação do trabalhador custa caro para a classe dominante, visto

que o circuito do capital fica comprometido, originando um novo momento de recessão, depressão e/ou crise.

Outrossim, toda crise, no capitalismo, tem como gênese o declínio da taxa média de lucro quando este não acompanha a disponibilidade de mercadorias e capitais, levando à estagnação ou queda na taxa de lucro. Assim posto, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, no capitalismo, realiza-se de forma acelerada, apresentando espaços de trabalho cada vez mais preenchidos de trabalho morto.

Nesse contexto, “[...] quanto mais o capital é eficiente, quanto mais se tecnifica, mais tende a cair a taxa de lucro para a média dos capitalistas” (Dantas, 2012, p. 50), pois lembremos que o valor só é produzido por uma mercadoria especial: a força de trabalho. Assim, estamos diante da contradição basilar do capital, quer dizer, sua medida (realizada somente pelo trabalho) se torna uma desmedida quando o capital, através de instrumentos criados pela classe dominante, a exemplo dos juros, tende a querer usurpar uma condição que é própria do trabalho humano, sobrando-lhe uma medida formal, ou seja, uma desmedida. Logo,

O aspecto contraditório da operação está justamente na tendência inerente do capital de substituir mão de obra por máquinas e equipamentos mais sofisticados e, com isso, estreitar a base da obtenção do mais-valor. O aspecto desmedido constitui-se, a partir dessa contradição, na diferença entre uma medida formal e uma medida real de valorização (Grespan, 2021, p. 71).

Coaduna-se a ideia de que as crises, o desemprego, a miserabilidade, a violência e a desigualdade são inerentes ao capitalismo, ou seja, compõem a espinha dorsal do sistema do capital. Assim, a classe dominante não busca refutar tais marcos do desenvolvimento capitalista, mas sim reafirmá-los. Logo, a crise no capitalismo diz respeito à dificuldade de acumular riqueza e manter satisfeitos os detentores dos meios de produção. O desemprego é um instrumento utilizado, quando preciso, para assegurar os lucros e cortar gastos. Assim, “A necessidade de produzir desemprego, como diminuição de custos, surge na raiz das próprias condições de acumulação do capital” (Oliveira, 2017, p. 137).

Nessa perspectiva, após a Primeira Guerra Mundial, bem como com a iminente necessidade, ainda que mínima, de controlar o caráter destrutivo e avassalador do capital, passa-se a ter maiores intervenções do Estado por meio dos seus sustentáculos do poder: economia, política, militarização e judiciário, encerrando, desse modo, o “desenvolvimento orgânico do capital” (Dantas, 2012). Com isso, “[...] o sistema acumula contradições,

envelhece. Deixou completamente para trás sua fase de desenvolvimento orgânico. Estabilizações, recuperações, taxas de crescimento continuam ocorrendo, mas dentro de um processo histórico de declínio” (Dantas, 2012, p. 55).

Portanto, se até a primeira década do século XX o capitalismo enfrentou momentos difíceis, mas dissipados brevemente, o mesmo não pode ser dito das décadas que se seguiram, pois marcaram, estruturalmente, os limites de existência do “sistema do capital” (Mészáros, 2021). Desse jeito, por um lado, o sistema atinge o seu grau pleno de desenvolvimento e, por outro, entra num processo de decadência, em que as crises se tornaram gradativamente mais recorrentes e os períodos de estabilidade econômica são efêmeros.

O Estado se torna ainda mais necessário para a realização do capital, na medida em que, diante da sua legitimidade perante a sociedade mundial, seus planos para salvaguardar o capital são assistidos como incontestáveis e de interesse do bem comum. Se de um lado o Estado cria mecanismos para dissipar e/ou amenizar os desdobramentos da crise, seja com projetos que movimentem a economia (como no caso do PAC e do PMCMV), seja com programas de transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo), por outro também atua na repressão da classe trabalhadora quando esta toma as ruas para protestar pelos seus direitos básicos de reprodução e produção social.

Contudo, o papel do Estado sofreu e sofre diversas mudanças para atender aos interesses vitais do capital, pois, se o trabalho humano é o sangue que mantém vivo o capital, pode-se dizer que o Estado é todo o maquinário e a burocracia que permite a ocorrência, ininterrupta, dessa transfusão. Dessa forma, com o ascender neoliberal, o Estado, até certa medida, abstém-se da sua função de provedor de serviços básicos e da garantia dos direitos trabalhistas, o que deixa a classe trabalhadora desassistida e sujeita a todo tipo de situação. A nova realidade visa dois pontos: primeiro, serviços como saúde, educação e segurança se tornam ainda mais apropriados pelo setor privado; segundo, é preciso desregular ao máximo o mundo do trabalho para que assim o capital possa se realizar completamente.

Na concepção de Mészáros,

[...] o poder de intervenção do Estado na economia – não há muito tempo, amplamente aceito como remédio milagroso para todos os possíveis males e problemas da “sociedade industrial moderna” – milita-se estritamente a acelerar a maturação dessas contradições. Quanto maiores as doses ministradas ao paciente convalescente, maior sua dependência ao remédio milagroso [...] (2011, p. 67).

De acordo com Chesnais (1996), mediante o declínio dos anos dourados do capitalismo e o esfacelamento das correntes que ainda exerciam algum controle sobre o capital, o Estado-nação se desdobra ainda mais para garantir as realizações das carências do capital em detrimento do sucateamento da oferta de serviços como saúde, educação, lazer e segurança, bem como da precarização da força de trabalho, ações necessárias com a consolidação da “crise estrutural do capital”, porque “[...] após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico” (Antunes, 2009, p. 31).

Desse modo, o Estado continua imprescindível para a realização da mais-valia, mas, em contrapartida, aumentou ainda mais a desfiguração da classe trabalhadora e de garantias e direitos conquistados historicamente por meio de lutas, greves, ocupações etc., o que revela o papel de classe do Estado e refuta a chamada neutralidade.

Com a Reforma do Estado, sua atuação concentrou-se ainda mais na regulação, legitimação e defesa dos interesses dos capitalistas, o que reafirma não o seu fim, mas sim a sua centralidade como parte indissociável do capitalismo. O Estado se torna escasso e mínimo para a massa da sociedade, mas máximo e farto para a elite econômica. O papel do Estado é vital para a manutenção da propriedade privada, a abertura das economias nacionais e a (des)regulamentação do trabalho dada sua legitimidade perante a sociedade. Por conseguinte, “[...] para manter o sistema do capital, apaziguar os conflitos de classe, garantir a propriedade privada e ainda estabelecer uma relação de dominação e subordinação entre os países, não se pode prescindir de um comando político (o Estado)” (Santos, 2008, p. 40).

Segundo Oliveira,

O Estado, como condensador das relações de produção e trabalho e das relações jurídicas que garantem a extração da mais-valia, exerce historicamente o papel de abrir e expandir as fontes de oxigenação do capital, pela regulamentação e barateamento da força de trabalho, aprimorando e criando as legislações que mantêm a sua subsunção de forma intensificada (2017, p. 17).

Para justificar e legitimar uma reforma do Estado diante da sociedade mundial, dissemina-a como um instrumento marcadamente custoso, corrupto, ineficaz, ineficiente, que precisa ser enxugado ao máximo. Nesse mesmo discurso, enfatiza-se o privado como lucrativo, eficiente, eficaz, produtivo e descolado de corrupção.

Para Santos,

No ambiente de crise estrutural do sistema do capital, o discurso neoliberal iguala tudo que é estatal à ineficiência, à corrupção e ao desperdício, enquanto que a iniciativa privada aparece como seu oposto: a eficiência, a resolutividade. A relação público-privado é então dicotomizada (Santos, 2008, p. 20).

Por outro lado, escancara-se, também, que as ações do Estado são paliativas para o capital, isto é, não mudam a contradição do “sistema do capital”, tampouco a sua essência de centralização e concentração, o que tende ao iminente colapso da ordem capitalista. Se, antes da crise estrutural, as tomadas de decisão do Estado levavam ao fim das depressões e crises do sistema, com a crise estrutural elas só podem atuar até certo ponto, pois não têm mais como livrar o “sistema do capital” do seu fim, apenas tardá-lo.

Assim, a intervenção do Estado pós-1973 é ainda mais vigiada e controlada pelos interesses econômicos, tendo como marca o empobrecimento do Estado no campo social. À vista disso, “[...] os Estados viram sua capacidade de intervenção reduzida a bem pouco, pela crise fiscal, e os fundamentos de suas instituições solapadas a ponto de torná-los quase incapazes de impor qualquer coisa ao capital privado” (Chesnais, 1996, p. 301).

Nessa ordem de coisas, os países do Terceiro Mundo, como forma de se desenvolverem, tornaram-se reféns dos interesses de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, adquirindo uma dívida impagável. Posto isso, para arcar com suas responsabilidades fiscais e não sofrer sanções econômicas, países como o Brasil, a Argentina e o México se submetem às ordens do capital privado, em outras palavras, aprovam medidas e reformas que repercutem diretamente na reprodução e produção social dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora como forma de amenizar as consequências da crise estrutural.

Portanto, a chamada modernização, isto é, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, deixando nas fábricas apenas funcionários com qualificações exigidas pelos capitalistas para manusear as máquinas, jogou milhares de sujeitos históricos na miséria e insignificância social sob o pretexto de ser esse um pequeno preço a ser pago em benefício de ganhos para uma grande maioria da população mundial, pois haveria a aceleração no processo de produção. Com o aprofundamento da crise estrutural, o desemprego passou a atingir até mesmo os núcleos trabalhistas mais organizados e qualificados. Assim, formam-se, na contemporaneidade, multidões com milhares de desempregados que não podem mais ser absorvidos pelo sistema, ficando à mercê e dependentes de esmolas sociais.

Nesse sentido, se o pleno desenvolvimento das forças produtivas do trabalho devesse liberar o homem das suas atividades laborativas para aproveitar todas as outras dimensões da vida social, na sociedade capitalista não é isso que acontece, visto que os homens despossuídos de qualquer bem se veem entregues ao próprio acaso e em muitos casos não possuem nem condições de arcar com sua saúde, alimentação e moradia.

Dessa maneira, as crises não devem ser lidas como lapsos do modo de produção capitalista, mas sim como acertos precisos da classe dominante, em que a outra face da riqueza e da propriedade privada são a fome, a miserabilidade, a pobreza e as mortes de milhares de homens, mulheres e crianças. De forma vil e rasteira, o capital destroça lugares inteiros e ceifa a vida dos sujeitos históricos. O caso da tragédia no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024, marcada por chuvas fortes, intensas e anormais na região, é um exemplo cristalino das ações econômicas e políticas focadas no lucro e em interesses próprios em detrimento da aniquilação da natureza. Tem-se como resultado, tomando como referência o dia 15 de maio de 2024, 148 pessoas mortas e mais de 617 mil fora de suas casas, uma tragédia anunciada e que o Brasil e o mundo acompanharam de forma incrédula.

Assim, para refutar a mídia hegemônica, que, propositalmente, enfatiza que a “chuva provocou...”, a “chuva matou...”, o que na língua portuguesa significa prosopopeia, isto é, ato de dar características humanas a coisas e animais, a chuva não matou ninguém, mas sim as ações tomadas por sujeitos reais. Culpabilizar a chuva é ideologicamente uma forma de mascarar os verdadeiros culpados pela tragédia no Rio Grande do Sul e tantas outras mais no país e no mundo.

Nesse ínterim, fala-nos Grespan que

Para Marx, no entanto, as crises são inevitáveis e inerentes ao capitalismo. As crises não são um acaso, uma simples possibilidade dentro do sistema capitalista, tampouco acontecem por causa de fatores externos ao sistema. Uma epidemia ou um desastre ambiental, por exemplo, são situações que somente se agravam uma crise já em curso e são produzidas pela ação predatória do capitalismo com a natureza (2021, p. 65).

Assim sendo, diante da destruição e aniquilação do capital para com a natureza e o homem, torna-se necessário, por parte da classe dominante, estabelecer limites para a reprodução do capital. Contudo, esclarece-se que o resultado é sempre a dissolução, seja a curto ou longo prazo, das ações criadas, pois o capital, em hipótese alguma, pode ser controlado, sendo seu colapso irremediável.

Ademais, “[...] os limites do capital vêm acompanhados por uma concepção que procura extrair lucro até mesmo dessas questões vitais para a existência humana” (Mészáros, 2011, p. 58). Ou seja, o capital não se torna mais humano diante das crises, mas sim mais desumano. Diante da crise, o capital busca lucrar com a desintegração dos homens e da própria natureza sob o pretexto ideologicamente difundido entre as massas de estar garantindo civilidade para a própria barbárie criada pelo sistema.

Por consequência, promoveram-se ações de desregulação da força de trabalho e de encolhimento do Estado-nação no tocante às responsabilidades para com a classe trabalhadora, bem como as fronteiras de países do Terceiro Mundo tiveram, forçosamente, de ser abertas para a entrada do capital.

De acordo com Chesnais,

Os efeitos das mudanças tecnológicas recentes, em termos de destruição de postos de trabalho, muito acima dos novos empregos que cria, não podem ser dissociados da quase total mobilidade de ação que o capital recuperou, graças à liberalização do comércio internacional e à liberdade de estabelecimento e de remessa de lucros (1996, p. 301).

Na mesma linha de pensamento segue Antunes ao enfatizar que

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, [...]. Era também a manifestação, [...] tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa (2009, p. 33).

Nesse campo, se o modelo fordista promoveu por algumas décadas um crescimento estável, pois, via Estado, pôde mediar o conflito histórico Capital x Trabalho, no qual foram garantidos direitos trabalhistas para os trabalhadores, ainda que em intensidade diferente de país para país, lembremos que nunca houve Estado de Bem-Estar Social na América Latina. Com a mundialização do capital, as instituições financeiras mundiais solaparam tais conquistas e disseminaram o Estado neoliberal, bem como um modo flexível de produção. Em suma, isso resultou em trabalhadores ainda mais despossuídos de quaisquer garantias e no capital totalmente livre para se instalar onde bem entender.

No que se refere aos trabalhadores, a acumulação flexível, cruelmente, revela que, para o capitalismo se manter, o trabalho precisa ser ainda mais precarizado e explorado. Assim, seja em países de capitalismo avançado ou periférico, o que se viu foi uma intensificação da exploração do trabalho, com adoecimentos físicos, emocionais e psíquicos, eis os sintomas da falência da falsa ideia de pleno emprego e de um lugar no Primeiro Mundo para todos.

Rosso (2008), cientista social, levanta a tese, dada a reestruturação produtiva do capital, do mais trabalho, ou intensidade do trabalho. A intensidade do trabalho concerne ao processo de exigir maior dispêndio físico, psíquico e intelectual do trabalhador ou do grupo de trabalhadores para o aumento quantitativa e/ou qualitativamente dos resultados em um dado tempo igual. Assim, não deve ser confundida com grau de intensidade e/ou produtividade (Rosso, 2008).

Grau de intensidade se refere ao nível de desgaste físico e psíquico gasto pelo trabalhador para realizar o labor, de modo que todo trabalho concreto envolve algum grau de intensidade, pois não há realização de trabalho concreto sem dispêndio físico-psíquico, sendo algo, então, presente em todos os modos de produção/ordem social. Segundo Rosso (2008, p. 20), “[...] ela é uma condição intrínseca a todo o trabalho concreto e está presente em todo o tipo de trabalho executado, em menor ou maior grau”. No tocante à produtividade, o conceito engloba apenas as mudanças derivadas da melhoria, do aperfeiçoamento e/ou da construção e implementação tecnológica e organizacional.

Dessa forma, no caso da intensidade do trabalho, a política é levar o trabalhador a gastar mais trabalho para produzir mais produtos em um mesmo ou menor período de tempo, sendo uma prática contemporânea, isto é, gestada e até o presente momento única do capitalismo, mais precisamente pós-crise de 1973.

A intensidade do trabalho operada pelo empregador, por sua vez, não ocorre sem atrito e resistência, refletindo em si o conflito histórico Capital x Trabalho, bem como o nível de organização da classe trabalhadora em questão. Contudo, é sempre uma subordinação dos interesses do patrão em detrimento dos interesses do trabalhador.

De acordo com Rosso,

O grau da intensidade resulta de uma disputa, de um conflito social que opõe o interesse dos trabalhadores ao dos empregadores. Não é o indivíduo trabalhador quem decide autonomamente suas condições de trabalho e estabelece o grau de desempenho pessoal com a atividade. O ato de compra e venda da força de trabalho confere ao comprador poder sobre como será utilizada essa mercadoria (2008, p. 24).

Como comprador da força de trabalho, o empregador, como forma de acumular ganhos com a compra da mercadoria, busca ao máximo que o trabalhador realize mais trabalho, por vezes intensificando o labor. O contratado, entretanto, também impõe limites para essa prática, resistindo como pode. Como forma de reverter a desestruturação do trabalhador e forçá-lo a realizar mais trabalho, tem se assistido à desproteção desses trabalhadores por parte do Estado, ficando eles à mercê dos interesses dos grupos hegemônicos.

Existe no Brasil desde 2004 a chamada Lista Suja do trabalho escravo, criada pelo Governo Federal e sob responsabilidade do Ministério do Trabalho. O referido documento, entre pessoas físicas e jurídicas, já soma 473 nomes¹¹. Para um patrão e/ou uma empresa constar na Lista Suja, faz-se necessário que os recursos administrativos, referentes ao auto de infração lavrado no momento da ação, possíveis de reverter a situação, tenham sido esgotados, não cabendo mais recurso.

Nesse sentido, no ano de 2023, registrou-se a triste marca de 204 novos nomes na lista, sendo a maior contagem da história. Os maiores números foram contabilizados pelo estado de Minas Gerais, com 37, São Paulo, com 32, e Pará, com 17. Os casos se concentram em cinco (5) principais atividades: produção de carvão vegetal, com 23, criação de bovinos para corte, com 22, serviços domésticos, com 19, cultivo de café com 13, e extração e britamento de pedras, com 11.

Dessarte, no caso de Sergipe, duas empresas entraram na Lista Suja, sendo uma delas a **CVM Construtora Ltda**, localizada no município de Canindé de São Francisco. Sobre isso, no ano de 2021, também em Canindé de São Francisco, após um trabalho conjunto entre Ministério do Trabalho em Sergipe, Polícia Rodoviária Federal, Defensoria Pública da União em Sergipe e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), foram encontrados 34 trabalhadores na atividade de extração de pedras utilizando meios de trabalho precários e sem qualquer registro do contrato de trabalho. Dentre os 34 trabalhadores, o Ministério Público do Trabalho confirmou que dois deles se encontravam em condições análogas à escravidão.

No que diz respeito à materialização feroz do capital em espaços antes preservados, pode ser citado o caso de tentativas recorrentes de tornar constitucionais a invasão e a exploração de terras indígenas para extrair ouro e outros metais preciosos. Assim, se, por um dado tempo, havia o entendimento de que tal espaço não poderia ser violado pelo capital, na

¹¹ Endereço com a lista completa: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

presente condição em que se encontra o sistema, o trato não pode ser mais cumprido e se assiste a imagens terríveis de garimpeiros ilegais saqueando e cometendo genocídio indígena. Com isso, “[...] a mobilidade do capital permite que as empresas obriguem os países a alinharem suas legislações trabalhistas e de proteção social àquelas do Estado onde forem mais favoráveis a elas (isto é, onde a proteção for mais fraca)” (Chesnais, 1996, p. 306).

Diferentemente de outras crises enfrentadas pelo capital, a crise estrutural, iniciada na década de 1970, torna-se irresoluta “[...] porque o problema diz respeito à estrutura da produção capitalista atual como um todo, e não simplesmente a um dos seus ramos” (Mészáros, 2011, p. 67). A crise estrutural do capital, ou seja, uma crise insanável, avança consideravelmente tanto nas economias centrais quanto nas periféricas, atingindo países como a própria Inglaterra, na Europa, e Gana, na África. Em suma, o capital nunca teve pátria, porém, nas últimas décadas, tem deixado essa verdade vir à tona como nunca na história.

Para Mészáros (2011, p. 17), a crise estrutural “[...] vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural”. Também vai se tornar política, visto que é inegável a ascensão de governos autoritários, quando não governos neofascistas, pelo mundo inteiro.

Nesse sentido, a crise estrutural carrega consigo características indiscutivelmente novas, o que torna os seus efeitos ainda mais preocupantes e destrutivos. Segundo Mészáros (2021), a crise estrutural apresenta quatro características notáveis, a saber, é universal, de alcance global, permanente e progressivo.

Assim, a crise não se resume mais a uma única esfera e/ou a tipos de empregos, todos são atingidos, do trabalhador menos qualificado até o mais bem qualificado; a crise também é global, quer dizer, não está mais limitada a um país, uma região ou até mesmo um continente, mas se faz presente no mundo inteiro; é permanente porque não há solução, isto é, não existe saída possível para a crise estrutural, ela não é cíclica e/ou temporária, mas sim permanente; por fim, a crise estrutural é progressiva, quase como um câncer quando se enraíza pelo corpo de modo silencioso e só é descoberto nos seus minutos finais de vida. “Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *finais* de uma estrutura global” (Mészáros, 2021, p. 143, grifos do autor).

Mediante o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas do trabalho, possibilitando, dessa forma, que se tenha cada vez mais a substituição do capital variável (trabalhadores) pelo capital constante (máquinas e sistemas de máquinas), o sistema alcança ao mesmo tempo seu auge e seus limites de existência, vivenciando sua plena ruína e

desintegração. Nesse toar, buscou-se negar, incansavelmente, que a gênese do valor e da riqueza social reside no trabalho, quer dizer, somente o trabalho pode criar valor e, conseqüentemente, riqueza social. Logo, o capital, sem sua reserva de sangue humano, não pode existir.

Segundo Menezes (2023, p. 371), quanto maior for a mais-valia, o trabalho será sugado de “[...] forma vampiresca (decorrente dos processos de aumento da produtividade), mais se tem uma diminuição relativa de trabalho vivo nesse mesmo mundo produzido em sua forma-capital”. Logo, “[...] crescimento e expansão são necessidades imanentes ao sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças” (Mészáros, 2011, p. 65).

Na busca insana por manter intacta a taxa de lucro, os trabalhadores sofrem todo tipo de golpe, enfrentando diminuição de salários, aumento da carga horária, desproteção jurídica e direitos roubados, quando não são descartados pelo capital, além de práticas legalmente condenadas pela justiça, como o trabalho análogo à escravidão.

Fala-nos Mészáros que

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro (2011, p. 70).

Nesse ínterim, a crise reside no fundamento de que a valorização do capital não ocorre mais a gosto dos capitalistas, isto é, encontra-se aquém do que era esperado. Com efeito, pode haver crescimento e mesmo assim está vivenciada uma crise, pois há criação de lucros, mas não no campo esperado pelos investidores. No tocante à dificuldade de manter em movimento a valorização do capital, “[...] encontra-se especialmente a incapacidade do trabalho, pelos mecanismos extremamente avançados de extração de mais-valia, converter-se em taxas de lucro suficientemente assimiláveis ao conjunto universal de capitais postos em movimento” (Menezes, 2023, p. 361).

A crise é intrínseca ao império e ao domínio do capital, ou seja, é uma parte do capitalismo. Assim, “A extração de mais-valia, especialmente a relativa, e o desenvolvimento dela pautada da diminuição relativa do capital variável em detrimento do constante, são determinações irrevogáveis e absolutamente incorrigíveis do sistema acumulativo do capital” (Menezes, 2023, p. 368). Desse modo, com espaços mais preenchidos por trabalho morto e menos por trabalho vivo, com vistas a acumular mais riquezas, o capital promove o seu

próprio fim, pois, ao promover a destruição da força de trabalho, está, ele mesmo, se destruindo.

Segundo Grespan,

Assim, quando compra a força de trabalho, o capitalista compra também a capacidade de medir o valor em cada etapa do processo de valorização. Aqui se manifesta o aspecto negativo da oposição: não é o capital, mas o trabalho quem sempre mede o valor; quando o capital o exclui, substituindo-o por máquinas e outros equipamentos, ele exclui a capacidade de medir-se e incorre, então, no fenômeno da desmedida (2021, p. 66).

Portanto, ainda que o trabalho assalariado seja um acordo de compra e venda entre o trabalhador e o capitalista da mercadoria trabalho, o capital não consegue usurpar da força de trabalho a capacidade de medir o valor, apenas controlá-la por meios jurídicos e legais. Logo, geram-se um descompasso e o estouro da crise, uma vez que o que o capital detém são “medidas formais” não as “medidas reais” pertencentes ao trabalho, por isso o que antes era uma medida do valor transforma-se, conforme as “medidas formais”, em uma desmedida, ocasionando, então, a crise da desmedida. Dessa forma, “[...] a riqueza do mundo capitalista, esse monstro mortificado e apresentado como **imensa coleção de mercadorias**, expressa assim sua incrível capacidade de negar a fonte de sua energia vital, o trabalho” (Menezes, 2023, p. 371, grifo do autor).

Posto isso, a crise desmedida expressa o desejo irrealizável do capital de tomar para si a medida real quando esta pertence única e exclusivamente ao trabalho. O capital, em hipótese alguma, pode criar valor, visto que o valor só se cria na esfera da produção e por intermédio da força de trabalho, eis a contradição do sistema, isto é, o capitalismo tem como necessidade vital manter-se ligado ao trabalho e, quando tenta negar sua condição, aproxima-se ainda mais do seu fim.

A origem da crise se encontra na esfera produtiva, ainda que se faça pensar e acreditar que reside na esfera financeira. Assim, a esfera financeira não produz mercadorias, mas sim se utiliza dos ganhos reais da mercadoria produzida na esfera da produção, ou seja, o valor tem e sempre terá como gênese a força de trabalho.

A crise, entendida dialeticamente como possibilidade de superação do que está posto, é tradicionalmente descaracterizada e depois apresentada como crise de qualquer coisa (ambiental, política etc.), menos como crise do capital. O objetivo é apenas um: inibir o pensamento crítico-reflexivo sobre o caráter social e por isso possível de superação do sistema do capital por outro modo de produção. Logo, “A crise que enfrentamos não se reduz

simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade” (Mészáros, 2011, p. 65). Sobre as instituições de controle do capital, leiamos a escola, a religião, a família.

Para Menezes,

Conscientemente ou não, a desassimilação dessas categorias que possibilitariam conceber o espaço em processo de ruína crescente, embora expansivo, caminha em paralelo e em decorrência do desenvolvimento da epistemologia autorreferenciada, da perda de objetividade com a práxis revolucionária e do aprisionamento institucional-burocrático das investigações científicas nos limites da pós-modernidade (2023, p. 365).

Isto é, o pensamento crítico é renegado a todo custo, dando lugar a pensamentos cada vez mais vazios de crítica e reflexão. Assim, as categorias e os conceitos basilares na compreensão da realidade social tornam-se cheias de aparência e vazias de essência. Por outro lado, a subjetividade aparece como central na análise, assim há a expurgação da objetividade, entendida, equivocadamente, como silenciamento dos povos.

Portanto, “[...] ironicamente, [...] o sistema entra em colapso no momento de seu supremo poder; pois sua máxima ampliação inevitavelmente gera a necessidade vital de limites e controle consciente, com os quais a produção do capital social é estruturalmente incompatível” (Mészáros, 2011, p. 73). Por isso, o capital não pode se desfazer completamente da força de trabalho, haja vista que seria o próprio fim dele, pois não haveria medida de valor, em outras palavras, o capital não se gere sozinho. O capital, ainda que se preencha cada vez mais de trabalho morto, sempre precisará do trabalho humano para atingir o seu objetivo: a geração de lucro.

2.2 A CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL: EXPRESSÃO DA ARTICULAÇÃO (DES)VELADA ENTRE A ESFERA PÚBLICA E PRIVADA EM NOME DO CAPITAL

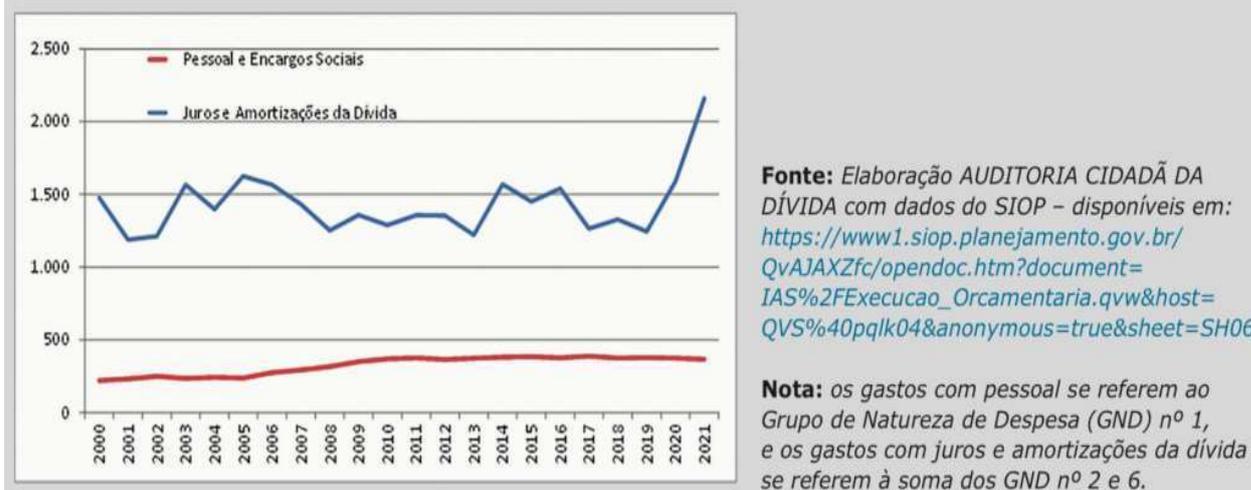
Hoje no Brasil nós temos seis milhões e trezentas mil famílias sem casa, sem teto, [...]. E, ao mesmo tempo, nós temos sete milhões e novecentos mil imóveis em situação de abandono. Tem mais casa sem gente do que gente sem casa no Brasil. Não há uma política efetiva do poder público de desapropriar esses imóveis, requalificar, reformar e destinar para a moradia popular, isso poderia ser feito, tem recurso para isso. [...]. Não há uma vontade política de enfrentar, muita vez, a especulação imobiliária, porque essa ideia de que pobre não pode morar no centro, os mais pobres são sempre os que têm que ser jogados mais longe nas periferias, nos condomínios mais distantes, onde não há infraestrutura, onde não há saneamento básico, onde não há serviço de creche, saúde, equipamentos

culturais e de lazer (Guilherme Boulos no programa Roda Vida em 7 de maio de 2018).

A “crise estrutural do capital”, pós-1973, passa ainda mais a se refletir na disputa acirrada entre capital industrial e capital financeiro pelo fundo público, bem como no desastroso processo de enxugamento do orçamento para com os gastos sociais e investimentos em serviços e bens públicos, a exemplo da própria moradia. Sob a ideologia dominante de que os cortes feitos em áreas sensíveis para a massa popular decorrem da necessidade de manter o equilíbrio entre o que é arrecado e o que é gasto pelo Estado, o que se assiste é a defesa para realizar “[...] privatizações, contrarreformas, cortes de investimentos e gastos sociais, impedindo o desenvolvimento socioeconômico do país” (Fatorelli, 2020, p. 1).

Segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida (Figura 2), o Estado gasta muito mais com juros e amortizações da Dívida Pública do que com pessoal e encargos sociais, o que demonstra que a dívida do Estado não é para cobrir gastos com setores sociais da sociedade, mas sim para arcar com o Sistema da Dívida.

Figura 2 - Brasil: Despesas Federais com Pessoal e Dívida Pública entre 2000 e 2021, 2021
Comparativo de Despesas Federais com Pessoal e Dívida Pública pagas no período de 2000 a 2021 (R\$ bilhões) em valores corrigidos pelo IPCA anual até dez/2021

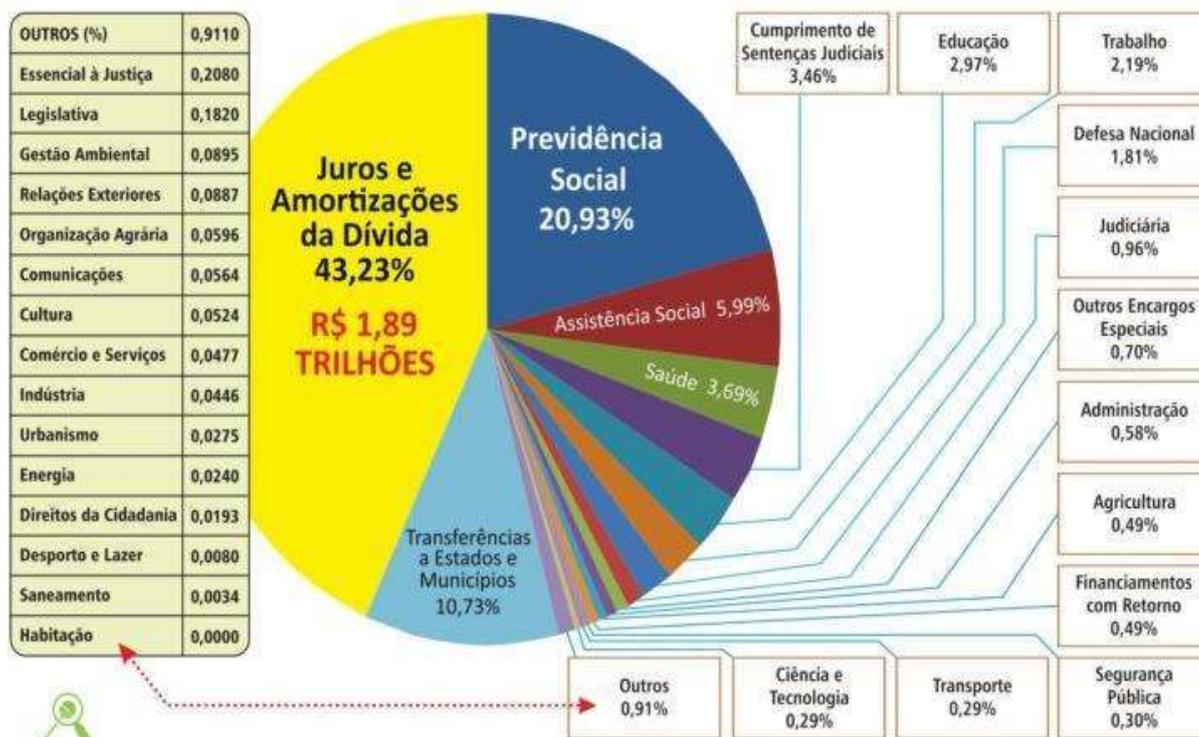


Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (2021).

Nesse sentido, é uma falácia adotada pelos grupos hegemonicamente dominantes afirmar que a dívida pública cresce porque se gasta com investimentos públicos, porque, ainda que exista o crescimento da Dívida Pública, não se enxergam, como era de se esperar, investimentos públicos (Fatorelli, 2020). Desse modo, o crescimento da Dívida Pública não

decorre de investimentos públicos, mas sim de instrumentos que deveriam ser rechaçados em qualquer país notadamente preocupado com o bem-estar da sua sociedade, adotados pelo sistema financeiro para angariar ainda mais riquezas. Com isso, áreas como educação, saúde, trabalho e assistência social definham com o pouco do Orçamento Federal que lhes é entregues, ao passo que o Sistema da Dívida permanece intacto (Figura 3).

Figura 3 - Brasil: Orçamento Federal Executado (R\$ 4,36 trilhões), 2023

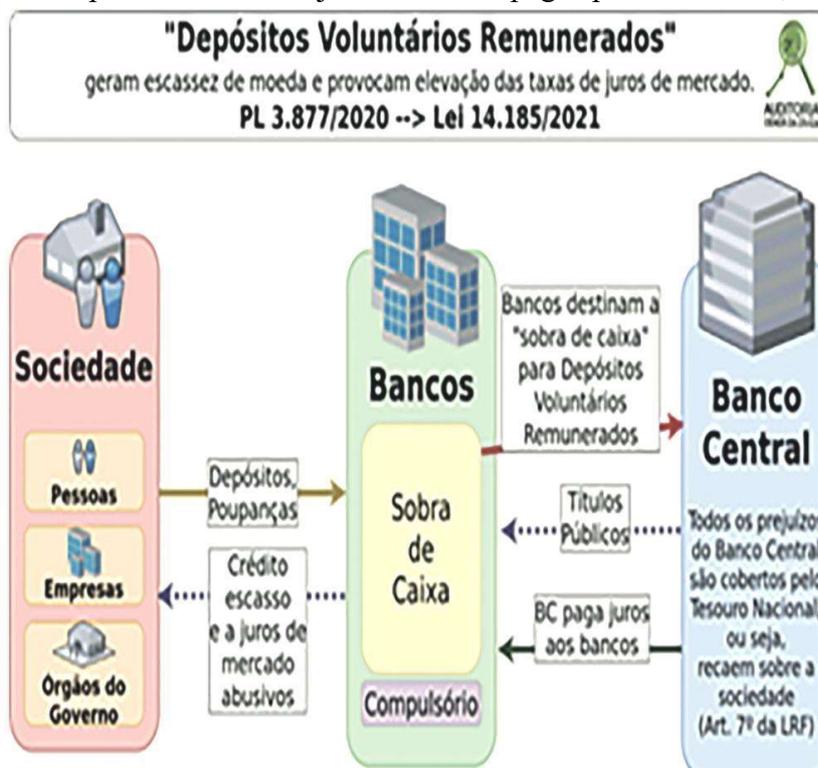


Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (29 jan. 2024).

Assim posto, a Dívida Pública no Brasil é, dentre outros mecanismos, uma forma de os bancos aumentarem suas fortunas em detrimento da miserabilidade e precariedade da vida humana. Para exemplificar a situação, o Banco Central (BC), ao receber títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional (TN), não tem nenhum gasto financeiro com isso, é uma entrega sem remuneração.

Por sua vez, o Tesouro Nacional, responsável pela doação desses títulos, tem de pagar juros ao Banco Central para que não ocorra um descontrole inflacionário da economia (Fatorelli, 2020). Logo, “[...] os bancos agem dessa forma porque não perdem nada com o dinheiro parado em caixa, pois recebem remuneração diária, paga pelo Banco Central com recursos do orçamento público” (Fatorelli, 2020, p. 3) (Figura 4).

Figura 4 - Brasil: “Estado de Mal-Estar Social”: o caminho da apropriação de dinheiro público pelos bancos e os juros abusivos pagos pela sociedade, 2021



Com o Orçamento Federal comprometido com a Dívida Pública, o Estado, enquanto um ente de classe, realiza cortes orçamentários ligados diretamente à classe trabalhadora, principalmente em políticas públicas. A classe economicamente dominante prefere manter os juros em níveis absurdos, pois os bancos, seguros de que não existirão perdas financeiras, preferem manter o que sobra no caixa e aumentar os juros ao invés de emprestar com juros mais baixos e acessíveis.

Portanto, a fala de Guilherme Boulos, professor de Filosofia e político brasileiro, confirma que a moradia, no capitalismo, nunca esteve calcada na premissa de cumprir com sua função social, mas sim para atender aos interesses do mercado. Moradia, educação, saúde, lazer e segurança, sob a égide do capital, são transformados em mercadorias. Assim, no Brasil, a política habitacional aglutina em si uma parceria (des)velada entre a coisa pública e a coisa privada, em que a (des)realização da classe trabalhadora é a realização dos grupos hegemonicamente dominantes.

O processo de apropriação do setor público pelo setor privado sem ocorrer o mesmo no caminho inverso demonstra que, claramente, no Brasil o que existe é um “Estado de Mal-Estar”, uma vez que “[...] perde-se inteiramente o controle dos aportes públicos à formação de capital das empresas; privatizam-se os fundos públicos e não se publiciza o privado. Eis o

Estado do Mal-Estar” (Oliveira, 1990, p. 69). Nesse sentido, destaca-se como a política habitacional no país incorpora pujança social e economicamente, garantindo, de um lado, moradia para milhões de famílias brasileiras e, de outro, assegurando ganhos vantajosos tanto para o setor da construção civil quanto para o setor mineral.

Os países se modernizam diante dos processos rápidos de industrialização e urbanização em seus respectivos lugares, primeiro nos países de capitalismo avançado e, posteriormente, nos países de capitalismo tardio. Coaduna-se o entendimento de que industrialização e urbanização tornaram-se fenômenos necessários para atender aos ditames do capital num momento de espraiamento da hegemonia da ordem vigente. Assim como no restante do mundo, no Brasil o Estado teve como dever, designado “pelas novas classes burguesas empresário-industriais” (Oliveira, 2003, p. 41), guiar todo o processo com vistas a construir as bases do mais novo modelo de acumulação no Brasil: a acumulação industrial.

Assim, Cardoso Jr. explica que

[...] o Estado que se vai constituindo, sobretudo a partir da década de 1930, está fortemente orientado pela missão de transformar as estruturas econômicas e sociais da Nação no sentido do desenvolvimento, sendo a industrialização a maneira historicamente preponderante de se fazer isso (2014, p. 9).

Desse modo, o Brasil, enquanto país periférico e de capitalismo tardio, enfrenta sua industrialização e urbanização a partir da década de 1940 de forma aligeirada e aquém do modelo clássico europeu, existindo um pacto entre a classe agrária e a nascente burguesia industrial. Destarte, a população brasileira, ainda agrária, começou o movimento de migração para a cidade, acarretando um forte processo de êxodo rural e, conseqüentemente, passou a haver uma procura por moradia no que era colocado como sinônimo de modernidade, desenvolvimento e progresso: a cidade.

Assim posto, durante todo o século XX, em um movimento de acomodação do capital, houve transformações e reorganizações nas dimensões territorial, econômica, social, política, militar e cultural tanto na escala nacional quanto na internacional. O país passava por transformações no modo de acumulação, deixando de ser especialmente agroexportador para se tornar urbano-industrial, incentivando a migração para os grandes centros urbanos e criando as condições para transformar a fábrica na nova casa dos brasileiros. Assim, na década de 1970, o Brasil tornou-se majoritariamente urbano e com graves problemas a serem resolvidos, ou, como foi escolhido pela classe dominante, minimizados.

Na “década de 1970 – sobre a produção habitacional – [...] o capital imobiliário requer condições econômicas, institucionais e sociais específicas para sua expansão” (Cardoso; Aragão, 2011, p. 81). Os autores esclarecem pormenores no sentido de que, sem o Estado, o mercado não sobrevive e que sua existência e realização dependem de ações e projetos fomentados com o uso do fundo público.

Ademais, vieram os problemas intrínsecos ao capitalismo. Assim, para Diniz,

As altas taxas de crescimento demográfico das últimas décadas e os fortes processos migratórios inflaram as cidades. A concentração da propriedade fundiária, a especulação imobiliária, as grandes desigualdades na distribuição da renda, a deficiência de infraestrutura trouxeram dramáticas consequências na forma e no estilo da urbanização brasileira (2011, p. 5).

Diante do exposto, a política habitacional brasileira se estruturou mais robustamente a partir do terceiro decênio do século XX e, desde então, transformou-se num longo processo contraditório, desigual e combinado. Nesse toar, o território brasileiro foi transformado veementemente a partir de 1930, quando o país passou pelo processo de industrialização, com vistas a se inserir na economia capitalista mundial, com a classe urbano-industrial tornando-se hegemônica. Assim, a política habitacional, no período compreendido entre os anos de 1930 e 1940, ficava, basicamente, sob a responsabilidade do setor privado porque a oferta de moradia como um projeto de governo ocorreu somente a partir dos anos 50 do século passado.

Para Cardoso e Aragão,

Até os anos de 1930, a produção de habitações no Brasil era conduzida principalmente pelo setor privado, que aplicava o excedente de diversos capitais, principalmente do capital mercantil, no setor habitacional, visando à captação das rendas imobiliárias, proporcionadas pelos aluguéis, nos principais centros urbanos (2011, p. 82).

A situação começou a mudar com os fenômenos de industrialização e urbanização brasileira, que ganharam força no pós-1940, período em que o Brasil se consolidou como um país de capitalismo monopolista e não mais concorrencial. Desse modo, com o movimento migratório para as cidades, a política habitacional passou a ser debatida no âmbito político, haja vista o aumento da demanda por moradias para os novos trabalhadores urbanos. O Estado atuou, via fundos públicos, em prol do setor imobiliário e de seus interesses econômicos.

O desenrolar do setor habitacional no país ainda foi lento e demorado, ainda mais quando as riquezas produzidas pelos trabalhadores passaram a ser disputadas entre o setor

imobiliário e o setor industrial, visto que a industrialização era um processo latente à época e demandava bases sólidas para a sua concretude.

Como se formava no país um novo modo de acumulação, o urbano-industrial (Oliveira, 2003), em benefício da aristocracia agrária brasileira, os capitalistas industriais demandaram do Estado as nuances necessárias para a concretude da “empresa industrial”. Essa realidade, do urbano-industrial e da empresa industrial, deixou os empresários do ramo imobiliário sem muito acesso às condições materiais provenientes do Estado, situação que perdurou até o período militar.

Para Oliveira (2003), o Brasil se assemelha em muito a um ornitorrinco; com isso queria o autor nos dizer do pacto de classes firmado entre a arcaica aristocracia agrária e a nascente burguesia urbano-industrial, fugindo do modelo clássico de revolução. As incompatibilidades levantadas nos falam sobre as contradições do movimento do real concreto, dado que o desenvolvimento é desigual e combinado. No Brasil, necessariamente, o capital industrial conseguiu conviver com o agrário, aglutinando formas retrógradas e modernas em um mesmo espaço. Assim, tem-se o animal ornitorrinco, isto é, uma combinação impensável, mas que é real.

O pacto de classes limitou, propositalmente, avanços concernentes ao mundo do trabalho e, por conseguinte, melhorias substanciais na vida dos trabalhadores, pois, diferentemente de países europeus que vivenciaram o Estado do Bem-Estar Social, no Brasil houve um Estado desenvolvimentista direcionado, em síntese, para a consolidação da burguesia nacional e seus tratos econômicos. No país, historicamente, as esperanças e utopias são ceifadas prematuramente para que nem de longe coloquem em risco o domínio capitalista. A população brasileira vive intensamente num “Estado de Mal-Estar” em alguns momentos mais amargo que em outros, mas nunca longe disso.

De acordo com Rolnik,

O frágil regime democrático estabelecido depois de 1945 foi interrompido por uma ditadura militar que durou mais de vinte anos (1964-1985) e praticamente bloqueou qualquer avanço social significativo que poderia ter sido alcançado como subproduto do rápido processo de modernização econômica que se desenvolvia no país (2019, p. 267).

Com os direitos sociais mínimos negados à classe trabalhadora, a questão habitacional começou a se mostrar um problema sério para o governo brasileiro, tendo em vista que a situação se agravava mediante o número significativo de pessoas em locais sem quaisquer

condições dignas de moradia. Faltavam saneamento básico, transporte e sistema de iluminação de qualidade; faltava, em si, moradia.

Continua Rolnik afirmando que

Esse modelo desenvolvimentista e socialmente perverso resultou na consolidação de uma das sociedades mais desiguais do mundo, em que a maioria da população não tem atendidas necessidades básicas, tal como a habitação. De fato, a falta de oferta de moradia acessível tornou-se um dos principais problemas sociais do país, em um contexto de urbanização vertiginosamente rápida (2019, p. 267).

O Governo brasileiro, no período da ditadura militar, que vigorou de 1964 até 1985, elaborou políticas para proporcionar moradias e atenuar os conflitos sociais que se tornavam latentes e ganhavam corpo na sociedade brasileira, espantando o fantasma do Comunismo no país, que de fato não passou disto: apenas um fantasma que nunca ganhou materialidade e corporeidade.

Nesse contexto, a questão da moradia durante o regime militar se traduz na preocupação para conter o avanço dos ideais comunistas no país; assim, garantir a moradia seria, inevitavelmente, garantir e defender a propriedade privada – o Brasil é verdadeiramente um ornitorrinco. Sem casas, os trabalhadores lutariam pelo direito à moradia digna, assentada na sua função social, descolada do caráter privado da propriedade. Contudo, de conhecimento das possíveis consequências dessa demanda social, o governo passou, instantaneamente, a empregar na sua agenda debates sobre a oferta de moradia para determinados sujeitos, moradias essas imbuídas de um caráter privatista. Assim, percebe-se que, na lógica do capital, a moradia, que é um direito básico dos sujeitos, passa a ser metamorfoseada pelos interesses dos grupos econômicos.

Aponta Bonduki que

A famosa frase – ‘a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade’ – atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, expressa a preocupação de fazer da política habitacional baseada na casa própria um instrumento de combate às idéias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra fria e de intensa polarização política e ideológica em todo o continente (2008, p. 72).

Dessa maneira, as contradições e desigualdades são inerentes ao modo de produção capitalista. A moradia ofertada sob o signo capitalista é iminentemente colocada como valor de troca, buscando a acumulação de capital, ainda que, contraditoriamente, determinada

demanda social seja parcial ou totalmente atendida. Eis a forma como o capitalismo sobrevive.

De acordo com Harvey,

Claro que as políticas que, simultaneamente, apoiam a ideologia dominante e proporcionam materiais duplamente apropriados. Por exemplo, pode se entender a política estatal relativa à posse de casa própria pela classe trabalhadora como, simultaneamente, ideológica (o princípio do direito de propriedade privada obtém apoio muito difundido) e econômica (proporcionam-se padrões mínimos de abrigo e abre-se um novo mercado para a produção capitalista) (2005, p. 86).

No regime militar, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), ambos no ano de 1964 e com o propósito de qualificar a produção habitacional no país e proporcionar maior segurança econômica aos capitalistas. Sendo assim, para se assegurar no poder e manter sua hegemonia intacta, o Governo brasileiro garante moradia e habitação, mas sob os moldes de mercado e com vantagens significativas para o empresariado. Assim, nota-se que a construção civil no país, estruturada sob os moldes do mercado, ao tempo que atende às demandas sociais, proporciona, também, o acúmulo de capital e a realização do capitalismo.

Destarte, o crescimento da construção civil está relacionado diretamente com a disponibilidade dos fundos públicos a partir do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como também pela apropriação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o que lhe garantiu respiros de tranquilidade e confortabilidade por um tempo, tornando-se a política habitacional concreta e realista no país como nunca antes vista (Bonduki, 2008). O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o SBPE ficaram, assim, a serviço das empresas do ramo da construção civil e não, como esperado, a serviço dos seus verdadeiros produtores: a classe trabalhadora.

Segundo Cardoso e Aragão,

Operacionalizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) até 1986, quando suas operações são transferidas para a Caixa Econômica Federal, o SFH passou a operar com recursos provenientes de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), tornando-se a principal fonte de recursos administrada pelo Estado para a promoção do setor imobiliário no Brasil (2011, p. 83).

A coisa pública se coloca como um espaço aberto para a realização dos interesses privados, como se tal bem lhe pertencesse, e, por fim, ainda nega à classe trabalhadora os lucros oriundos da aplicação dos seus bens. A política habitacional no país é construída e permanece até o momento atual calcada na obtenção de lucros, pouco importando a função social da moradia, premissa trazida pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), mas sim o quanto as empresas irão ter de lucro. Logo, pode-se dizer que a construção civil funcionou como manobra de escape durante a Ditadura Militar para amenizar e desmobilizar movimentos de resistência que lutavam por moradia digna no país.

Afirma-se que a construção civil e a política habitacional no Brasil tiveram os seus primeiros anos dourados coincidentes com o período militar. Em números, a oferta de moradias ficou aquém das necessidades existentes, ainda que tenha avançado consideravelmente em relação a épocas passadas.

Segundo Bonduki,

[...] nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média (2008, p. 73).

Para Rolnik,

A criação do FGTS e sua transformação na principal fonte de recursos para a política habitacional – e de saneamento – no país fortaleceram a dimensão financeira do programa, ao subordinar as decisões sobre **para quem, onde, como e de que forma** investir em habitação à necessidade de remuneração dos recursos desse fundo (2019, p. 284, grifo nosso).

Com o fim da Ditadura Militar, em 1985, e a exacerbação dos problemas sociais e econômicos do país, teve-se acesso aos números sobre a produção habitacional no Brasil, revelando que o problema habitacional tinha sido meramente encoberto e superficialmente tratado. Os recursos financeiros, majoritariamente, foram destinados para a construção de moradias para um seletivo grupo, ao passo que aqueles em situação de vulnerabilidade econômica continuavam sem ter um lugar para chamar de lar.

Desse modo, com o crescimento da dívida externa, o número crescente de desempregados e a hiperinflação, o país teve a década de 1980 como a década perdida, tendo em vista o declínio do Estado desenvolvimentista e as retrações em diversos setores e dimensões da população.

O remédio para conter os efeitos da crise, segundo os agentes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, eram o arrocho fiscal e a adoção de um Estado mínimo, ou seja, novamente a “igualdade substancial” é posta de lado em defesa do neoliberalismo e suas políticas de enxugamento para a classe trabalhadora, já desnudada e desafortunada. “Em vez da expansão de políticas redistributivas, a ascensão do consenso neoliberal forçou os países a adotarem reformas fiscais ortodoxas, o que resultou em uma retração generalizada dos gastos públicos no que diz respeito aos direitos sociais” (Rolnik, 2019, p. 268).

Segundo Lisboa e Conceição,

[...] interessa mostrar que a face mais visível do declínio do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, durante os anos de 1980, foi a crise da dívida, que elevou o Estado ao esgotamento financeiro minando sua capacidade de planejamento. Tendo em vista a importância dos investimentos públicos, a repercussão da crise da dívida no Brasil foi decisiva para o crescimento, quanto para o atendimento local (2007, p. 116).

O Estado neoliberal provoca a redução drástica dos direitos sociais e a abertura das fronteiras nacionais a serviço do capital financeirizado, impondo severas perdas para os mais desfavorecidos econômica e socialmente. Os movimentos sociais, civis, intelectuais e pesquisadores da sociedade brasileira que lutaram pelo fim da Ditadura Militar e pela adoção de um regime democrático logo foram atacados pelas ações neoliberais que se materializam em diferentes setores da vida: educação, saúde, lazer, segurança, moradia. Inicialmente, “[...] as políticas habitacionais no Brasil se caracterizaram pela descontinuidade administrativa, fragmentação institucional e baixa efetividade” (Cardoso; Aragão, 2011, p. 84), cenário que mudou com o tempo.

Pontua-se que o Estado neoliberal é produto da crise estrutural de 1973, ou seja, uma crise de efeitos irreversíveis. O neoliberalismo, propagandeado como sinônimo de organização, eficácia e comprometimento para com o desenvolvimento social e econômico, traduz-se como necessidade indispensável para manter vivo o movimento de acumulação de capital, sendo preciso destituir os trabalhadores de direitos historicamente conquistados. A crise estrutural escancara o real papel do Estado na sociedade de classes, isto é, de representante político dos interesses econômicos dos grupos dominantes.

De acordo com Alves,

O Estado neoliberal é uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir com efetividade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório. Ao tornar-se

Estado máximo para o Capital, torna-se Estado mínimo para os interesses da civilização do trabalho. Mesmo que assuma o papel de regulador social, ele não consegue romper seus laços orgânicos com o grande capital, tornando-se incapaz de arbitrar interesses oligopólicos do capital concentrado (Alves, 2007, p. 149-150).

Nesse percurso, o neoliberalismo foi adotado no Brasil na década de 1990 e, diferentemente da Europa, em que existiu o Estado de Bem-Estar Social, encontra um país que historicamente inibiu e inibe a classe trabalhadora de quaisquer avanços mais substanciais. Por exemplo, no Brasil despontam duas raízes que limitam avanços na vida dos trabalhadores, quais sejam: a concentração fundiária e a existência de um mercado de trabalho precário, processos combinados para se extrair o maior número de riqueza possível, limitando o acesso à terra e ofertando o mínimo para a reprodução social dos sujeitos.

Dessa forma, não houve a suplantação efetiva da aristocracia agrária brasileira, houve, sim, uma articulação entre a aristocracia agrária e a burguesia urbano-industrial, sem prejuízos para a consolidação do capital no país, reverberando numa articulação dos grupos dominantes para coibirem a classe trabalhadora de direitos substanciais, como ocorreu na Europa.

Segundo Rolnik,

Diferentemente dos países da Europa ocidental, o Brasil nunca teve nada parecido com um sistema de bem-estar ao longo da sua história. Nesse sentido, falar sobre a introdução de uma agenda neoliberal no país não significa tratar do desmantelamento de uma série de direitos sociais já estabelecidos (2019, p. 266).

Assim, até meados da década de 1990, o setor habitacional sofreu quedas significativas e ficou em patamares muito aquém do vivido nos vinte anos anteriores, pois os fundos públicos para a construção civil, com o governo de Fernando Collor, tornaram-se rarefeitos, existindo temores reais de inadimplência e não pagamento das dívidas existentes. O FGTS, por exemplo, mostrava-se indisponível para quaisquer ações que envolvessem riscos econômicos com a extinção do BNH em 1986, posteriormente assumindo a Caixa Econômica Federal o seu posto de grande gerenciadora da política de habitação no país.

De acordo com Bonduki (2008, p. 76), “Decisões políticas equivocadas e marcadas por suspeitas de corrupção, como uma liberação de contratos acima da capacidade do FGTS no governo Collor em 1990, levou a uma paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995”.

Foi com Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, que a construção civil no país retomou, vagarosamente, seu lugar de antes, num processo minucioso e bem articulado com os interesses capitalistas, tendo em vista que a crise de 1973 fez com que o capital se reorganizasse em suas ações efetivas, buscando o máximo de lucro em quaisquer que fossem as atividades. Dessa maneira, as construções de novas moradias precisariam, necessariamente, se mostrar condizentes com as ordens do mercado e seus defensores, ou seja, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Rolnik,

[...] o período de recessão e estagnação econômica dos anos 1980, representou uma retração da atividade imobiliária e do financiamento habitacional. Esse cenário só começa a mudar a partir de meados dos anos 1990, quando reformas tanto no modelo de regulação do crédito habitacional quanto na estrutura e composição do capital das empresas envolvidas no mercado imobiliário residencial passam a ser implementadas (2019, p. 286).

Dentro do campo habitacional, as políticas adotadas e mais conhecidas do Governo de FHC se traduzem no Programa Pró-Moradia, de 1996, no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado em 1999, e depois acompanhado pelo Programa de Apoio à Produção, também de 1999 (Bonduki, 2008). A estrutura e o funcionamento do PAR foram firmados sob os marcos do mercado, retomando a política habitacional no país e servindo como um molde do PMCMV, de 2009. Dessarte, o PAR escancara como o setor privado se utiliza do fundo público para atingir seus interesses particulares.

Na concepção de Rolnik,

[...] o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o empreendedor privado era responsável por toda a operação, da compra do terreno até a construção, passando pela elaboração do projeto; cabia aos governos municipais apenas a “seleção da demanda” e, ao governo federal, o financiamento direto e subsidiado ao mutuário final através da Caixa Econômica Federal, herdeira do BNH (2019, p. 289).

A moradia, assim, ainda continuava, como antes, a ser vista como mercadoria e não como direito assegurado na CF/88, lida erroneamente pelas distintas narrativas dos capitalistas, encontrando sempre uma forma de deturpar o que não lhes convém. Com a consolidação do neoliberalismo no Brasil e o arrocho fiscal em voga, na construção civil se utilizou o dinheiro público para continuar lucrando e crescendo nos mercados nacional e internacional.

Os fundos públicos, majoritariamente advindos do FGTS, agora gerenciado pela Caixa Econômica, precisaram ser cedidos para o setor da indústria da construção civil. Bonduki (2008) chama nossa atenção para que há de fato algo novo no ar e que, outra vez, se mostra um entrave para que todos possam ter moradia digna, haja vista que a Caixa Econômica, diante das realidades materializadas entre 1985-1995, exige uma maior segurança e um maior comprometimento da parte daqueles que procuram a possibilidade de ter sua casa própria, em que os maiores prejuízos são arcados pela população que não consegue comprovar seguramente certa estabilidade econômica. Assim, os efeitos do PAR, do Pró-Moradia e do Apoio à Moradia pouco mudaram a realidade das famílias pobres do país.

Para Bonduki,

Pela mesma razão de natureza financeira, a implementação desses programas não significou interferir positivamente no combate ao *déficit* habitacional, em particular nos segmentos de baixa renda. De uma maneira geral, pode-se dizer que se manteve ou mesmo se acentuou uma característica tradicional das políticas habitacionais no Brasil, ou seja, um atendimento privilegiado para as camadas de renda média (2008, p. 80).

Os anos 2000 mostraram-se promissores em relação à construção civil e à produção de habitação no Brasil, resultado dos difíceis e dolorosos momentos passados pela classe trabalhadora para que os grupos dominantes do setor imobiliário e da construção civil pudessem desfrutar de um período de comodidade econômica.

Dois momentos se mostraram reveladores no que concerne ao crescimento do setor da construção civil na primeira década do século XXI: num primeiro momento, ainda sob o governo de FHC, foi criado, em 2001, o Estatuto da Cidade, ou seja, tinha-se uma propositura sobre a necessidade de resolver a questão urbana no país; já num segundo momento, agora sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (Lula/PT), foi elaborado e posto em prática o Ministério das Cidades, em 2003, ainda no primeiro mandato do Presidente Lula, demonstrando o seu comprometimento com a produção de moradias dignas no país, espelho do antigo “Projeto Moradia” de sua autoria e que remonta à sua atuação no Instituto Cidadania.

Segundo Cardoso e Aragão,

A partir de 2003, com o início de um governo do Partidos dos Trabalhadores (PT), foi criado o Ministério das Cidades, instituição que veio concentrar as políticas urbanas federais, compreendendo mobilidade e transporte, saneamento, habitação, regularização fundiária e planejamento (2011, p. 86).

Aqui cabem certas ressalvas, pois nem de longe as prerrogativas que embasavam o “Projeto Moradia” – que se traduziam em “[...] transformar a moradia numa prioridade nacional, visando, num prazo a ser determinado pela proposta, a garantir a todo cidadão brasileiro uma moradia digna” (Bonduki, 2008, p. 90) – foram colocadas em prática com o Ministério das Cidades do governo petista. Por razões óbvias, os novos projetos de moradia só andavam com o aval dos organismos multilaterais, limitando qualquer ação governamental fora dos seus parâmetros.

De acordo com Rolnik,

Se a vitória de Lula teve significado simbólico forte, ganhando sentido de triunfo histórico dos trabalhadores, migrantes, pobres e marginalizados da sociedade brasileira, e se representou uma vontade de mudança generalizada, ela não significou uma ruptura radical, mas antes uma acomodação de interesses e intenções conflitantes (2019, p. 294).

De fato, Lula só se tornou presidente quando, por vias concretas, mostrou ao mercado que sua atuação frente à presidência da República em nada interferiria nos interesses dominantes. Posto isso, no ano de 2002, Lula foi eleito presidente do Brasil e, como prometido, alinhou a política habitacional a serviço da indústria da construção civil e do setor imobiliário. Um projeto de construção de moradias alicerçado no debate e na promoção dos diferentes sujeitos sociais não se concretiza mais uma vez no país; em seu lugar importam-se modelos e padrões já estabelecidos em outros países da América Latina. Nesse sentido, os direitos constitucionais passam a ser mercantilizados a fim de garantir taxas de lucro crescentes para os investidores e capitalistas. Sobre isso Rolnik afirma:

Se as decisões dos formuladores de política pública, em nível nacional, e os padrões de intervenção estatal eram cada vez mais submetidos às condições e aos princípios estabelecidos por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, a resposta às necessidades sociais deveria ser a promoção do acesso a bens e serviços por meio de relações de mercado (2019, p. 271).

Assim posto, diante da crescente demanda por materiais mineralógicos pelas economias emergentes, como a chinesa e a indiana e a própria Alemanha, as relações de mercado estavam tranquilamente acomodadas, ainda que não por muito tempo, haja vista a própria inconsistência do capital.

Com o *boom* das *commodities* minerais, que não significou nada mais que um crescimento da atividade mineralógica em decorrência da urbanização e industrialização de

duas economias gigantes, isto é, China e Índia, o Brasil pôde retomar seus investimentos na política de habitação, que, por sua vez, nasce da necessidade vital de contornar os efeitos destrutivos da crise estrutural. Portanto, o que se denomina *boom* da construção civil no país nada tem de natural e/ou produto de um novo crescimento orgânico do capital, o que já ficou no passado.

O crescimento da construção civil no Brasil é expressão direta de ações criadas e implantadas pelo Estado brasileiro, a exemplo do PAC e do PMCMV, em conjunto com o mercado, para criar novos espaços em que o capital pudesse ganhar mais tempo de vida. A ideia de *boom*, ideologicamente criada pelos grupos hegemonicamente dominantes, visava a esconder as contradições do capitalismo e da sua crise estrutural.

De acordo com Cardoso e Aragão,

Em uma conjuntura de expansão das exportações de *commodities* e com a ampliação das reservas no exterior, foi possível dar início a um processo gradual de redução da taxa de juros, ao mesmo tempo em que o governo propõe e implementa um programa com objetivo de recuperação da infraestrutura e logística do país, visando o crescimento econômico” (2011, p. 87).

A recuperação econômica e a continuidade da política habitacional foram realizadas utilizando-se os fundos públicos, pois são estes os responsáveis pelo deslanchar da construção civil nos primeiros anos do século XXI e, mais, garantindo ao setor imobiliário entrada na Bolsa de Valores em 2004. Assim, graças ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), liberado pela Caixa Econômica Federal, os empresários da construção civil desfrutaram de bons retornos financeiros. “Nesse campo, ressalta-se o avanço do financiamento para a habitação, que subiu de 25,7 bilhões, em 2004, para 80 bilhões, em 2009” (Rolnik, 2019, p. 264), comprovando realmente que a atuação certa do Estado rendeu um crescimento exponencial do setor da construção civil.

Os anos de calma advindos dos ganhos com a exportação de minérios, a retomada da produção habitacional, o país empregando outra vez e a inflação controlada deram ao governo do Partido dos Trabalhadores possibilidades reais de criar políticas e instrumentos com vistas a proporcionar avanços sociais para a classe trabalhadora e tão desassistida pelo Estado. Assim, “[...] com a estabilidade da economia nacional, foi possível a adoção de políticas de cunho desenvolvimentista, aí incluídas a retomada da ação estatal no campo do desenvolvimento urbano” (Cardoso; Aragão, 2011, p. 87).

Entretanto, ainda que, pela primeira vez no país, estivesse existindo um presidente que se preocupava com comunidades negras, indígenas, LGBTQIA+, camponeses e com setores da academia e dos movimentos sindicais, em nenhum momento houve rompimento com a classe dominante e tampouco perdas econômicas.

Sobre isso, Cardoso Jr. expõe que

[...] os esforços de planejamento e da promoção de novos investimentos conviveram ao longo de todo o período 2003-2010 com grande conservadorismo da política econômica, caracterizada pela tríade “juros altos, câmbio valorizado e política fiscal de superávit primário. Na verdade, a política econômica mostrou-se recorrentemente contrária aos objetivos do planejamento para o crescimento entre 2003 e 2010 (Cardoso Jr., 2014, p. 22).

A prática acima mencionada é receituário básico da classe dominante, que, para manter as riquezas produzidas pela classe trabalhadora bem distantes dos seus verdadeiros criadores, criam e recriam leis, ordens e normativas com vistas a dificultar o acesso a esses bens por parte dos pequenos e médios negócios. Logo, um dos problemas dessa prática reverbera nos empreendimentos de pequeno e médio porte, que são sufocados com a adoção de uma política econômica voltada apenas para a realização dos interesses dos grandes capitalistas. Ainda que existam críticas frente a esse modelo de governança, pois, de fato, não há resolução da pobreza, mas sim apenas a sua mitigação, não podemos deixar de concordar com o fato de que essas políticas fizeram a classe mais pobre ter poder de compra/consumo, ocasionando um crescimento da economia brasileira.

Segundo Rolnik,

Considerando os rendimentos do trabalho, o aumento do emprego, os ganhos na previdência e as políticas sociais, o número de pobres no Brasil caiu de 57 milhões para menos de 30 milhões de pessoas, ou de 30% para 15% da população, entre 2001 e 2008 (2019, p. 263).

Os números acima demonstram que os sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica puderam ter acesso às compras e assim retroalimentar o sistema e garantir riquezas para os capitalistas. Se, por um lado, as pessoas desassistidas puderam participar da economia a partir do consumo, principalmente adquirindo produtos da indústria de linha branca, com sentida ampliação em diversas regiões do país, por outro o mercado sentiu-se saciado com as ações do governo. Com isso, “[...] o país presenciou o crescimento do emprego e o aumento da poupança interna, afetando o volume de recursos disponíveis no

FGTS e no SBPE, ampliando o potencial de crédito à habitação” (Cardoso; Aragão, 2011, p. 87).

A realidade positiva que se materializou no Brasil da primeira década do século XXI encontrava-se inteiramente relacionada com as governanças adotadas pelo PT no plano econômico e social, conquista cara e perigosa para o Partido dos Trabalhadores, que, para se manter no poder, governou aliado a uma base política conservadora e retrógrada a qualquer avanço.

O Fundo Nacional de Habitação (FNH), que foi proposto ainda no primeiro mandato do Presidente Lula, só encontrou espaço para aprovação no ano de 2006, ou seja, muito tempo depois e com muitos acordos políticos e concordância dos representantes do dinheiro: o setor econômico. O FNH, como marco social e contemplação de moradia para as populações mais vulneráveis, ficou muito aquém do esperado; o que prosperou foi a produção de habitação com vistas a contemplar as leis do mercado.

Segundo Rolnik,

Desde 2003, o governo operou para ampliar os valores de financiamento habitacional contratados pelo sistema FGTS-SBPE, ou seja, o Subsistema de Habitação de Mercado. Naquele ano, o valor total contratado era de aproximadamente 5 bilhões de reais. Em 2008, na metade do segundo governo Lula, esse valor excedeu 40 bilhões de reais (2019, p. 298).

De forma mais ousada, no ano de 2007, o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para grandes obras de infraestrutura e logística. O programa se traduziu em bons frutos para a aceitação do governo pelos diversos setores da sociedade, tendo em vista a criação de novos postos de emprego e o aumento real do salário mínimo.

O Estado neoliberal pôde, por alguns poucos anos, conviver com avanços sociais e a participação da classe trabalhadora como consumidora efetiva de produtos e serviços. Nesse campo, o governo e o mercado se abrem ainda mais para a possibilidade de ampliação da política de habitação no país, com medidas de liberação dos fundos públicos seja para compra de um imóvel, seja para cumprir com o contrato de compra já estabelecido (Cardoso; Aragão, 2008).

Assim, o PAC se transformou em um programa vital para a realização do capital, pois abriu novos mercados e espaços de acumulação de riquezas. Dessa maneira, diante dos limites de existência, o capital busca e produz novas formas de acumulação para tardar o seu colapso, verdadeiramente, iminente. Com isso, desloca-se espacial e temporalmente como estratégia de

apaziguamento e alívio das tensões criadas pelo excedente de capital e força de trabalho. Desse modo, sobre o deslocamento temporal, Menezes (2024) fala-nos sobre o papel da urbanização como medida a longo prazo para conter os efeitos devastadores da crise estrutural.

Enfim,

A longo prazo, a urbanização se mostrou uma estratégia de espacialização da crise bem eficiente porque tem a capacidade de recriar constantemente novas esferas de investimentos ampliando a margem de reprodução. Nesses espaços dotados de infraestrutura e urbanização a temporalidade do capital acelera, invertendo a queda das taxas de lucro, porque os próprios limites espaciais procuram ser superados com mais investimentos lucrativos que viabilizam o giro da acumulação. Produz-se espaço para acelerar o tempo de rotação entre produção e consumo (Menezes, 2024, p. 78).

Superior a isso, os bons ventos estavam a favor da indústria da construção civil, especialmente com a descoberta do Pré-Sal, em 2006, mas anunciada em 2007, que também destinará recursos para a ampliação do setor, reverberando na criação de novas moradias e na promoção de postos de trabalho, ainda que marcadamente precários e com baixa qualificação. Para Araujo,

[...] a descoberta de petróleo na camada do pré-sal estimulou os investimentos da **Petrobras**. O principal beneficiário dessas iniciativas foi o setor da construção civil, bom gerador de empregos. Tal atividade se dinamizou em todo o país e liderou as **taxas de crescimento do emprego formal** Brasil afora (2014, p. 548, grifos nossos).

Duas questões são de suma importância nos escritos da autora para compreendermos o motivo da criação, futuramente, do PMCMV e a crise política e econômica nos anos de 2013 e 2015, respectivamente. Primeiro, o Pré-Sal alavancou o peso da empresa estatal Petrobras; comemoravam-se constantemente as novas riquezas que seriam calcadas a partir da extração desse recurso natural, o que elevou a confiança no Brasil e possibilitou que a maior empresa estatal do país atuasse para conter os efeitos da crise imobiliária norte-americana com a realização de investimentos no setor da construção civil no país.

Porém, no capitalismo, a riqueza deve ser privatizada, jamais socializada. Desse modo, comumente, nossas maiores descobertas e riquezas são, em sua maioria, sinônimo de rapinagem, genocídio e desastres, pois “[...] o desenvolvimento é um banquete de escassos convidados” (Galeano, 2017, p. 175). Logo, a Petrobras seria tomada pelos imperialistas

contemporâneos, que não deixariam os *royalties* explorados se desviassem dos caminhos por aqueles estabelecidos.

Segundo, inevitavelmente houve geração de empregos formais no país em decorrência do crescimento da construção civil. Em primeiro lugar, no próprio setor da atividade, em segundo na imensa cadeia que se interliga com a indústria civil, em que temos o extrativismo mineral destinado a atender à produção habitacional.

Em ambas as situações descritas, a maior parte dos trabalhadores é sem formação qualificada, o que aumenta o risco de serem demitidos por determinação dos patrões a partir do momento em que a função daqueles não for mais necessária a estes. Conhecidamente, o extrativismo mineral, por exemplo, tornou-se uma atividade que se sustentou na corda bamba da bolsa de valores, pois lembremos que tanto a construção civil quanto as empresas minerais atuam na bolsa de valores.

De acordo com Rolnik,

Em 2007, já eram quase 550 mil as unidades financiadas pelo FGTS e pelo SBPE, e o volume de empréstimos já alcançava 40 bilhões de reais em meados de 2008. As incorporadoras haviam feito grandes estoques de terreno e naquele ano, estavam preparadas para lançar por volta de 200 mil unidades no “segmento econômico” (2019, p. 300).

Sobre o caráter ornitorrinco que se personifica na figura do Brasil, ou seja, alianças e acomodações que fogem à regra do modelo clássico, mas não das estruturas do capitalismo, percebe-se que a acomodação econômica precedeu o planejamento, quando o esperado é que seja o planejamento fundamental para o crescimento econômico. Essa realidade escancara como o planejamento e, por assim dizer, as políticas de desenvolvimento mostram-se rarefeitos no país, sendo estas encaradas como programas de governo.

Conforme Cardoso Jr.,

Nesse sentido, pode-se dizer que a retomada do crescimento em 2004, ao abrir espaços políticos e econômicos, propiciou maior envergadura aos esforços de planejamento a partir de 2007-2008, e não o contrário. Vale dizer: não foi o planejamento que propiciou condições para a retomada do crescimento, mas o crescimento que reacendeu a necessidade do planejamento (2014, p. 21).

O crescimento exponencial verificado até 2007 foi colocado em risco com a crise imobiliária ascendente nos Estados Unidos, ou seja, a maior economia do mundo estava com

a eclosão de uma crise, o que trouxe sérias preocupações e tomadas de decisão não só no Brasil, mas também em vários outros países.

No Brasil, o Governo Federal, rapidamente, sob as exigências do mercado, do setor imobiliário e da construção civil, destinou mais dinheiro para os setores estratégicos com finalidade de conter os efeitos da crise em território brasileiro.

O Estado, sob instituições como a Caixa Econômica e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), logo injetou os fundos públicos para dinamizar o mercado e a economia e não passar por novas quedas como em anos passados. A ação surtiu efeito e pouco foram vistos os resquícios da crise imobiliária norte-americana no Brasil, realidade que mudou nos primeiros anos da segunda década do século XXI.

Segundo Cardoso e Aragão,

A reação do Governo Federal à crise internacional foi rápida, adotando-se medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica), de forma a compensar a retração do setor privado, e também medidas de apoio aos setores que estavam sofrendo efeitos da crise (2011, p. 88).

Ainda de forma a conter os desdobramentos da crise, em março de 2009, foi lançado, pelo Governo Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida. O PMCMV se apresentou como o maior e mais efetivo programa na promoção de moradia destinada à população brasileira – ainda que não resolvesse em verdade o *déficit* habitacional –, com investimentos altíssimos e a inclusão de diferentes comunidades acomodadas em suas linhas de crédito.

Conforme Rolnik,

Nesse contexto, um programa de estímulo à produção de casas – o Minha Casa Minha Vida – lançou 100 bilhões de reais em crédito imobiliário residencial em dois anos, articulado a um programa de subsídios para a compra de 1 milhão de unidades residenciais produzidas pelo mercado privado (2019, p. 279).

Porém, ainda que a existência do PMCMV se coloque como um avanço significativo na vida de milhares de brasileiros e brasileiras, a sua estruturação era de ordem mercadológica e o seu objetivo deveria atender em última instância às necessidades dos capitalistas e donos das construtoras, imobiliárias e empreiteiras. A moradia, sob o capitalismo, tem o valor de troca no comando de todo o processo desde a compra do terreno até a entrega do imóvel, extirpando sua função social.

Para além do citado, o PMCMV também se mostrou como uma materialidade da união entre a dimensão política e a dimensão econômica e reforçou a importância vital do Estado na realização do mercado.

Assim, expõem Cardoso e Aragão:

Cabe destacar a retomada do papel dos bancos e fundos públicos na provisão de crédito e na alavancagem dos investimentos públicos e privados, por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida. Enquanto o primeiro incluiu grandes obras de infraestrutura de logística e energia, investimentos em saneamento e urbanização de favelas, **o segundo ampliou significativamente os subsídios públicos para a construção de casas** (2011, p. 264, grifo nosso).

O número significativo de mais de um milhão de novas residências alimentou o setor extrativista mineral, haja vista que houve uma maior procura por materiais mineralógicos, como: areia, argila, brita, granito, arenito e saibro, bem como foram criados vultosos postos de trabalho no tocante à cadeia produtiva com ligação direta com o setor da construção civil.

Como o trabalho, em sua grande parte, é manual e braçal, pouco se exigiu de qualificação formal, sendo contratados profissionais por baixas remunerações. O Brasil viveu com o PMCMV acomodada situação econômica, tendo em vista que os sujeitos continuavam em seus postos de trabalho e consumidores efetivos, retroalimentando o sistema de reprodução do capital.

O PMCMV mostra que o governo Lula alinhou, a partir da crise imobiliária de 2008, nos Estados Unidos, os interesses do mercado com as necessidades sociais, num governo de coalisão com setores mais conservadores do país. Se, por um lado, a construção das novas moradias se dava balizada nos parâmetros do FMI e do BM e seus representantes capitalistas em território nacional, por outro cada vez mais pessoas com até dez (10) salários mínimos puderam ter acesso à sua primeira moradia, isso no ano de 2009, demonstrando o papel do Brasil na Divisão Social do Trabalho.

Além disso, o programa mostra que o Estado é mínimo quando convém aos interesses capitalistas, pois seu papel e sua ajuda são quase sempre demandados pelo mercado; assim, no processo de construção das novas moradias, o mercado ficou com o bônus de lucrar com a venda das novas casas e o Estado com o ônus de garantir a logística e a infraestrutura de modo a não retardar a realização do capital.

Para Cardoso e Aragão,

Nesse sentido, o novo programa permite que se perceba uma acentuada mudança no caráter da ação do Estado em relação à implantação de políticas sociais de moradia. A produção de habitação passou a ficar a cargo, basicamente, do mercado, enquanto cabe ao poder público, na instância municipal, a responsabilidade por ações de regularização fundiária e de urbanização de assentamentos precários (Cardoso; Aragão, 2011, p. 90).

O Estado, como representante legítimo da burguesia, precisa prover os processos que lhe são direcionados, pouco importando os efeitos colaterais nesse movimento. O PMCMV tornou-se um meio de as empresas da construção não falirem e, mais, um espaço de acumulação de capital, no qual não importam a qualidade do produto e sua necessidade social, mas sim o quanto de lucro poderá ser extraído com a construção dessas moradias.

Há uma organização desorganizada, um desrespeito aos sujeitos sociais que historicamente demandam uma moradia digna e uma agressão feroz à natureza que é inserida no processo como espaço de disponibilidade dos recursos utilizados em todo o processo e, por fim, como locus onde serão construídas as novas moradias. Assim, “A base – financeira, política e de gestão – do processo de urbanização consolidou um modelo marcado por imensas disparidades socioespaciais e grande degradação ambiental” (Rolnik, 2019, p. 266).

Dessarte, não é objetivo do mercado suplantar o *déficit* habitacional no país, mas sim angariar novos fundos de riquezas para suas empresas, e os projetos não poderiam, em nome de altos custos de produção, respeitar a diversidade e as diferenciações regionais do Brasil.

Os lucros foram significativos e animadores, a ponto de o Partido dos Trabalhadores garantir mais uma reeleição, em 2010, e, posteriormente, em 2014, muito em favor da legitimidade que o PMCMV proporcionou de ganhos econômicos reais seja para o mercado – que ficou com a maior fatia do bolo –, seja para a classe trabalhadora – que recebeu sua moradia, ainda que sem muita qualidade tanto no tocante à estrutura quanto na infraestrutura do espaço onde se encontra localizada. A lógica do mercado é o quanto pode ser lucrado com o processo de produção habitacional.

Para Cardoso Jr.,

Com relação à qualidade dos bens e serviços ofertados à sociedade, é patente e antiga a baixa qualidade geral destes, e, a despeito do movimento relativamente rápido de ampliação da cobertura em vários casos (vejam-se, por exemplo, as áreas de saúde, educação, previdência e assistência social etc.), nada justifica o adiamento desta agenda de melhoria da qualidade com vistas à legitimação política e à preservação social das conquistas obtidas até agora (2014, p. 24).

Com a crise estrutural, pós-1973, haja vista a impossibilidade de refutar seus tentáculos venenosos e destruidores, o capital adota, majoritariamente, suas forças destrutivas, dando início ao seu próprio fim.

Portanto, as forças produtivas dão lugar, necessariamente, às forças destrutivas do capital, usurpando e aniquilando ainda mais a saúde física e psíquica dos trabalhadores.

Assim, Menezes nos fala que

Contraditoriamente, a forma-ruína admitida pelo espaço contemporâneo apenas representa como que as capacidades destrutivas se tornaram sua principal força produtiva. **Se, por um lado, o trabalho parece ter perdido centralidade em sua produção porque a alta produtividade do capital atingiu o limite máximo do fetichismo** (tudo parece surgir do nada, ou cair do céu), **por outro lado, sua capacidade autodestrutiva elevada em mais alto nível nada mais significa do que a manutenção ou continuidade intensificada da extração de mais-trabalho para nele ser cristalizado** (2024, p. 84, grifos nossos).

Dessa maneira, o importante para o mercado são o lucro e a acumulação de capital. Assim, em 2011, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida-2 e, posteriormente, no ano de 2014, foi criado também o PMCMV-3 (Rolnik, 2019), com vistas à ampliação do programa no território brasileiro e à atuação como manobra no que se refere à crise política que tomou o país em meados de 2013, com o estopim a partir das “Jornadas de junho”, reverberando na destituição ilegítima da Presidenta Dilma Rousseff.

A estratégia surtiu efeito, e, no ano de 2014, Dilma Rousseff foi reeleita presidenta do país, ainda que, no ano de 2016, sofresse, de forma vil, um golpe jurídico-midiático-parlamentar. Logo em seguida, o PMCMV foi abandonado pelo novo governo.

Para Rolnik,

[...] é indiscutível o efeito contracíclico do MCMV sobre a indústria da construção civil. De acordo com dados da *Revista do Sinduscon*, o sindicato das empresas de construção, o setor cresceu 47,1% no período 2003-2013, enquanto o PIB no mesmo período cresceu 45,9%. Foram criadas 2,23 milhões de postos de trabalho formais. A partir de 2010, cerca de 1 milhão de unidades financiadas pelo FGTS e SBPE foram lançadas por ano, um número quatro vezes maior do que em 2003; a produção de tintas cresceu 75% e a de vergalhões, 72%, no mesmo período (2019, p. 306).

Portanto, o Programa Federal Minha Casa Minha Vida transformou-se na maior política de habitação já implementada no país, ainda que, no governo pós-2018, pouco tenha

sido investido no programa e sendo, em parte, reconfigurado com a criação do Programa Casa Verde e Amarela (PCVA).

Como ação para conter os efeitos da crise imobiliária norte-americana, o PMCMV foi muito além e elevou a indústria da construção civil a patamares altíssimos de faturamento, em que grandes ondas de empregos foram geradas, ainda que de natureza instável, precária e com baixa qualificação, bem como aumentou a procura por matéria-prima para uso na produção, intensificando o processo de apropriação e exploração da natureza para fins mercadológicos e parasitários.

2.3 CONSTRUÇÃO CIVIL EM NÚMEROS: ANÁLISE SOBRE BRASIL, SERGIPE E OS MUNICÍPIOS INVESTIGADOS A PARTIR DO PAC E DO PMCMV

O chamado *boom* da construção civil, em sua essência, revela-nos os limites de existência do capital, bem como a importância vital do Estado para a sua realização e continuação. Assim, o *boom* tem raízes bem definidas a partir da criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de 2009, além do direcionamento do próprio Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007, para minimizar, ainda que temporariamente, os desdobramentos deletérios da crise imobiliária de 2008. Desse modo, tanto o PAC quanto o PMCMV, sustentados com fundos públicos, puxaram o crescimento do setor da construção civil.

Durante os anos de 2009 a 2020, o programa contratou quase dois milhões de unidades na faixa 1, pouco mais de 105 mil na faixa 1,5 (quando existente), expressivos três milhões de unidades contratadas na faixa 2 e mais de 360 mil na faixa 3, com bilhões investidos (Tabela 1). Ainda com dados da Tabela 1, percebe-se que a única faixa em que o número de casas entregues é menor do que a de contratadas ocorreu na faixa 1, em que se concentram os sujeitos de baixa renda.

Tabela 1 - Brasil: Unidades Contratadas e Entregues do PMCMV, 2009-2020

Unidades Contratadas e Entregues do PMCMV – Brasil – 2009 a 2020			
FAIXA	Unidades Contratadas	Unidades Entregues	Valor Contratado em Bilhões
1	1.910.546	1.493.180	97,4
1,5	150.127	150.127	18,4
2	3.108.378	3.108.378	357,8
3	363.349	363.349	57,3

Fonte: Ministério da Economia, dezembro de 2020.

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Em Sergipe, entre os anos de 2009 a 2017, foram contratadas mais de 66.500 unidades habitacionais, sendo entregues pouco mais de 40 mil unidades (Tabela 2). Na faixa 1, foram contratadas 27.465 unidades e entregues 18.935, um percentual de 68,94%. Na faixa 2, foram contratadas 30.775 e entregues 21.743, um percentual de 70,65%. Na faixa 3, o número de unidades contratadas foi 8.326 e de entregues 3.382, com um percentual de 40,61%.

Tabela 2 - Sergipe: Relatório de Produção Habitacional Programa Minha Casa, Minha Vida, 2009-2017

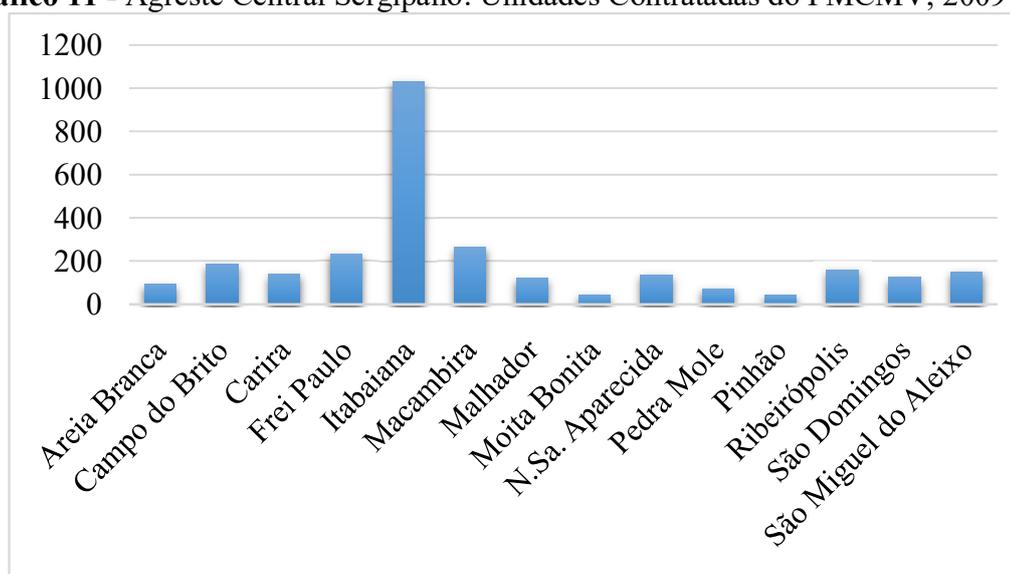
Relatório de Produção Habitacional Programa Minha Casa, Minha Vida – Sergipe 2009 a 2017		
Faixa	Unidades Contratadas	Unidades Entregues
1	27.465	18.935
2	30.775	21.743
3	8.326	3.382

Fonte: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação (2016).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

A partir do Gráfico 11, percebe-se que o Agreste Central Sergipano, entre os anos de 2009 a 2017, teve 2.758 unidades contratadas do Programa Minha Casa Minha Vida. As 2.758 unidades contratadas estão divididas entre os 14 (quatorze) municípios do Agreste Central Sergipano, sendo 90 no município de Areia Branca, 184 em Campo do Brito, 139 em Carira, 230 em Frei Paulo, 1.028 em Itabaiana, 260 em Macambira, 117 em Malhador, 40 em Moita Bonita, 135 em Nossa Senhora Aparecida, 70 em Pedra Mole, 39 em Pinhão, 158 em Ribeirópolis, 120 em São Domingos e 148 em São Miguel do Aleixo.

Gráfico 11 - Agreste Central Sergipano: Unidades Contratadas do PMCMV, 2009-2017

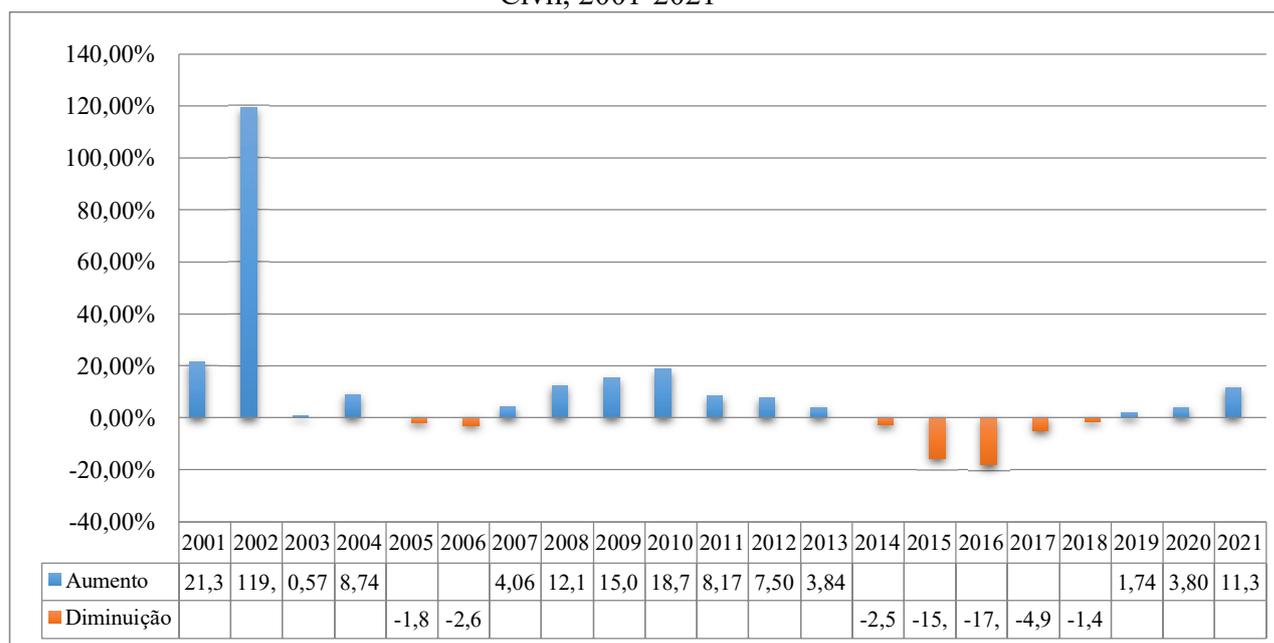


Fonte: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação (2016).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

À vista disso, os dois programas anteriormente citados traduziram-se, juntos, na criação de novos postos de trabalho espalhados pelo país e, conseqüentemente, na participação efetiva desses sujeitos no circuito de reprodução do capital, retroalimentando-o ainda mais pelo consumo. A seguir, acompanha-se a evolução do número de empregos do setor da construção civil (Gráfico 12):

Gráfico 12 - Brasil: Variação Relativa do Pessoal Ocupado nas Empresas de Construção Civil, 2001-2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Anual da Indústria da Construção (2023).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2023).

O Gráfico 12 demonstra um crescimento exponencial no número de empregados diretos e formais no setor da indústria da construção civil durante longos anos, com alguns poucos recuos, a não ser a partir de 2014, quando o setor perde vertiginosamente força e capacidade de gerar postos de trabalho.

Contudo, faz-se necessário esclarecer um ponto sobre a empregabilidade do setor. A partir de 2007, a metodologia do SIDRA-IBGE foi modificada e não contabiliza mais os estabelecimentos com até dois (2) informantes, sendo considerados apenas quando há três (3) ou mais informantes.

Sobre isso, entende-se que, principalmente em municípios de pequeno e médio porte, como os investigados na presente pesquisa, o número de trabalhadores formalmente registrados muitas das vezes não chega aos três exigidos pela metodologia, sendo a pesquisa de campo parte fundamental para analisar a problemática em sua essência.

Segundo o gráfico, nota-se que em 2001 a variação relativa foi de 21,37%, seguida de 119,06% em 2002, 0,57% em 2003 e 8,74% em 2004. O ano de 2004 marca a entrada de algumas das empresas do ramo na bolsa de valores e por ser o segundo ano do governo Lula no poder, quando houve a criação do Ministério das Cidades (em 2003).

Coaduna-se, também, o momento do *boom* das *commodities* minerais no país, que desfrutavam de exportações para o continente asiático. O setor sofre um breve recuo entre os anos de 2005 e 2006, mas volta a crescer já em 2007, quando foram registrados -1,86%, -2,69% e 4,06% de variação relativa, respectivamente.

De 2007 até 2013, a construção civil deslança no país, saindo de 1.604.331 funcionários em 2007 e chegando, em 2013, a 2.968.136 novos postos de trabalho. Os números em si revelam a pujança do setor, o que se deveu em muito ao lançamento do PAC (2007) e do PMCMV (2009) como medidas anticíclicas pelo governo Lula. Pode-se deduzir que, inevitavelmente, o crescimento da indústria da construção civil fez demandar um número significativo de materiais mineralógicos empregados no processo de construção das obras de moradia para a população brasileira.

No ano de 2008, a variação registrada foi de 12,16%, seguida de 15,01% em 2009, 18,74% em 2010, 8,17% em 2011, 7,50% em 2012 e 3,84% em 2013. Depois de 2013, entretanto, o país atravessou uma crise política e, em 2015, uma crise econômica, marcando um dos piores momentos recentes da história do país.

Segundo Borges,

Com o fim do ciclo expansivo da economia brasileira, a crise econômica já sinalizada em 2009 se agudizou a partir de 2015 e a ela somou-se uma crise política sem precedentes, configurada em um assalto neoliberal ao poder através de um golpe de Estado parlamentar, judicial e midiático, que depôs a presidente eleita em 2014, numa articulação que envolveu interesses nacionais, interesses geopolíticos dos Estados Unidos e do grande capital financeiro globalizado em busca de novos espaços para a espoliação (2016, p. 732).

Em 2014, ainda que tenha sido lançado o PMCMV-3, a variação relativa ficou em -2,59%; em 2015, -15,60%; em 2016, -17,99%; em 2017, -4,96%, e em 2018, -1,47%. Nesse período, a economia sofreu retrações significativas, milhares de desempregos, queda do PIB brasileiro e uma instabilidade política que terminou com a derrubada ilegítima da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Dessa forma, no ano de 2018, o setor se encontrava em um patamar muito semelhante ao de dez anos atrás, revelando-nos o golpe forte sofrido pela economia nacional e, por

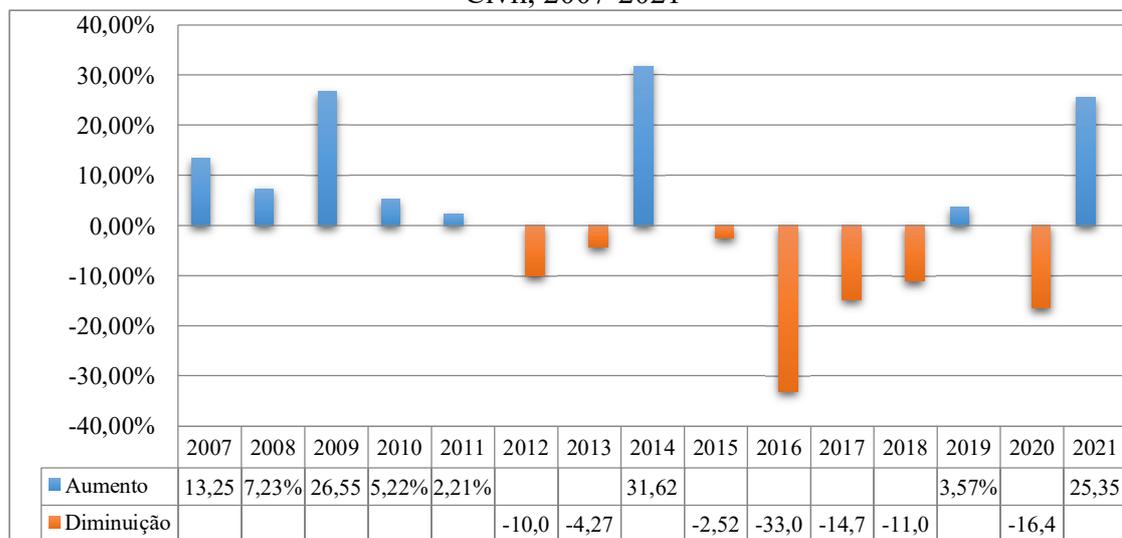
consequente, vivido pelas próprias indústrias de construção civil, que, em última instância, repassaram as perdas para seus trabalhadores, que pouco a pouco foram dispensados e tornados em exército de reserva.

A partir de 2019, assiste-se a um movimento de recuperação, ainda que vagaroso, do número de pessoal ocupado na construção civil, pois a variação foi de 1,74%. Os anos de 2020 e 2021 confirmam a tendência de recuperação do setor, quando se marcaram 3,80% e 11,37% de variação relativa, respectivamente, ainda que muito aquém dos anos dourados da construção civil no país.

Ao observar o Gráfico 13, percebe-se que o estado de Sergipe acompanhou a dinâmica nacional, apresentando números crescentes de trabalhadores ocupados na construção civil. Assim posto, a variação relativa no tocante ao número de pessoal ocupado na construção civil em Sergipe no ano de culminância do PAC, 2007, foi de 13,25%, acompanhada de 7,23% em 2008 e de 26,55% em 2009, ano de lançamento do PMCMV. No ano de 2010, a variação relativa foi de 5,22% e, em 2011, foi de 2,21%, quando foi lançado o PMCMV-2.

Esse crescimento chegou logo após o lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento em 2007, que visou a abranger grandes projetos de infraestrutura e saneamento para o país, bem como com a materialidade do Programa Minha Casa Minha Vida em 2009. Posto isso, o estado também sofreu com a inconsistência da atividade econômica e com os desdobramentos da crise política e econômica, quando, notadamente, houve quedas no número de empregados.

Gráfico 13 - Sergipe: Variação Relativa do Pessoal Ocupado nas Empresas de Construção Civil, 2007-2021



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Diante dos dados apresentados, afirma-se que, de 2007 até 2011, houve sempre crescimento no número de empregados na construção civil. Enfatiza-se que a bolha positiva criada em decorrência do número de empregados pelo setor inibe o conhecimento acerca do caráter volúvel desses empregos e das poucas garantias de direitos e da continuidade dos postos de trabalho.

Logo em seguida, no ano de 2012, a variação relativa foi de -10,08%, seguida de -4,27% em 2013, expressando momentos de recuos sofridos pelo setor. O ano de 2014, quando ocorreu a terceira versão do PMCMV, marcou o auge do pessoal ocupado, visto que a variação relativa foi de 31,62%. No ano seguinte, 2015, ano da eclosão da crise econômica no país, a variação ficou em -2,52%, seguida de -33,02% em 2016, o que confirmou o arrefecimento da atividade.

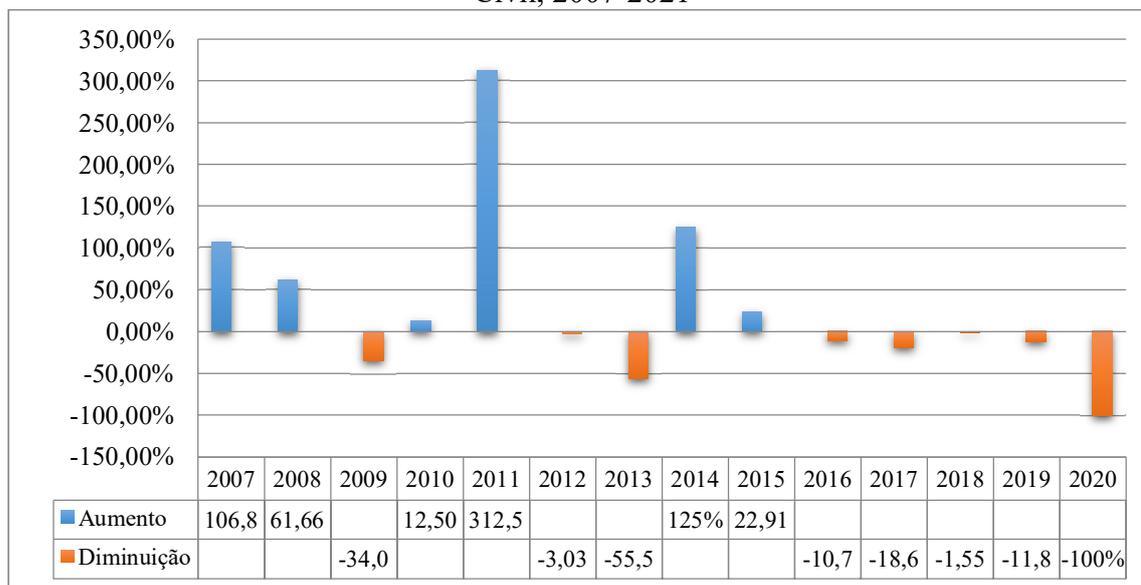
Nos anos seguintes, as quedas registradas foram menores, mas ainda assim expressivas, pois, em 2017, ano de forte instabilidade política e econômica em decorrência do aprofundamento de políticas neoliberais capitaneadas pelo Governo Federal e da resistência de diversos setores da sociedade, a variação foi de -14,72%, acompanhada de -11,05% em 2018.

Em 2019, sob o prisma de um Governo Federal marcadamente neoliberal, autoritário e articulado com os interesses do empresariado, a variação relativa voltou a ficar positiva outra vez, em 3,57%, expressando o ânimo do mercado mediante as propostas políticas prometidas, isto é, menos fiscalização pelos órgãos competentes. No ano de 2020, a variação foi de -16,45%, mas, expressamente, o Brasil e o mundo viviam um período atípico, haja vista a disseminação da Covid-19. Em 2021, com a pandemia um pouco mais controlada e o retorno do pessoal aos seus postos de trabalho, a variação registrada foi de 25,35%.

O município de Itabaiana, localizado no Agreste Central Sergipano e com uma população, segundo o Censo de 2022, estimada em mais de 103 mil habitantes, teve em 2007 uma variação relativa de 106,89% no que se refere ao pessoal ocupado na construção civil (Gráfico 14).

O gráfico a seguir explicita a variação no município de Itabaiana, Sergipe:

Gráfico 14 - Itabaiana/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado no Setor da Construção Civil, 2007-2021



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto, 2024).

O município é sede da Incorporada Ethos, da Construtora e Incorporada Santa Mônica, da Construtora Passos, dentre outras conhecidas pela elaboração e construção de diversos condomínios fechados e loteamentos no espaço itabaianense, bem como pela elaboração de projetos para empresas terceirizadas de municípios circunvizinhos.

No ano de 2008, a variação relativa foi de 61,66%, mantendo-se em crescimento. Contudo, no ano de lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, 2009, houve queda no número de pessoal ocupado, com uma variação relativa de -34,02%. Um ano após o PMCMV, em 2010, a variação ficou em 12,50%, sendo que o pico foi registrado em 2011, quando 312,50% foi a variação relativa. Nos anos que se seguiram, 2012 e 2013, a variação relativa foi negativa, -3,03% e -55,55% respectivamente.

Em 2014, a variação volta a ser positiva, marcando um crescimento de 125%, e, em 2015, ano de forte instabilidade econômica no país, a variação ainda foi positiva, pois registrou 22,91%. Os dados acerca do pessoal ocupado na construção civil revelam a instabilidade do setor e dos empregos criados, isto é, da pouca segurança garantida pelo setor aos trabalhadores.

Assim, quando o mercado não reage bem e/ou crises exógenas assustam os capitalistas nacionais, os trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação são os primeiros a ficarem desempregados até serem recontratados.

A partir de 2016, com uma quadra histórica de forte instabilidade e efervescência política e econômica, com rebatimentos na vida de milhões de brasileiros e brasileiras, as

taxas de desemprego revelaram os desdobramentos da crise que outrora havia sido contida, isto é, a crise estrutural, mas que agora estourava e impregnava o seio da sociedade com novas medidas econômicas (as contrarreformas) e políticas (colocar no poder um representante direto do mercado e avesso a questões sociais e trabalhistas).

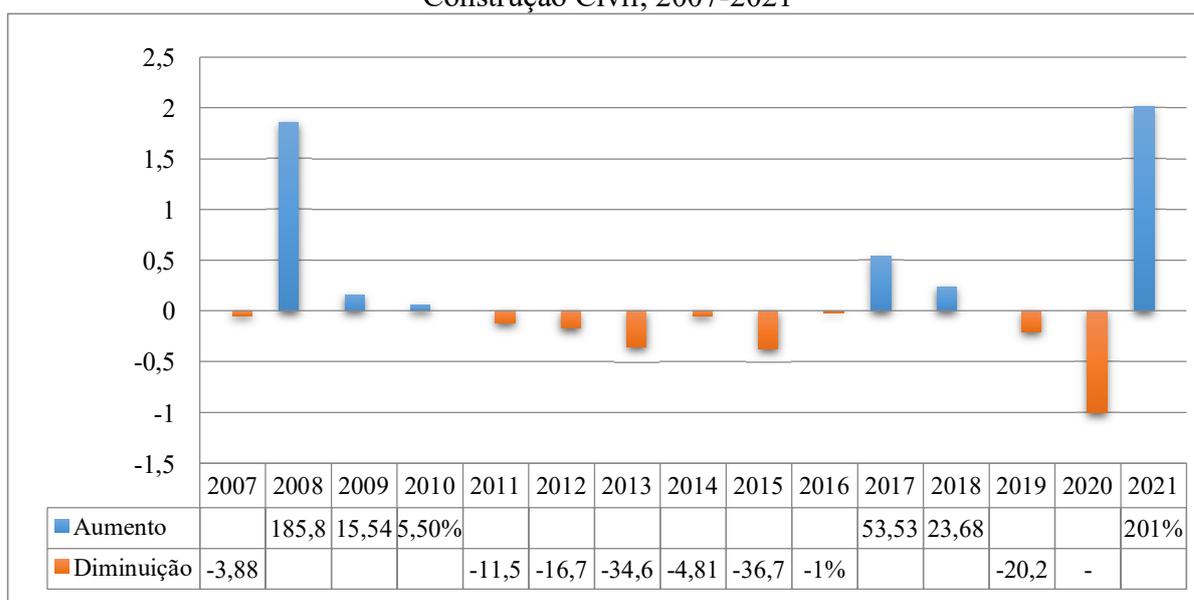
A variação em 2016 foi de -10,73%, acompanhada de -18,67% em 2017 e -1,55% em 2018. Já em 2019, a variação relativa ainda permaneceu em queda, pois foi registrado -11,85%. No ano de 2020, considerando a pandemia da Covid-19 e o isolamento social, a queda foi brusca, atingindo a variação relativa de -100%. Em 2021, não houve registros, pois não havia mais de 2 informantes.

O município de Campo do Brito, em Sergipe, tem uma população estimada em pouco mais de 18 mil habitantes, sendo que 2.517 é o número de pessoal ocupado, o que representa 13,87% da população, segundo informações do Censo de 2022 (Gráfico 15).

De acordo com o Gráfico 15, a variação relativa no que se refere ao número de pessoal ocupado na construção civil no ano de 2007 foi de -3,88%. No ano de 2008, a variação ficou em 185,85%, o que marca o início de um crescimento, corroborado pelos anos de 2009, quando a variação foi de 15,54%, e de 2010, com 5,50%. De 2011 até 2016, as quedas foram consecutivas, com momentos críticos para o setor, tendo marcado -11,59% em 2011, -16,72% em 2012, -34,64% em 2013, -4,81% em 2014, -36,70% em 2015 e -1% em 2016.

O gráfico a seguir explicita a variação no município de Campo do Brito, Sergipe:

Gráfico 15 - Campo do Brito/SE: Variação Relativa do Pessoal Ocupado no Setor da Construção Civil, 2007-2021



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (2024).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Os primeiros anos da série, com dados positivos, traduzem o momento de ânimo e confiança estabelecido na economia brasileira em função dos programas de construção de grandes obras e moradias, o que reforça a tese de que o setor passou a empregar mais pessoas com o PAC e o PMCMV.

No tocante aos dados negativos, ainda que em períodos de novas versões do PMCMV, pôde-se notar o arrefecimento do setor mediante os desdobramentos da crise política e econômica eclodida no país entre 2013 e 2015, em que a classe econômica intensificou seus projetos neoliberais e destruiu as políticas desenvolvimentistas que imperaram nos mais de 13 anos em que o país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores.

No ano de 2017, a variação relativa foi de 53,53% e de 23,68% em 2018. Novas quedas foram sentidas em 2019, quando a variação foi de -20,21%, e em 2020, de -100%. No ano de 2021, a variação ficou em 200,01%.

Sobre 2017 e 2018, são anos que espelham o retorno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representante direto dos grupos econômicos ao cargo de Presidente da República, bem como o andamento e a aprovação de reformas de natureza administrativa, trabalhista e previdenciária da sociedade brasileira.

No ano de 2019, com o Estado brasileiro sob o prisma ainda mais profundo do neoliberalismo e do desmonte das políticas públicas, o PMCMV pouco recebeu atenção do Governo Federal para continuar vigente, o que deixou o programa à míngua, a exemplo de 2020, quando o orçamento destinado foi o menor da história, sendo extinto em 2021.

No tocante ao município de Areia Branca, situado no Agreste Central Sergipano, a população em 2022 era de 18.081, em que 1.440 era o número de pessoal ocupado, o que corresponde a 7,96% da população. Contudo, o único ano que havia mais de 2 informantes ocorreu em 2014, quando foi registrado 7 pessoas ocupadas. Assim, não há registros para 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011. Já para os anos de 2008, 2012, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 havia informantes, mas nunca acima de 2.

No que concerne ao salário médio mensal, em reais, do pessoal ocupado na construção civil, segundo as grandes regiões (Mapa 5), em 2021, observa-se que o Norte e o Nordeste são as duas regiões em que os trabalhadores menos recebem, isto é, têm salário médio mensal até R\$ 1.800,00.

Na região Centro-Oeste, a remuneração do pessoal ocupado na construção civil é um salário médio mensal entre R\$ 1.801,00 a R\$ 2.100,00. No Sudeste e no Sul, o salário médio mensal que os trabalhadores recebem fica entre R\$ 2.101,00 a R\$ 2.400,00.

A diferença da média salarial pode ser tomada como uma das muitas evidências de como a precarização do trabalho toma forma e conteúdo distintos a depender da região analisada, o que, em certa medida, revela o nível de organização política e sindical dessa região e desses trabalhadores. Ainda que no Brasil como um todo haja uma organização política, sindical e trabalhista de caráter robusto, o Nordeste e o Norte, historicamente, são as regiões com os menores salários.

Tamanha era a disparidade regional que o Estado brasileiro criou agências como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, para finalizar a formação territorial e identitária do país, ainda bastante débil e frágil, bem como promover o desenvolvimento econômico e social regional.

As três (3) superintendências citadas funcionaram como estratégia de desenvolvimento para promover a acumulação do capital e, conseqüentemente, a reafirmação dos interesses capitalistas de produção. O mapa a seguir ilustra as informações:

Mapa 5 - Regiões Brasileiras: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Construção Civil, 2021



Contudo, o que se assistiu, ainda que as agências criadas tenham promovido por meio de empresas estatais mudanças significativas para essas regiões, foi uma integração desigual e contraditória, a qual não eliminou o caráter de dependência perante os interesses dos grupos econômicos e politicamente dominantes da região Sudeste, por exemplo.

Para Vainer,

Desconcentrando a seu modo a produção industrial, **estes grandes projetos de investimento (GPIs) foram decisivos para produzir uma forma muito particular de integração nacional**, ao gerarem nexos entre o núcleo urbano-industrial do Sudeste e o resto do país. [...]. [...] os GPIs conformavam ou pelo menos contribuíam fortemente para conformar, um espaço nacional integrado – profundamente desigual, mas integrado (2007, p. 11, grifo nosso).

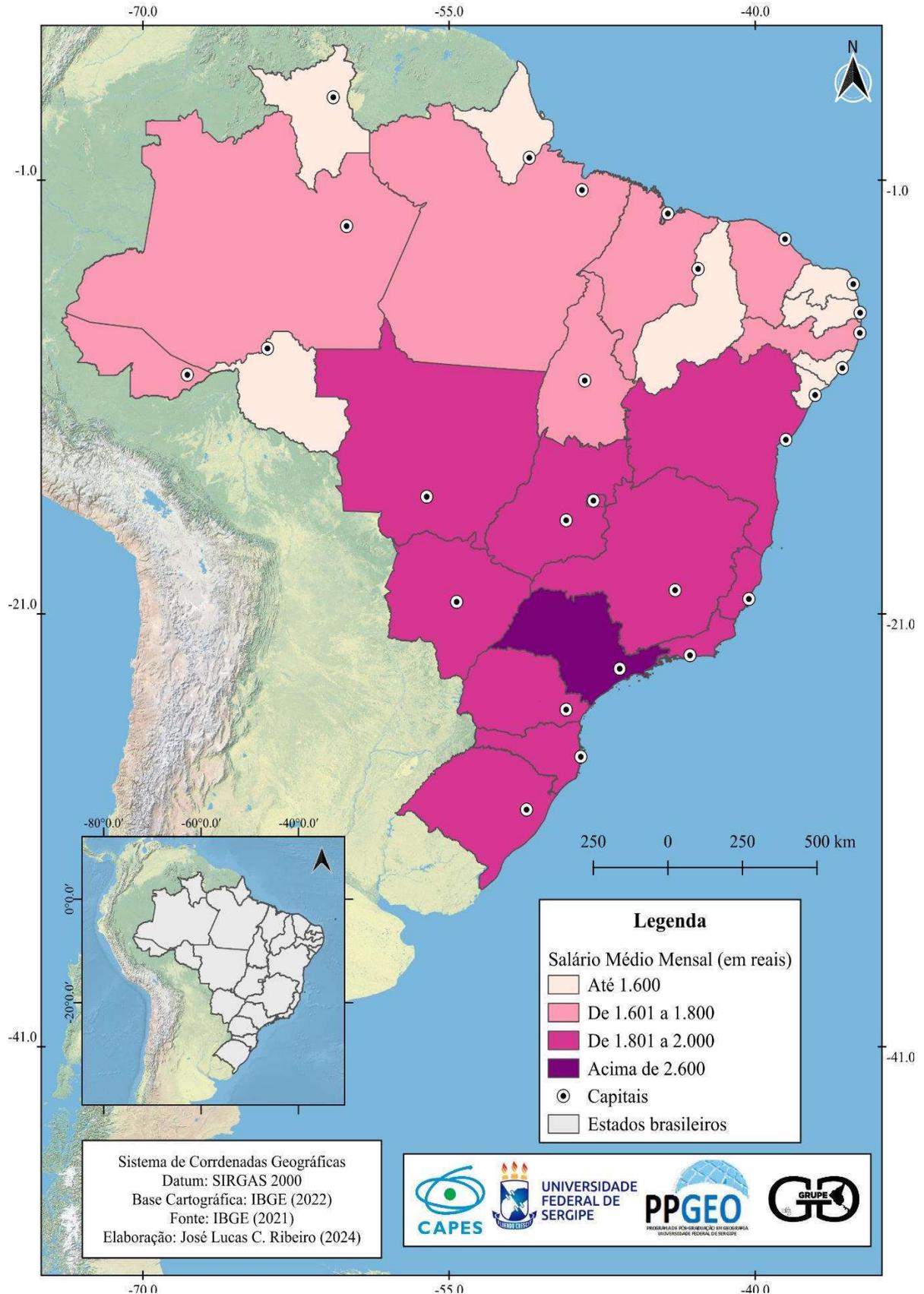
Destarte, sobre o salário médio mensal, em 2021, tomando como análise as unidades federativas do país (Mapa 6), nota-se que em estados do Norte, como Rondônia, Roraima e Amapá, e do Nordeste, como Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, o valor pago fica até R\$ 1.600,00.

Entre R\$ 1.601,00 a R\$ 1.800,00 é o salário médio mensal dos trabalhadores da construção civil de Pernambuco, Ceará e Maranhão, no Nordeste, e Amazonas, Acre, Pará e Tocantins, no Norte. Em estados como Bahia, no Nordeste; Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, no Centro-Oeste; Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Sudeste, bem como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Sul, o salário médio mensal ficou entre R\$ 1.801,00 a R\$ 2.000,00. Por fim, o estado de São Paulo, na região Sudeste, foi o único do país em que o salário médio mensal ficou acima de R\$ 2.600,00.

O movimento histórico de formação política, industrial e empresarial do Brasil permitiu que fossem lançadas as condições de precarização e precariedade do trabalho em todo o processo de produção da construção civil. As consequências desse desenvolvimento são sentidas até os dias atuais.

Desde o processo de extração e exploração mineral até o beneficiamento, a produção de materiais, a comercialização dos produtos e a concretização de moradias e demais projetos capitalistas, ratifica-se a simbiose entre trabalho e natureza, sendo essa última paulatinamente transformada e destruída para atender à lógica da mercadoria na ânsia do lucro pelas façanhas do capital e do capitalismo.

Mapa 6 - Estados brasileiros: Salário Médio Mensal do Pessoal Ocupado na Construção Civil, 2021



No tocante ao número de estabelecimentos formais no Brasil (Tabela 3), havia, no ano de 2015, 8.314.306 unidades, realidade que começou a mudar com o aprofundamento das crises tanto no poder político quanto no poder econômico.

Tabela 3 - Brasil: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021

Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção – Brasil			
Ano	Com Vínculos	Sem Vínculos	Total
2015	3.971.108	4.343.198	8.314.306
2016	3.921.448	4.284.527	8.205.975
2017	3.887.449	4.299.139	8.186.588
2018	3.866.258	4.215.830	8.082.088
2019	3.833.287	4.141.470	7.974.757
2020	3.780.031	4.416.699	8.196.730
2021	3.884.193	4.588.756	8.472.949

Fonte: Painel de Informações da RAIS (RAIS, 2023).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2023).

Em 2016, o número de estabelecimentos caiu para 8.205.975, chegando à sua pior fase no ano de 2019, quando o RAIS marcou apenas 7.974.757 estabelecimentos ativos. Aqui, deveras, contribui para essa situação o pouco apreço do Governo Federal para com as políticas de cunho desenvolvimentista, empobrecendo o PMCMV, forte aliado da construção civil entre os anos de 2009 a 2014.

A realidade começou a mudar nos anos de 2020 e 2021, quando se atingiu, respectivamente, 8.196.730 e 8.472.949 estabelecimentos da construção civil. O ano de 2021 trouxe dados acima dos marcados em 2015, demonstrando, assim, uma recuperação do setor, em que muito disso coaduna os desdobramentos da Covid-19 e a política de *lockdown*. Curiosamente, em escala nacional, uma situação que chama atenção é o fato de que em nenhum momento o número de estabelecimentos com vínculos, ou seja, que possuem gente trabalhando, superou o de estabelecimentos sem vínculos empregatícios.

A partir da Tabela 4, a seguir, podemos ter conhecimento acerca do número de estabelecimentos da construção civil em Sergipe:

Tabela 4 - Sergipe: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021

Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção – Sergipe			
Ano	Com Vínculos	Sem Vínculos	Total
2015	1.583	956	2.539
2016	1.480	989	2.469
2017	1.368	1.094	2.462
2018	1.517	1.117	2.634
2019	1.168	1.092	2.260
2020	1.814	1.256	3.070
2021	1.916	1.257	3.173

Fonte: Painel de Informações da RAIS (RAIS, 2023).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2023).

No ano de 2015, no estado de Sergipe, o número de estabelecimentos ativos e formais da construção chegou a 2.539. O número de estabelecimentos começou a cair a partir de 2016, com uma breve recuperação em 2018, diferentemente dos números marcados do país, em que em 2018 a prerrogativa ainda era de queda.

No ano de 2020, o setor passou a ter 3.070 estabelecimentos, um número bem acima do mercado em 2015, o que se segue em 2021, quando Sergipe tinha 3.173 empresas da construção em funcionamento. Diferentemente do que se mostra na escala nacional, em Sergipe em nenhum momento da série 2015-2021 o número de estabelecimentos sem vínculos empregatícios foi maior que aqueles com vínculos empregatícios.

No município de Itabaiana, Sergipe, área de estudo da pesquisa, o número de estabelecimentos ativos e formais pouco sofreu variações entre os anos de 2015 e 2021. Tal período assistiu a uma pequena retração apenas em 2016 e 2017, anos mais críticos da crise econômica e também momento de aprovações das contrarreformas pelo poder legislativo do país, quando se tem um aprofundamento do Estado neoliberal e a defesa de políticas de enxugamento de gastos com a dimensão social.

Assim, a situação ficou da seguinte forma: em 2015, havia 123 estabelecimentos ativos, acompanhado de uma leve retração em 2016, com 113 empreendimentos, e em 2017, com 108 empresas ativas, sendo 2017 o ano mais crítico da série (Tabela 5). A partir de 2018, o setor já trabalha em números ascendentes e superiores àqueles marcados no ano de 2015, pois se chega à casa dos 174 estabelecimentos, seguindo em 2019 com o número de 206, em 2020 com o número de 241 e, por fim, em 2021, com a quantidade de estabelecimentos na

casa dos 213. Como em Sergipe, o número de estabelecimentos ativos em Itabaiana com vínculos foi sempre superior ao número de estabelecimentos sem vínculos.

Tabela 5 - Itabaiana/SE: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021

Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção – Itabaiana/SE			
Ano	Com Vínculos	Sem Vínculos	Total
2015	101	22	123
2016	88	25	113
2017	78	30	108
2018	117	57	174
2019	162	44	206
2020	175	66	241
2021	159	54	213

Fonte: Painel de Informações da RAIS (RAIS, 2023).

Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2023).

Nesse bojo, destaca-se o papel da Ethos Incorporadora (Figura 5), bem como da Incorporadora e Construtora Santa Mônica (Figura 6), ambas situadas no município de Itabaiana, na produção do espaço regional seja a partir da compra de lotes e da elaboração de projetos de condomínios e loteamentos, como incorporadoras, seja a partir da construção material desses projetos enquanto construtoras.

A Ethos Incorporadora LTDA atua no mercado há mais de 16 anos, com mais de 21 (vinte e um) empreendimentos construídos na cidade de Itabaiana. A empresa conta com 12 (doze) funcionários, dos quais todos trabalham com carteira assinada e recebem, segundo informações do representante legal da empresa, o salário base compatível com a função ocupada. Como incorporadora, a Ethos tem empresas terceirizadas para realizarem as construções, sendo uma dessas empresas a Construtora Passos Júnior, de um dos filhos do sócio majoritário da Ethos Incorporadora.

Figura 5 - Itabaiana/SE: Fachada da Empresa Ethos Incorporadora, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (trabalho de campo, 2024).

Figura 6 - Itabaiana/SE: Fachada da Incorporadora e Construtora Santa Mônica, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (trabalho de campo, 2024).

As empresas terceirizadas são responsáveis pela aquisição dos materiais mineralógicos para a construção civil, os quais, geralmente, são adquiridos de pedreiras e areais de municípios próximos, a exemplo da Pedreira Dinâmica LTDA e da Empresa Newvini Comércio e Transporte (Entrevistado 29, representante legal da empresa, trabalho de campo, Itabaiana/SE, 16 jul. 2024).

A Ethos é conhecida pela construção de condomínios para a classe média alta de Itabaiana, mas que recebem moradores de municípios circunvizinhos, como empresários e

figuras políticas, bem como de loteamentos. Destacam-se, desse modo, os condomínios Chiara Lubich, Zilda Arns, Heitor Villa-Lobos, Leonardo da Vinci e os loteamentos Luiz Gonzaga, Oscar Niemeyer, Jardim Universitário, Mandacaru, Santa Luzia, São Manoel, Irmã Dulce, Jardim Marcela, Pedro Barbosa, Zilda Arns, Juarez, Gonzaguinha, todos situados na área urbana de Itabaiana.

O proprietário da Incorporadora e Construtora Santa Mônica, diferentemente do da Ethos Incorporadora, atua em diversos ramos: construção, cerâmica, frigorífico e agronegócio do milho, o que totaliza mais de 1.000 (um mil) funcionários, sendo mais de 170 contratados pela Cerâmica Santa Mônica e mais de 200 pela Construtora Santa Mônica (Entrevistado 30, representante legal da empresa, trabalho de campo, Itabaiana/SE, 19 jul. 2024).

Ainda de acordo com o entrevistado, os salários pagos correspondem ao valor base de cada profissão. Para entender o processo de contratação da força de trabalho, esclarece que a incorporadora contrata as construtoras para realizarem as obras, e, por sua vez, as construtoras são responsáveis pela contratação do pessoal a ser ocupado. “Como Incorporadora, as obras são repassadas para empresas terceirizadas, que ficam responsáveis por contratar os trabalhadores que atuarão nas obras” (representante legal da empresa, trabalho de campo, Itabaiana/SE, 19 jul. 2024).

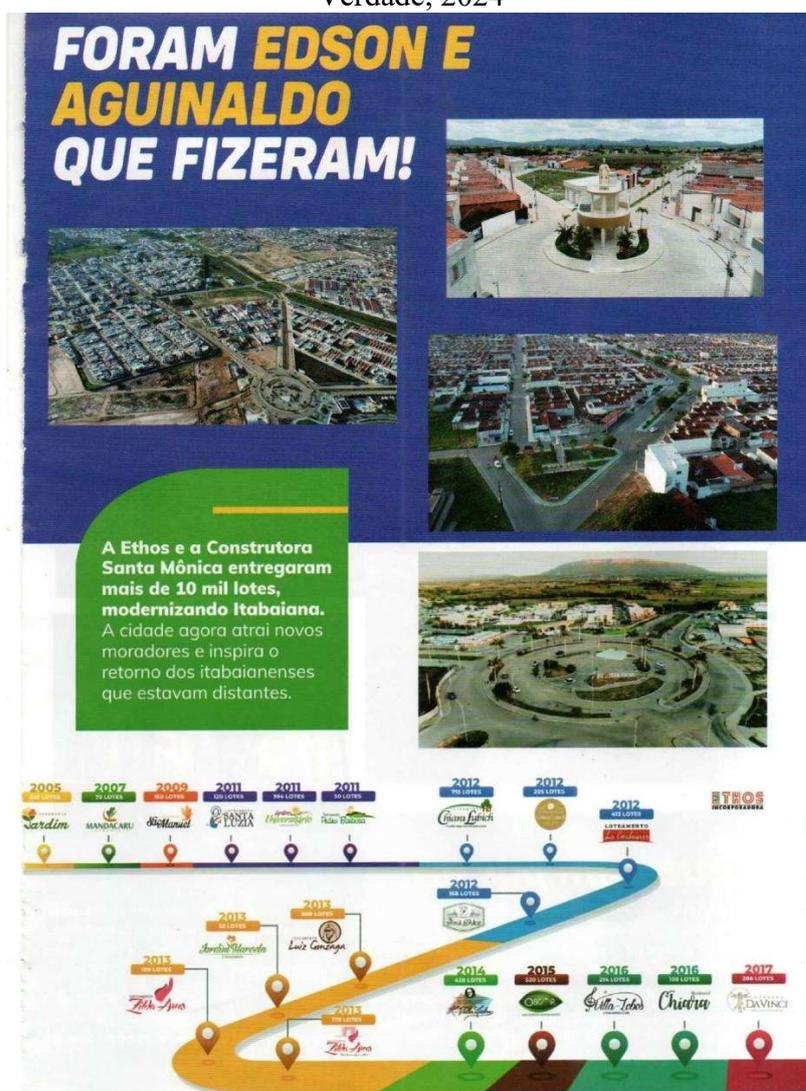
Desse modo, a Construtora Santa Mônica tem mais de 200 trabalhadores, contudo dispõe de mais de 5 (cinco) construtoras terceirizadas, aumentando em muito o número total de empregados. Como incorporada e construtora, atua nos municípios de Itabaiana, Moita Bonita, Frei Paulo, Ribeirópolis e Aracaju a partir de empresas terceirizadas, como Paulo Empreendimentos, John Empreendimentos e Antoniel Empreendimentos.

Diferentemente também da Ethos Incorporadora, a Incorporadora e Construtora Santa Mônica é conhecida pela aquisição somente de lotes e pela construção de loteamentos, como Riviera, Mesquita, Santa Mônica I, II, Santo Agostinho e Marcela, todos na cidade de Itabaiana/SE. As casas, por sua vez, são adquiridas por sujeitos da classe trabalhadora empregada, geralmente via financiamento pela Caixa Econômica Federal. O entrevistado 30 (representante legal da empresa, trabalho de campo, Itabaiana/SE, 19 jul. 2024) negou que a empresa receba qualquer incentivo público – seja federal, estadual e/ou municipal, ainda que na fachada da empresa exista uma propaganda da Caixa Econômica Federal.

Além do mais, tanto o sócio majoritário da Ethos Incorporadora quanto o da Incorporadora e Construtora Santa Mônica vêm, nos últimos anos, se destacando no cenário político do município de Itabaiana. Na última eleição para prefeito, Edson Passos e José Agnaldo concorreram, respectivamente, aos cargos de prefeito e vice-prefeito pela mesma

chapa, ainda que o último tenha sido indeferido pela Justiça Eleitoral, tendo o posto ocupado por um dos filhos. Assim, uma das propagandas eleitorais dos candidatos enfatizava a atuação das empresas na produção do espaço na região (Figura 7).

Figura 7 - Itabaiana/SE: Cartilha de propostas políticas distribuída pela Coligação Prefeito de Verdade, 2024



Fonte: Material eleitoral distribuído pela Coligação Prefeito de Verdade: PSD, UNIÃO BRASIL, MDB, PP, PSB e PODEMOS (2024).

No município de Areia Branca, Sergipe, a realidade é mais semelhante à escala nacional no que se refere ao número de estabelecimentos sem vínculos ser maior do que aqueles com vínculos (Tabela 6).

Tabela 6 - Areia Branca/SE: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021

Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção – Areia Branca/SE			
Ano	Com Vínculos	Sem Vínculos	Total
2015	1	5	6
2016	3	3	6
2017	5	3	8
2018	3	1	4
2019	1	2	3
2020	1	2	3
2021	-	2	2

Fonte: Painel de Informações da RAIS (RAIS, 2023).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2023).

Numa realidade daquela notada no estado de Sergipe e no município de Itabaiana, Areia Branca traz números de estabelecimentos sem vínculos maiores do que aqueles possuidores de funcionários formais. Destarte, em 2015, o município tinha 6 estabelecimentos, dos quais 5 não possuíam vínculos empregatícios; em 2016, o número de estabelecimentos permaneceu o mesmo, mas com uma equivalência no tocante à existência de vínculos, sendo notado que 3 declararam ter funcionários e 3 declararam não ter funcionários.

O único momento, na série 2015-2021, em que o número de estabelecimentos com vínculos foi maior do que os sem vínculos aconteceu em 2017, quando o município possuiu 8 estabelecimentos. Outra questão importante na análise da referida área de estudo é que, diferentemente das demais áreas analisadas, não houve uma retomada positiva do setor, tendo em vista a queda dos números de empreendimentos da construção civil. Desde 2017, o setor tem perdido espaço, chegando a ter somente 2 estabelecimentos no ano de 2021 e sem nenhum vínculo ativo.

Sobre o município de Campo do Brito, também área de estudo do trabalho, os números se traduzem em semelhança com as situações do Brasil, de Sergipe e de Itabaiana. Assim, Campo do Brito sofreu uma pequena retração no número de estabelecimentos no ano de 2017, mas logo retomou a patamares positivos (Tabela 7).

Tabela 7 - Campo do Brito/SE: Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção, 2015-2021

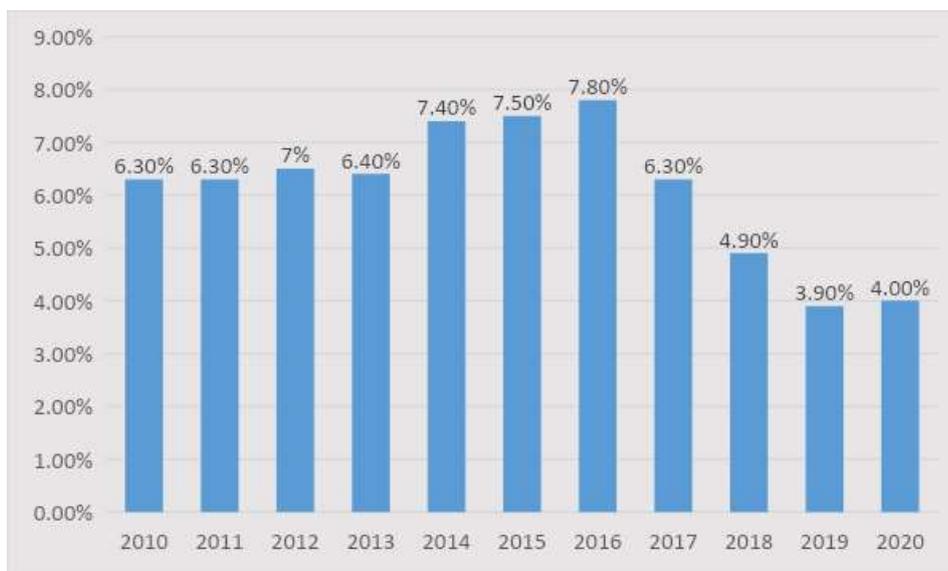
Número de Estabelecimentos com e sem vínculos formais – Construção – Campo do Brito/SE			
Ano	Com Vínculos	Sem Vínculos	Total
2015	30	3	33
2016	12	7	19
2017	11	10	21
2018	18	11	29
2019	61	12	73
2020	76	12	88
2021	54	11	65

Fonte: Painel de Informações da RAIS (RAIS, 2023).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2023).

Pode-se afirmar que a construção tem lugar cativo na economia do município de Campo do Brito, Sergipe, tendo em vista o número significativo de estabelecimentos. Dessa maneira, o ano de 2015 revela-nos a existência de 33 estabelecimentos, acompanhado de 19 em 2016 e de 21 em 2017.

O ano de 2018 marcou o início de números positivos no tocante à presença dos estabelecimentos de construção no município, tendo em vista o montante de 29, seguido de 73 em 2019 e de 88 em 2020, com declínio em 2021, quando se notam apenas 65 estabelecimentos, ainda que seja um número alto quando comparado com o início da série em 2015.

O Gráfico 16 ilustra dados acerca do setor da construção na economia sergipana, com vistas a analisar a sua dinâmica e funcionalidade diante do quadro de fechamento e abertura dos estabelecimentos e como o setor reagiu face à crise econômica de 2015. A partir do gráfico, coaduna-se a afirmativa de que a indústria da construção tem participação presente na formação da economia, ainda que venha sofrendo crises no setor.

Gráfico 16 - Sergipe: Participação da Indústria da Construção no VAB, 2010-2020

Fonte: Observatório de Sergipe – SUPERPLAN (2023).
Elaboração: LIMA, Tiago Barreto (2023).

Diante disso, os anos de 2010 até 2013 são marcados por uma certa estabilidade, variando entre 6,30% e 7,0% de participação no Valor Adicionado Bruto. Dados os 7,0% no ano de 2012, cabe destacar que em 2011 foi lançado o PMCMV-2, o que reverberou em investimentos para as empresas do ramo. Entre 2014 a 2016, o setor ficou entre 7,40% e 7,80%, tendo um leve aumento no tocante à sua participação na congruência da economia, chegando a 7,8% em 2016.

O cenário sobre o qual esses números se assentam foi o terceiro lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida em 2014, retroalimentando o setor da indústria da construção e, momentaneamente, dissipando os efeitos da crise política de 2013 e da crise econômica de 2015. Entretanto, ainda que seja o Estado o gerenciador *Premium* das crises capitalistas, os efeitos não tardam a chegar e tampouco podem ser contidos por muito tempo; assim, 2017 se mostrou como um ano de derrocada, pois o setor teve uma participação de apenas 6,30%, seguida de queda nos anos posteriores.

Em continuidade, 2018, 2019 e 2020 demonstraram quedas severas na participação do setor no VAB, em que os números ficaram em 4,90%, 3,90% e 4,0%, respectivamente. Os números baixos traduzem o momento de incertezas tanto econômicas quanto políticas pelo qual o país passou, o que envolveu destituição da presidenta, elaboração e aprovação das contrarreformas, prisão de um ex-presidente e ascensão de um representante da ultradireita à presidência da República Federativa do Brasil. Se, por um lado, o mercado reagia mal, leia-se: não estava faturando como esperado, por outras centenas de milhares pagou caro pelo anseio

de lucro por parte da classe dominante, com um aumento gigantesco no número de desempregados e a volta de famílias à pobreza, além do retorno do Brasil ao mapa da fome.

Em síntese, os postos de trabalho gerados a partir da criação do PAC e do PMCMV, compreendidos como ações adotadas pelo Governo Federal para atenuar os efeitos da crise imobiliária de 2008, caracterizaram-se como postos precários, com forte instabilidade e baixa qualificação dos trabalhadores. Dessa maneira, se, por um lado, os empresários do setor conseguiram, através do Estado brasileiro, amenizar os efeitos da crise imobiliária de 2008 e ainda aumentaram suas fortunas, por outro os trabalhadores padeceram em empregos marcados fortemente pela precarização, sendo atingidos em cheio com a culminância da crise econômica de 2015 no país.

SEÇÃO III: NAS ENTRELINHAS DO CÁLICE: O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL NO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
 (“Cálice”, Chico Buarque/Gilberto Gil)

Na presente seção, serão discutidas, propriamente, as relações e condições de trabalho na atividade extrativista mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano. Para Dejours (1992, p. 75), as relações de trabalho podem ser definidas como “laços humanos”, sendo estes “[...] criados pela organização do trabalho: relações com a hierarquia, com as chefias, com a supervisão, com os outros trabalhadores – e que são às vezes desagradáveis, até insuportáveis”.

A análise ocorre mediante os dados e as informações coletados a partir dos trabalhos de campo realizados entre os meses de julho e agosto de 2024 nos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito, todos no estado de Sergipe.

Ao todo, foram entrevistados trinta e dois (32) participantes, entre trabalhadores, empresários da construção civil e do ramo do extrativismo mineral, caçambeiros, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa, Extração e Beneficiamento de Minérios dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí (SINDIMINA).

O SINDIMINA surgiu como uma associação ainda na década de 1980, tendo ao longo das décadas atuado em defesa dos trabalhadores da mineração, com processos, por exemplo, contra empresas como a Vale S.A. Mineração. O sindicato tem filiais nos estados de Alagoas, Pernambuco e Piauí.

No tocante ao Piauí, chama atenção que, de 20 (vinte) funcionários em 2023, tenha havido um crescimento para mais de 200 (duzentos) após um projeto de exploração de níquel no estado, projeto, por sua vez, de autoria de engenheiros e com investimento estrangeiro.

Uma fonte do SINDIMINA, o entrevistado 01 (60 anos, natural do Rio de Janeiro/RJ), não soube informar a origem dos investimentos, mas esclareceu que deve ter relação com empresas estrangeiras. Sobre isso, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), no ano de

2024, comemorou a chegada e a exploração de níquel e cobalto no Piauí pela empresa britânica Brazilian Nickel, por meio da subsidiária Piauí Níquel Metais¹².

O processo de associação ao sindicato envolve algumas etapas, começando, geralmente, com visitas aos estabelecimentos e uma reunião primeira com os empregadores. O teor da reunião consiste em esclarecer o papel do sindicato na promoção da garantia e do respeito dos direitos trabalhistas, além de colocar para os empregadores que o sindicato não está para prejudicar nenhum estabelecimento desde que a legislação trabalhista seja seguida.

Quando a empresa aceita que o sindicato tenha uma comunicação com os trabalhadores dentro da própria empresa, passa-se ao segundo momento, no qual é promovida uma conversa entre trabalhadores e sindicato. Conscientes sobre no que consiste a atuação do sindicato e tomada a decisão de se associar, os trabalhadores se tornam associados e passam a gozar das garantias de serem filiados.

No tocante à questão de o sindicato procurar os trabalhadores dentro da própria empresa, dá-se pela dificuldade de ter qualquer diálogo com esses trabalhadores fora do perímetro da empresa e das permissões dos seus chefes. Existe, escancaradamente, por parte dos trabalhadores, uma recusa em participar do que por eles é colocado como prejudicial para a empresa. Muitas foram as situações em que o trabalhador só participaria da pesquisa com o aval do seu empregador. Para amenizar a situação, o sindicato busca, nesse bojo, o apoio da empresa para que haja esse primeiro momento.

Das reuniões entre associados e sindicato, é proposto um Acordo Coletivo, no qual, além de ter as leis trabalhistas cumpridas, o sindicato trabalha para aumentar, fora do que está exigido em lei, a remuneração recebida e garantir melhores condições de trabalho. Aprovado pelos trabalhadores associados e ratificado pela empresa, o sindicato trabalha para que a íntegra do documento seja respeitada. O documento tem validade de dois anos, quando um novo documento deve ser proposto, trabalhado, aprovado e cobrado.

Os trabalhos de campo, lidos como técnica na abordagem qualitativa, tornam-se indispensáveis para analisar o objeto de estudo em sua totalidade, ou seja, nas suas múltiplas determinações. O cabedal teórico adquirido possibilita olhar para a realidade concreta por outro viés, bem como lê-la fora de padrões estáticos e a-históricos.

Com efeito, teoria e prática confluem para uma leitura que traz para a superfície a essência do ente investigado. Dessa maneira, diante dos trabalhos de campo, se assistiu à materialidade do “cale-se” (cálice) de distintas formas, como olhares, expressões faciais e

¹² Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/piaui-niquel-metais-uma-empresa-brazilian-nickel-associa-se-ao-ibram/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

corporais, que se apresentavam como códigos emitidos pelos patrões e prontamente entendidas pelos trabalhadores.

Assim, foi durante indagações mais fortes e incisivas, fortemente ligadas às relações e condições de trabalho, que os cálices apareciam claramente. Situações em que perguntas eram, sucessivamente, interrompidas pelos patrões e rechaçadas como incoerentes, incorretas e/ou fora da realidade¹³. Em um dos casos, o trabalhador concordou em participar da pesquisa mediante a presença do patrão na sala. Notou-se que, ao fim de cada pergunta, ele recebia o consentimento do patrão e dosava a sua resposta de acordo com as expressões do empresário.

De acordo com Dejours (1992, p. 115), “Em resumo, a exploração do medo aumenta a produtividade, exerce uma pressão no sentido da ordem social e estimula o processo de produção de ‘macetes’, ‘dicas’, indispensáveis ao funcionamento da empresa”.

No tocante às áreas de realização do trabalho no extrativismo mineral, as pesquisas de campo se desenrolaram em três frentes: pedreiras (legalizadas), areais (legalizados), areais e áreas de extração de pedras (ilegais).

No que diz respeito ao setor da construção civil, foram visitadas construtoras e incorporadoras com sedes no município de Itabaiana/SE. O pesquisador ouviu, também, fontes da Secretaria do Meio Ambiente de Itabaiana, bem como do SINDIMINA. Por fim, enfatiza-se que os transportadores de carga, popularmente chamados de “caçambeiros”, foram inseridos como sujeitos do estudo, haja vista seu papel na concretude da atividade extrativista mineral.

Como resultado, afirma-se que tanto nas empresas legalizadas quanto nas ilegais presenciamos robustas marcas de precarização do trabalho, ainda que em níveis distintos, quando observado o caráter da legalidade ou ilegalidade da atividade e, dentro do âmbito da legalidade, profundas diferenças entre o trabalho em pedreiras e o trabalho em areais.

Assim, as condições e relações de trabalho ocorrem de uma forma nas pedreiras, de outra nos areais legalizados e de outra bem diferente nos areais e áreas de extração de pedras ilegais. Numa escala de melhor para pior, encontram-se pedreiras, areais legalizados, areais e extração de pedras ilegais.

Em concordância com Alves,

O processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sócio-metabolismo do capital nas condições da mundialização financeira. Ela atinge tanto países capitalistas centrais, como países capitalistas periféricos, como o Brasil. Inclusive, no caso do

¹³ Palavras listadas por alguns entrevistados durante a realização das atividades de campo.

capitalismo brasileiro, o *processo* de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto dimensões histórico-genéticas (originárias da nossa formação colonial), quanto dimensões histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital (Alves, 2007, p. 111).

O trabalho, como observado nas pedreiras visitadas, ocorre de forma precária, no qual prevalece a (des)efetivação do trabalhador, muito embora atenda à legislação trabalhista e às exigências para a realização do extrativismo nessas áreas (uso, em geral, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), cabines com ar-condicionado e manutenção dos aparelhos de trabalho).

Contudo, as relações de trabalho revelam o caráter de controle e submissão dos trabalhadores pelos patrões, em que os trabalhadores são levados a defender interesses de seus superiores como forma de ganhar confiança e não serem demitidos. Pode-se afirmar que nas pedreiras existe o controle do trabalho nos moldes clientelistas e paternalistas. Longe de buscar negar a produção sob a égide da acumulação flexível, é característico do modo de produção capitalista aglutinar distintas formas de produção.

Assim posto, Harvey caracteriza o período a partir da década de 1970

[...] como uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões [...] e de sistemas de produção mais tradicionais [...] que se apóiam em relações de “artesanais”, paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle do trabalho (1992, p. 179).

Nas áreas legalizadas de retirada de areia, registramos trabalhadores com e sem carteira de trabalho e com e sem uso de Equipamentos de Proteção Individual. Vimos recintos de descanso, em sua maioria, insalubres e utilizados como depósitos, além de não haver banheiros e/ou haver banheiro quebrado e inutilizável.

Além disso, há uma carga horária de trabalho diário que ultrapassa o permitido pelas leis trabalhistas do país. Também foi nesses locais que, pela primeira vez na pesquisa, apareceu o trabalho feminino, na medida em que, nas pedreiras, a presença de mulheres se restringia ao escritório e nos areais legalizados não foi encontrada nenhuma mulher. Adianta-se que ficou confirmado que as mulheres, nesses estabelecimentos, recebiam menos do que os homens.

Sobre o trabalho nas áreas ilegais, pode-se dizer que são as que apresentam piores condições e relações de trabalho. Todos os trabalhadores sem carteira assinada, sem o uso de Equipamentos de Proteção Individual, sujeitos a exaustivas jornadas de trabalho e uma

remuneração salarial incompatível com a atividade desenvolvida. Ou seja, uma relação de exploração.

No que se refere à categoria dos transportadores de carga, os caçambeiros, as condições e relações de trabalho, em sua maioria, são extremamente precárias. Averiguou-se que os caçambeiros se dividem entre contratados das próprias empresas alvo da pesquisa, empresas terceirizadas, empresários particulares e autônomos.

Presenciaram-se, ao longo das visitas de campo, a insatisfação e o descontentamento por parte dos caminhoneiros frente às dificuldades suscitadas na realização do labor. Foram expostas, pelos caçambeiros autônomos, longas e exaustivas jornadas de trabalho, transportes precários e gastos significativos com a manutenção do transporte, além de multas de trânsito referentes às ilegalidades constatadas pelos agentes de trânsito.

Uma realidade presente em todos os estabelecimentos visitados foi a ocorrência de acidentes de trabalho de menor ou maior gravidade, mas sempre relatados pelos entrevistados. Há desde cortes superficiais nos dedos das mãos até a hospitalização que durou mais de dois meses com ossos quebrados na região pélvica.

Percebeu-se, nesse meio, a tentativa, por parte dos empregadores, de suavizarem os acidentes ocorridos e/ou culpabilizarem a vítima, salientando o desleixo dos trabalhadores com os aparelhos. A ocorrência de acidentes também foi colocada pelos caçambeiros sobretudo em decorrência de condições precárias dos transportes, a exemplo de peças quebradas e problemas no sistema de freio do veículo.

Sobre a exploração do trabalho, Thomaz Jr. fala que

A iminência da extração de mais trabalho, a partir das formas puras e combinadas da mais-valia relativa e absoluta, concretiza, a objetividade dos tempos de exploração/subordinação e controle do trabalho, bem como as modalidades de produção, distribuição e circulação do capital (2017, p. 9-10).

Posto isso, a seção está dividida em cinco subseções, sendo que cada subseção trata sobre as relações e condições de trabalho encontradas em cada área de trabalho analisada. Por último, há uma subseção que traz uma leitura acerca da saúde do trabalhador na ordem social capitalista e dos dissabores do trabalho, no qual impera a (des)realização do trabalho, ou seja, do próprio ser social.

3.1 O TRABALHO NAS PEDREIRAS DINÂMICA LTDA, SÃO JOSÉ E SOUZA E OLIVEIRA LTDA

Dentre os estabelecimentos investigados, concorda-se com a afirmativa de que as relações e condições de trabalho predominantes nas Pedreiras São José e Dinâmica LTDA, ambas em Itabaiana, e Souza e Oliveira LTDA, em Campo do Brito, convergem no que diz respeito ao que reza a legislação brasileira trabalhista, mas não escapam das relações de controle do trabalho e do trabalhador. Isso porque “[...] sob o capitalismo, o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital, no dinheiro e no controle social” (Thomaz Jr., 2017, p. 6).

A Pedreira Dinâmica LTDA (Figura 8) existe desde o ano de 1973 e dispõe de um capital social no montante de R\$ 3.100.000,00; já a Pedreira São José, ativa desde 2010, conta com um capital social de R\$ 952.000,00. Tanto a Dinâmica LTDA quanto a São José têm como administradores a família Hagenbeck.

No caso da primeira, os responsáveis são Helmut Hagenbeck Filho e Ticiano Ceo Reis Hagenbeck; na segunda, são Carlos Hagenbeck Filho e Henrique Hagenbeck. Carlos Hagenbeck Filho ainda tem mais um terreno no qual funciona a extração de areia e cascalho.

Figura 8 - Pov. São José, Itabaiana/SE: Pedreira Dinâmica LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

As Pedreiras São José e Dinâmica LTDA possuem juntas mais de 55 funcionários com carteira assinada. Compõem o quadro de funcionários transportadores de carga próprios da empresa, operadores de máquina, apontadores de carga e trabalhadores localizados no britador primário e no britador secundário.

Em sua maioria, são trabalhadores do gênero masculino, maiores de idade, pardos e negros, com Ensino Médio incompleto. O salário pago varia entre um salário mínimo e meio acrescido de gratificações até o valor de R\$ 3.500,00. O salário de R\$ 3.500,00 é pago aos operadores de máquina, compreendidos como uma força de trabalho especializada, haja vista a necessidade de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de certificados de cursos específicos para operar a máquina.

Constatou-se a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual por grande parte dos trabalhadores presentes; a exceção ficou por parte dos trabalhadores contratados por outras empresas para buscarem materiais nas pedreiras, os quais, em sua maioria, não utilizavam EPIs.

Notou-se, também, que, dos três transportes utilizados pelos operadores de máquina, dois contavam com sistema de ar-condicionado, bem como as chamadas “casas de trabalho” – com estrutura pequena (ainda que do tamanho que exigem os órgãos oficiais do trabalho) –, onde ficam os trabalhadores responsáveis pelo processo de britagem (Figura 9).

Figura 9 - Pov. São José, Itabaiana/SE: “Casas de trabalho”, Pedreira Dinâmica LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Assim, “A empresa fornece Equipamentos de Proteção Individual, transportes com ar-condicionado e casas de trabalho com ar-condicionado” (Entrevistado 02, trabalho de campo, 17 jul. 2024).

As empresas ainda contam com técnico de segurança do trabalho, médico do trabalho e exames anualmente que os trabalhadores devem realizar. Registrou-se, também, a presença de ponto eletrônico (Figura 10).

Figura 10 - Pov. São José, Itabaiana/SE: Ponto eletrônico na Pedreira Dinâmica LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Com mais de 50 anos de existência na extração e no britamento de pedras e outros materiais para construção, a Pedreira Dinâmica LTDA tem como parceiros econômicos FM MIX, Sercol Saneamento e Construções, SuperMix e compradores particulares. Dessa maneira, 80% da produção é destinada aos municípios sergipanos e 20% para municípios baianos (Entrevistado 02, trabalho de campo, 17 jul. 2024). Quando perguntado se já sofreu multas ambientais e/ou trabalhistas, foi colocado que as duas empresas nunca foram multadas.

Na ocasião de existência de acidentes no trabalho, visivelmente, o desconforto predominou, bem como a intenção de minimizar os acontecidos ou, ainda pior, tentar culpabilizar a pouca atenção do trabalhador para com a máquina. Em dado momento da

entrevista, se ouviu que é preferível ter trabalhadores mais antigos e experientes como forma de evitar acidentes (Entrevistado 02, trabalho de campo, 17 jul. 2024). A retórica constante era a de pequenos acidentes, coisas simples, assim “[...] acidentes pequenos. Acidentes sérios não. Um corte pequeno, um corte na mão. Vai para o hospital, pega três pontos e atestado” (Entrevistado 02, trabalho de campo, 17 jul. 2024). A placa da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração (CIPAMIN), que marca os dias sem ocorrência de acidentes, bem como o recorde da empresa, aponta informações em branco (Figura 11).

Figura 11 - Pov. São José, Itabaiana/SE: Placa da CIPAMIN, Pedreira Dinâmica LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Ao fazer a mesma pergunta para dois trabalhadores das empresas, um se negou a responder afirmando que não saberia a resposta, bem como não queria problemas (Entrevistado 03, 60 anos, trabalho de campo, 29 jul. 2024), enquanto o entrevistado 04 (49 anos, trabalho de campo, 17 jul. 2024) se utilizou do fato de os acidentes não serem graves, além de, em muitos casos, serem ocasionados por parte de descuidos dos trabalhadores. Para o entrevistado 04, “[...] acidentes simples. Machucado normal. Quando o funcionário dá um descuido, machuca, às vezes machuca. ‘Tá’ de luva, mas machuca” (49 anos, trabalho de campo, 17 jul. 2024). Os acidentes, em sua maioria, expressam o nível exacerbado de produção exigido pelo empregador, o que culmina em partes do corpo do trabalhador feridas

por objetos de trabalho, numa relação estranhada exercida entre trabalhador e natureza, uma relação de destruição mútua.

Segundo Thomaz Jr. (2017, p. 5), “O processo saúde-doença é determinado pelo modo como os homens e as mulheres se apropriam/relacionam com a natureza, ou como se delinea os instrumentos de controle do capital sobre o trabalho e a sociedade de modo geral”.

Um dos momentos mais constrangedores da entrevista ocorreu quando se questionou a presença ou não do sindicato nas duas empresas e/ou se os trabalhadores eram filiados. A resposta, ríspida e sarcástica, foi dada como sinônimo de engrandecimento, “[...] meus funcionários não sentem confiança no sindicato. Se um funcionário tiver um filho doente, precisar fazer exames ou uma ajuda financeira, quem resolve sou eu, não meço esforço pelos meus funcionários. Todos gostam de mim” (Entrevistado 02, trabalho de campo, 17 jul. 2024).

A prática clientelista/paternalista claramente revela os traços de controle exercido pelo patrão sobre o empregado, assim como seu poder de persuasão, pois, ao não se associar ao sindicato, o trabalhador tenta mostrar para o patrão que não irá contra as vontades deste, permanecendo alheio ao papel do sindicato. Para Alves (2007, p. 273), “[...] o capitalismo brasileiro preservou em sua gênese histórica, traços arcaicos derivados da ordem escravista-colonial que passaram a estruturar o mercado de trabalho no Brasil”.

Procurado, o entrevistado 01, representante legal do SINDIMINA, revelou que

A Dinâmica não é filiada à gente [para se referir aos trabalhadores da Pedreira Dinâmica], não temos nenhum acordo com ela, apesar de tentarmos por algumas vezes, até judicialmente. [...]. A gente queria fazer um acordo coletivo, como com outras, com a Pedreira. Inicialmente, eles vieram ao sindicato, conversaram com a gente, nós nos aproximamos e sindicalizamos algumas pessoas. Depois, o dono da pedreira [Dinâmica] não quis mais saber. Há um histórico do SINDIMINA, [...] feriu a lei trabalhista, a gente processa. Parece que ele ficou sabendo disso e “correu”. Estamos buscando na justiça (SINDIMINA, Aracaju, trabalho de campo, 19 nov. 2024).

Assim, a superexploração do trabalho é uma marca do Brasil, um país de capitalismo tardio e periférico. Sobre isso, Alves (2000) discorre acerca da fragilidade no tocante à formação política e sindical dos trabalhadores, colocando-os em uma situação de difícil enfrentamento contra os capitalistas, sendo explorados de forma perversa e vil. Em outras palavras, nunca houve no país um sindicalismo forte e/ou a construção de identidade de classe trabalhadora como no modelo clássico, deixando os trabalhadores expostos às medidas de precarização do trabalho fomentadas pelos grupos economicamente hegemônicos.

De acordo com Borges,

Ao contrário dos países centrais, que vivenciaram a experiência do pleno emprego e do Estado do Bem-Estar Social, a economia brasileira nunca foi capaz de incorporar sequer a metade da força de trabalho disponível para ser explorada pelo capital, resultando em um mercado de trabalho heterogêneo, com elevadas taxas de desemprego aberto e oculto, com leque salarial amplo e predominância dos baixos salários, largos espaços dominados pela informalidade e que, por consequência, funciona permanentemente sob a pressão de uma oferta abundante de trabalhadores (2016, p. 715).

Nesse íterim, um dos trabalhadores entrevistados relatou que não é associado ao SINDIMINA, pois “[...] o patrão é muito bom ‘pra’ gente, sempre arca com exames, consultas e necessidades econômicas quando necessário. Nunca precisei de sindicato, pois as condições de trabalho são boas” (Entrevistado 04, 49 anos, trabalho de campo, 17 jul. 2024). Ou seja, o trabalhador acredita que as condições de trabalho nas quais está inserido são “boas”, em vista disso não há necessidade de se associar ao sindicato, como se a ideia que ele tem de sindicato fosse de inimigo do empregador e não de agente que busca melhorias substanciais para a classe trabalhadora, esta que historicamente é explorada em prol da acumulação de lucros por parte dos seus contratantes.

Nas duas empresas, percebeu-se que o sindicato aparece como um ente malvisto e tratado com descaso e coloca as empresas como formas de “[...] possibilidade econômica para a comunidade” (Entrevistado 04, trabalho de campo, 49 anos, 17 jul. 2024). Desse modo, do montante de funcionários empregados pela empresa, apenas uma média de 6 são associados (SINDIMINA, Aracaju, trabalho de campo, 19 nov. 2024).

No tocante ao salário recebido, os trabalhadores declararam estar satisfeitos, afirmando que atende às expectativas e às necessidades da família. O entrevistado 03 (60 anos, trabalho de campo, 29 jul. 2024) revelou receber R\$ 2.320,00 por meio de conta salário para uma carga horária semanal de quarenta e quatro (44) horas, pois inicia às 7h e fica até as 12h, tem uma hora de almoço e retorna à atividade às 13h e sai às 17h, às sextas-feiras sai por volta das 16h. No caso do entrevistado 04 (49 anos, trabalho de campo, 17 jul. 2024), o salário recebido é de R\$ 2.200,00, via conta salário, e trabalha quarenta horas (40) semanais. Os horários distintos se dão porque as empresas funcionam com equipes e escalas diferentes, com funcionamento até meio-dia em alguns sábados do mês.

Captou-se, durante os trabalhos de campo, que o quadro de funcionários das duas empresas se caracteriza pelo traço familiar, isto é, encontram-se pais, filhos, irmãos e primos no mesmo ramo de atividade, gerações e gerações trabalhando para o mesmo patrão. Segundo

o entrevistado 04 (49 anos, trabalho de campo, 17 jul. 2024), o trabalho na pedreira, aos 18 anos, foi o seu primeiro e o acompanham mais dois irmãos, além de salientar que começou com o pai. Neste momento, o entrevistado 02 (66 anos, trabalho de campo, 17 jul. 2024) interrompeu a entrevista para esclarecer que “[...] ele já vem desde o tempo do pai dele. Aqui vem de família a família. Vem o pai, depois do pai vem o filho, depois do filho vem o sobrinho”.

Dessa forma, desde muito cedo os familiares das pessoas que trabalham nas duas empresas inculcam que querem ser trabalhadores nas pedreiras, pois afirmam ser uma forma de adentrar o mercado de trabalho e ter uma renda fixa, ao contrário da atividade predominante na região, a agricultura.

Além das fontes ouvidas, buscou-se contato com outros participantes, mas os contatados se recusaram a participar da pesquisa, afirmando, majoritariamente, não quererem criar indisposição com o patrão. Dentre os contatados, alguns afirmaram que só participariam da pesquisa mediante autorização e presença do seu empregador, o que foi, pelo pesquisador, prontamente negado, haja vista a necessidade de manter intacta a integridade das informações registradas.

No tocante à Pedreira Souza e Oliveira LTDA (Figura 12), com o nome fantasia de Pedreira Solar, localizada no limite entre os municípios de Itabaiana e Campo do Brito, encontra-se ativa desde 2011, com capital social de R\$ 500.000,00. Os sócios pertencem à família Figueiredo, sendo eles Kerollen Nascimento Figueiredo, Raphaela Gois Figueiredo e Victoria Lis Pina Figueiredo. Além disso, George Machado Figueiredo, dono da empresa Vale da Conceição: transporte de minérios, presta serviço de transporte de cargas de brita para a empresa da família, a Pedreira Souza e Oliveira LTDA.

Sobre isso, a entrevistada 05 (52 anos, trabalho de campo, 24 jul. 2024) expôs que o transporte dos materiais é realizado pela empresa terceirizada Vale da Conceição: transporte de minérios, de “[...] propriedade de um dos sócios da Pedreira”, bem como por terceiros, isto é, “[...] sem vínculo com nenhuma das duas empresas”, os autônomos, melhor dizendo.

A empresa detém em torno de 60% a 70% do mercado sergipano no tocante à comercialização de brita, vendendo para municípios da Bahia também. A venda é feita apenas para empresas, diferentemente das Pedreiras São José e Dinâmica, que vendem para os chamados particulares. Os principais compradores dos produtos da Souza e Oliveira são construtores e concreteiras, dentre elas Celli Construtora, Heca Construtora e POLIMIX Concreto. Os expressivos 60%/70% do mercado detidos pela empresa e seus proprietários não

repercutem na efetivação dos seus contratados, mas sim na sua (des)efetivação, haja vista que a riqueza se origina do trabalho não pago.

A figura a seguir é ilustrativa desse contexto:

Figura 12 - Pov. Jorge, Campo do Brito/SE: Entrada principal da Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

A entrevistada 05 afirmou que a Pedreira Souza e Oliveira LTDA tem mais de 90 funcionários, todos possuindo carteira assinada, além de mais de 110 funcionários entre terceirizados, filiados e empresas terceirizadas que prestam serviço à pedreira, e terceiros, os particulares/autônomos. Os trabalhadores são todos do gênero masculino, majoritariamente declarados pardos e com Ensino Fundamental incompleto, poucos têm Ensino Médio completo e apenas um com Ensino Superior completo (curso de Pedagogia). O entrevistado 06 (33 anos, trabalho de campo, 24 jul. 2024) afirmou que “[...] os colaboradores... é tudo aqui da região. Uns 95%”, além de muitos serem parentes. Sobre a remuneração salarial, o valor pago fica entre R\$ 2.200,00 a R\$ 8.000,00, sendo os menores salários pagos aos trabalhadores que atuam diretamente com o trabalho na mina e os maiores pagos aos funcionários com Ensino Superior completo em cargos de chefia.

No que diz respeito aos aparatos de segurança, a empresa disponibiliza e cobra o uso dos Equipamentos de Proteção Individual e faz um trabalho de campo de vigilância para averiguar se os trabalhadores estão com os EPIs. Para essa tarefa, a empresa conta com a

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que, além de fazer reuniões mensalmente com os trabalhadores, faz trabalho de campo para vistoriar o cumprimento da legislação trabalhista no tocante aos acidentes de trabalho. Diferentemente das Pedreiras Dinâmica LTDA e São José, vários trabalhadores da empresa Souza e Oliveira LTDA são associados ao sindicato.

Sobre o SINDIMINA, a entrevistada 05 (52 anos, trabalho de campo, 24 jul. 2024) esclarece o seguinte:

O sindicato veio à nossa procura. Temos acordo coletivo com o sindicato. Quando querem fazer reunião, nunca teve problema, eles marcam com os funcionários. É um sindicato que 'tá' junto com o colaborador e com a empresa (Entrevistada 05, 52 anos, trabalho de campo, 24 jul. 2024).

O SINDIMINA, por sua vez, confirma o que foi colocado pela entrevistada 05. O sindicato procurou a Pedreira Souza e Oliveira LTDA e teve o acordo coletivo aceito tanto pelos trabalhadores, pois são eles que decidem se aprovam ou reprovam o documento, quanto pela empresa. No acordo coletivo, pauta-se o cumprimento da lei trabalhista para com o trabalhador, como a garantia do pagamento por insalubridade (nas pedreiras em razão do pó mineral), periculosidade, horas extras, carga horária e salários respeitados, além da exigência do fornecimento dos EPIs e da fiscalização do seu uso correto. Ademais, existe a obrigação de informar sobre a ocorrência de acidentes ligados ao desenvolvimento laboral (SINDIMINA, 2024, trabalho de campo).

Além disso, o entrevistado 01, representante legal do sindicato, destacou que, ainda que não conste no acordo coletivo, a Pedreira Souza e Oliveira LTDA fornece alimentação para os funcionários que se sentem confortáveis em realizar suas refeições na empresa.

Contudo, cabe mencionar que, quando membros do sindicato foram questionados sobre demandas recebidas por parte dos trabalhadores nas reuniões e assembleias, a resposta coincidiu com a informação apurada também no trabalho de campo na Pedreira Dinâmica LTDA, isto é, a relação familiar que se estende entre patrão e trabalhadores inibe as cobranças por parte dos segundos para com o primeiro, se estabelecendo uma ideia de dívida entre os dois. Assim, os patrões, a partir de ajuda financeira que foge da responsabilidade da categoria, mantêm os trabalhadores sob relações de controle e domínio da força de trabalho.

Dessa maneira, ao invés de garantir aumento salarial substancial e condições de trabalho que garantam a plena realização da atividade e do trabalhador, o que o livraria de

qualquer responsabilidade para com o seu empregador, o que há é a reafirmação de práticas análogas ao coronelismo e ao clientelismo.

Assim, de acordo com o membro do sindicato, tem-se:

Geralmente não. Vou usar um termo, são empresas familiares, ‘né’. Há um contato muito grande entre os donos e os empregados, eles são muito próximos. [...]. Várias vezes que nós fomos e conversamos com o pessoal, eles falam que gostam muito do dono, quando precisam de alguma coisa, eles acionam, eles ajudam. Então é aquele tipo de relação de empresa familiar. [...]. Qualquer dificuldade eles procuram e são assistidos, são os depoimentos deles (SINDIMINA, Aracaju, trabalho de campo, 19 nov. 2024).

No tocante à existência de multas trabalhistas e/ou ambientais, a empresa, segundo a entrevistada 05, nunca foi multada, “[...] pois segue os condicionantes solicitados pelos órgãos oficiais, com fiscalização anualmente” (52 anos, trabalho de campo, 24 jul. 2024). Entretanto, afirma que já houve acidentes no ambiente de trabalho, mas tenta simplificar os ocorridos, como se não fossem de gravidade séria e exigissem atenção, nas palavras da entrevistada 05: “[...] acidentes pontuais: um parafuso que soltou e arranhou um dedo da mão, mesmo usando luvas”.

Nesse mesmo percurso, a entrevistada revela que os salários seguem um parâmetro de “meritocracia”, o que fundamenta o pensamento dos trabalhadores de que a produtividade será recompensada com maiores ganhos, prática que alimenta os riscos de acidentes. Com isso, “[...] produtividade no capitalismo neoliberal tende a significar abertura de maior fosso social, mais concentração de riqueza e precarização do trabalho” (Alves, 2007, p. 284).

Contudo, a informação de que os acidentes ocorridos ficam apenas em arranhões na pele, segundo o entrevistado 07, não procede. O entrevistado 07 (30 anos, trabalho de campo, 18 jul. 2024) listou dois acidentes: em um dos casos, o trabalhador estava fazendo a manutenção da correia de transporte e teve um dos seus quirodáctilos (dedos da mão) decepado pela correia. Voltou ao trabalho depois de 45 dias. Portava luvas, mas não evitou o acidente.

No segundo caso, durante uma das explosões da mina, uma funcionária que estava no almoxarifado foi atingida por uma pedra expelida durante a explosão, mesmo com a manta de contenção para conter o lançamento de material rochoso para fora da mina.

Ainda sobre a ocorrência de acidentes, a placa da CIPA revela que a empresa está há 240 dias sem acidentes, mas o quadro de recorde está em branco. Dentre as dificuldades listadas pelo entrevistado 07 e os riscos de acidentes, encontram-se o cansaço físico, o barulho

e os momentos de explosões da mina, ainda que esses últimos exijam todo um protocolo e empresas especializadas para realizar a ação.

O trabalho na pedreira é dividido em etapas, envolvendo desde a detonação da mina até o escoamento do material produzido pelos diversos trabalhadores. Assim, os produtos utilizados para detonar a mina são comprados das empresas baianas Explog Com e Logística em Explosivos LTDA e Ouro Preto Explosivo LTDA (OPEX). Com a área sinalizada e evacuada, a mina é perfurada e posteriormente se tem a aplicação do explosivo líquido, culminando na explosão/desmonte da rocha; feito isso, o material é carregado pelas escavadeiras e transportado por caminhões para a britagem primária (Figuras 13, 14, 15 e 16). Entre a extração e o carregamento são 7 funcionários envolvidos.

Encaminhado para a britagem primária, ocorre a redução do material carregado, em que as pedras maiores são quebradas por outra máquina hidráulica, não sendo mais a escavadeira. Ao passar pelo britador, o material rochoso é reduzido a 75 e 300 milímetros, podendo variar de acordo com a regulagem do britador (Figura 17). O acúmulo do material que passou pelo britador primário forma a pilha pulmão, que funciona como estoque.

Depois disso, o material é peneirado pela grelha, na qual é tirada toda a sujeira que vem da lavra. Após isso, o material limpo vai para o britador secundário, enquanto o impuro é separado e transformado em material de segunda qualidade (Figura 18).

No processo de britagem primária, são poucos trabalhadores presentes, conforme a Figura 19.

Figura 13 - Campo do Brito/SE: Máquina que realiza o processo de perfuração da rocha para receber o explosivo líquido, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Figura 14 - Campo do Brito/SE: Remoção pela escavadeira das rochas extraídas, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Figura 15 - Campo do Brito/SE: Momento de quebra das rochas maiores pela escavadeira hidráulica, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Figura 16 - Campo do Brito/SE: Máquina enchedeira realiza o carregamento do transporte de carga¹⁴ do material extraído, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Figura 17 - Campo do Brito/SE: Acúmulo de material logo após passar pelo britador primário, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

¹⁴ Nota-se, a partir da figura, a presença do trabalhador entre a cabine e o basculante do transporte.

Figura 18 - Campo do Brito/SE: Material de qualidade mais inferior comercializado por um preço menor, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Figura 19 - Campo do Brito/SE: Trabalhador na britagem primária, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Feito isso, o material limpo passa pelo britador secundário, no qual é direcionado para a peneira para ser classificado, em que cada deque tem um resultado final: Brita 2 (Brita 25 a

32 mm), Brita 3/4 (12 a 19 mm), Brita 5/8 (7 a 17 mm), Brita 3/8 (7 a 10 mm) (Figura 20). O material não passante das peneiras é direcionado para uma nova pilha pulmão, a terciária – passando para dois britadores terciários. Após esse processo, o material retorna para as peneiras para ser classificado.

O entrevistado 06 (33 anos, trabalho de campo, 24 jul. 2024) expôs que “[...] ao todo, contando com perfuração, britagem primária e terciária, são na faixa de 45 funcionários trabalhando”. Contudo, ao final de todo esse processo, encontram-se a efetivação da mercadoria e a (des)efetivação do trabalhador, bem como o enriquecimento do “mundo das mercadorias” e o empobrecimento do “mundo dos homens”.

Figura 20 - Campo do Brito/SE: Material pronto para ser comercializado, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Um desses funcionários é o entrevistado 07 (30 anos, trabalho de campo, 18 jul. 2024), que trabalha há pouco mais de oito meses nessa empresa, mas já trabalhou em outra pedreira. Sua função é apontador de carga, ou seja, orienta o transporte na mina, libera os transportes para se aproximarem da mina e serem carregados, bem como sinaliza suas saídas (Figura 21).

A fonte revela ser trabalhador formal e que utiliza os Equipamentos de Proteção Individual, mas confirma que não se sente protegido mesmo assim. Sobre o uso do abafador de ruído, por exemplo, afirma que não é o suficiente para proteger seu sentido auditivo e reclama do desconforto ocasionado pelo barulho incessante das máquinas e dos transportes.

Figura 21 - Campo do Brito/SE: Transporte de carga se aproxima da área de carregamento, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Outra questão é a iminência da poeira tanto no local da atividade quanto nos arredores dele. Com isso, ainda que as máquinas disponham de sistema de ar-condicionado, bem como as salas onde ficam os trabalhadores da britagem primária, os trabalhadores, segundo o entrevistado 07, sentem-se desconfortáveis e reclamam da poeira incessante (Figura 22).

Os vizinhos também reclamam da poeira ocasionada pela atividade, mais propriamente pelo transporte diário feito pelos carros de carga, criando desconforto na comunidade, mas dizem que pouco pode ser feito, haja vista serem muitos desses trabalhadores da própria empresa.

O mesmo ocorre sobre os tremores oriundos da explosão da mina, pois “[...] os vizinhos reclamam dos tremores provocados pelas explosões e da forte poeira na região, ainda que seja feito a molhagem do material rochoso para amenizar a situação, não resolve o problema” (Entrevistado 07, 30 anos, trabalho de campo, 18 jul. 2024).

Figura 22 - Campo do Brito/SE: Névoa de poeira formada na realização da britagem, Pedreira Souza e Oliveira, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Sobre como se deu a entrada da fonte na empresa, o entrevistado 07 (30 anos, trabalho de campo, 18 jul. 2024) disse que trabalhava na agricultura, com o cultivo de batata-doce, mas não era o suficiente para custear suas necessidades materiais. Assim, a partir de dois primos que já trabalhavam na empresa há mais de três anos, ele foi contratado também. Ressalta que na carteira de trabalho o valor assinado é de um salário mínimo, mas, como faz hora extra geralmente três vezes por semana, com duração de duas até quatro horas por dia, recebe um salário de R\$ 2.500,00. As horas extras servem para complementar a renda do trabalhador, segundo a fonte. Ainda segundo o entrevistado, a cada carrada saída da mina é acrescido R\$ 1,00 no seu salário e R\$ 2,00 no salário dos transportadores. Trata-se de uma prática utilizada, claramente, para aumentar a produção da empresa e seus lucros sem pensar no desgaste físico e psíquico em que se encontram os trabalhadores.

A empresa também conta com ponto eletrônico e, recentemente, implantou o banco de horas. O entrevistado 07 ressalta que a novidade não foi bem recebida pelos demais trabalhadores, pois tirou ainda mais sua autonomia e aumentou o controle do trabalho, porque hoje é o patrão quem escolhe como serão pagas essas horas extras, se em dinheiro ou com folgas, respeitando prazo limite de seis meses. Segundo o entrevistado 07, os trabalhadores faziam horas extras para ganhar mais e acrescentar no salário final, mas, com o banco de horas e a possibilidade de ser pago com folgas, isso prejudicou ainda mais os trabalhadores.

O entrevistado 07 complementa que já chegou no horário das 5 horas da manhã e ficou até as 17h, expondo que sua vida é resumida ao trabalho, o pouco tempo que sobra é, geralmente, o domingo e, ocasionalmente, o sábado à tarde e o domingo. Sobre a falta de tempo para exercer outras atividades, ele fala querer mudar de profissão, pois o trabalho atual é muito desgastante. Afirma querer ser professor.

Assim, conforme seus relatos:

Eu quero mudar de atividade. Eu quero terminar o curso e quero lecionar. [...]. O trabalho atrapalhou os meus estudos, pois trabalho numa escala de 6x1, 8 horas diárias, 44 horas semanais, não dá para estudar. Como o curso é pela tarde, não dá (Entrevistado 07, 30 anos, trabalho de campo, 18 jul. 2024).

A falta de perspectiva de melhorias em sua vida fez com que o entrevistado 07 desistisse do curso presencial na Universidade Federal de Sergipe e se matriculasse numa instituição privada para terminar o curso na modalidade à distância, o que coloca ser mais fácil para conseguir se formar. Contraditoriamente, o entrevistado 07, que deixou o curso em uma universidade pública em função de incompatibilidade com o horário do trabalho, agora paga do seu salário para terminar o curso em uma universidade particular.

3.2 O TRABALHO NAS ÁREAS LEGAIS DE RETIRADA DE AREIA

Nos areais legais, isto é, áreas onde ocorre a retirada de areia, as visitas se concentraram nos povoados (áreas rurais) dos municípios de Itabaiana e Areia Branca, expressamente conhecidos por essa atividade. Diante disso, dentre os resultados encontrados, destacam-se muitas das propriedades com no máximo 2 ou 3 trabalhadores. A exceção foi no município de Areia Branca, com a empresa Newvini Comércio e Transporte, e no de Itabaiana, com a empresa Ita Solos.

Os trabalhadores se encontram em condições como: carteira assinada e aqueles sem carteira assinada; trabalhadores majoritariamente desassistidos de Equipamentos de Proteção Individual; pagamentos de salário em espécie, pix ou conta salário; espaços definidos pelos entrevistados como “escritórios” utilizados como depósitos para ferramentas e galões de água e combustível, bem como ausência de banheiros em pleno funcionamento. Também foi nesses espaços que, unicamente, apareceu o trabalho feminino.

A empresa Newvini Comércio e Transporte, localizada no município de Areia Branca e liberada pela ADEMA para atuar na exploração de areia e argila, foi aberta no ano de 2015

com um capital social de R\$ 20.000,00, tendo sócios-administradores Noel dos Anjos Santos e Wendela Ticiane da Conceição. A Newvini trabalha com extração de areia, cascalho e pedregulho, bem como transporte rodoviário de carga de areia, cascalho e pedregulho, somando 10 funcionários nas duas atividades realizadas. Assim, “[...] são 10 funcionários: 3 maquinistas, 2 enlonadores de carro, 3 caçambeiros da transportadora, 1 assistente administrativo e 1 gerente” (Entrevistado 08, 18 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 25 jul. 2024).

A Ita Solos, propriedade do empresário Tonny Santos dos Passos, também se destaca no ramo da extração e comercialização de areia, com mais de 24 anos no mercado. A empresa atua tanto no Povoado Mangabeira, em Itabaiana, quanto no Povoado Francisco Gomes, em Areia Branca, além de ter suas vendas realizadas para empresas e autônomos. A empresa, no ano de 2024, contava com 6 funcionários, sendo 1 operador de máquina, 1 auxiliar de escritório, 1 aplanador de carga e 3 motoristas.

Os transportes utilizados para escoar a produção também pertencem à empresa Ita Solos. Para o entrevistado 09 (44 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 1º ago. 2024), “[...] todos os trabalhadores possuem carteira de trabalho assinada. É uma exigência do Ministério do Trabalho. Se não trabalhar da forma adequada hoje, você se ‘atrapalha’ ‘lá’ na frente”. Dentre os principais parceiros econômicos da empresa, destacam-se a Construtora Celi, a Construtora União e a Construtora Santa Maria.

No tocante ao número de trabalhadores por propriedade, em mais de 90% dos trabalhos ficou constatada a existência de apenas dois ou no máximo três funcionários, sendo o auxiliar de escritório, o operador de máquina e o aplanador de carga – responsável por deixar a carga plana para ser coberta pela lona. Desse modo, o maior salário, entre R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00, fica a cargo do operador de máquina, tendo em vista o custo para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e os cursos solicitados para que possa manusear a máquina. Em seguida, se encontram os aplanadores de carga, com um salário que varia entre R\$ 1.418,00 a R\$ 2.000,00, e por último os auxiliares de escritório, com o recebimento de um salário mínimo a um um salário mínimo e meio.

À vista disso, os operadores de máquina discordam quanto à questão de o salário atender às expectativas. Mais da metade respondeu que não atende às expectativas e aos custos das necessidades básicas da sua vida e da vida da sua família. Para o entrevistado 10 (37 anos, trabalho de campo, 22 jul. 2024), “[...] a renda não atende às minhas expectativas. Recebo R\$ 3.000,00 mil reais, mas ainda é difícil”. Em outro momento da conversa, o entrevistado 10 revela que saiu da agricultura porque a fonte de renda não garantia mais o

sustento da sua família: “[...] eu comecei com a roça e eu tenho uma paixão muito grande por ela. A terra é tudo de bom, é grandeza. Um dia quero voltar para a roça”.

O entrevistado trabalha há mais de 12 anos no extrativismo e tem cursos para manusear carregadeira e escavadeira. Pode-se afirmar que o trabalhador não se reconhece e tampouco se efetiva no trabalho realizado, sendo penoso, desafiador e degradante.

Nas palavras de Marx:

O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a exteriorização (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. [...] assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (2010, p. 83, grifo do autor).

No caso do entrevistado 11 (46 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 22 jul. 2024), a renda atende às suas expectativas, garantindo ele ser um salário justo, pois “[...] eu recebo R\$ 2.500,00, isso atende às minhas expectativas. Trabalho de carteira assinada” (Entrevistado 11, trabalho de campo, 22 jul. 2024). Em concordância com o entrevistado 10, o trabalhador explana seu desejo de voltar para a roça, pois está há mais de 26 anos trabalhando nessa atividade: “[...] eu trabalhava na agricultura, mas por questões econômicas passei para o trabalho no extrativismo mineral. Peço a Deus todo dia que eu consiga comprar um ‘terreninho’. Eu quero trabalhar no terreno para me manter dele”. Nas entrelinhas do pensamento e da consciência, com os olhos vivos e um sorriso levemente tímido (até um pouco desacreditado), o entrevistado 11 deixa exposto que sua realização se encontra no contato pleno com a terra, como é no caso da atividade por ele realizada.

Para o entrevistado 12 (42 anos, Areia Branca, trabalho de campo, 25 jul. 2024) e o entrevistado 13 (39 anos, Areia Branca, 25 jul. 2024), os dois operadores de máquina, o salário fica aquém de conseguir atender às suas expectativas e necessidades básicas, mas respondem não ser “culpa da firma”, pois é pago o salário base da categoria. No caso do entrevistado 12, a atividade é exercida há mais de 20 anos, tendo passado por algumas cerâmicas até trabalhar como operador de máquina nos areais.

Para o entrevistado 13, o trabalho começou aos 14 anos de idade como ajudante de serviços gerais (aplanador de carga), aos 16 anos começou a transportar carga (o que é contra a legislação brasileira) e depois de certa idade passou a manusear as máquinas pesadas (39 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 25 jul. 2024).

Em todos os estabelecimentos visitados, os operadores de máquina disseram trabalhar de carteira assinada, sendo uma exigência dos próprios trabalhadores, porque reconhecem a importância do registro na carteira, muitos colocando as garantias de direitos em casos de acidentes e/ou doenças. Sobre o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual, tais como calças e sapatos apropriados para a atividade e abafador de ruídos, a empresa Newvini Comércio e Transporte foi a única empresa que respeita as leis trabalhistas no tocante à questão, ainda que caçambeiros autônomos tenham acesso à propriedade sem portar EPIs. Em todas as demais áreas, os operadores usavam calças de tecido comum, camisas sem ser da firma e em alguns casos não utilizavam o abafador de ruídos, isto é, ficando totalmente expostos às intempéries da atividade exercida.

No que diz respeito à carga horária, mais de 90% dos operadores de máquina entrevistados disseram trabalhar entre 9 a 10 horas diárias, menos de 10% revelaram trabalhar entre 8 a 9 horas diárias. “Eu entro 6 da manhã e paro meio-dia. Começo uma e paro quatro. Carrego de 25 a 30 carros por dia” (Entrevistado 12, 42 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 25 jul. 2024). O entrevistado 13 trabalha “[...] entre 8 a 9 horas por dia. Carrego uma média de 25 carros todo dia” (39 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 25 jul. 2024). Já o entrevistado 11 (46 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 22 jul. 2024) entra às 6 horas da manhã no serviço e trabalha 10 horas por dia para alcançar a meta de 28 a 30 cargas.

Ainda segundo o entrevistado 11, “Já teve época de carregar mais de 200 transportes, hoje fica entre 28 a 30 carradas”. O entrevistado 10 (37 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 22 jul. 2024) disse trabalhar também 10 horas diárias: “[...] eu entro às 5h e saio às 16h, assim encho 30 a 35 caçambas por dia”.

No que concerne aos trabalhadores identificados como aplanadores de carga, todos os entrevistados também relataram que a renda não atende às suas expectativas e fica distante de garantir as necessidades básicas de forma plena. Para o entrevistado 14 (31 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 22 jul. 2024), a renda é pouca e não corresponde ao seu trabalho realizado, nem à sua expectativa: “[...] entro às 6h e saio às 17h, trabalho mais de 9 horas por dia para receber R\$ 2.000,00. Eu trago a minha comida e como aqui mesmo”.

No caso do entrevistado 14, constatou-se que ele já foi vítima de trabalho infantil; ainda que não quisesse revelar o nome da empresa, foi dito que aos 14 anos já trabalhava na cata da laranja e aos 19 anos começou a trabalhar no extrativismo mineral como aplanador de carga. Hoje exerce a atividade com carteira de trabalho devidamente assinada na propriedade do Sr. Carlos Hagenbeck Filho. A propriedade foi liberada pela ADEMA para atuar na extração de areia e cascalho (Figura 23).

Figura 23 - Pov. Caroba, Areia Branca/SE: Propriedade do Sr. Carlos Hagenbeck Filho, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

O entrevistado 15 (29 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 25 jul. 2024) tem pouco mais de um ano trabalhando na atividade extrativista mineral; antes trabalhava em uma granja de ovos de galinha, mas mudou porque no novo trabalho tinha como garantia a carteira assinada: “A renda não é ‘tão’ boa assim, atende mais ou menos, mas aqui eu tenho carteira assinada, são muitas as vantagens se eu precisar. Aqui recebo R\$ 1.500,00”. O entrevistado 15 revelou que trabalha 9 horas diárias.

A situação do entrevistado 16 (31 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 22 jul. 2024) se agrava ainda mais porque, além de reconhecer o salário incompatível com as suas necessidades, revela não possuir carteira de trabalho assinada: “Entro no trabalho às 5h e fico até as 12h, depois fico das 13h às 16h, trabalho mais de 10 horas por dia. Recebo um salário mínimo, recebo em pix ou dinheiro mesmo” (Entrevistado 16, 31 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 22 jul. 2024). Quando indagado o motivo de não ter assinado a carteira, o trabalhador respondeu: “O patrão não quis assinar a carteira – ‘não quis fichar’ –, é bom, recebe tudo certinho, mas não quis”.

Sobre a utilização dos EPIs, apenas os trabalhadores da empresa Newvini Comércio e Transporte utilizavam todos os equipamentos requeridos para a realização segura da atividade. Nas demais localidades, presenciou-se trabalhadores de bermudas de tecidos finos, de chinelo aberto e camisas longas de tecido comum. Quando questionados sobre acidentes no local de trabalho, todos os entrevistados negaram a sua ocorrência, mas, no caso da empresa

Newvini Comércio e Transporte, os trabalhadores solicitaram na reunião de conselho que os proprietários providenciassem “[...] instrumentos que atuem como suportes para prender o trabalhador que fica cobrindo as carradas com lona na possibilidade de um eventual desequilíbrio e queda do trabalhador” (Entrevistado 17, 18 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 25 jul. 2024).

Em relação aos auxiliares de escritório, 50% tinham carteira assinada e 50% não possuíam carteira assinada. Sobre a decisão de não assinar a carteira, todos responderam que foi unicamente do patrão. No quesito remuneração, os salários são os menores e variam entre um salário mínimo a um salário mínimo e meio, não atendendo às expectativas dos trabalhadores, pois trabalham entre 8 e 9 horas diárias.

O entrevistado 17 afirmou que pretende fazer um curso superior: “Eu estou cursando o último ano do Ensino Médio, estudo à noite. Eu pretendo fazer um curso, talvez Administração” (18 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 25 jul. 2024). O trabalhador é amigo do dono do empreendimento e conseguiu o emprego como forma de aumentar a renda da família, uma necessidade que o fez ter de estudar no período da noite em um colégio público no município de Itabaiana, Sergipe.

Todos os entrevistados dessa categoria negaram a ocorrência de acidentes no ambiente de trabalho, pois sua função é somente liberar as notas (recibo acerca do tipo de carga: areia, arenoso ou aterro, e o valor a ser cobrado). No que concerne ao uso dos EPIs, outra vez os dois auxiliares de escritório da empresa Newvini Comércio e Transporte faziam o uso correto, portando calças e botas adequadas e o fardamento devidamente identificado. Os demais entrevistados estavam de bermuda, chinelo aberto e camiseta.

No que diz respeito à forma de pagamento tanto dos operadores de máquina quanto dos aplanadores de carga e auxiliares de escritório, confirmou-se que os trabalhadores que têm carteira assinada recebem por meio de conta salário e/ou pix; já os que não possuem carteira assinada são pagos em espécie ou via pix. No tocante ao grau de escolaridade, na empresa Newvini Comércio e Transporte, predominam os trabalhadores que têm Ensino Médio incompleto e Ensino Médio completo. Nos estabelecimentos que tinham dois ou três trabalhadores, notou-se que a escolaridade se restringia ao Ensino Fundamental incompleto e ao Ensino Fundamental completo.

Notou-se, no decorrer dos trabalhos de campo, que apenas a empresa Newvini Comércio e Transporte contava com banheiros equipados com produtos de limpeza e higienização pessoal, esgoto e saneamento básico como manda a lei. Os demais

empreendimentos visitados não contavam com banheiros e, quando contavam, estavam sem funcionar e totalmente insalubres, com vasos sanitários e pias sujas e quebradas (Figura 24).

No município de Areia Branca, na propriedade onde trabalha o entrevistado 16 (31 anos, trabalho de campo, Areia Branca, 22 jul. 2024), o banheiro está sem funcionar há mais de dois anos, todo sujo e com peças e porta quebradas, tendo de utilizar outras áreas da propriedade como banheiro, o que expõe o trabalhador a riscos de saúde. Os escritórios desses empreendimentos também dividem espaço com ferramentas e galões de água e substâncias utilizadas pelas máquinas, tornando-se locais incompatíveis com a segurança do trabalhador.

Figura 24 - Pov. Caroba, Areia Branca/SE: Banheiro e pia quebrados e imundos, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

As refeições e os momentos de descanso são realizados nesses recintos também. Na pesquisa de campo, foi possível verificar redes utilizadas pelos trabalhadores para repousarem no momento de intervalo em contato direto com óleos e água, bem como ferramentas novas e outras corroídas pela ferrugem e poeira (Figura 25). As refeições são realizadas sobre mesas quebradas, sujas de areia e em alguns casos a menos de 5 metros de onde há o aplanamento da carga. Quando questionados sobre o incômodo de fazer refeições em locais desse tipo, os trabalhadores responderam que a prática é comum no campo.

Figura 25 - Pov. Caroba, Areia Branca/SE: Recinto utilizado pelos trabalhadores para realizarem suas refeições e seu descanso, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Dessarte, durante a realização dos trabalhos de campo, registramos a presença do trabalho feminino na lida com o extrativismo mineral em uma das propriedades conhecidas no município de Itabaiana onde funciona a extração de areia, mas também a cata e o ajuntamento de pedras. Destaca-se que as condições para as mulheres são ainda piores, tendo em vista que elas se dividem entre o trabalho não pago realizado em casa e o trabalho precário realizado no extrativismo mineral para a construção civil, no qual recebem menos que os trabalhadores do sexo masculino.

Dessa maneira, 2 a 3 mulheres trabalham “juntando pedra” como uma forma de complementar a renda da família, que é proveniente quase toda do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Com alegria, ainda que um pouco tímida, a entrevistada 18 (36 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024) ressalta que o trabalho é “[...] para ganhar o nosso ‘dinheirinho’, que é bom. E... é um serviço aqui que tem. Tem na malhada, mas não é sempre”.

A entrevistada 18 se divide entre os cultivos da roça, quando há, e a atividade no extrativismo mineral. No extrativismo mineral, ganha em média R\$ 400,00 semanalmente, pago em espécie. A entrevistada 18, assim como outra mulher presente, juntam-se aos seus maridos na realização da atividade extrativista; elas são responsáveis por fazerem amontoados de pedras e eles por aplanarem as carradas e enlonarem as cargas.

No tocante ao salário dos homens, o valor semanal é de R\$ 450,00, ou seja, R\$ 10,00 a mais do que as mulheres por dia e R\$ 50,00 a mais na semana. A diferenciação de salário

retrata um quadro do próprio modo de produção capitalista, ou seja, a desigualdade de gênero. Para Alves (2007, p. 88), “[...] além disso, a classe dos trabalhadores assalariados, que aparece como proletariado, é atingida por clivagens de gênero, étnicas, etárias, técnico-profissionais, e de qualificação”.

A propriedade na qual a entrevistada 18 trabalha conta com mais 5 trabalhadores e 1 operador de máquina (Figura 26). Todos os trabalhadores sem carteira assinada e sem nenhum uso de Equipamentos de Proteção Individual.

Figura 26 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana: Trabalhadores da extração de areia, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

O local pertence e está sendo minerado sob a responsabilidade do entrevistado 19 (53 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024), que não está muito contente com a atividade, pois foi a partir de conselhos de amigos que resolveu adentrar o ramo de “retirada e venda de areia”. Ele disse: “Eu gastei 80 mil reais para conseguir toda a liberação. Pago 10 mil por mês pelo uso da máquina e um salário de R\$ 3.000,00 ao operador. Aos demais trabalhadores eu pago R\$ 80,00/90,00 por dia. É um custo muito alto” (Entrevistado 19, 53 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024).

O entrevistado 19 relatou que demorou quase um ano e meio para conseguir a licença para minerar nas suas terras (Figura 27), onde foi autorizado minerar em 10 das 21 tarefas. “No restante irei cultivar mandioca. É algo que já faço há muito tempo, mas a renda é pouca também” (53 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024).

Figura 27 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Licença Ambiental, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Com uma licença de dois anos, o entrevistado diz que a atividade não durará quatro meses, tendo em vista o material ruim e a pouca quantidade disponível no terreno. Para ele, “O terreno tem bastante pedra, não compensando a extração” (53 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024). Sobre a ocorrência de acidentes em sua propriedade, o responsável negou qualquer registro.

Uma fonte do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa, Extração e Beneficiamento de Minérios dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí (SINDIMINA), no âmbito sergipano, reconhece que não existe nenhum trabalhador de areais associado ao sindicato.

Assim, “[...] não tem nenhum [trabalhador de] areal pelo sindicato. Eu desconheço qualquer empresa ‘aqui’ que explore [areia], no sindicato não há nenhum contato, nenhum acordo [referindo-se ao acordo coletivo entre trabalhadores de pedreiras e sindicato] com nenhum [trabalhador de] areal” (SINDIMINA, Aracaju, trabalho de campo, 19 nov. 2024).

3.3 O TRABALHO NAS ÁREAS ILEGAIS DE RETIRADA DE AREIA E EXTRAÇÃO DE PEDRA

O trabalho realizado em áreas ilegais de retirada de areia e extração de pedra se enquadra como o mais precário em relação à realidade analisada, pois os trabalhadores se encontram totalmente subjugados às condições e relações de trabalho, estas incompatíveis

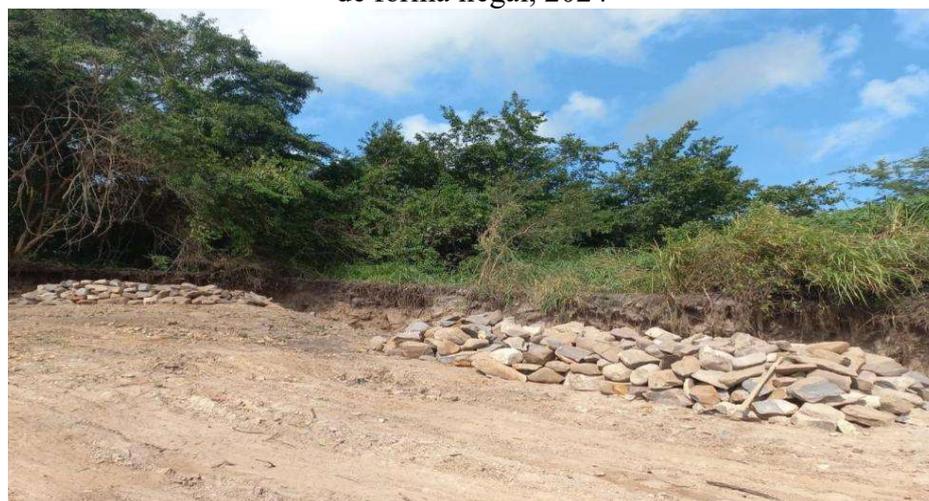
com as condições básicas de vida e de dignidade do ser humano. A ilegalidade não se restringe somente à realização da atividade extrativista, mas atinge o conjunto dos trabalhadores, que, sem perspectiva de condições e relações melhores de trabalho, são vistos apenas como força de trabalho barata e miserável para produzir ganhos econômicos para os seus empregadores.

Para Alves (2007, p. 33), “[...] o fenômeno da precarização e da precariedade do trabalho implica não apenas a dimensão do local de trabalho e das relações salariais, mas das relações sociais de produção e reprodução da vida social”.

No tocante aos areais ilegais, foram visitadas localidades tanto na zona rural de Itabaiana (Figura 28) quanto na zona rural de Areia Branca. Antecipa-se que os responsáveis por ambos os locais se recusaram a participar da pesquisa, mas trabalhadores desses estabelecimentos, de forma anônima, dispuseram-se a responder as perguntas.

Além disso, no município de Areia Branca, o pesquisador não foi liberado para fazer fotografias do local. Mas foi sabido que os trabalhadores não têm carteira assinada, não são fornecidos e tampouco utilizados Equipamentos de Proteção Individual, exercem carga horária que, constantemente, ultrapassa o previsto em lei, têm salários baixos, além da ocorrência de acidentes e espaços de trabalho sem banheiro.

Figura 28 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Propriedade em que funciona extração de pedra de forma ilegal, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Outro ponto a ser destacado é que os veículos de transporte de carga dos dois estabelecimentos visitados pertenciam aos empregadores e não aos empregados. Desse modo, a manutenção dos transportes é de responsabilidade financeira do patrão, mas quem fica encarregado de levá-los até a oficina são os empregados, que com isso são penalizados

mediante a perda de tempo para cumprir com suas entregas. Para além do citado, ainda que os transportes sejam precários – enferrujados e desgastados –, o patrão, corriqueiramente, procura culpar os trabalhadores pelo tanto de manutenção necessária e pelas peças quebradas. Para não ficarem “malvistos” pelo patrão, os trabalhadores tentam ao máximo postergar manutenções que são críticas a olho nu.

Assim posto, os trabalhadores presentes em áreas ilegais de retirada de areia são anotadores de carga/auxiliar de escritório, operadores de máquina, aplanadores de carga e transportadores de carga, todos do sexo masculino. No tocante aos salários, todos os trabalhadores reclamaram e se mostraram insatisfeitos com o que recebem perante as situações em que se encontram expostos. O auxiliar de escritório recebe por semana R\$ 170,00, totalizando R\$ 680,00 por mês. O operador de máquina tem o maior salário, sendo R\$ 600,00 por semana e R\$ 2.400,00 mensalmente. O transportador de carga recebe R\$ 500,00 semanalmente e R\$ 2.000,00 mensalmente.

A carga horária difere de acordo com a função assumida pelos trabalhadores, tendo em vista que os transportadores de carga trabalham até altas horas da noite, enquanto os demais funcionários encerram suas atividades por volta, geralmente, das 17 horas. Na localidade visitada no município de Itabaiana, se constatou que todos os trabalhadores se reuniam em uma garagem do seu empregador, na sede do município, no horário das 5 horas da manhã, quando se dirigiam para o ambiente de trabalho e só retornavam (exceto os transportadores de carga) às 17 horas. No caso dos transportadores, o dia somente se encerra por volta das 22 horas. Assim, “[...] os trabalhadores caçambeiros [expressão regional] entram às 5h e saem às 22h” (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024).

Sobre a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por parte dos trabalhadores, todos disseram que o patrão não fornecia tais equipamentos, bem como não utilizavam em suas atividades laborais. Durante as visitas, presenciou-se trabalhadores de bermuda, camisa comum, sem óculos de proteção e sem abafadores de ruídos. “Nenhum dos funcionários utiliza equipamentos de proteção individual” (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024). Nesse sentido, como o funcionamento do estabelecimento é ilegal, nenhum dos trabalhadores também tem carteira assinada, o que, segundo o entrevistado 20, deixa muitos trabalhadores indignados.

Ficou claro, a partir dos trabalhos de campo, que os trabalhadores dessa atividade reconhecem as garantias de exercerem suas atividades com a carteira de trabalho devidamente assinada, listando benefícios como décimo terceiro, férias, seguro desemprego e garantias legais caso venham a sofrer algum tipo de acidente no ambiente de trabalho. E mais, na

propriedade em que o entrevistado 20 trabalha, o empregador mente no momento de contratar os funcionários, pois fala que a “firma” está em vias de se tornar legalizada, o que, por um tempo, mantém os trabalhadores no estabelecimento, mas logo pedem demissão. Como materialidade desse fato, em menos de 5 (cinco) anos, mais de 12 (doze) operadores de máquina passaram pelo estabelecimento.

Segundo o entrevistado 20:

Não tem carteira assinada. Não tem nenhuma garantia. O empregador não assina a carteira dos funcionários, o que leva aos trabalhadores buscarem outros trabalhos. A firma funciona de forma ilegal. Já se falou muito em legalizar, mas tem que pagar imposto, você sabe, né? Troca bastante de funcionários, somente no caso de operadores de máquina, mais de 12 funcionários pediram demissão, pois procuram melhores condições de trabalho (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024).

No que se refere aos casos de acidentes de trabalho, pode-se dizer que são muitos, corriqueiros e, como em outras situações vistas no decorrer da pesquisa, normalizados pelo empregador. Dentre os acidentes listados, falou-se em quedas de cima de transportes carregados, cortes com instrumentos de trabalho que se encontram no próprio transporte e cortes e perfurações em peças soltas do transporte. Em uma das situações de acidente, sem portar qualquer Equipamento de Proteção Individual, o trabalhador teve a planta de um dos pés atravessada por um ferro que estava solto no veículo.

O entrevistado 20 (27 anos, 2024) fala que

Foi um cortezinho, nada muito grave aconteceu no trabalho. Tinha estourado o pneu da caçamba e o para-lama, ficando exposto um pedaço de ferro, quando ele [o trabalhador] foi descer da cabine, teve o pé atravessado pelo ferro. Foi descuido (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024).

Ou seja, busca-se culpabilizar a vítima por uma situação que é total e exclusivamente de responsabilidade do empregador, isto é, ofertar e exigir o uso de EPIs, bem como manter os veículos em boas condições de uso, o que não é o caso. A realidade em que se encontram os trabalhadores é de tamanha miserabilidade que cabe a eles escolher entre fazer manutenção do transporte ou acelerar suas cargas e assim conseguir mais dinheiro para o sustento da sua família.

O próprio entrevistado 20, durante a pesquisa, se contradiz em suas afirmações, pois, se em dado momento reproduz o discurso do patrão de que a culpa pelos acidentes é do

trabalhador, em outro afirma que os trabalhadores postergam a manutenção para que consigam cumprir com suas atividades trabalhistas, não tendo sequer tempo para levar os transportes para a oficina para passarem por manutenção. Assim, para ele, “[...] os transportes são precários. A atividade cresceu e sobra pouco tempo para parar o transporte para a manutenção, é só quando tem tempo. Só para quando [o problema] é grave, quando tem peças soltas” (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024).

Quase que como uma releitura de Macabéa¹⁵, o entrevistado 20 mostra conhecer a dura realidade na qual os trabalhadores se encontram inseridos, mas a enxerga enquanto imutável e natural. Com olhar sério, voz firme e, em algumas situações, um sorriso breve e tímido, ele narra duas situações reais e cruéis. Na primeira situação, o patrão afirmou que um pneu estourado durante o transporte de uma carga tinha sido por descuido, imprudência e irresponsabilidade do trabalhador tanto pelo volume da carga carregada quanto pela falta de atenção à via em que trafegava, o que já é suficiente para caracterizar assédio no trabalho. Contudo, após o mecânico ter acesso ao transporte, constatou-se que o pneu já tinha sido consertado duas vezes (com remendos) e que em ambas tinha estourado, o que ocasionou a perda total do pneu.

Além desse fato, em outro momento, o entrevistado revelou que um dos transportadores sairia para fazer entrega com os eixos do transporte folgados, o que, com certeza, provocaria um acidente. A saída foi incentivada pelo patrão, que não demonstrou qualquer sensibilidade para avisar o trabalhador sobre a situação do transporte, mas, ao contrário, o incentivou. O entrevistado 20 e outros colegas de trabalho avisaram o trabalhador para não realizar o transporte da carga antes de realizar o conserto, o que foi feito pelo trabalhador. “Ele teria morrido. Se ele tivesse saído daquele jeito, tinha morrido na primeira curva ou ladeira que encontrasse pela frente” (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024).

Como explicação para se submeterem a tais condições e relações de trabalho, os trabalhadores revelam que é o “ganha-pão da família”, isto é, é a forma de se manterem vivos. Diante de um quadro histórico de desemprego, ter um emprego, ainda que impregnado de plena precarização, é motivo de segurança. A realidade concreta mostra trabalhadores subjugados ao “sistema do capital”, bem como descrentes em relação às mudanças estruturais no mundo do trabalho, a ponto de enxergarem o social como natural.

Segundo Alves,

¹⁵ Personagem escrita pela escritora e renomada Clarice Lispector no livro *A hora da estrela* (1977).

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da *flexibilização do trabalho*, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital (Alves, 2007, p. 126, grifo do autor).

Nas duas propriedades visitadas, se notou a ausência de locais apropriados para se fazer as refeições, bem como as necessidades fisiológicas. As refeições são feitas a céu aberto, sem nenhuma cobertura, sem mesa e/ou cadeiras ou bancos. Não há local apropriado para higienizar as mãos. As necessidades fisiológicas também são feitas a céu aberto, pois não há banheiros. Por vezes, as mãos são higienizadas apenas com a água que é carregada em garrafas, modelo garrafão de 5 litros, pelos trabalhadores para beberem.

No que se refere à extração ilegal de pedra, o único local visitado se localiza no município de Itabaiana, com 6 trabalhadores presentes, sendo 5 na extração direta das pedras e 1 maquinista (Figura 29). Nesse estabelecimento, constataram-se diversas irregularidades: todos os trabalhadores sem Equipamentos de Proteção Individual, sem carteira assinada, sem recinto adequado para a realização de necessidades fisiológicas, extensas horas de trabalho, ambientes físicos de descanso feitos de madeiras e cobertos por um plástico preto, comidas feitas a céu aberto e inúmeros casos de acidentes de trabalho.

Figura 29 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Trabalhadores na extração ilegal de pedras, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Na análise do trabalho realizado na extração ilegal de pedra, o ineditismo refere-se aos trabalhadores inculcarem a ideologia de que merecem estar inseridos em tais relações e condições de trabalho como consequência de não terem estudado, isto é, como se a culpa fosse deles e não daquele que os emprega. Na propriedade, trabalham homens na faixa etária de 35 a 55 anos de idade, todos com Ensino Fundamental incompleto e moradores do campo.

O trabalho é precário, degradante e pesado, pois o ciclo é cavar o terreno, extrair as rochas e, quando necessário, quebrá-las com instrumentos rudimentares para o presente tempo (Figura 30). “A gente cava com a alavanca, tira a pedra e depois as maiores são quebradas” (Entrevistado 22, 54 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024).

Figura 30 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Instrumentos de trabalho utilizados na atividade de extração de pedra, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Os locais de descanso são barracos feitos com madeiras, plástico de cor preta e alguns bancos de madeira. Sob os barracos, ficam os pertences pessoais do trabalhador, a água para beber e garrafas de plástico com água para utilizar na hora de preparar a refeição/almoço. Não muito longe dos barracos está o fogão improvisado: blocos alinhados um sob o outro, uma

grelha de ferro e panelas queimadas e amassadas, tudo para não “perder tempo” e voltar ao trabalho, uma vez que o almoço só pode durar 1 (uma) hora.

Nos arredores dos barracos e do fogão improvisado, notaram-se bastantes entulhos e lixos, mais propriamente garrafas de plástico com e sem tampa (com água), sacolas plásticas e papelões, materiais em estado preservado e em estado de degradação, tornando-se superfícies propícias para a reprodução de doenças e ninhos para animais como ratos e cobras¹⁶.

A olho nu confirmou-se que nenhum dos trabalhadores estava utilizando os Equipamentos de Proteção Individual como reza a lei. Os trabalhadores, em sua maioria, encontravam-se de bermudas, camisas longas, bonés e botas de plástico (não é a correta para a atividade), e apenas um estava de calça, mas de tecido fino (Figura 31).

Sobre terem carteira de trabalho assinada, todos negaram e chegaram a afirmar que nem carteira de trabalho tinham. “Eu trabalho há mais de 20 anos nessa atividade, antes trabalhava no campo, não tenho carteira de trabalho” (Entrevistado 21, 48 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024). O entrevistado 22 revela: “Trabalho desde os meus 10 anos de idade na ‘retirada’, nunca parei. Não tenho carteira de trabalho” (54 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024).

Figura 31 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Trabalhadores sem Equipamentos de Proteção Individual, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

¹⁶ Todos os trabalhadores proibiram fotografias ou vídeos das situações listadas no texto, afirmando que “podia complicar o patrão”. Assim, o pesquisador atendeu e respeitou o pedido dos participantes.

Não obstante, quando perguntados sobre a ocorrência de acidentes, todos os trabalhadores disseram ter sofrido algum tipo de acidente no ambiente de trabalho, sendo que dois se sentiram confortáveis em relatar a situação vivenciada. Para o entrevistado 21, o hospital foi sua morada durante mais de dois meses, pois “[...] sofri um acidente quando estava retirando as pedras do solo. No momento da retirada, houve um desabamento de pedras, e eu fui acertado. Tive o fêmur e pelve quebrados, precisei ficar mais de dois meses internado” (Entrevistado 21, 48 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024) (Figura 32).

Segundo o entrevistado 22, o seu acidente foi quando trabalhava em outra propriedade: “Já sofri acidente. Tive a perna cortada por uma lasca de pedra quando estava quebrando a rocha com uma marreta” (54 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024). No caso do entrevistado 21, a família entrou junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e teve o auxílio por doença deferido. Para o trabalhador, foi uma preocupação a menos tanto para a família quanto para ele.

Figura 32 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Imagem dada como exemplo pelo entrevistado 21 para ilustrar como o desabamento de pedras no momento de extração pode atingir membros superiores e inferiores, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

As ocorrências de acidentes de trabalho explanam o caráter destrutivo das relações capitalistas de produção tanto do homem quanto da natureza. Outra situação bastante comum

de acidentes são quedas de cima da carga, pois, diante da falta de equipamentos para proteger o trabalhador, bem como irregularidades do tamanho e formato das rochas, juntando com a necessidade de serem ágeis no trabalho, os trabalhadores acabam se desequilibrando da carga e sofrendo quedas (Figura 33).

Figura 33 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Trabalhador sem usar os EPIs soltos sobre a carga de pedras, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Mesmo diante de tamanha precarização do trabalho e da própria vida, os trabalhadores ainda afirmam que a renda atende às suas expectativas, colocando como base a “falta de estudos”, ou seja, inculcam a ideia de serem eles os responsáveis pelo trabalho precário. Por semana, todos os trabalhadores recebem entre R\$ 350,00 a R\$ 400,00, totalizando, por mês, um valor de R\$ 1.400,00 a R\$ 1.600,00. O pagamento é feito em espécie pelo patrão e dono da propriedade. O salário recebido varia de acordo com a quantidade de cargas que os trabalhadores conseguem liberar por dia, pois “[...] aqui é o seguinte: depende, às vezes a gente ganha R\$ 350,00/R\$ 400,00 por semana. Depende de quantos carros são carregados de pedra” (Entrevistado 22, 54 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 31 jul. 2024). A situação exige que os trabalhadores sejam aligeirados no trabalho: a fórmula certa, diante dos meios certos, para a ocorrência de acidentes.

Por último, para discorrer sobre o caráter ilegal da realização da atividade extrativista mineral para a construção civil no município de Itabaiana, foi procurada a Secretaria do Meio Ambiente (Figura 34). Cabe destacar que a existência da secretaria, no município, é recente,

datada de 2010. De acordo com a entrevistada 23, representante da Secretaria do Meio Ambiente, entre os anos de 2007 e 2008 houve todo o trato burocrático para criar a atual secretaria, pois antes estava associada à Secretaria de Agricultura.

Já no ano de 2010, por meio de convênio com o Governo Estadual, o município ficou apto para liberar licenças ambientais, ainda que licenças simplificadas. Assim, a licença ordinária, quando o município pode atuar nos momentos prévios, com instalação e operação da atividade, foi liberada somente no ano de 2021, durante o contexto pandêmico.

Figura 34 - Centro, Itabaiana/SE: Fachada da Secretaria do Meio Ambiente do município de Itabaiana, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Nesse sentido, a procura por licenças ordinárias para a extração mineral, desde então, ainda é bastante irrisória, havendo meses em que não há licenças desse tipo para serem liberadas. Desse modo, como a atuação do município ainda é recente, os proprietários que buscam extrair os minerais de forma legalizada procuram, geralmente, a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA). Com isso, quando a atividade é liberada pela ADEMA, segundo a secretária do Meio Ambiente, a fiscalização fica sob a responsabilidade do órgão do estado.

Pontua-se que são muitos os casos de denúncias realizados pelos moradores que residem próximos às localidades de extração, bem como os transtornos ambientais e sociais gerados pela realização da atividade, tais como: poeira em excesso, poluição sonora e precarização das vias de deslocamento. As denúncias, muitas das vezes, são realizadas por “ouvintes” de rádio e/ou em textos publicados nas redes sociais.

Segundo o entrevistado 20,

Os vizinhos [de onde ocorre a retirada de materiais ilegais] fazem denúncias pelo transtorno causado pelo transporte das cargas. Eles reclamam da forte poeira nas casas e no comércio local. Já houve desconforto com o dono de um bar da região, pois a poeira era forte demais. Pedimos para os caminhoneiros passarem em velocidade reduzida pelo local, mas você sabe como é, né? Além disso, as estradas também ficam danificadas (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024).

No que diz respeito à realização de extrativismo mineral para a construção civil de forma ilegal, a entrevistada 23, representante da Secretaria do Meio Ambiente do município de Itabaiana, reconheceu a existência de muitos casos, mas revelou que para atuar necessita que as denúncias sejam feitas de maneira formal pelos meios oficiais.

Assim, nota-se que as denúncias existem, porém são feitas por meios de comunicação, principalmente via rádio, o que inviabiliza a atuação do órgão, segundo informações da entrevistada 23:

A gente sabe que tem várias outras ilegais, certo? Só que, assim, infelizmente o município de Itabaiana ele ‘tá’, vou dizer, em uma área bem extensa, e a gente não tem o controle em si dessas empresas que estão de forma ilegal. É uma quantidade muito grande que a gente não tem conhecimento dessas empresas. ‘Pra’ gente chegar e fazer uma multa, tem que receber uma denúncia e averiguar os fatos. Não recebemos denúncias oficialmente, apenas por programas de rádio, por exemplo (Entrevistada 23, representante da Secretaria do Meio Ambiente do município de Itabaiana, trabalho de campo, 19 jul. 2024).

Entretanto, responsáveis pela Secretaria do Meio Ambiente do próprio município, no ano de 2023, envolveram-se em uma polêmica ao liberar a extração de argila pela Mineradora São Francisco de Assis LTDA-ME numa área muito próxima do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) (Figura 35). Segundo representantes do PARNASI (2023), a licença ambiental foi aprovada sem a realização de estudos técnicos, tampouco dos prejuízos causados para a natureza e a comunidade local e do entorno com a extração do material mineral.

Figura 35 - Itabaiana/SE: Licença ambiental emitida pela Secretaria do Meio Ambiente próximo ao PARNASI, 2023



Fonte: Site Charge.gov (2 out. 2023).

Para os representantes do Parque Nacional Serra de Itabaiana (2023),

Além do desmatamento na região, a movimentação de maquinário irá gerar não só poluição sonora, mas também poluição por matéria particulada (poeira, fuligem etc.), além da possibilidade de contaminação das nascentes naturais e cachoeiras da região e por consequência do abastecimento de água das comunidades no entorno (PARNASI, site Charge.org, 2023, acesso em: 4 nov. 2024).

Sobre o processo de fiscalização das atividades extrativistas liberadas pela secretaria, é informado que a pasta conta com 16 funcionários, sendo 2 engenheiros ambientais, 3 engenheiros civis, 1 engenheiro florestal, 1 geólogo, 1 engenheira de petróleo, 1 bióloga e 1 geógrafa (que atua como fiscal ambiental).

A figura a seguir é ilustrativa da fiscalização ambiental realizada no município de Itabaiana (Figura 36):

Figura 36 - Centro, Itabaiana/SE: Automóvel utilizado pela Secretaria do Meio Ambiente para fiscalizar as ordens ambientais emitidas pelo órgão, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Contudo, são muitas áreas para serem fiscalizadas e há pouco pessoal disponível, segundo a entrevistada 23, representante da Secretaria do Meio Ambiente do município. Ainda de acordo com a entrevistada 23, as atividades realizadas em caráter ilegal funcionam em locais de difícil acesso. Para além disso, o entrevistado 20 também confirmou que em algumas situações eles, os donos, são avisados por pessoas “conhecidas” do povoado logo que a fiscalização se encaminha para as localidades, garantindo-lhes tempo suficiente para saírem [fugirem] da propriedade ou pelo menos se esconderem no terreno (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024).

3.4 O TRABALHO REALIZADO PELOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGA NO EXTRATIVISMO MINERAL

Os caçambeiros autônomos, inicialmente, não faziam parte do grupo de participantes da pesquisa, mas sua participação se tornou imprescindível à medida que o estudo tomava corpo e forma e sua presença era, constantemente, citada e averiguada nos estabelecimentos de extração mineral para a construção civil. Os caçambeiros autônomos, diferentemente dos demais transportadores de carga, que são empregados pela própria empresa do extrativismo

mineral e/ou empregados de uma terceirizada (que presta serviço para a empresa do ramo mineral e cujos veículos pertencem a suas respectivas empresas), não mantêm vínculo empregatício com nenhum empregador, além de serem proprietários dos seus próprios veículos de carga.

De acordo com Alves,

Os proletários do século XXI não são apenas trabalhadores assalariados, operários ou empregados, mas os trabalhadores subordinados às grandes empresas que aparecem como prestadores de serviço, trabalhadores independentes ou “autônomos” (2007, p. 107).

Desse modo, os transportadores autônomos de carga se fizeram presentes em todos os empreendimentos analisados na pesquisa, seja nas áreas legais de extração de areia e pedras, seja nas áreas ilegais de extração, chamados pelos proprietários dos estabelecimentos de “particulares” e/ou “fretistas”. Foram entrevistados sujeitos autodeclarados brancos, negros e/ou pardos com idade entre 22 a 50 anos e com escolaridade desde o Ensino Fundamental menor incompleto até Ensino Médio completo, sendo todos do gênero masculino. As moradias declaradas foram em Aracaju e Itabaiana.

Como resultado, cita-se que, em sua maioria, os caçambeiros se dizem satisfeitos com a renda tirada do trabalho, bem como não são Microempreendedores Individuais (MEI), pois reclamam da burocracia e da falta de acesso às informações; relataram extensas horas de trabalho, gastos com manutenção de transporte e acidentes de trabalho. Por fim, registramos a falta de utilização dos Equipamentos de Proteção Individual.

Quando perguntados sobre se a renda atendia às expectativas, mais de 80% dos entrevistados responderam que sim, ainda que tenham tantos gastos com manutenção do transporte, multas de trânsito¹⁷, alimentação e combustível. Com uma renda mensal que varia, segundo os entrevistados, de R\$ 2.400,00 a R\$ 10.000,00, dependendo do valor do frete, das condições do tempo e da estação do ano, o valor é considerado satisfatório.

Contudo, os mesmos participantes que se dizem satisfeitos com o valor recebido reclamam dos valores recebidos pelo transporte realizado. O entrevistado 24 reclama “[...] dos baixos preços dos fretes pagos pelas empresas compradoras, como a Dinâmica, Solar Pedreira, Blocos e Lages e a Concrenor Blocos e Piso” (35 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 17 jul. 2024). Já o entrevistado 25 relata que “[...] o valor recebido pelo frete é

¹⁷ Os transportadores autônomos disseram ser muito multados pelos órgãos fiscalizadores em função das condições de funcionamento do veículo, bem como do excesso de carga.

pouco, pois tem o excesso do peso das cargas e muitas multas de trânsito” (47 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 24 jul. 2024).

No que diz respeito a serem microempreendedores individuais, apenas 20% disserem ter aderido à política do MEI, ainda que se percebesse um desconhecimento por parte dos entrevistados sobre o conteúdo da lei, pois ressaltaram os benefícios de serem MEI, mas não conseguiram expor que benefícios seriam esses. Na situação do entrevistado 24, primeiro foi informado pelo participante que não tinha MEI; quando lhe foi explicado sobre do que se tratava, respondeu dizendo que tinha o MEI Caminhoneiro (35 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 17 jul. 2024).

Para 80% dos entrevistados, o MEI não é atrativo e/ou pouco ouviu e/ou conhece sobre a lei [notou-se receio dos caçambeiros em terem qualquer relação de dependência com órgãos institucionais], assim disse: “Atuo como autônomo há mais de 12 anos, nunca tive interesse pelo MEI. Não possuo MEI” (Entrevistado 26, 48 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 22 jul. 2024).

No tocante à jornada de trabalho exercida, todos os trabalhadores que exercem a função de transportadores de carga de forma autônoma se disseram insatisfeitos com o total de horas trabalhadas por dia. Para muitos, o trabalho começa nas primeiras horas do dia e só se encerra perto das 22 horas da noite, tornando-se uma atividade exaustiva e bastante penosa (Entrevistado 20, 27 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 18 jul. 2024), mas a prática é comum entre os transportadores, pois precisam manter a renda para sustentar sua família. Como um dos desdobramentos, foi citada a privação de sono e, também, a sonolência no trânsito, o que, constantemente, é causa de acidentes. Sobre isso, o entrevistado 24 confirma que já perdeu um amigo “nessas condições” (35 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 17 jul. 2024).

Para além dos acidentes no trânsito, foram postos em relevo os acidentes ocorridos durante o momento em que os transportadores se encontram nos estabelecimentos para carregarem seus veículos e saírem para realizar a entrega. Dessa maneira, foram citadas desde lascas de rochas que atingiram a cabeça do trabalhador, provocando corte no couro cabeludo, até queda de carradas e, conseqüentemente, quebra de um dos braços. Uma das vítimas foi o entrevistado 25, que nos relatou:

Eu estava sem o capacete de proteção, e uma pedra caiu na minha cabeça no momento que estava cobrindo a carga com a lona. Outra vez, um colega escorregou de cima do transporte, caiu e teve um dos braços quebrado com o impacto da queda. Isso tudo se chama acidente de trabalho, né, meu filho? (Entrevistado 25, 47 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 24 jul. 2024).

A pergunta do entrevistado 25 ao final do relato expressa o nível de desconhecimento que esses trabalhadores têm acerca da legislação trabalhista não como descuido ou desatenção por parte deles, mas sim como projeto hegemônico de uma classe que lucra com o empobrecimento material e intelectual da classe trabalhadora, isto é, com sua própria perda de dignidade enquanto ser humano.

Não obstante, a culpa sobre os acidentes é atribuída aos próprios trabalhadores por não portarem os equipamentos de proteção individual, mas isso ocorre, certamente, porque a exigência por parte dos estabelecimentos que vendem os materiais minerais fica aquém do esperado, fazendo vista grossa para os caminhoneiros autônomos que chegam sem qualquer EPI, como foi visto muitas vezes durante os trabalhos de campo (Figuras 37, 38 e 39).

Figura 37 - Campo do Brito/SE: Caminhoneiro autônomo sem EPI realiza o aplanamento da carga, Pedreira Souza e Oliveira LTDA, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Figura 38 - Pov. Francisco Gomes, Areia Branca/SE: Caminhoneiro autônomo observa o transporte ser carregado para realizar o aplanamento da carga, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Figura 39 - Pov. Bom Jardim, Itabaiana/SE: Caminhoneiro sem equipamento de proteção individual fica próximo à enchedeira, 2024



Fonte: LIMA, Tiago Barreto (2024).

Dos 6 (seis) caminhoneiros entrevistados, apenas 1 (um) se encontrava com calça jeans, sapato e camisa apropriados, ainda que sem o capacete de proteção. No que se refere aos demais, todos se encontravam apenas com bermuda, camisa e chinelo, sem nenhum dos itens exigidos para proteger o trabalhador dos eventuais perigos da atividade. O entrevistado 25 (47 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 24 jul. 2024) confirmou que faz uso dos Equipamentos de Proteção Individual, mas isso não condiz com o observado, pois o trabalhador não portava qualquer EPI.

Diferentemente de culpabilizar os trabalhadores pelo não uso dos EPIs, a realidade concreta nos faz entender que a aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual se revela como mais um gasto por parte dos caçambeiros, pois são autônomos e, conseqüentemente, responsáveis por prover as suas condições materiais necessárias de trabalho, tornando-se mais uma despesa para eles. Essa despesa, infelizmente, é ludibriada pelos trabalhadores, pois entram gastos com “[...] peças que quebram e pneus que estouram durante o transporte” (Entrevistado 27, 49 anos, trabalho de campo, Aracaju, 22 jul. 2024).

Quando questionados sobre o que levaram a exercer a atividade de transportadores de carga de característica mineral para a construção civil, as respostas foram múltiplas: desde sonho de criança, procura por melhores condições de vida e até tradição familiar. “É sonho de criança, e sonho a gente realiza. É uma atividade exercida por boa parte da família, pois meu avô, meu pai, meus tios e primos transportam areia, pedra, brita, argila e barro, calcário...” (Entrevistado 28, 23 anos, trabalho de campo, Itabaiana, 25 jul. 2024).

Todavia, o entrevistado 28, confortável com a entrevista realizada em seu próprio transporte, indaga o pesquisador sobre do que se trata o Mestrado em Geografia. O pesquisador, prontamente, de forma simples, fala da Graduação em Geografia na cidade de Itabaiana e do Mestrado em Geografia em São Cristóvão. Então, o entrevistado 28 revela que tinha “gosto” pelos estudos, “[...] mas que estudo não ficou para todo mundo, pois exige condições financeiras para poder estudar, né?”. O pesquisador é indagado:

Eu estudava pelo dia, mas no Ensino Médio tive que estudar no turno da noite para trabalhar e ajudar em casa, depois me casei e tive que trabalhar ainda mais. Fiz o Ensino Médio todo. Houve uma vez que eu precisava de 6 (seis) pontos para passar em Geografia, eu tirei, e a professora ficou muito feliz (Entrevistado 28, trabalho de campo, Itabaiana, 25 jul. 2024).

O entrevistado 28, indistintamente, confunde o plano das ideias com o plano material, uma vez que, para ele, sua atividade como caminhoneiro autônomo é a realização de um sonho de criança; para o geógrafo materialista dialético, é a perpetuação da sociedade de

classes e da sua base, ou seja, subsunção de uma classe pela outra. Nas palavras de Alves (2007, p. 282), “[...] riqueza e pobreza são irmãos siameses no mundo do capital”.

E, com a indagação feliz deixada pelo entrevistado 28, o que representa o Mestrado em Geografia? O pesquisador não consegue esquecer e, constantemente, busca refletir sobre a questão. Talvez, e acredita muito nesse talvez, entrevistado 28, seja a Geografia a ciência que, bem-feita e alicerçada nas premissas e nos objetivos certos, possa quebrar as engrenagens de um modo de produção/vida que fazem o sujeito pensar que pode escolher entre estudar ou trabalhar para sobreviver, quando, na verdade, a única escolha (que não é escolha) é vender sua força de trabalho de forma precária para conseguir ter acesso às condições de reprodução e produção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No “sistema do capital” (Mészáros, 2021), formado pela tríade capital, trabalho e Estado, prevalece a busca insaciável pelo lucro e, por conseguinte, pela acumulação de capital. Não obstante, os entes criados pelos homens, na ordem social contemporânea, são enxergados e lidos como mercadorias, ainda que resguardem, dialética e intrinsecamente, seus valores de uso. Com a realização do valor de troca das mercadorias, muito distante de ser socializado com os seus reais produtores, o que existe é o movimento de apropriação excludente desse valor por parte daqueles que dominam o processo produtivo, isto é, os patrões.

Nesse sentido, a pesquisa em questão revelou que, além de não serem contemplados economicamente como se deve, com a realização plena das mercadorias criadas pelo seu trabalho, os trabalhadores são subjugados ao controle do capital.

À vista disso, o trabalho tomado no extrativismo mineral para a construção civil é marcado pela depreciação, pela fragmentação, enfim pela própria (des)efetivação do trabalhador. Desse modo, ainda que de fato houvesse o aumento no número de trabalhadores empregados tanto no setor da construção civil quanto no de mineração, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, e com novas versões lançadas ao longo dos anos, o que se assistiu foi a plena produção de espaços para a autovalorização do capital em contraste com a (des)realização e destruição dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Para se chegar a tais resultados e considerações, partiu-se do aprofundamento de categorias como Estado, Capital e Trabalho, numa análise assentada no Materialismo Histórico e Dialético. Isso porque “Estado, Capital, Trabalho são dimensões articuladas, inseparáveis do sistema do capital. É inconcebível emancipar o trabalho sem superar, simultaneamente, o capital e o Estado” (Conceição, 2023, p. 43).

Nesse íterim, o cabedal teórico, metodológico e conceitual apropriado pelo pesquisador denota, invariavelmente, que não existe pesquisa/ciência neutra. Desse modo, o pesquisador não é neutro, o que não anula, de forma alguma, o caráter científico e crítico da pesquisa realizada, mas demonstra que, em uma sociedade de classes, não pode existir neutralidade – seja de qual for a natureza.

A necessidade de esclarecer que tanto o pesquisador quanto a pesquisa não são entes neutros perpassa as dimensões políticas e científicas, pois, em tempos obscuros, em que classes políticas e econômicas tentam emplacar na sociedade a ideologia de neutralidade (escola neutra, universidade neutra, cinema neutro etc.), refutar essa tese é um compromisso

de todos aqueles que se preocupam com o desvelamento das amarras do modo capitalista de produção.

Posto isso, discorre-se sobre a centralidade da categoria trabalho para a análise da realidade concreta vivenciada pelos trabalhadores sujeitos da pesquisa. O trabalho é categoria fundante, quer dizer, é criadora do ser social, do Estado e do próprio capital, ainda que ser social, Estado e capital não se resumam somente a trabalho. Sendo produto do trabalho, o ser social se torna transformador da natureza natural e criador da natureza social. Como produtores do mundo social, os homens e as mulheres se tornam criadores da própria História. Eis a verdade absoluta: o mundo social é produto do intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza mediado pelo trabalho.

Nas palavras de Conceição,

O trabalho é a forma originária e o fundamento ontológico das formas da práxis social. O trabalho tem sua essência ontológica (criador de valor de uso, condição de existência do homem), na inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza (orgânica e inorgânica). Sem o trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir (2023, p. 44).

O trabalho, na sua dimensão genuína, significa a plena realização do ser social, mas, tomado pelas sociedades de classes, se torna infortúnio e espaço de (des)realização de milhares de mulheres e homens. Contraditoriamente, as sociedades de classes são produto do trabalho, em outras palavras, do desenvolvimento dos próprios sujeitos em comunidade (o Calcanhar de Aquiles das sociedades de classes é revelado), o que significa dizer que podem ser e foram, ao longo da História, superadas. Desse modo, o trabalho foi sendo apropriado e realizado de diferentes formas ao longo do tempo histórico, a ponto de ser totalmente subjugado ao sistema do capital com a consolidação hegemônica do modo de produção capitalista.

O capitalismo, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, baseia-se na plena realização das mercadorias e, necessariamente, na exploração avassaladora da força de trabalho. Sob o jugo do capital, o trabalho é transformado em mercadoria, uma mercadoria diferente das demais, por isso é indispensável para a acumulação de capital, tendo em vista ser a única mercadoria que cria valor.

Dessa maneira, o trabalho, criador do capital, é subjugado pela sua própria criatura, o capital. Este, como relação social que impregna o tecido da vida social, ao tempo que

envenena as correntes sanguíneas de homens e mulheres com tamanha precariedade e precarização do trabalho (Alves, 2007), também se envenena e se aproxima do seu fim.

Portanto, na sociedade capitalista em que estamos inseridos, o trabalho não é motivo de realização do trabalhador, mas sim de (des)efetivação e de sentimentos como vergonha e constrangimento. Por vezes, nos trabalhos de campo, os trabalhadores entrevistados ressaltavam que não estavam realizados na atividade desenvolvida, que era penosa e exigente, mas que, como não estudaram, não podiam reclamar, tinham de agradecer pelo posto de emprego ocupado.

Para os trabalhadores, a situação de precariedade e precarização de que muitos fazem parte deriva da falta de acesso à escolarização, e não se coloca como produto das contradições da sociedade de classes, na qual a classe dominante explora a classe dominada para extrair seus lucros. Os trabalhadores, por vezes, também internalizam que são merecedores de tamanho sofrimento, pois não souberam aproveitar as oportunidades da vida, como se houvesse essa escolha a ser feita, uma vez que a decisão de trabalhar, comumente, ligava-se à necessidade de se manter materialmente.

Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental do Estado na direção de legitimar a produção e reprodução da pobreza, miséria e desigualdade como questões alheias ao desenvolvimento da ordem social vigente, bem como criar as condições necessárias para a realização do capital. O Estado, enquanto elemento intrínseco ao modo de produção atual, não pode ser enxergado como um ente neutro, mas sim como a face política da ordem econômica dominante.

Não obstante, o poder estatal é representante dos interesses da classe econômica dominante, por isso, quando solicitado, não hesita em destruir as bases mantenedoras da classe trabalhadora para construir as bases mantenedoras da classe exploradora.

Além disso, em um contexto de “crise estrutural do capital” (Mészáros, 2021), o Estado se torna ainda mais imprescindível no movimento de tardar a suplantação plena do modo de produção vigente, seja a partir da sua atuação primorosa para aprovar pacotes de medidas benéficas para o setor econômico e lesivas para a classe trabalhadora, como as reformas trabalhistas, previdenciárias e administrativas aprovadas com êxito pela classe dominante do país nos últimos anos, medidas essas que suplantam direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores, seja pelo enxugamento maciço do Estado no tocante à garantia universal e de qualidade de serviços básicos como educação, saúde e segurança, no qual se assiste progressivamente à entrada e ao domínio do setor privado sobre as atividades

citadas. De tal modo, diante da crise estrutural, educação, saúde e segurança são meios valiosos de realização de lucro e continuidade do mundo das mercadorias.

Como materialidade da ação do Estado em defesa do capital, coloca-se em relevo sua atuação na construção de dois programas federais citados na pesquisa, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de 2009, como ações para mitigar os efeitos da crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos da América, esta como desdobramento da crise de 1973. Os exemplos citados confirmam a necessidade insuperável que o capital mantém para com o Estado como uma engrenagem fundamental do sistema.

Assim, o PAC, focado em grandes projetos de industrialização e urbanização, criou as nuances necessárias para a realização da acumulação de capital a partir da produção de espaços. Já o PMCMV, ao tempo que atendeu a uma demanda histórica da classe trabalhadora, ou seja, o direito à moradia, não o fez sem reforçar o caráter mercadológico da moradia e a permanência dos grupos economicamente hegemônicos no poder, apresentando suas contradições. Desse modo, tanto o PAC quanto o PMCMV funcionaram como válvulas de escape e momentos, ainda que temporários, de respiro do capital.

No que diz respeito ao trabalho no extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano, confirmou-se, a partir da pesquisa realizada, o caráter instável, precário e de baixa qualificação dos empregos gerados tanto na dimensão formal quanto na informal. Prevalecem, assim, relações e condições de trabalho que reafirmam o controle exercido pelo capital sobre o trabalho, com desdobramentos caros à vida de homens e mulheres trabalhadores/as.

Nos âmbitos formais de pedreiras e areais legalizados, registramos práticas clientelistas adotadas pelos patrões como forma de manter o trabalhador distante do sindicato e, assim, do acesso à construção de um movimento de luta e conscientização política e sindical. Também há a ideia de empresa como extensão da comunidade, em que o patrão é enxergado como um homem do bem por levar desenvolvimento [econômico] e gerar empregos e renda para os residentes dessa comunidade. Ou seja, romantiza-se a relação empregador-empregado, na qual se busca transparecer que o primeiro não depende do segundo tanto quanto o segundo depende do primeiro, isto é, como se patrões pudessem manter suas atividades sem o trabalho dos trabalhadores.

Ainda nesses mesmos âmbitos, foi possível, principalmente nos areais, ver trabalhadores sem portar Equipamentos de Proteção Individual e se colocando em situações de risco, a exemplo de homens soltos sobre o transporte carregado tanto de areia quanto de

brita. Trabalhadores relataram também desconforto com os ruídos gerados durante a realização da atividade, ainda que estejam a portar o abafador de ruídos. No caso das pedreiras, nas quais existem máquinas e casas com sistemas de ar, os trabalhadores reclamaram da predominância da poeira mineral tanto na cabine da máquina quanto dentro da casa. A poeira mineral é formada no momento da lida com a extração mineral e pode, facilmente, entrar no organismo humano por meio das vias respiratórias.

Outra questão apontada pelos trabalhadores diz respeito aos baixos salários recebidos, ainda que correspondentes à atividade desenvolvida. Para a grande maioria dos trabalhadores entrevistados, o valor recebido é muito pouco para o dispêndio exercido, não atendendo às suas expectativas, e pouco dá para se sustentarem. Nesse contexto, entende-se que os postos de trabalho ocupados por esses trabalhadores, ainda que lhes garantam bases de reprodução e produção social, não mudam a realidade social e material dos sujeitos. Permanece, com isso, a realização do lucro em detrimento da plena realização dos trabalhadores.

Nas áreas informais de extração de areia e pedras, as condições e relações de trabalho são, subjetiva e objetivamente, ainda mais precárias e desumanas quando comparadas ao trabalho realizado nas áreas formais. Sobre o caráter subjetivo, as trabalhadoras e os trabalhadores, despossuídos/as de qualquer construção de ideia de luta de classe, seja por meio do sindicato, seja por meio de outros instrumentos formadores de consciência política, inculcam a ideologia hegemônica de serem os únicos responsáveis por tamanha precarização do trabalho e, conseqüentemente, da vida.

O patrão, para os sujeitos trabalhadores, personifica-se como aquele que está para ajudar os mais necessitados, negando a própria essência do modo de produção capitalista, isto é, no qual a produção da riqueza deriva, necessariamente, da produção da pobreza. Não é, de forma alguma, entrar no bojo dicotômico de bom/mau, justo/injusto, moral/imoral, mas sim de reconhecer que, enquanto proprietários de empresas, na ordem social vigente, o mais justo, moral e bom empresário ainda assim só angaria lucros a partir da exploração dos seus contratados, os trabalhadores. Desse modo, o patrão X e o patrão Y representam, no fim das contas, mais do que fragmentos, uma categoria que oprime.

Segundo Medeiros e Bonente,

Isso significa dizer que as relações sociais são observadas *teoricamente* não como relações entre indivíduos concretos, mas “entre pessoas que representam categorias”: por exemplo, entre capitalista e trabalhador, entre general e soldado, mãe e filha, pastor e fiel etc. (2021, p. 75, grifo dos autores).

No espectro objetivo, os sujeitos que trabalham na extração ilegal de areia e pedras são submetidos a longas jornadas de trabalho, ferindo a legislação trabalhista, não recebem e tampouco utilizam Equipamentos de Proteção Individual durante a realização da atividade, não possuem carteira de trabalho assinada ou qualquer outro documento que formalize a relação empregador-empregado, tornando-se uma relação ainda mais instável e sem seguranças legais para os trabalhadores e, por vezes, encontram-se em áreas insalubres nas quais são preparadas suas refeições e realizadas suas necessidades fisiológicas, pois não há cozinhas e/ou banheiros apropriados no local.

Os transportadores autônomos de carga foram outra categoria que ganhou importância para a presente pesquisa, tendo em vista o papel deles na realização do trabalho no extrativismo mineral para a construção civil. No bojo dos autônomos, estão aqueles que possuem o MEI Caminhoneiro, chamado pela legislação brasileira de transportador autônomo de cargas (um número ínfimo), e aqueles que não possuem MEI Caminhoneiro, sendo estes a grande maioria. Dessa maneira, as relações e condições de trabalho materializadas são extremamente precárias, além disso estão aquém de inculcarem a ideia de serem patrões de si mesmos. Ademais, os trabalhadores revelaram sofrer com o desgaste físico e psíquico do trabalho realizado.

Contratados pelos particulares, empresários do ramo da construção civil, do setor mineral e/ou mesmo pessoas físicas, os caminhoneiros autônomos arcam com gastos de combustível, manutenção física e legal do transporte (multas, licenciamento etc.) e alimentação. Para terem renda na realização da atividade, muitos disseram exercer longas jornadas de trabalho, “com hora para começar e sem hora para terminar”, sem tempo para descanso ou adoecimento, pois isso significaria ficar sem dinheiro para sustentar a eles e sua família. Os resultados disso são sujeitos esgotados física e psiquicamente transportando cargas de areia, brita e pedras, por vezes em transportes precários e sem condições legais de trafegar.

Por fim, o relato de acidentes de trabalho se revelou uma constante em todos os locais visitados, tanto nos formais quanto nos informais. Caracteriza-se como acidente de trabalho toda e qualquer situação que aconteça no desenvolvimento da atividade laboral realizada pelo trabalhador. Assim, percebemos, nos ambientes formais, a tentativa de suavizar as situações ocorridas e caracterizadas pela lei como acidentes de trabalho. Nos ambientes informais, a máxima se encontrava na busca de culpabilizar o trabalhador, ou seja, a vítima, pelo acontecido, como sendo produto da irresponsabilidade e desatenção por parte do prestador do

serviço, esquecendo-se, os proprietários dos estabelecimentos, do que diz o art. 19 da Lei nº 8.213 de 1991:

Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Brasil, 1991).

Nas palavras dos trabalhadores, a ocorrência de acidentes expressa a forte pressão em que vivem e trabalham para atender às demandas do trabalho, bem como as condições precárias de realização da atividade laboral. No primeiro caso, os trabalhadores precisam manter uma boa produção aos olhos do empregador, já existindo, como nos foi relatado durante os trabalhos de campo, um acréscimo salarial por cada transporte de carga liberado da mina até a área de tratamento do mineral. Na segunda situação, ainda mais presente nas áreas ilegais, sem portar quaisquer Equipamentos de Proteção Individual e com ferramentas de trabalho rudimentares e em plena deterioração, os trabalhadores sofrem com machucados e cortes pelo corpo, e até fratura de ossos.

Portanto, a presente pesquisa revela que é preciso transformar as condições e relações de trabalho às quais os trabalhadores do extrativismo mineral para a construção civil no Agreste Central Sergipano se encontram subjugados. As condições de trabalho, em sua maioria, expõem a precarização latente do trabalho sob o signo da mercadoria, isto é, da produção do lucro. Trata-se de condições de trabalho que penalizam, desmobilizam e depreciam os sujeitos trabalhadores. As relações de trabalho, majoritariamente, expressam o caráter paternalista e clientelista de um empresariado que tenta a todo custo negar o par dialético trabalhador-patrão como forma de dominação e controle não apenas da dimensão objetiva do trabalhador, agora também da dimensão subjetiva.

Logo, o movimento de mudança envolve, necessariamente, a criação de uma “consciência emancipadora” (Mészáros, 2021) que escancare a (in)civilidade a que os trabalhadores são submetidos em decorrência de aumentarem a riqueza de um seletivo grupo. Para tanto, num primeiro momento, os órgãos fiscalizadores competentes precisam agir tanto nos ambientes formais, fiscalizando as práticas de segurança no trabalho, quanto nos informais, com o objetivo de coibir práticas criminosas de trabalho com sérios riscos à saúde e à vida do trabalhador.

Diante do exposto, é preciso pensar e refletir sobre as engrenagens que sustentam e movem o modo de produção capitalista com o escopo claro de escancarar sua natureza

contraditória, desigual e combinada. Feito isso, urge derrubar o tripé da atual ordem social – o capital, a propriedade privada e o Estado burguês – em prol de fazer ascender uma nova forma social, isto é, uma ordem social que tenha como princípio básico a emancipação plena do sujeito histórico. Ainda que desmobilizados pela força do capital, os trabalhadores são os verdadeiros e únicos sujeitos históricos revolucionários capazes de materializar as revoluções estruturais na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. ISBN 978-85-85934-58-3.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007. ISBN 978-85-99728-10-9.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 160 p. ISBN 85-87394-47-9.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006. ISBN 85-249-0555-7.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. ISBN 978-85-85934-43-9.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. ISBN 978-85-7559-635-7.

AUDITORIA Cidadã da Dívida. **Por que sobra dinheiro para juros e falta para o reajuste de servidores públicos?**. 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Porque-sobra-dinheiro-2.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BLOG da Boitempo. **Terceira modernidade do capital, crise da civilização e barbárie social**. 2011. Disponível em: [https://blogdaboitempo.com.br/2011/09/26/terceira-modernidade-do-capital-crise-de-civilizacao-e-barbarie-social/#:~:text=A%20terceira%20modernidade%20do%20capital%20seria%20a%20modernidade%20tardia%2C%20a,com%20a%20manufatura%20ea%20grandeind%C3%BAstria](https://blogdaboitempo.com.br/2011/09/26/terceira-modernidade-do-capital-crise-de-civilizacao-e-barbarie-social/#:~:text=A%20terceira%20modernidade%20do%20capital%20seria%20a%20modernidade%20tardia%2C%20a,com%20a%20manufatura%20ea%20grandeind%C3%BAstria.). Acesso em: 25 abr. 2024.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.urb**, n. 1, p. 71-104, 2008. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/81/75>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BORGES, Angela. Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 713-741, 2016. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/291/232>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOTELHO, Maurilio Lima. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural. **Espaço e Economia**: Revista Brasileira de Geografia Econômica, n. 2, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/153>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL DE FATO. **Escravidão**: 24 trabalhadores são resgatados extraindo pedras para obras públicas no Piauí. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/17/escravidao-24-trabalhadores-sao-resgatados-produzindo-pedras-para-obras-publicas-no-piaui>. Acesso em: 2 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Beneficiários da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mcid-n-1.482-de-21-de-novembro-de-2023-524905456>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CARDOSO JR., José Celso. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento: balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI**. CEPAL, Chile, 2014. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/2a5e0cf7-2883-4f76-ad77-b4e2ff9345f8/content>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes; COSTA, Heloisa Soares de Moura (Orgs.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 81-104. ISBN: 978-85-7654-121-9.

CHARGE.GOV. **Apelo à exploração dos entornos do Parque Nacional da Serra de Itabaiana**. 2023. Disponível em: https://www.change.org/p/apelo-%C3%A0-explora%C3%A7%C3%A3o-dos-entornos-do-parque-nacional-da-serra-itabaiana?recruiter=1302901026&utm_source=share_petition&utm_campaign=psf_combo_share_message&utm_medium=whatsapp&utm_content=washarecopy_37635597_pt-BR%3A2&recruited_by_id=f040c2c0-cc1c-11ed-8a63-7f4e7f0e2f24. Acesso em: 4 nov. 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. ISBN 85-85833-14-9.

CLASSIFICAÇÃO Nacional das Atividades Econômicas. **Comissão Nacional de Classificação**. s/d. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=classe&tipo=cnae&versao=10&classe=08100>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A crítica como arma: a Geografia que não se quer ver, sendo (re)vista. *In*: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz et al. (Orgs.). **Marx, a Geografia e a teoria crítica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. p. 37-55.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Minha Casa Minha Vida: 56,4% dos imóveis avaliados apresentam defeitos na construção**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2017/08/m>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COSTA, Heloisa Soares de Moura (Org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 81-104. ISBN: 978-85-7654-121-9.

DANTAS, Gilson. **Breve introdução à economia mundial contemporânea: acumulação do capital e suas crises**. 2. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2012. 204 p. ISBN 978-85-911635-0-2.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992. ISBN 85-249-0101-2.

DIRETÓRIO Brasil. **Extração de pedra, areia e argila de Sergipe**. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=classe&tipo=cnae&versao=10&classe=08100>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FATORELLI, Maria Lucia. **Para que tem servido a Dívida Pública no Brasil, por Maria Lucia Fattorelli**. 2020. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-no-brasil-por-maria-lucia-fattorelli/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

G1 NOTÍCIAS. **Trabalhadores de pedreira clandestina no RS recebiam pedras de crack como pagamento, diz polícia**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/16/trabalhadores-de-pedreira-clandestina-no-rs-recebiam-pedras-de-crack-como-pagamento-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

G1 NOTÍCIAS. **Trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão são resgatados em pedreira de Sergipe**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/06/01/trabalhadores-submetidos-a-condicoes-analogas-a-escravidao-sao-resgatados-em-pedreira-de-sergipe.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. São Paulo: LP&M Editores, 2017.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021. 104 p. ISBN 978-65-5717-069-4.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. ISBN 85-7419-496-4.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. ISBN 978-85-15-00679-3.

HECK, Fernando Mendonça. Uma Geografia da degradação do trabalho. *In*: _____. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. 2013. 217 f. Orientador: Antonio Thomaz Junior. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. p. 29-68. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_445b2425b1adbb8b704408d4ce2766a6. Acesso em: 30 set. 2024.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 30 set. 2023.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6450#resultado>. Acesso em: 1º jul. 2024.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449#resultado>. Acesso em: 1º maio 2024.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/992#resultado>. Acesso em: 2 maio 2024.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Censo demográfico**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 4 jul. 2024.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Pesquisa Anual da Indústria de Construção – PAIC**. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/paic/tabelas/brasil/2021>. Acesso em: 11 set. 2023.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica>. Acesso em: 4 jul. 2024.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. **Cadê os operários?**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. 96 p. ISBN 978-85-65999-18-2.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. **Terra Livre**, ano 23, v. 2, n. 29, p. 115-132, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/243/227>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. ISBN 978-85-7559-002-7

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Boitempo: São Paulo, 2013.

MEDEIROS, João Leonardo; BONENTE, Bianca Imbiriba. Marx e a crítica da Economia Política: considerações metodológicas. In: MEDEIROS, João Leonardo; BARRETO, Eduardo de Sá (Orgs.). **Para que leiam O Capital: interpretações sobre o Livro I**. São Paulo: Usina Editorial, 2021. p. 67-114.

MENEZES, Sócrates. O destino da crítica geográfica e a dialética da produção social do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana Silva (Orgs.). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. p. 47-99. 360 p. ISBN 978-85-7822-663-3.

MENEZES, Sócrates. Geografia e trabalho; teoria e método. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, 2020, p. 157-167. ISSN: 2594-5033. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/6003/5389>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MENEZES, Sócrates. Os monstros que devemos enfrentar. *In*: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz et al. (Orgs.). **Marx, a geografia e a teoria crítica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. p. 359-375. ISBN 978-65-87145-70-9.

MENEZES, Sócrates. A espacialização da crise do capital e a gênese da forma-ruína. **Estudos geográficos**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 22, n. 1, p. 75-85, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/18457/13031>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. ISBN 978-85-7559-156-7.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do Estado. São Paulo: Boitempo, 2021. ISBN 978-65-5717-103-5.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmJmMDVhODctMTEwOS00YTZhLWJhNzItOWE3NmVIMWEwMTUxIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWw5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>. Acesso em: 1º maio 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **MTE atualiza o cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/mte-atualiza-o-cadastro-de-empregadores-que-submeteram-trabalhadores-a-condicoes-analogas-a-escravidao>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM SERGIPE. **I Fórum de trabalho escravo em Sergipe é realizado nesta quinta-feira, 26**. Disponível em: <https://www.prt20.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-se/1114-i-forum-de-trabalho-escravo-em-sergipe-e-realizado-nesta-quinta-feira-26>. Acesso em: 27 jun. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos**, n. 27, julho de 1990.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. A transformação da mediação trabalho-natureza em atividade alienada. *In*: _____. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. 2007. 220 f. Orientadora: Alexandrina Luz Conceição. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. p. 26-63.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **Políticas públicas e trabalho precário**: a retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego. 2017. 300 f. Orientadora: Josefa de Lisboa Santos. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6870>. Acesso em: 4 jun. 2024.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p. ISBN 978-85-249-1979-4.

PICASSO, Pablo. **Guernica**. 1937. Óleo sobre tela. 349,3x776,6 cm. Disponível em: <https://www.museoreinasofia.es/coleccion/obra/guernica>. Acesso em: 4 jun. 2024.

ROLNIK, Raquel. Financeirização nos trópicos: moradia e cidade no Brasil emergente. *In*: _____. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 255-368. ISBN 978-85-7559-668-5.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. ISBN 978-85-7559-119-2.

SANTOS, Ana Rocha dos. **O desvelar das contradições do modelo de descentralização**: as interfaces na conformação do sistema único de saúde em Sergipe. Orientadora: Alexandrina Luz Conceição. 2008. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5467>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERGIPE. Observatório de Sergipe. **Agreste Central Sergipano**: panorama dos municípios sergipanos. Disponível em: <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=dFiBrX9CC36eSTqWibhsRBYaewZDAyC7>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SERGIPE. **Observatório de Sergipe**. Produto Interno Bruto de Sergipe – 2021. Disponível em: <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=dHIecIG0qRpvzawUwWfY19xGKZd1eAeF>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SERGIPE. Observatório de Sergipe. **PIB estadual**. Disponível em: <https://observatorio.se.gov.br/pib-estadual/>. Acesso em: 29 set. 2023.

SMART LAB. **Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em: 28 maio 2024.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. ISBN 978-85-249-0759-3.

THOMAZ JR., Antonio. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017. ISBN: 1984-2201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/S4kPCXGG7bvBZNFkSQ8ZWkz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2024.

THOMAZ JR., Antonio. Por uma Geografia do Trabalho. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119, 2002. ISSN: 1138-9788. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em: 6 fev. 2024.

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016. 150 p. ISBN 978-85-92836-10-8.

TONET, Ivo. O padrão marxiano. *In*: _____. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. p. 65-126.

VAINER, Carlos Bernado. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n.1, mai. 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167/151>. Acesso em: 6 fev. 2024.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014. ISBN 978-85-7559-365-3.

APÊNDICE A - Roteiro de questões para entrevista: trabalhadores nas áreas de extrativismo mineral para a construção civil (extração de pedra, areia e argila)



Data de aplicação do questionário:

1. Item: Identificação

1.1. Nome:

1.2. Idade:

1.3. Naturalidade:

1.4. Moradia atual:

1.5. Raça: Branco () Negro [Preto] () Pardo () Amarelo () Índio ()

1.6. Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()
 Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto ()
 Ensino Superior completo () Sem escolaridade ()

2. Item: Labor, renda e saúde

2.1. A sua família (pai, mãe, irmãos, tias e tios) sempre trabalhou na atividade extrativista mineral?

- a) Sim
- b) Não

2.2. Com qual idade você começou a trabalhar?

- a) 10 a 15 anos ()
- b) 15 a 20 anos ()
- c) 20 a 25 anos ()
- d) 25 a 30 anos ()
- e) 30 a 35 anos ()
- f) 35 a 40 anos ()
- g) 40 a 45 anos ()
- h) 45 a 50 anos ()

2.3. Seu primeiro trabalho foi no extrativismo mineral?

- a) Sim
- b) Não

2.4. Por que você começou a trabalhar no extrativismo mineral?

- a) Devido à tradição familiar
- b) Devido à escolha própria
- c) Por não ter outra alternativa
- d) Outros motivos:

2.5. Há quantos anos você trabalha nessa atividade?

R=

2.6. A renda tirada da realização do seu trabalho atende às suas expectativas?

- a) Sim
- b) Não
- c) Por quê?

2.7. Hoje qual a renda tirada do seu trabalho?

R=

2.8. De qual forma ocorre o pagamento?

Pix () Dinheiro () Cheque () Conta corrente ou Conta trabalho ()

2.9. Você trabalha de carteira assinada?

- a) Sim
- b) Não

2.10. Se a resposta for o item não, a decisão foi:

- a) Do empregado
- b) Do empregador
- c) De ambos
- d) Por quê?

2.11. Na sua opinião, quais os benefícios (ou não) de trabalhar com a carteira assinada?

R=

2.12. Você sabe informar se existe um sindicato dos trabalhadores extrativistas minerais do Estado de Sergipe?

- a) Sim
- b) Não

2.13. Se a resposta for o item sim, você faz parte do sindicato?

- a) Sim
- b) Não
- c) Por qual motivo?

2.14. Você trabalha quantas horas por dia?

R=

2.15. Você faz uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI)?

- a) Sim
- b) Não

2.16. Se a resposta for o item sim, quais os equipamentos utilizados?

R=

2.17. Você já sofreu ou conhece alguém que sofreu algum tipo de acidente durante o trabalho?

- a) Sim
- b) Não
- c) Relato:

2.18. Quais as principais dificuldades que você enfrenta hoje no trabalho?

R=

2.19. Você se vê fazendo outra coisa que não o trabalho atual?

- a) Sim
- b) Não
- c) Por qual motivo?

2.20. Como você avalia o seu trabalho na extração mineral?

R=

2.21. Quais mudanças gostaria de ter em seu trabalho?

R=

APÊNDICE B - Roteiro de questões para entrevista: transportadores
autônomos/caminhoneiros



Data de aplicação do questionário:

1. Item: Identificação

1.1. Nome:

1.2. Idade:

1.3. Naturalidade:

1.4. Moradia atual:

1.5. Raça: Branco () Negro [Preto] () Pardo () Amarelo () Índio ()

1.6. Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()
Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto ()
Ensino Superior completo () Sem escolaridade ()

2. Item: Labor, renda e saúde

2.1. Há quanto tempo você trabalha transportando esse tipo de produto?
R=

2.2. Por que você começou a realizar essa atividade?

- a) Devido à tradição familiar
- b) Devido à escolha própria
- c) Por não ter outra alternativa
- d) Outros motivos:

2.3. Você tem vínculo empregatício ou atua na condição de autônomo?
R=

2.4. Se há vínculo empregatício, você trabalha de carteira assinada?

- a) Sim
- b) Não

2.5. Se a resposta for o item não, a decisão foi:

- a) Do empregado
- b) Do empregador

- c) De ambos
- d) Por quê?

2.6. Na sua opinião, quais os benefícios (ou não) de trabalhar com a carteira assinada?

R=

2.7. O transporte utilizado para transportar a carga é seu?

- a) Sim
- b) Não

2.8. O transporte passa por manutenção regularmente?

- a) Sim
- b) Não
- c) Frequência?

2.9. Sobre a manutenção do transporte, quem arca com as despesas?

R=

2.10. A renda tirada da realização do seu trabalho atende às suas expectativas?

- a) Sim
- b) Não
- c) Por quê?

2.11. Qual sua renda mensal?

R=

2.12. De qual forma ocorre o pagamento?

Pix () Dinheiro () Cheque () Conta corrente ou Conta trabalho ()

2.13. Você faz uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI)?

- a) Sim
- b) Não

2.14. Se a resposta for o item sim, quais os equipamentos utilizados?

R=

2.15. Você já sofreu ou conhece alguém que sofreu algum tipo de acidente durante o trabalho?

- a) Sim
- b) Não
- c) Relato:

2.16. Quais as principais dificuldades que você enfrenta hoje no trabalho?

R=

2.17. Você se vê fazendo outra coisa que não o trabalho atual?

- a) Sim
- b) Não
- c) Por qual motivo?

2.18. Quais as principais dificuldades que você enfrenta hoje no trabalho?

R=

2.19. Você se vê fazendo outra coisa que não o trabalho atual?

- a) Sim
- b) Não
- c) Por qual motivo?

2.20. Como você avalia o seu trabalho na extração mineral?

R=

2.21. Quais mudanças gostaria de ter em seu trabalho?

R=

**APÊNDICE C - Roteiro de questões para entrevista: empresários da construção civil
(Construtoras e Incorporadoras)**



Data de aplicação do questionário:

1. Item: Identificação pessoal do representante da empresa

1.1. Nome:

1.2. Idade:

1.3. Naturalidade:

1.4. Moradia atual:

1.5. Raça: Branco () Negro [Preto] () Pardo () Amarelo () Índio ()

1.6. Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()
Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto ()
Ensino Superior completo () Sem escolaridade ()

2. Sobre a empresa:

2.1. Nome comercial:

2.2. Ano de fundação:

2.3. Sede:

3. Há quanto tempo sua empresa atua no ramo da construção civil?

R=

4. Sua empresa atua em quais municípios sergipanos?

R=

5. Se possível, liste os principais condomínios e/ou loteamentos construídos sob o comando da sua empresa.

R=

6. Quais os fornecedores dos materiais mineralógicos (pedra, areia e argila), bem como o quantitativo?

R=

7. Sua empresa recebe algum tipo de subsídio (municipal, estadual e/ou federal) para atuar na construção civil?

Sim ()

Não ()

Qual(is):

8. Qual o porte de sua empresa (pequena, média, grande)?

R=

9. Quantos funcionários tem?

R=

10. Qual a origem de sua empresa?

R=

11. Há algum tipo de atividade com outras empresas do ramo ou afins?

R=

12. Quais dificuldades encontradas para se manter ativa?

R=

APÊNDICE D - Roteiro de questões para entrevista: responsável legal pela exploração mineral (extração de pedra, areia e argila)



Data de aplicação do questionário:

1. Item: Identificação pessoal do representante da empresa

1.1. Nome:

1.2. Idade:

1.3. Naturalidade:

1.4. Moradia atual:

1.5. Raça: Branco () Negro [Preto] () Pardo () Amarelo () Índio ()

1.6. Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()
 Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto ()
 Ensino Superior completo () Sem escolaridade ()

2. Sobre a empresa:

2.1. Nome comercial:

2.2. Ano de fundação:

2.3. Sede:

3. Há quanto tempo sua empresa atua no ramo da extração mineral?

R=

4. Qual a área de atuação da sua empresa?

R=

5. Quais os principais parceiros comerciais da sua empresa?

R=

6. Qual o capital da sua empresa no momento da abertura? E hoje?

R=

7. Sua empresa conta com quantos funcionários?

R=

8. Todos os seus funcionários contam com carteira assinada?

Sim ()

Não ()

9. Se não, qual a justificativa?

R=

10. Já ocorreu na empresa algum acidente trabalhista?

Sim ()

Não ()

Relato=

11. A empresa fornece Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os funcionários?

Sim ()

Não ()

Quais?

12. A empresa se preocupa em divulgar entre os seus funcionários a importância do uso dos EPIs no ambiente de trabalho?

Sim ()

Não ()

Como?

13. A empresa já foi multada em decorrência de alguma desobediência de natureza ambiental ou trabalhista?

R=

14. Qual a jornada de trabalho dos empregados?

R=

15. Existe algum tipo de reivindicação dos trabalhadores?

R=

16. Qual a disponibilidade dos minerais na área de extração de sua empresa?

R=

17. Tem havido diminuição das reservas minerais?

R=

18. Existe a possibilidade de esgotamento dos minerais da sua empresa?

R=

19. Como aconteceu a liberação para a extração?

R=

20. Quais os problemas enfrentados?

R=

21. Que mudanças gostaria de ter em sua atividade?

R=

APÊNDICE E - Roteiro de questões para entrevista: presidente do SINDIMINA



Data de aplicação do questionário:

1. Item: Identificação pessoal do representante da empresa

1.1. Nome:

1.2. Idade:

1.3. Naturalidade:

1.4. Moradia atual:

1.5. Raça: Branco () Negro [Preto] () Pardo () Amarelo () Índio ()

1.6. Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()
 Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto ()
 Ensino Superior completo () Sem escolaridade ()

2. Sobre o sindicato SINDIMINA:

2.1. Nome:

2.2. Ano de fundação:

2.3. Sede:

3. Desde quando e como o SINDIMINA atua no estado de Sergipe?

R=

4. Em Sergipe, quais as atividades cobertas pelo SINDIMINA e quantos trabalhadores estão associados?

R=

5. Sobre o extrativismo mineral para a construção civil (extração de areia, argila e pedra), quantas empresas no estado de Sergipe são parceiras do sindicato? Pode citá-las?

R=

6. Pode informar se há trabalhadores das empresas Pedreira Dinâmica LTDA (Itabaiana), Pedreira São José (Itabaiana), Pedreira Souza e Oliveira LTDA (Campo do Brito) associados?

R=

7. Quais as principais demandas dos trabalhadores do extrativismo mineral para a construção civil (extração de areia, argila e pedra) para com o sindicato?

R=

8. O Sindicato já recebeu denúncias no que concerne às relações e condições de trabalho dos trabalhadores do extrativismo mineral para a construção civil? Quais tipos de denúncias?

R=

9. O Sindicato tem dados sobre a ocorrência de acidentes na realização da atividade extrativista mineral para a construção civil? Quais os principais casos de acidentes?

R=

10. Qual a taxa cobrada para que os trabalhadores sejam associados ao sindicato, bem como quais os serviços ofertados?

R=

11. O que representa o sindicato para a luta das condições de trabalho e conquistas salariais dos trabalhadores?

R=

12. Qual a relação do sindicato com as empresas de exploração mineral?

R=

13. Quais as dificuldades do sindicato?

R=

14. Quais as demandas das assembleias ou reuniões do sindicato?

R=

15. Como se dá a participação dos sindicalizados e dos trabalhadores não sindicalizados?

R=